



3

Carta Educativa do Concelho de Tabuaço



2023

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município. (D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro – Artigo 10.º)

TÍTULO

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE TABUAÇO
(2.ª geração)

EQUIPA PBN Partners, Lda

João Manuel Ferreira da Fonseca
Paulo Alexandre Ribeiro Bito
José Victor Fernandes Sobral

EQUIPA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento
Económico e Social, Modernização e Suporte

EDIÇÃO E DESIGN GRÁFICO

PBN Partners, Lda
Rua da Torre, n.º26
5130-287 RIODADES

ACRÓNIMOS/GLOSSÁRIO

AAAF - Atividades de Animação e de Apoio à Família

ACP - Análise de Componentes Principais

AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular

CAE - Classificação das Atividades Económicas

CAF - Componente de Apoio à Família

CEB - Ciclo do Ensino Básico

CME - Conselho Municipal da Educação

DGESTE - Direção Geral de Estabelecimentos Escolares

EA - Ensino Artístico

EB - Escola Básica

EBI - Escola Básica Integrada

EFA - Educação e Formação de Adultos

EP - Escolas Profissional

ES - Escola Secundária

Ha - Hectare

hab/km² - Habitantes por km²

IC - Itinerário Complementar

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

JI - Jardim de Infância

LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo

ME - Ministério da Educação

NEE - Necessidades Educativas Especiais

NT - Núcleo Territorial

ONU - Organização das Nações Unidas

PCA - Percursos Curriculares Alternativos

PEL - Projeto Educativo Local

PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação

QZP - Quadro de Zona Pedagógica

SASE - Serviços de Ação Social Escolar

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária

UF - União das Freguesias

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE GERAL

ACRÓNIMOS/GLOSSÁRIO.	3
ÍNDICE GERAL.	5
CONCEITOS.	8
0. ABERTURA.	14
1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJETIVOS.	16
2. METODOLOGIA.	19
3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO.	22
3.1. Enquadramento territorial e administrativo.	22
3.2. Caracterização Demográfica.	25
3.2.1. O contexto regional.	25
3.2.2. A evolução e distribuição da população residente.	30
3.2.3. Dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório.	37
3.2.4. Estrutura etária da população: envelhecimento e dependência.	45
3.2.5. Previsões das tendências (2021-2031).	51
3.2.5.1. População residente.	51
3.2.5.2. Natalidade.	54
3.2.6. Estrutura etária.	56
3.2.7. Evolução da população em idade escolar.	57
3.3. Caracterização Socioeconómica.	60
3.3.1. Nacionalidade e multiculturalidade.	60
3.3.2. Famílias.	70
3.3.3. Condições de vida.	79
3.3.4. Sistema urbano e equipamentos.	85
3.3.5. Saúde.	86
3.3.6. Ambiente.	87
3.3.7. Dinâmica económica e emprego.	88
3.3.7.1. Educação e qualificação.	88
3.3.7.2. Atividade, emprego e mercado de trabalho.	101
3.3.7.3. Desemprego.	113
4. A REALIDADE EDUCATIVA DO TERRITÓRIO.	116
4.1. Oferta Educativa da rede pública.	116
4.1.1. Rede escolar pública.	116
4.1.2. Salas de aula/atividade e estado de conservação.	141
4.1.3. Barreiras arquitetónicas.	144
4.1.4. Bibliotecas escolares.	145
4.2. Procura educativa.	147
4.2.1. Situação atual da educação e formação de jovens da rede pública.	159

4.2.2. Evolução da população escolar.	151
4.2.2.1. A Educação Pré-Escolar.	153
4.2.2.2. A Educação 1.ºCEB.	154
4.2.2.3. A Educação 2.ºCEB.	156
4.2.2.4. A Educação 3.ºCEB.	157
4.2.2.5. O Ensino Secundário	159
4.2.2.6. O Ensino Profissional	161
4.3. Projeção da população escolar.	163
4.3.1. A Educação Pré-Escolar e o 1.ºCEB.	165
4.3.2. A Educação 2.ºe 3.º CEB.	166
4.3.3. O Ensino profissional.	168
4.4. Atividades complementares de ação educativa.	169
4.4.1. Atividades de animação e de apoio à família.	169
4.4.2. Componente de apoio à família.	170
4.5. Ação Social Escolar e Transporte Escolar.	170
4.5.1. Ação social escolar.	170
4.5.2. Transporte escolar.	182
4.6. Recursos Humanos.	188
4.6.1. Pessoal docente.	188
4.6.2. Pessoal não docente.	188
5. REESTRUTURAÇÃO DA REDE ESCOLAR (2006-2019).	189
5.1. Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, e Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro.	189
5.2. Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril.	191
5.3. Decreto-lei n.º 54/2018, 6 de Julho.	192
5.4. Avaliação da carta educativa (1.ª geração) e balanço da execução das propostas de redimensionamento da rede escolar previstas.	195
5.4.1. A Educação pré-escolar.	198
5.4.2. O 1.º Ciclo do ensino básico.	198
5.4.3. O 2.º, 3.º Ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário.	200
5.4.4. O Ensino profissional.	201
5.5. Alterações no Sistema Educativo Público entre os Anos Letivos 2015/2016, 2017/2018 e 2021/2022.	202
6. PREVISÃO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR.	205
6.1. Princípios orientadores.	205
6.2. Estratégia de intervenção.	212
7. INTERVENÇÕES E INVESTIMENTO NA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO.	215
8. INTERVENÇÃO PARA O SUCESSO ESCOLAR E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR.	216

8.1. O (in)sucesso escolar e o papel dos agentes educativos.	216
8.2. Avaliação interna e avaliação externa: comparação (2021/2023).	221
8.3. Transições, retenções e desistências.	231
8.3.1. O 1.º Ciclo do Ensino Básico.	234
8.3.2. O 2.º Ciclo do Ensino Básico.	235
8.3.3. O 3.º Ciclo do Ensino Básico.	235
8.3.4. O Ensino Secundário e o Ensino Profissional.	236
8.4. Recomendações	238
9. VISÃO ESTRATÉGICA PARA A EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.	243
9.1. Recomendações.	246
9.1.1. Principais conclusões.	246
9.1.2. Linhas de orientação estratégica.	249
10. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA.	253
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	258
12. INDICES DAS ILUSTRAÇÕES E QUADROS.	263
13. BIBLIOGRAFIA.	269

CONCEITOS

Áreas mediamente urbanas - Freguesias que não tendo sido já integradas em APU cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de 2 ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia;) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semi-urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com População residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Áreas predominantemente urbanas - freguesias que cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Áreas predominantemente rurais - Freguesias não classificadas como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana".

Crescimento efetivo - Diferença entre os efetivos populacionais em dois

momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

Crescimento natural - Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.

Densidade populacional (hab/km²) - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por km²).

Famílias reconstituídas ou recompostas - Núcleos compostos por um casal "de direito" ou "de facto" com filho(s), em que pelo menos um deles seja filho, natural ou adotado, apenas de um dos membros do casal, ou seja, fruto de um relacionamento conjugal anterior.

Indicador per capita - Indicador compósito que pretende traduzir o poder de compra em termos per capita. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões.

Índice de dependência de idosos (%) - Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^{^2}) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência de jovens (%) - Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^{^2}) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência total (%) - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente

entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Índice de envelhecimento (%) - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos).

Índice de envelhecimento dos edifícios - (edifícios construídos até 1960/edifícios construídos após 2001*100).

Núcleo familiar - Conjunto de duas ou mais pessoas com laços de parentesco que podem formar um núcleo familiar conjugal (um casal, casado de direito ou em união de facto, com ou sem filhos) ou um núcleo familiar monoparental (um pai ou uma mãe com um ou mais filhos). O núcleo familiar conjugal com filhos pode ter apenas filhos comuns ou ser um núcleo reconstituído ou recomposto se incluir pelo menos um filho, natural ou adotado, de apenas um dos membros do casal (o termo "recomposto" é preferido neste destaque por apontar para a recomposição familiar no seu todo e não só para a reconstituição no interior do casal). (Neste destaque também se utiliza "família monoparental" e "família recomposta" como sinónimos de núcleo familiar monoparental e de núcleo familiar reconstituído ou recomposto).

PIB per capita - (produto interno bruto no ano civil ÷ população média anual residente).

População ativa - Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População residente - Pessoas que, independentemente de no momento

de observação – zero horas do dia de referência – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%) - Percentagem de edifícios com necessidade de intervenção nas seguintes componentes: estrutura, cobertura, paredes e caixilharia exteriores (edifícios com necessidade de reparação ÷ edifícios × 100).

Proporção de edifícios muito degradados (%) - (Edifícios muito degradados ÷ edifícios × 100).

Proporção de núcleos monoparentais (%) - Núcleos familiares que integram apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s) (núcleos familiares monoparentais ÷ núcleos familiares × 100).

Rendimento social de inserção - Montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

Saldo migratório - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Subsídio de desemprego - Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Taxa bruta de pré-escolarização (%) - Relação entre o número de crianças inscritas no Ensino Pré-Escolar e a população residente em idade de frequentar o Ensino Pré-Escolar (crianças inscritas ÷ população residente entre os 3 e 5 anos × 100).

Taxa de abandono escolar precoce (%) - Percentagem da população entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o ensino secundário (população residente com 18 a 24 anos de idade que não está no sistema de ensino e não completou o ensino secundário ÷ população residente com 18 a 24 anos × 100).

Taxa de analfabetismo (%) - Esta taxa foi definida tendo por base a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever, neste caso os 10 anos (correspondendo à idade de conclusão do 1º ciclo do ensino básico). Assim a taxa de analfabetismo é a relação entre a população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever com a população residente na mesma unidade geográfica que possui 10 e mais anos de idade (população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever ÷ população residente com 10 e mais anos × 100).

Taxa de atividade (%) - Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população com 15 e mais anos (população ativa ÷ população residente × 100).

Taxa de crescimento natural (‰) - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 1000 habitantes).

Taxa de desemprego jovem (%) - Percentagem da população desempregada dos 15 aos 24 anos no total da população ativa do mesmo grupo etário (população desempregada 15-24 anos ÷ população ativa 15-24 anos × 100).

Taxa de desemprego total (%) - Taxa que permite definir o peso da

população desempregada sobre o total da população ativa (população desempregada ÷ população ativa × 100).

Taxa de mortalidade (‰) - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de natalidade (‰) - Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Taxa de retenção/desistência (%) - Relação entre o número de alunos que ficaram retidos e/ou desistiram num nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que ficaram retidos e /ou desistiram ÷ alunos matriculados × 100).

Taxa de transição/conclusão (%) - Relação entre o número de alunos que transitaram ou concluíram um nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que transitaram/concluíram ÷ alunos matriculados × 100).

Variação populacional (%) - Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

0. ABERTURA

A pesquisa do conceito “Educação” no dicionário de Língua Portuguesa conduz-nos ao “ato de educar, de instruir, polidez, disciplinamento”. No entanto, num sentido mais amplo é também o meio pelos quais os hábitos, os costumes e os valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte. A educação não se limita, portanto, ao âmbito escolar. Ela vai muito além da sala de aula na medida em que capacita e potencializa oportunidades para outras esferas da sociedade e para um futuro promissor. Concordamos todos que a educação amplia os horizontes, transforma vidas, permite desenvolver o pensamento crítico e a moral. Torna-nos melhores seres humanos. Cidadãos para o mundo, e para mundo melhor.

E é partilhando desta visão e valorizando estes conceitos que construímos a base para a Carta Educativa do Concelho de Tabuaço, enquanto documento estratégico no planeamento territorial, na coesão social e na promoção da igualdade, cientes, no entanto, e ainda assim, dos desafios e das dificuldades inerentes a um território do Interior do país, como Tabuaço. Desafios e dificuldades demográficas, económicas e sociais. Ainda assim, acreditamos e firmamos pé que a estratégia que hoje estabelecermos e que queremos para a Educação terá reflexo no futuro do nosso concelho e do nosso território.

Para além de reflectir esta visão de valorização da Educação, a nossa Carta Educativa pretende igualmente ser um instrumento vivo e dinâmico com capacidade de responder às necessidades da comunidade e ser atualizado sempre que se justifique, assumindo, assim, uma dimensão bem mais ampla onde constam as propostas de intervenção sobre os equipamentos educativos existentes no concelho, ou a criar, mediante as necessidades emergentes, mas também onde se reflecte a universalidade do nosso Ensino.

A integração de crianças e jovens oriundos de outros países no nossos sistema educativo e nos nossos estabelecimentos escolares são cada vez mais uma realidade, para além dos emigrantes que decidem regressar, tomemos igualmente como exemplo a invasão da Rússia sobre a Ucrânia que, nos dois últimos anos, trouxe ao nosso território e às nossas escolas crianças e jovens de uma realidade diferente a acolher e integrar na nossa comunidade e, portanto, nas nossas escolas. E, como tal, temos a noção que é preciso qualificar cada vez mais a Educação desde o pré-escolar aos vários

ciclos de Ensino. Entendemos que a Escola tem que estar preparada e adaptar-se a novas realidades assim como adoptar uma nova postura enquanto instrumento que opera e acompanha as mudanças tecnológicas e científicas, crescendo com uma oferta variada e adaptada a esta nova realidade. Insistir em cursos de via profissionalizante e ter uma oferta atractiva de cursos profissionais para jovens estudantes, com tudo o que acarreta, pode ser vital não só para os jovens como para o próprio desenvolvimento do concelho e da economia local. Ter uma oferta extra curricular continua a ser uma aposta do Município de Tabuaço, e que se tem reflectido essencialmente através da Escola Municipal de Música actualmente um dos pilares da Educação no nosso concelho, fundamental para as famílias tabuacenses que, através deste projecto que é a Escola de Sol, têm neste espaço educativo a possibilidade de ver as suas crianças e jovens na aprendizagem da música; um projeto que, conjugado com a Escola Pública, tem apresentado resultados indiscutíveis no território.

E é neste enquadramento que a Câmara Municipal de Tabuaço se posiciona com a elaboração da Carta Educativa, documento que define as linhas orientadoras do Ensino e de toda a esfera em torno da Educação. Através deste documento comprometemo-nos com a continuidade e o esforço na área educativa; uma responsabilidade que, articulada com o Ensino Público, continuará a garantir aos nossos alunos um ensino de excelência reforçado com a Música, o Desporto Escolar, o Ensino do Inglês, as Actividades Extracurriculares e, com certeza, apoiado pelas várias estruturas existentes no concelho, como a Bibliotecas Municipal e Macedo Pinto, e com os vários espaços de interpretação do próprio território como os Museus Abel Botelho ou o do Imaginário Duriense. A par destas condições, continuaremos a garantir o maior apoio e o incentivo ao estudo, dando, portanto, continuidade às várias atribuições como os Prémios Abel Botelho e Alice Pereira Gomes e ainda as Bolsas de Estudo para os alunos do Ensino Superior.

Se a Educação de uma população constitui, pois, uma das bases fundamentais do seu desenvolvimento, importa, então, fornecer as melhores condições possíveis às comunidades educativas para que sua atuação se transforme em êxito e, conseqüentemente, dela se retire o máximo de eficácia. É este o nosso compromisso!

A vice-Presidente da Câmara
Anabela Paiva Oliveira

1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJETIVOS.

Volvidas quase quatro décadas sobre o nascimento do embrião do que viriam a ser as cartas educativas, nos últimos anos e especialmente a partir de 2003, tem-se verificado uma mudança de paradigma na política educativa, a qual passou a refletir de forma mais profunda sobre o conceito de escola e a premência do planeamento da rede educativa.

Em 1986, através da Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, o governo de então estabeleceu o quadro geral do sistema educativo no qual se demandava a preparação da carta escolar, que consistia num documento de base para a gestão escolar. Todavia, a elaboração destes documentos não foi um processo simples e, com acentuadas dificuldades e resistências, haveria a questão de sofrer nova e mais profunda discussão com a publicação do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que então pronunciava a carta educativa. Esta reflexão foi deveras importante e constituiu um marco de modernidade no sistema educativo português que então se contorcia e ajustava aos desafios dos novos tempos.

Até então, em muitos casos, parecia ainda vigorar o conceito de escola que apenas se identificava com o edifício com retoques do “Plano dos Centenários” que o Estado Novo implementou nas décadas de 40 e 50. Refira-se que esse foi um dos momentos de verdadeiro planeamento da rede de ensino, na época designado por ensino primário (1.º Ciclo do Ensino Básico - CEB). Esse plano traduzia uma visão, preocupação e necessidade que o governo português sabia existir em planear e construir um parque escolar adequado à população e ao território, considerando a realidade demográfica e as características geográficas. Aliás, em algumas freguesias do concelho de Tabuaço ainda são bem visíveis as marcas dessa rede.

Nos alvares do século XXI, ciente da importância do planeamento da rede escolar a sociedade compreendia a urgência da discussão e da otimização da mesma que, em muitos casos, estava desajustada à realidade demográfica e territorial. Para isso, era necessário refletir sobre o conceito de escola não enquanto edifício, mas como parte de um conjunto de espaços diferenciados de educação, formação e de desenvolvimento social e, sobretudo, no âmbito das suas interações entre a comunidade escolar e as populações.

A escola passou a ser entendida num plano escola-organização que agregava as diversas unidades de educação e formação, articulando os

serviços e os equipamentos sociais, obrigando a um planeamento e uma programação dos equipamentos subordinados a uma estratégia que considerasse a diversidade, a flexibilidade, a complementaridade e a versatilidade de opções e soluções. O conceito de *vida escolar* metamorfoseou-se no da *vida sócio-educativa* que enquadra a escola no seu meio envolvente.

O quadro legal criado pela Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, estabeleceu que a carta escolar devia corresponder a uma caracterização do sistema educativo, na qual seria elencada a totalidade dos estabelecimentos de ensino num único e determinado ano letivo. Portanto, a carta escolar assumia-se como um diagnóstico ou inventário e não como um documento de planeamento estratégico. Em 2003, a natureza do documento, bem como a sua designação mudaram e, pelo quadro do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, passando a carta escolar a carta educativa, esta assumiu a qualidade de um documento de planeamento e gestão do sistema educativo, em particular da rede educativa. Assim, para além de continuar a prever a caracterização e o diagnóstico, deveria incluir diferentes projeções de cenários com vista à avaliação das necessidades educativas futuras.

Desta exposição igualmente se infere que, de acordo com o Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a carta educativa constitui um instrumento municipal de planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos educativos, em acordo com as ofertas de educação formação que sejam necessário satisfazer, de acordo com critérios de gestão, racionalidade e proporcionalidade que visem a melhor utilização dos recursos educativos numa perspetiva de desenvolvimento demográfico e socioeconómico.

Assim, segundo o decreto-lei acima referido, *"a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município"*, devendo:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento,

as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar;

- Refletir, a nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respetivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas;
- Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

Enquanto documento estratégico municipal, a sua vigência é limitada pelo próprio desenvolvimento socioeconómico local, na medida em que se verificando certa desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, a sua revisão torna-se obrigatória. As revisões da carta educativa são exigidas pelas alterações no ordenamento da rede educativa (anteriormente aprovada), como no caso da criação ou encerramento de novos estabelecimentos de ensino. É da responsabilidade do Ministério da Educação e das Câmaras Municipais o dever de reavaliar de 5 em 5 anos a necessidade de revisão da carta educativa, considerando os procedimentos previstos para a respetiva aprovação.

Decorridos 17 anos sobre a elaboração da primeira carta educativa do Município de Tabuaço (2006), exige-se, evidentemente, uma revisão do documento que, podendo não por em causa a reorganização da rede educativa proposta, já revista e aprovada, considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas, socioeconómicas e no sistema educativo municipal desde o ano letivo 2006/2007, período ao qual reportam os dados da versão em vigor.

A avaliação que agora se efetua da carta educativa (primeira geração) resultará num documento de 2.^a geração que, seguramente, corrigirá as insuficiências encontradas sendo, por isso, muito mais que uma simples atualização do diagnóstico. Mantendo a sua objetividade, será considerada toda a dinâmica demográfica - à luz dos dados mais recentes - sendo por isso muito importante avaliar os quantitativos e as características da população e do povoamento e, sobretudo, estabelecer os seus quantitativos com o objetivo de projetar cenários para as decisões no âmbito da rede educativa e das suas atividades públicas ou privadas. Exige-se ainda uma profunda análise sobre o processo de reorganização do parque escolar para que se torne mais adequado à realidade atual, mas fundamentalmente com a previsão pelo menos para a próxima década.

A carta educativa do Município de Tabuaço pretende contribuir de forma indelével para a coesão territorial e para a eficácia da sua rede educativa, adequada e dimensionada em função das carências e dos problemas existentes, num território tão frágil e complexo como é o concelho de Tabuaço.

2. METODOLOGIA.

A realização de uma carta educativa envolve um processo metodológico que, neste caso, se estrutura em três fases distintas, sendo que uma se desdobra em duas subfases.

A primeira fase (Fase I) incidiu sobre a contextualização e enquadramento territorial, momento em que a equipa técnica desenvolveu atividades de recolha e exame dos dados garantindo os elementos necessários para a prossecução dos trabalhos. Para a recolha de dados foi essencial o

envolvimento e a colaboração da equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Económico e Social, Modernização e Suporte do Município de Tabuaço, estabelecendo-se processos distintos para a rede pública e para a rede privada. Foram utilizadas as bases de dados da autarquia, do agrupamento de escolas, da escola profissional e da administração central (DEGEST e INE) e, sempre que foi necessário, foram complementadas com outros elementos de acordo com as necessidades do projeto. No que diz respeito ao levantamento da informação junto do agrupamento de escolas, a tarefa foi sobretudo executada pelos serviços técnicos competentes municipais. A informação cartográfica foi recolhida na Câmara Municipal de Tabuaço, no INE – Instituto Nacional de Estatística, Cigeo-E – Centro de Informação Geoespacial do Exército e, sempre que necessário, nos serviços de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite providenciados pela Alphabet Inc.

Na segunda fase (Fase II) os trabalhos consistiram no tratamento e análise estatística dos dados, na sua representação gráfica e cartográfica e posterior validação pela autarquia, pelo agrupamento de escolas e pela rede privada. Dedicada ao diagnóstico estratégico, subdividiu-se a Fase II em dois segmentos de trabalho: na Fase II.I, que consistiu na avaliação dos documentos estratégicos e dos princípios orientadores dos instrumentos municipais de ordenamento do território, bem como analisar e caracterizar a situação atual e evolução da rede e sistema educativo; e na Fase II.II onde se procedeu ao exame, diagnóstico e projeção de cenários.

No âmbito da Fase II.I foram realizados os procedimentos e atividades de caracterização dos equipamentos educativos, elencadas e descritas as ofertas educativas, analisada e comparada a oferta e a procura e o desempenho do sistema, caracterizados os diferentes níveis de ensino, avaliados os projetos escolares, caracterizadas as áreas de apoio à família e da ação social escolar, avaliados os serviços de transporte escolar, analisada a estrutura orgânica municipal da área de Educação, elencados e analisados dos contributos dos diferentes agentes e realizada ou reformada a análise swot.

Na Fase II.II tiveram lugar as atividades que abarcaram o exame dos dados e construção dos primeiros diagnósticos. Após o cotejamento dos dados fornecidos pelos estudos e índices demográficos, dos dados do INE, das estatísticas regionais e da educação e dos dados do agrupamento de escolas e do município, foram extraídas as tendências e apuradas as

necessidades, procedendo à identificação de problemas, construção de balanços prospetivos de oferta-procura e à projeção de cenários da procura de ensino. Portanto, nesta fase intermédia selecionaram-se e interpretaram-se os contributos que permitiram realizar as análises, retirar conclusões e desenhar as propostas de intervenção.

Finalmente, na terceira fase (Fase III) consistiu na elaboração do relatório técnico e compreendeu diferentes etapas, centradas em duas perspetivas: uma focada no diagnóstico do sistema educativo, que inclui a caracterização da oferta e da procura educativa e a realização as projeções da população escolar por nível de ensino, mas também as atividades complementares de ação educativa, a ação social escolar, os transportes escolares e os recursos humanos; e outra focada no balanço na carta educativa de primeira geração (2006), quer nas projeções da população escolar, quer nas propostas de redimensionamento da rede escolar prevista.

A primeira etapa passou pela clarificação dos princípios orientadores e da metodologia adotada na monitorização rede pública de equipamentos educativos e na definição de uma estratégia educativa para o município de Tabuaço, sustentada em critérios de programação que contribui para a elaboração do programa de atuação. Para esse e outros aspetos foram realizadas as diferentes projeções para as crianças e alunos em idade escolar de diferentes níveis de educação e ensino (considerando 3 a 5 anos para a educação pré-escolar, de 6 a 9 anos para o 1.º CEB, de 10 a 14 anos para o 2.º e 3.º CEB e 15 a 17 anos no ensino secundário) e estabeleceram-se horizontes temporais máximos em cada nível de educação e ensino (3 anos para a educação pré-escolar (3 anos para a educação pré-escolar (2025/2026), 6 anos para o 1.º CEB (2028/2029), 10 anos para o 2.º e 3.º CEB (2032/2033) e de 15 anos para o ensino secundário (2036/2037)).

Para os cálculos foram considerados os nascimentos ocorridos em cada unidade geográfica (freguesias), partindo do princípio de que quem nasceu num determinado território irá frequentar, anos mais tarde, a educação pré-escolar e o ensino obrigatório na sede de concelho, considerando que nas dinâmicas demográfica e socioeconómicas e o nível da procura de educação e ensino no município de Tabuaço não registem alterações significativas.

Evidentemente, as projeções devem ser entendidas como uma tendência aquando do planeamento de equipamentos educativos, visto que a realidade municipal é dinâmica e são diversos os fatores que podem alterar a

procura da educação e ensino durante o tempo que separa o momento do nascimento ao ano de entrada no sistema educativo. Mesmo durante o percurso escolar existem fatores suscetíveis de alterar essa procura, como a mobilidade da população escolar, o insucesso escolar e o ritmo do desenvolvimento demográfico e socioeconómico. E, no caso da educação pré-escolar, cujo acesso é apenas para as crianças de 3 e 5 anos, ainda que com tendência para ser alargada as projeções devem ser entendidas como ainda mais indicativa.

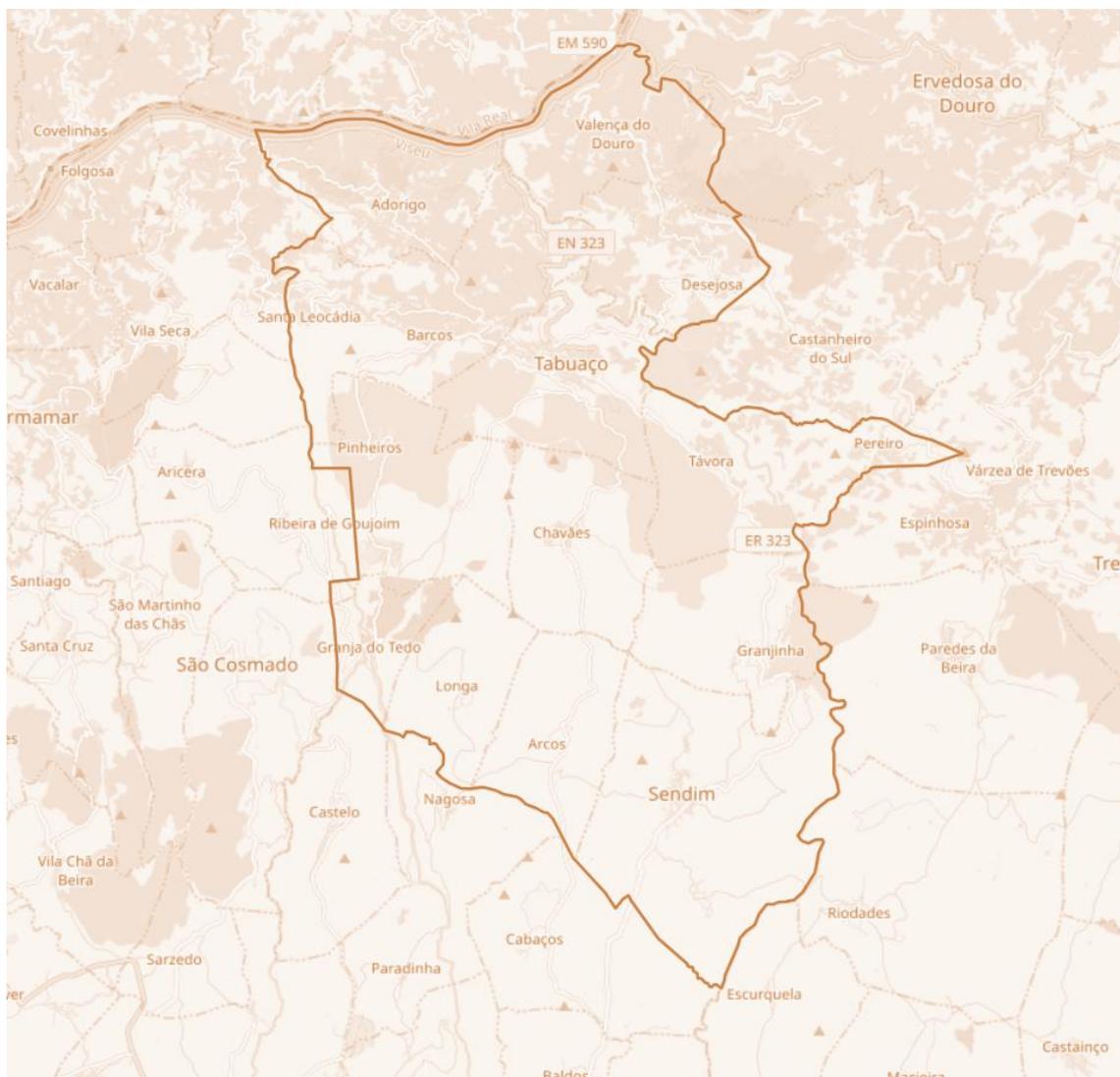
Em síntese, a elaboração das propostas de ação visaram a reformulação do território educativo existente, a melhoria do desempenho educativo, estratégias, atividades e recursos, calendarização das intervenções, procedimentos de monitorização, modelo para a reorganização dos serviços municipais no âmbito da educação e eventuais planos de financiamento das intervenções propostas.

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO.

3.1. Enquadramento administrativo e territorial.

Concelho do distrito de Viseu, diocese de Lamego e comarca de Viseu, Tabuaço localiza-se na sub-região do Douro (NUT III), na região norte (NUT II), confrontando com o concelho de Sabrosa a Norte, com São João da Pesqueira a Este, com Sernancelhe a Sudeste, com Moimenta da Beira a Sudoeste e a Oeste com Armamar. O município de Tabuaço compreende-se na área metropolitana de Viseu, e no âmbito e ação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N).

Desde a reorganização administrativa do território operada em 2013, o município de Tabuaço passou a estar subdividido em 13 freguesias (resultantes da redução das 17 freguesias iniciais), designadamente, Adorigo, Arcos, Barcos e Santa Leocádia, Chavães, Desejosa, Granja do Tedo, Longa, Paradela e Granjinha, Pinheiros e Vale de Figueira, Sendim (vila), Tabuaço, Távora e Pereiro e Valença do Douro.



MAPA 1 – CONCELHO E FREGUESIAS DE TABUAÇO (RNDG, 2023).

O território é predominantemente montanhoso até ao seu limite norte onde encontra o rio Douro, devido ao prolongamento da linha de altitude que decorre das serras de Leomil e de Montemuro.

O território alcança a altitude máxima de 985^{mts}, no ponto da Mãe da Loba, na freguesia de Longa, mas que em seu redor também surgem pontos de grande altitude, como em Vale de Figueira (961^{mts}) ou na freguesia de Barcos, na Senhora do Sabroso (682^{mts}). Este relevo montanhoso acentua as dificuldades de acessos entre as diferentes freguesias e seus lugares e reforça as agruras do clima que, por aqui, se caracteriza por ser marítimo de transição para o continental húmido, em que as temperaturas médias oscilam entre os 12,5° C. e os 15,0°C. Os invernos são rigorosos, onde a neve é, por vezes, uma presença pelos meses de Janeiro e Fevereiro. As temperaturas médias nessa estação são baixas, entre 2.°C e 6.°C e, muitas vezes, negativas.

As chuvas distribuem-se de forma desigual. Os meses mais chuvosos são Novembro e Dezembro, mantendo-se até Março. Num ano normal, a pluviosidade média situa-se nos 800-1200 cc, em anos secos esses valores podem rondar os 600-1000 cc e, em anos húmidos, 1000-1200 cc.

A paisagem é marcadamente rural e foram os elementos naturais que moldaram o território. As freguesias parecem possuir as mesmas características que, com certa concentricidade, se distribuem em três níveis: primeiro a zona urbana ou construtiva, seguida por uma mancha de terrenos agrícolas que se dispõem consoante as possibilidades e as potencialidades produtivas dos solos e, por fim, uma zona de floresta, mais ou menos arborizada em função do solo e do relevo. É importante ainda referir que o concelho de Tabuaço se insere na Região Demarcada do Douro, cuja paisagem, relevo e clima agravam as condições de vida, especialmente no que diz respeito às deslocações entre freguesias do concelho e para outros concelhos.

No que concerne às acessibilidades, o concelho de Tabuaço apenas é servido por estradas nacionais, mormente a EN 323 e a EN222, não obstante a rede de estradas municipais que serpenteiam e que interligam as diferentes freguesias e seus lugares. Na parte sul do concelho, é a EN323 que assume maior importância permitindo o acesso ao concelho de Moimenta da Beira e que, daí, prossegue para Viseu (primeiro pela EN226 e depois pela EN229).

Cerca do lugar da Foz do Távora, entre os concelhos de Tabuaço e São João da Pesqueira, cruza-se a EN323 com a EN222, depois da primeira ter atravessado todo o concelho de Tabuaço, que nele entrou na parte sul da Freguesia de Sendim. Estas duas vias são as únicas vias principais que servem o concelho, sendo a EN323 a mais relevante para os moradores do concelho, pois por ela se alcança a maioria das freguesias do concelho. Ao longo destas vias nacionais desenvolveu-se um eixo dinamizador, de natureza sócio económica, como se verifica através do desenvolvimento da urbanização e pelas dinâmicas populacionais, em especial no sector norte, ao longo do Rio Douro, e de Sul para Norte entre Moimenta da Beira – Tabuaço. As estradas de ligação a Armamar e a São João da Pesqueira são insuficientes e, as existentes, muito irregulares o que dificulta muito as deslocações internas no concelho de Tabuaço.

A ausência de vias de alta velocidade e a existência de troços da EN323 a exigir melhor atenção na sua requalificação em muito contribui para as dificuldades de acessos e, em consequência, para o isolamento e despovoamento. Assim, os movimentos pendulares apesar de serem de baixa complexidade tornam-se difíceis, ainda que os constrangimentos tenham sido muito minimizados pela rede de estradas municipais que reformaram as acessibilidades.

3.2. Caracterização Demográfica.

3.2.1. O contexto regional.

O município de Tabuaço integra a Região Norte, na sub-região Douro, onde se incluem mais 19 municípios, e, da mesma forma, insere-se entre os dez municípios que constituem a região do Douro Sul, situados na margem esquerda do rio Douro, designadamente: Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca. Por questões metodológicas e de abrangência temática (contexto regional), centrar-nos-emos sobretudo neste conjunto de municípios que constituem uma unidade geográfica e territorial.

A análise das dinâmicas demográficas, do passado e do presente, procura tratar com minúcia a distribuição espacial da população residente, os fatores da dinâmica demográfica, os movimentos populacionais, bem como a repartição por grupos etários e as questões relacionadas com o envelhecimento. Ora, este tipo de análise tem especial importância no âmbito do planeamento da rede educativa. Nesse sentido, apresentam-se projeções demográficas para o município de Tabuaço e suas freguesias, desagregadas e por grupo etário, sendo dado particular enfoque à evolução da população em idade escolar, dado que, evidentemente, se tratam de potenciais utilizadores os diversos equipamentos educativos do município.

Tabuaço é o décimo sexto concelho mais populoso no território da sub-região Douro e o segundo com menos população entre os municípios que constituem a região do Douro Sul. Tabuaço só tem mais população que Penedono. Os valores totais da população residente, na sua globalidade, deixam transparecer a tendência que acompanha estes territórios de baixa densidade, particularmente entre os concelhos da parte norte do distrito de Viseu que revelam de forma mais vincada os efeitos do fenómeno do envelhecimento. Todavia, ao que parece, Tabuaço na última década (2011-2021) não conseguiu estancar a perda de população, registando um decréscimo -20,7% de população residente (5 034 habitantes em 2021), num contexto em que a grande maioria dos concelhos da região Norte-Douro registaram decréscimos populacionais menos pronunciados.

Visitando os dados demográficos existentes para o concelho desde o início do século XX, é evidente a tendência negativa da evolução populacional no território, e é possível distinguir diferentes ritmos de decaimento: um entre 1900 e 1920, em que se registou uma diminuição do crescimento da população residente, outro entre 1930 e 1960, em que se verificou uma subida no crescimento populacional e outro depois de 1960 até 2000, em que a perda da população foi mais acentuada, sendo que entre 1960 e 2000 Tabuaço perdeu -30% da população que tinha em 1900 (de 9 517 para 6 785 hab.). Na transição dos séculos XX-XXI, mais concretamente entre 1991 e 2011, o concelho de Tabuaço continuou a apresentar uma evolução demográfica negativa, tendo-se registado nesse período valores de -14,1% (1991-2001) e de -6,4% (2001-2011). No caso da densidade populacional, Tabuaço (37,6%) assume valores idênticos aos dos concelhos limítrofes, mas, na sub-região Douro, é excedido por 10 dos 19 municípios.

QUADRO 1 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA SUB-REGIÃO DOURO.

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.) (2021)
Alijó	10 486
Armamar	5 678
Carrazeda de Ansiães	5 490
Freixo de Espada à Cinta	3 216
Lamego	24 312
Mesão Frio	3 547
Moimenta da Beira	9 410
Murça	5 245
Penedono	2 738
Peso da Régua	14 540
Sabrosa	5 548
Santa Marta de Penaguião	6 100
São João da Pesqueira	6 775
Sernancelhe	5 692
Tabuaço	5 034
Tarouca	7 363
Torre de Moncorvo	6 826
Vila Nova de Foz Côa	6 304
Vila Real	49 571

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 2 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO DOURO-SUL.

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.) (2021)
Armamar	5 678
Cinfães	17 730
Lamego	24 312
Moimenta da Beira	9 410
Penedono	2 738
Resende	10 051
São João da Pesqueira	6 775
Sernancelhe	5 692
Tabuaço	5 034
Tarouca	7 363

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 3 – TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2011- 2021) (%).

Unidade Territorial	Variação da População Residente (%) (2021)
Alijó	-12,19
Armamar	-9,83
Carrazeda de Ansiães	-13,86
Freixo de Espada à Cinta	-14,92
Lamego	-8,91
Mesão Frio	-19,99
Moimenta da Beira	-7,85
Murça	-11,88
Penedono	-7,25
Peso da Régua	-15,12
Sabrosa	-12,78
Santa Marta de Penaguião	-17,07
São João da Pesqueira	-13,96
Sernancelhe	0,37
Tabuaço	-20,72
Tarouca	-8,51
Torre de Moncorvo	-20,37
Vila Nova de Foz Côa	-13,79
Vila Real	-4,40

(INE, I.P., Censos 2021)

Estamos, portanto, perante os efeitos nefastos do envelhecimento e do despovoamento do território, que se expressa no crescimento negativo da população registado (em 2021). Cremos, pois, essa tendência de crescimento negativo se manterá, mas será necessário aguardar pelo menos mais uma década para se verificar se efetivamente essa projeção. O sentimento de desconfiança que permite projetar um crescimento negativo na mesma ordem de valor do registado para a década de 2011-2021, justifica-se pela análise dos resultados derivados da análise comparada dos diversos efeitos do envelhecimento e despovoamento do território onde se verifica que por cada 100 jovens existem 347,3 idosos no território tabuense. Este cenário permite pressupor que o crescimento da população poderá a continuar a ser negativo, entre -10 a -12% ou, com maior probabilidade, ficar mais próximo dos -15%.

QUADRO 4 – CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DAS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL.

Unidade Territorial	População residente 2021	Variação da população residente 2011-2021	Densidade populacional	Índice de envelhecimento	Taxa de natalidade 2021	População <14 anos	População >65	População estrangeira Residente (2021)
	n.º	%	Hab./km2	n.º	‰	%	%	%
Alijó	10 486	-12,19	35,24	360,92	4,4	9,13%	32,94%	0,89%
Armamar	5 678	-9,83	48,44	319,38	4,9	9,63%	30,77%	1,39%
C. de Ansiães	5 490	-13,86	19,66	417,55	3,6	8,93%	37,27%	2,06%
F. de Espada à Cinta	3 216	-14,92	13,17	372,67	5,6	10,01%	37,31%	2,10%
Lamego	24 312	-8,91	146,95	249,45	5,1	10,46%	26,10%	0,71%
Mesão Frio	3 547	-19,99	133,10	313,80	3,9	9,19%	28,84%	0,45%
Moimenta da Beira	9 410	-7,85	42,78	259,42	6,8	11,34%	29,42%	1,50%
Murça	5 245	-11,88	27,70	418,79	4,0	8,52%	35,69%	1,08%
Penedono	2 738	-7,25	20,48	406,90	3,7	8,47%	34,48%	1,44%
Peso da Régua	14 540	-15,12	153,28	248,71	5,5	10,66%	26,51%	0,75%
Sabrosa	5 548	-12,78	35,36	331,50	3,4	9,84%	32,62%	1,07%
S. M. de Penaguião	6 100	-17,07	88,05	358,46	4,6	8,92%	31,97%	1,03%
S. João da Pesqueira	6 775	-13,96	25,46	265,87	5,9	10,51%	27,94%	0,92%
Sernancelhe	5 692	0,37	24,90	347,24	6,0	9,22%	32,03%	1,43%
Tabuaço	5 034	-20,72	37,61	347,28	6,3	9,12%	31,66%	1,17%
Tarouca	7 363	-8,51	73,56	197,27	6,5	12,44%	24,54%	0,82%
Torre de Moncorvo	6 826	-20,37	12,84	513,31	5,3	7,93%	40,68%	1,44%
V. Nova de Foz Côa	6 304	-13,79	15,83	407,39	4,7	8,80%	35,87%	2,60%
Vila Real	49 571	-4,40	130,86	195,33	6,6	12,05%	23,53%	1,51%
Viseu	99 551	0,28	196,31	180,27	7,3	13,08%	23,59%	3,18%
Continente	9 855 909	-1,91	110,61	184,59	7,7	12,83%	23,69%	5,70%

(INE, I.P., Censos 2021)

Estes valores refletem ainda, quando comparados com os valores referentes à sede de distrito ou a municípios onde existem núcleos urbanos mais dinâmicos, as dificuldades em atrair população migrante, nacional ou estrangeira. Finalmente, a relação entre a população jovem e idosa, e a relação existente com a população em idade ativa é das mais desfavoráveis a nível regional e nacional, sendo evidente um maior peso dos não ativos em relação aos ativos, situação frequente nos casos dos territórios com menor peso da população jovem na sua estrutura. Assim, para cada 100 ativos existem 180 não ativos, tratando-se de um valor superior ao registado na sede de distrito (117,1) e à média nacional (114,7), refletindo, mais uma vez,

o nível do envelhecimento da população deste território. Em percentagem, a população ativa corresponde a 59,2% da população.

3.2.2. A evolução e distribuição da população residente.

Analisando e avaliando agora o município de Tabuaço, no que diz respeito às dinâmicas demográficas, a primeira conclusão que se retira é que o crescimento demográfico é negativo, sendo o mais elevado entre os 19 municípios que constituem a sub-região Douro. As alterações demográficas e socioeconómicas devem ser entendidas num quadro mais vasto, considerando as dinâmicas de relacionamento entre Tabuaço e os municípios que integram a sub-região do Norte, em especial aqueles que constituem a região do Douro Sul, bem como com a sede de distrito, ainda que saibamos que o território em análise não tem uma posição geográfica privilegiada na região do Douro Sul e muito menos a possui em relação à cidade de Viseu ou Lamego, o segundo núcleo urbano mais próximo.

Procedendo à análise mais detalhada da evolução da população percebe-se que, desde os inícios do século XX, a tendência do crescimento populacional do concelho de Tabuaço foi negativa até à última década (Censos 2021), e não se perspetiva uma recuperação a médio-prazo (2021-2031). Para assegurar e confirmar a continuação da queda desse crescimento será necessário aguardar pelo menos mais uma década, ainda que os dados que disponíveis sugerem um cenário de tendência negativa no futuro. Aliás, os dados espelham essa tendência em praticamente todos os indicadores entre 2011 e 2021: a taxa de crescimento situou-se entre em -2,3%, a percentagem de jovens com menos de 15 anos baixou 3,3% (12,1% para 9,1%), a percentagem de idosos com mais de 65% aumentou 7,8% (passando de 23,9% para 31,7% e um decréscimo de 15% no número de famílias (de 2432 para 2086). O saldo natural mantém-se negativo (-36) e assim se perspetiva para a próxima década de 2021-2031.

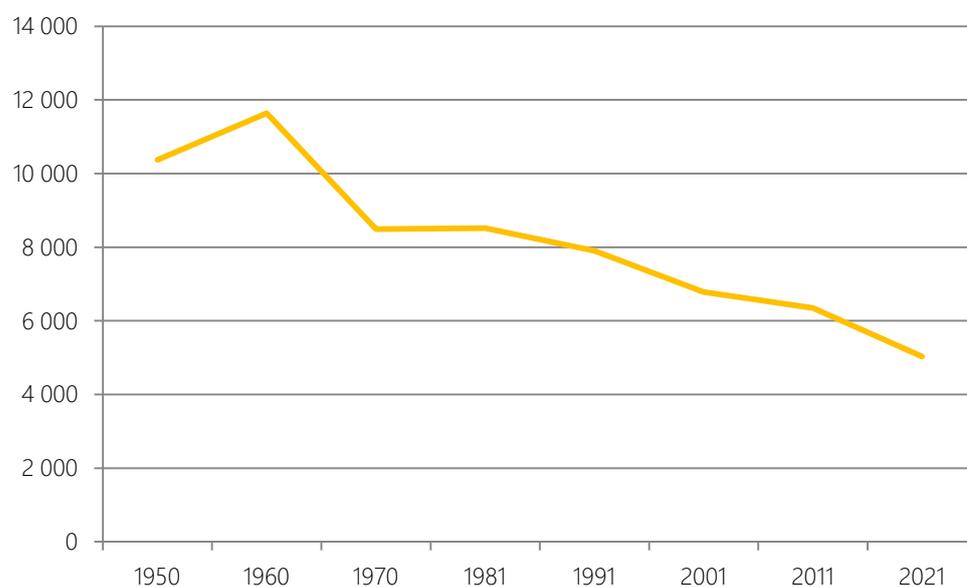
Considerando os dados da natalidade e da mortalidade, em 2011 os nascimentos eram suplantados em 84% pelos óbitos e, em 2021, essa relação alcançou os 112,5%. Assim, considerando também a taxa de envelhecimento, a projeção é que o crescimento populacional seguramente continuará a ser negativo, podendo agravar-se.

QUADRO 5 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021 E SUA VARIÇÃO (N.º E %).

Anos	População residente	Varição populacional (%)
1950	10 377	-
1960	11 640	12,2
1970	8490	-27,1
1981	8521	0,36
1991	7901	-7,3
2001	6785	-14,1
2011	6350	-6,4
2021	5034	-20,7

(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2021; Recenseamento da População e Habitação 1981, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011)

QUADRO 6 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial	População Residente	
	(n.º hab.) (2021)	
Adorigo	301	
Arcos	163	
Chavães	299	
Desejosa	117	
Granja do Tedo	156	
Longa	209	
Sendim	675	
Tabuaço	1535	
U.F. Barcos e Santa Leocádia	625	
U.F. Paradela e Granjinha	99	
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	239	
U.F. Távora e Pereiro	362	
Valença do Douro	254	

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 7 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS POR SEXO (N.º).

Unidade Territorial	População Residente	
	(n.º hab.) (2021)	
	H	M
Adorigo	145	156
Arcos	78	85
Chavães	142	157
Desejosa	59	58
Granja do Tedo	72	84
Longa	106	103
Sendim	318	357
Tabuaço	695	840
U.F. Barcos e Santa Leocádia	309	316
U.F. Paradela e Granjinha	48	51
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	110	129
U.F. Távora e Pereiro	173	189
Valença do Douro	120	134

(INE, I.P., Censos 2021)

A partir de 1960, a diminuição da população residente no concelho de Tabuaço tornou-se mais significativa com taxas de variabilidade muito maiores e cujos reflexos se fizeram sentir nas dinâmicas socioeconómicas do território. Os motivos dessa diminuição são bem conhecidos e relacionam-se com o imobilismo político, com a estagnação do mundo rural que continuava sobrepovoado e pobre, com índices inferiores à média europeia e, quando o país na década de 1960 enveredou pela via industrializadora fez com que muita da população procurasse novos destinos. A tudo isto não foi alheio o fenómeno de emigração que foi reduzido nas décadas de 1930-1940, devido à Grande Depressão e à Guerra Mundial. No contingente migratório contavam-se muitos naturais e habitantes do concelho de Tabuaço que, legalmente ou de forma clandestina, rumaram em direção a outros países da Europa, como a França e, mais tarde a Suíça. Entre 1960 e 1970, o município de Tabuaço perdeu 2130 habitantes, o que correspondeu a uma quebra de -27,1%, a maior no intervalo temporal em exame. Entre 1970 e 1980, a fuga massiva registada na década anterior diminuiu, ainda que os espaços rurais continuassem a viver uma sangria de população ativa. E a situação não se alterou na transição dos séculos XX-XXI, continuando a acentuarem-se os desequilíbrios da evolução populacional.

Partindo para o cotejamento da distribuição dos valores da população residente nas 13 freguesias, que integram presentemente o município de Tabuaço, descobrem-se grupos de freguesias que manifestam comportamentos ou dinâmicas demográficas semelhantes na última década. Para melhor identificarmos as tendências, entendemos agrupar as freguesias por três níveis de população residente total: 0-200 hab.; 201- 400 hab., 401-600 hab., 601-800 hab., >801 hab.. Segundo esse critério, apenas uma freguesia ultrapassa os 800 habitantes – a de Tabuaço – que regista uma população total de 1535 habitantes. E, no mesmo sentido, a Sendim é a única com 675 habitantes, enquadrada no grupo intermédio de 601-800 hab., correspondendo à segunda freguesia mais populosa. No indicador 401-600 hab. não se encontra qualquer freguesia posicionada, sendo que onze das treze freguesias possuem menos de 401 habitantes. Por fim, com menos de 200 habitantes temos quatro freguesias (Arcos, Granja do Tedo, Desejosa e a U.F. Paradela e Granjinha). A freguesia de Tabuaço é notoriamente a mais populosa, no período em análise (2021), representando 30,4% da população total do concelho, correspondendo a 1535 habitantes.

QUADRO 8 – ÁREA E DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS (HAB./KM²).

Unidade Territorial	Área (km²)	Densidade Populacional
Adorigo	10,55	32,61
Arcos	7,90	20,53
Chavães	9,94	31,64
Desejosa	7,70	15,62
Granja do Tedo	4,67	41,38
Longa	7,26	30,60
Sendim	21,75	31,75
Tabuaço	11,16	142,92
U.F. Barcos e Santa Leocádia	11,94	41,09
U.F. Paradela e Granjinha	9,05	10,94
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	11,66	20,50
U.F. Távora e Pereiro	11,94	30,32
Valença do Douro	8,96	27,37

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 9 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS ENTRE 2001 E EM 2021.

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.)		
	2001	2011	2021
Adorigo	420	397	301
Arcos	206	233	163
Chavães	372	385	299
Desejosa	189	175	117
Granja do Tedo	227	214	156
Longa	357	370	209
Sendim	867	705	675
Tabuaço	1780	1782	1535
U.F. Barcos e Santa Leocádia	892	710	625
U.F. Paradela e Granjinha	203	180	99
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	345	324	239
U.F. Távora e Pereiro	576	512	362
Valença do Douro	451	363	254

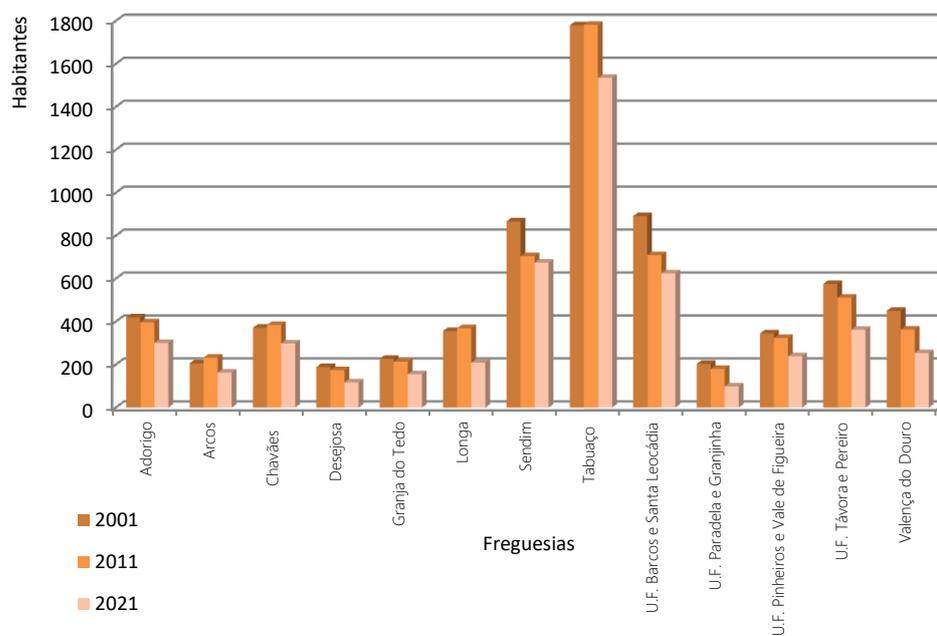
(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 10 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2011 E 2021.

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.)	
	2011	2021
Adorigo	397	301
Arcos	233	163
Chavães	385	299
Desejosa	175	117
Granja do Tedo	214	156
Longa	370	209
Sendim	705	675
Tabuaço	1782	1535
U.F. Barcos e Santa Leocádia	710	625
U.F. Paradela e Granjinha	180	99
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	324	239
U.F. Távora e Pereiro	512	362
Valença do Douro	363	254

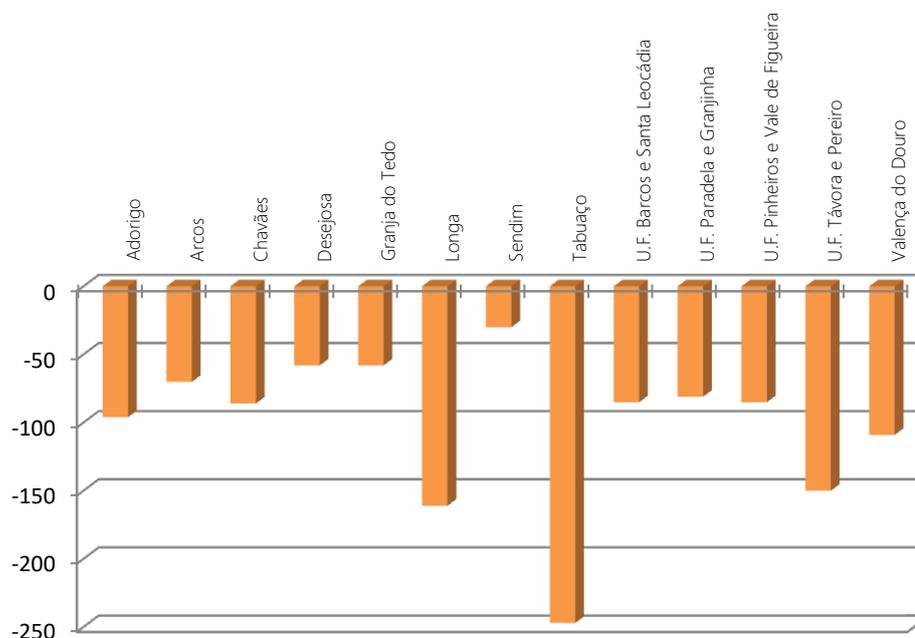
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 2001 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 3 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÚMERO DE HABITANTES RESIDENTES ENTRE 2011 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2021)

Ao longo da década 2011-2021, todas as freguesias do concelho sofreram um decréscimo populacional. Situação preocupante especialmente se considerarmos que algumas delas registaram valores superiores a 45%, como sucedeu com a União de Freguesias de Paradela e Granjinha). Por fim, a questão da densidade populacional do território do município de Tabuaço. No contexto nacional, as freguesias do concelho de Tabuaço apresentam densidades populacionais baixas, com valores inferiores à média regional e nacional (112,77hab./km²). As freguesias com índices de densidade populacional mais elevadas são Tabuaço (142,92 hab./km²), Granja do Tedo (41,38 hab./km²) e Barcos (41,09 hab./km²). Em posição inferior, com valores que não ultrapassam os 20 habitantes por km², destaca-se a U.F. de Paradela e Granjinha (10,94 hab./km²) e a freguesia da Desejosa (15,62 hab./km²). A análise e sobretudo a interpretação destes dados deverão ser feitos com especial cuidado, quer em termos temporais, quer em termos espaciais, pois permitem refletir sobre as características do território. Uma reflexão que, desde já, podemos retirar decorre do facto do município de Tabuaço possuir

uma posição e corografia difícil, uma realidade socioeconómica desigual, patente na dificuldade de fomentar um mercado de trabalho mais coeso, fatores que em muito concorrem para a distribuição da população no concelho (que leva a uma maior concentração populacional na freguesia onde se posiciona a vila sede de concelho), mas cujo comportamento também se justifica pelo processo de migrações internas para os centros urbanos mais próximos, particularmente Lamego e Moimenta da Beira, por razões que se ligam ao mercado de trabalho e à oferta educativa.

3.2.3. Dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório.

As variações observadas nas dinâmicas demográficas do município de Tabuaço e das suas freguesias relacionam-se de uma forma em que ressaltam, de imediato, dois fatores: o crescimento natural e o saldo migratório. O primeiro deverá ser obrigatoriamente entendido no planeamento dos equipamentos educativos e o segundo deverá ser interpretado de forma conjuntural, ação difícil, por ser especialmente complexo prever a sua evolução.

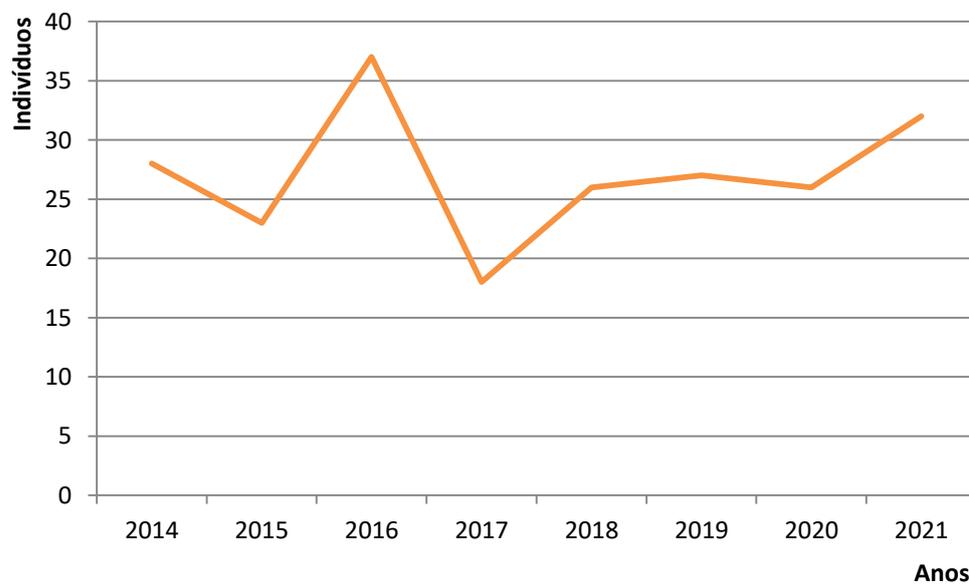
A atual estrutura demográfica da população de Tabuaço é o resultado evolutivo da melhoria das condições de vida e do desenvolvimento socioeconómico, do aumento da esperança de vida e da diminuição da mortalidade e, concomitantemente, das alterações da natalidade, o desenvolvimento da autonomia da mulher, a progressão nas carreiras, a emigração, a dificuldade em conciliar a vida familiar e profissional, o prolongamento da escolaridade obrigatória e o retardar na entrada dos jovens no mercado de trabalho, a sazonalidade dos trabalhos agrícolas, o desemprego em particular entre os mais jovens e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos assumem-se como os principais fatores que precedem a reflexão e a decisão sobre o número de filhos a ter.

A análise dos valores da natalidade registados entre 2014 e 2021 para o município de Tabuaço revela um comportamento muito irregular visível nas oscilações das perdas e dos acréscimos, o que permite afirmar que o número dos nados-vivos é pouco revelador. Isto é, os dados geram uma ideia de irregularidade dos nascimentos e não uma tendência de crescimento positivo

QUADRO 11 – NADOS-VIVOS POR FREGUESIAS ENTRE 2014 E EM 2021.

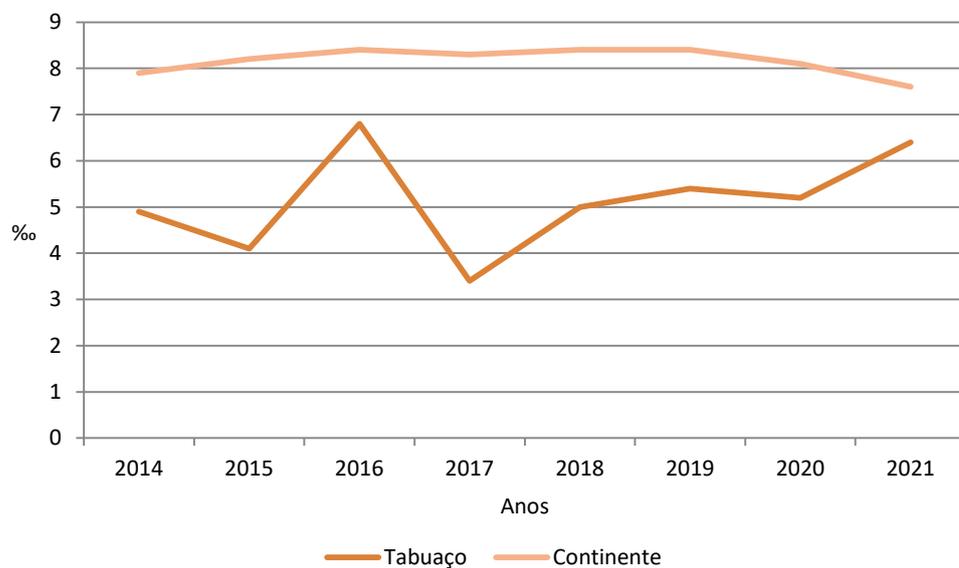
Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Adorigo	0	1	2	0	1	1	2	0
Arcos	0	0	1	3	0	0	0	0
Chavães	3	4	4	2	4	3	1	5
Desejosa	0	0	0	0	1	0	0	1
Granja do Tedo	0	0	2	0	1	2	0	1
Longa	1	0	0	0	1	0	1	1
Sendim	1	4	6	1	4	1	3	5
Tabuaço	8	4	15	8	4	11	12	12
U.F. Barcos e Santa Leocádia	5	3	5	1	3	8	3	5
U.F. Paradela e Granjinha	0	0	0	0	0	0	1	0
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	5	2	1	0	3	0	0	2
U.F. Távora e Pereiro	4	3	0	0	3	1	3	0
Valença do Douro	1	2	1	3	1	0	0	0
Tabuaço (concelho)	28	23	37	18	26	27	26	32

(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DOS NADOS-VIVOS ENTRE 2014-2021.

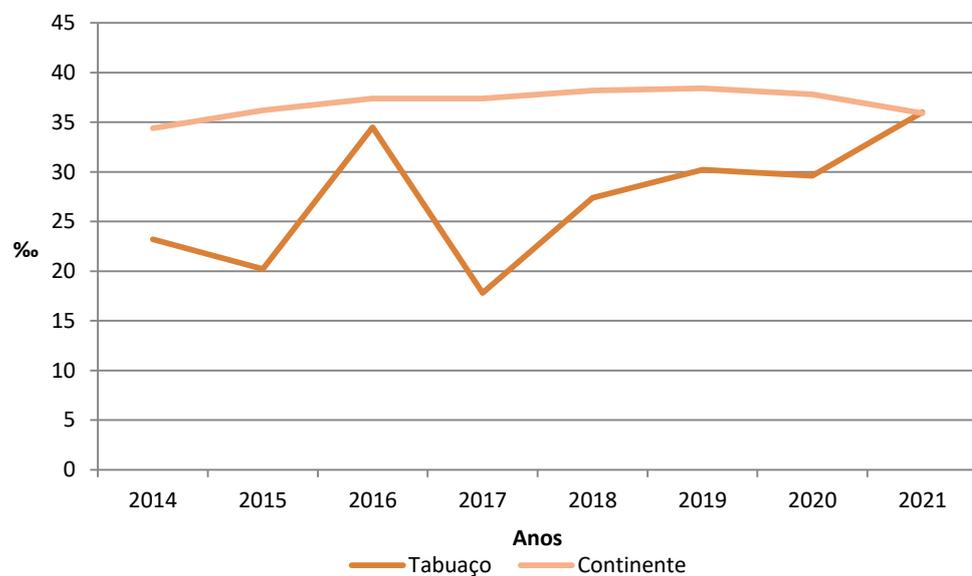
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DA NATALIDADE 2014-2021.

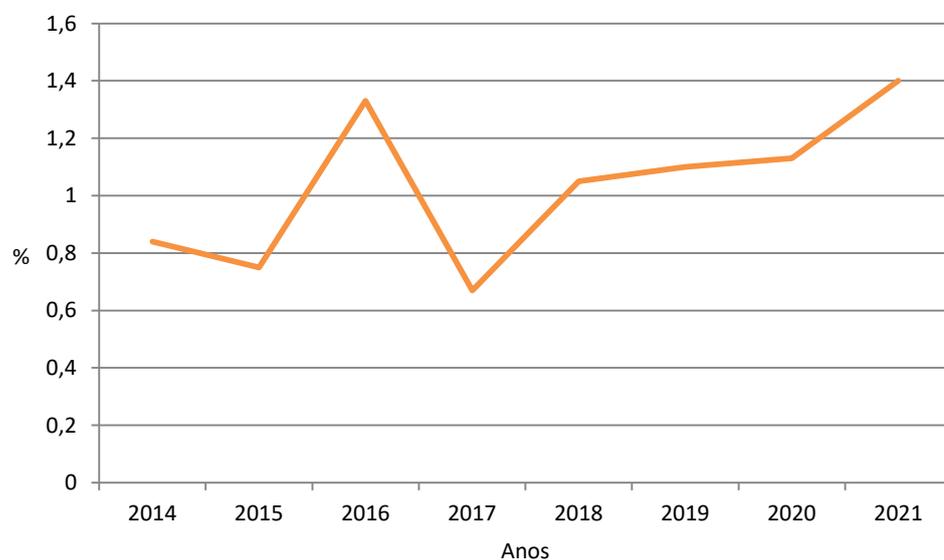


(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE 2014-2021 (%).



(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DA TAXA SINTÉTICA DE FECUNDIDADE 2014-2021.

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 12 – ÓBITOS E TAXA DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE TABUAÇO ENTRE 2014 E 2021.

Anos	Óbitos	Taxa de mortalidade ‰
2014	68	12,2
2015	79	11,7
2016	68	12,8
2017	77	12,7
2018	77	12,8
2019	78	11,3
2020	72	14,3
2021	76	15,3

(INE, I.P., Censos 2021)

ou negativo da população, porque, como veremos, a mortalidade sobrepõe-se à natalidade condicionando de sobremaneira o futuro. Assim, não se consegue definir uma tendência com segurança.

O maior número de nados-vivos encontra-se concentrado nas freguesias mais populosas, em especial na freguesia de Tabuaço, em Sendim, Chavães e na U.F. Barcos e Santa Leocádia onde vivem, naturalmente, mais casais jovens. Porém, o número de nascimentos é reduzido.

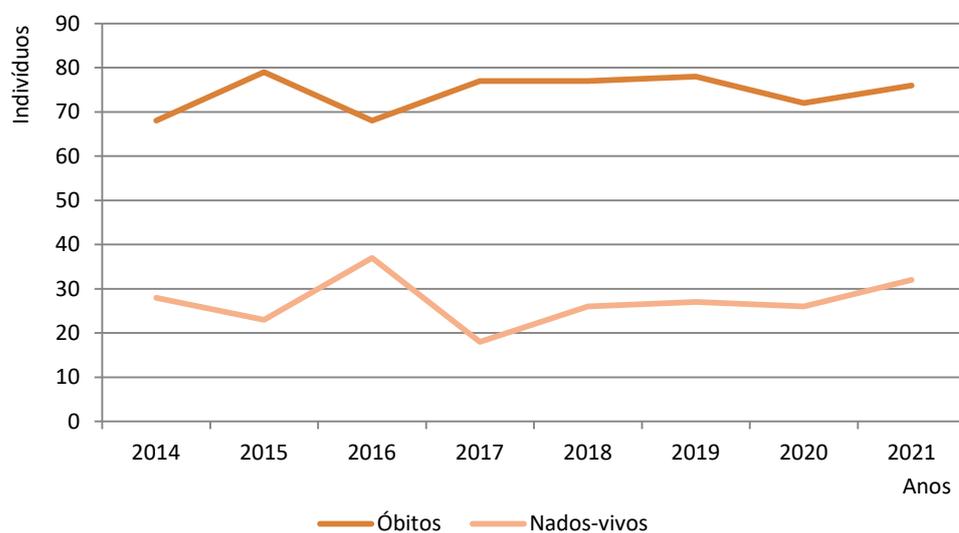
Considerando o período estabelecido (2014-2021) é notória a fraca natalidade em todas as freguesias. Entre 2014-2021, nasceram 434 indivíduos, concentrando-se o maior número na sede de concelho (148 ind.), seguida pelas freguesias da U.F. de Barcos e Santa Leocádia (66 ind.), Chavães (52 ind.) e Sendim (50 ind.). Nas restantes freguesias e no mesmo período de tempo, apenas a U.F. de Pinheiros e Vale de Figueira e a U.F. de Távora e Pinheiro alcançaram as duas dezenas, tendo as restantes freguesias ficado numa posição muito inferior. Note-se que a U.F. de Paradela e Granjinha, a freguesia da Desejosa, Arcos e Longa não alcançaram a dezena de nascimentos em sete anos. E os valores que se colhem para a natalidade encontram paralelismo no comportamento da taxa de fecundidade geral.

Os valores da fecundidade sintética mostram que a população do concelho de Tabuaço revela um quantitativo idêntico à média regional (1,46% Douro).

O número de casamentos diminuiu substancialmente; em 1981 registavam-se mais de sete dezenas de casamentos e em 2021 apenas foram celebrados quinze. Considerando a sequência de dados a partir do ano 2001, o número total dos casamentos revelou uma tendência decrescente, que se acentuou a partir de 2011 e se manteve em declínio até 2021.

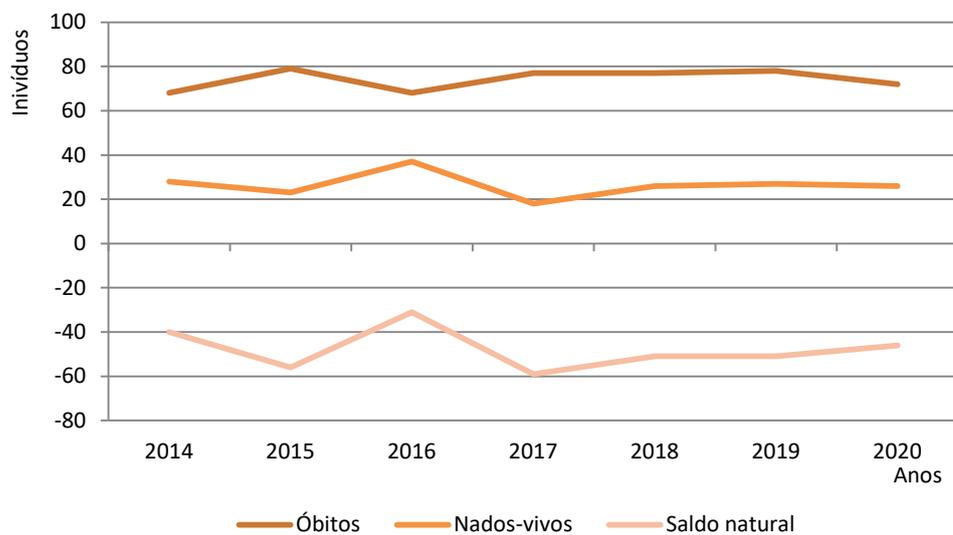
A taxa bruta de nupcialidade revela a mesma realidade; em 1981 o valor era de 8,9 ‰ (n.º de casamentos por 1000 habitantes) e, desde então, foi diminuindo para 6,1‰, alcançando metade desse valor em 2021. Paralelamente, a idade média dos nubentes aumentou, passando de 27 anos em 1981 para 33 em 2021. Na generalidade, estes valores encontram consonância nos resultados do território nacional (Portugal Continental) tendo, evidentemente, consequências na idade média do nascimento do primeiro filho que, em 1981, era de 24 anos e, em 2021, passou a ser de 32 anos. E, quanto à mortalidade infantil, no período quinquenal, 2016-2021 o valor era de 0‰.

FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DOS NADOS-VIVOS E DOS ÓBITOS ENTRE 2014-2021 (N.º).



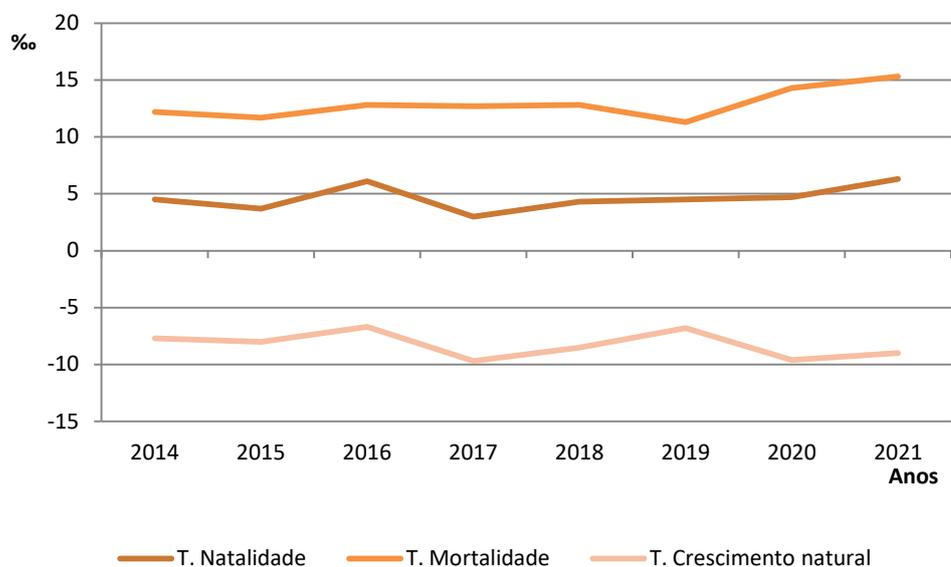
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 9 – A NATALIDADE, A MORTALIDADE E O SALDO NATURAL.



(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 10 – A TAXA DE NATALIDADE, A TAXA DE MORTALIDADE E A TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL ENTRE 2014-2021.



(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 13 – DINÂMICA NATURAL DO CONCELHO DE TABUAÇO ENTRE 2014 E 2021.

Anos	Natalidade	Taxa de Natalidade	Mortalidade	Taxa de Mortalidade	Crescimento Natural	Taxa de crescimento natural
	n.º	‰	n.º	‰	n.º	‰
2014	28	4,5	68	12,2	-40	-7,7
2015	23	3,7	79	11,7	-56	-8
2016	37	6,1	68	12,8	-31	-6,7
2017	18	3	77	12,7	-59	-9,7
2018	26	4,3	77	12,8	-51	-8,5
2019	27	4,5	78	11,3	-51	-6,8
2020	26	4,7	72	14,3	-46	-9,6
2021	32	6,3	76	15,3	-44	-9

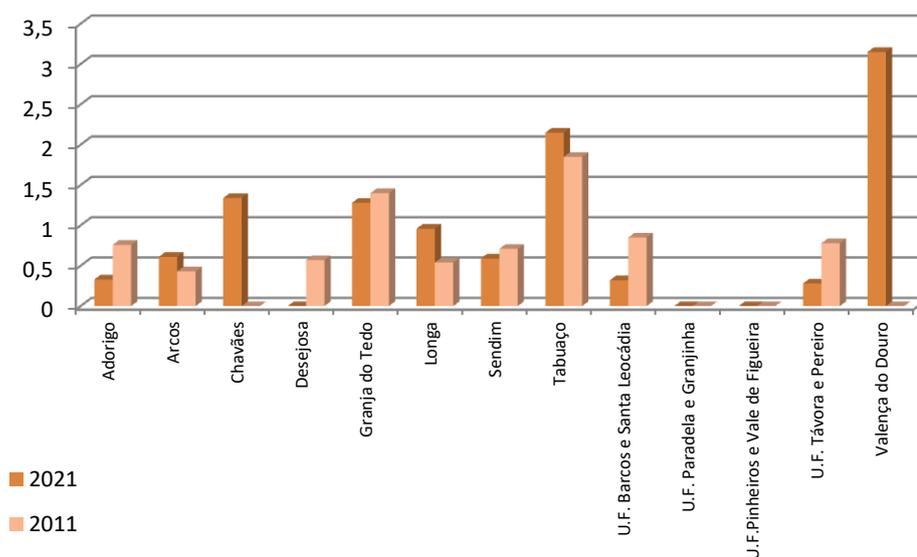
(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 14 – DINÂMICA NATURAL POR FREGUESIA EM 2021.

Unidade Territorial (Freguesia)	Nados-vivos	Óbitos	Crescimento Natural	Saldo Migratório	Crescimento Efetivo
Adorigo	0	3	-3	0,33	-1,5
Arcos	0	1	-1	0,61	-0,5
Chavães	5	3	2	1,34	1
Desejosa	1	3	-2	0	-1
Granja do Tedo	1	3	-2	1,28	-1
Longa	1	11	-10	0,96	-5
Sendim	5	8	-3	0,59	-1,5
Tabuaço	12	16	-4	2,15	-2,3
U.F. Barcos e Santa Leocádia	5	9	-4	0,32	-2
U.F. Paradela e Granjinha	0	2	-2	0	-1
U.F. Pinheiros e V. Figueira	2	2	0	0	0
U.F. Távora e Pereiro	0	5	-5	0,28	-2,5
Valença do Douro	0	2	-2	3,15	-1

(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 11 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO (EM %) RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA POR FREGUESIA EM 2011 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2021)

No que respeita aos valores da mortalidade, o município de Tabuaço espelha, à semelhança do que sucede na generalidade do território nacional, a redução de mortes por doenças infecciosas e uma prevalência de doenças degenerativas, quadro que caracteriza a transição epidemiológica o que traduz novos padrões etários na mortalidade com o prolongamento da esperança de vida. Assim, com apoio na análise dos óbitos entre 2014 e 2021 destaca-se um comportamento irregular em que apesar das oscilações, os valores se apresentam mais elevados que os da natalidade.

A população de Tabuaço deixou de estar em crescimento natural significativo há mais de seis décadas, tendo entrado num processo de abrandamento, visível em todas as freguesias o mesmo decréscimo, mesmo na sede de concelho. Este comportamento demográfico deverá ser considerado e contextualizado no âmbito dos valores absolutos da população residente e na perspetiva histórica do município e do território.

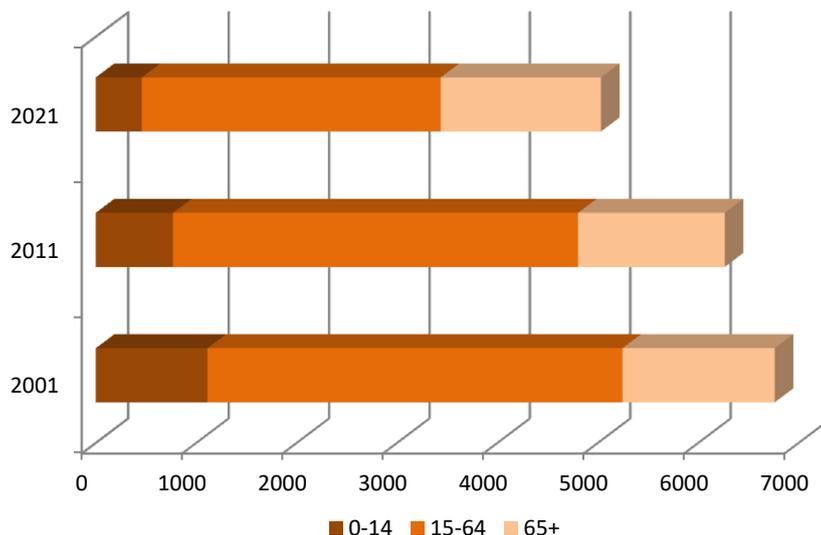
Examinando a dinâmica das migrações totais para o município de Tabuaço, para o período 2011-2021, conclui-se que o incremento populacional foi muito reduzido, o que pode significar uma menor atratividade do território em termos absolutos. No ano de 2021, e em comparação com os resultados de 2011, assinalou-se um ligeiro aumento em apenas cinco freguesias do concelho de Tabuaço, nomeadamente na freguesia de Valença do Douro, Tabuaço, Chavães, Longra e Arcos.

Em conclusão, segundo os dados recolhidos sobre a dinâmica natural por freguesias do concelho de Tabuaço, é notório que o crescimento demográfico, ao longo da última década, tem sido negativo (-2,3%) e nem o fluxo migratório, apesar do reduzido contributo, não o estancou, situação que deverá ser levada em consideração aquando do planeamento da rede educativa do município.

3.2.4. Estrutura etária da população: envelhecimento e dependência.

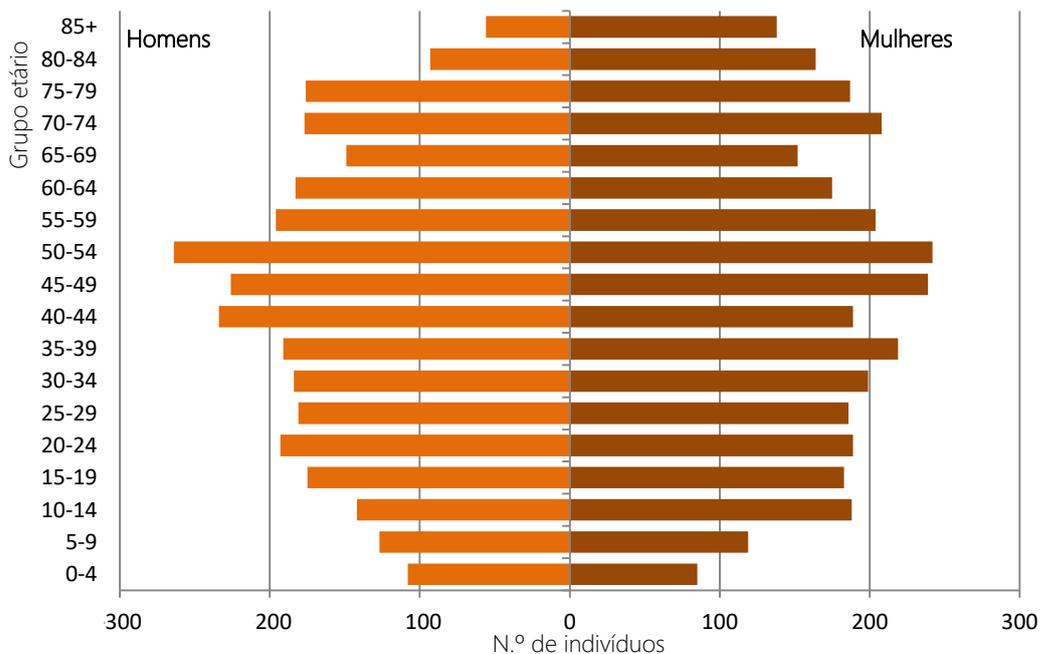
O estudo da evolução da população deve obrigatoriamente considerar o estudo das pirâmides etárias. Estas representações gráficas permitem uma leitura histórica dos acontecimentos que marcaram a população representada ao longo de décadas de vida das gerações mais antigas e traduzem a imagem da população num dado momento.

FIGURA 12 – POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS ENTRE 2001 E 2021.



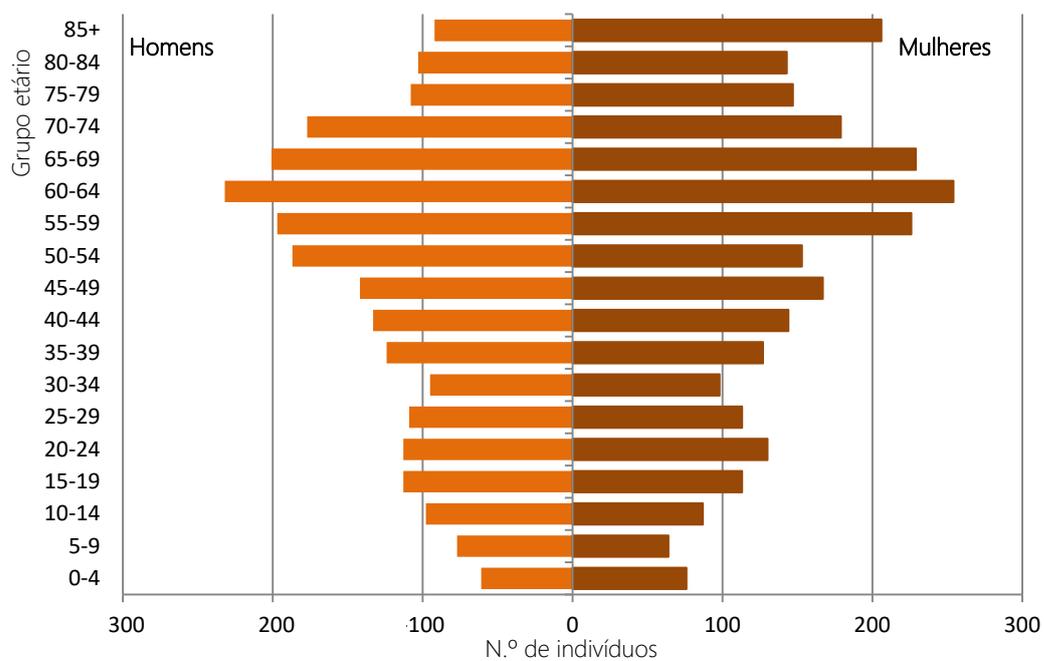
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 13 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2011.



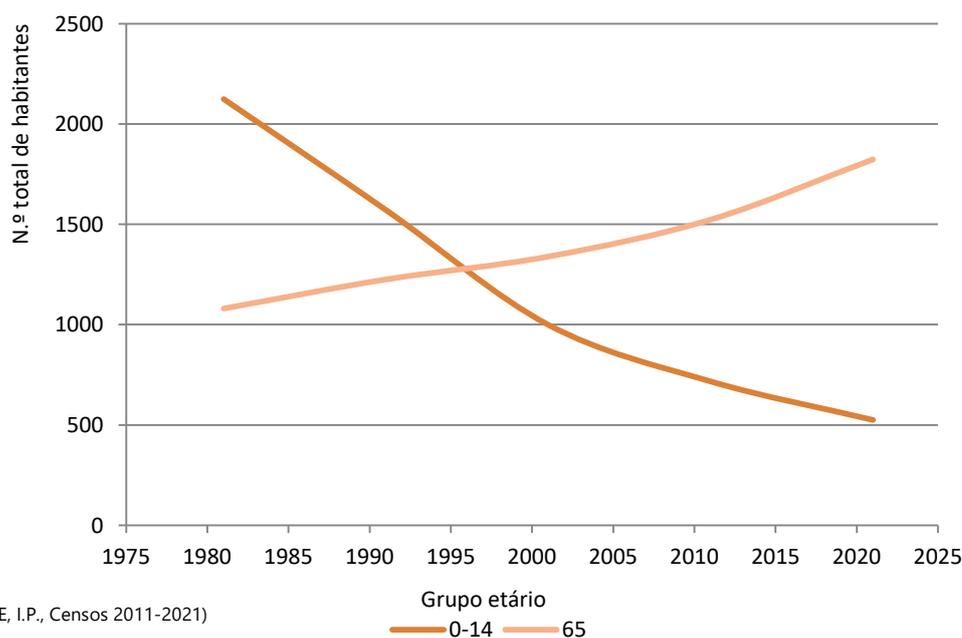
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 14 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2021.



(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 15 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS 0A 14 ANOS E 65 ANOS OU MAIS ANOS ENTRE 1980 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 15 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA E ESTRUTURA ETÁRIA, POR FREGUESIA, EM 2021.

Unidade Territorial (Freguesia)	Índice de Envelhecimento (total %)	Índice de Dependência (total %)	Estrutura Etária (%)		
			0-14	15-64	+ 65
Adorigo	303,57	14,89	2,86	3,29	3,40
Arcos	423,08	13,68	5,14	6,46	9,71
Chavães	231,71	25,15	3,43	4,67	5,10
Desejosa	800,00	4,94	6,29	5,80	5,27
Granja do Tedo	463,64	11,70	2,10	2,99	2,69
Longa	810,00	8,47	2,86	5,68	4,22
Sendim	720,00	11,53	2,67	2,54	4,39
Tabuaço	218,08	18,21	3,81	4,40	4,50
U.F. Barcos e Santa Leocádia	351,67	16,95	9,33	10,77	11,25
U.F. Paradela e Granjinha	477,78	19,15	6,10	6,76	9,11
U.F. Pinheiros e V. Figueira	371,43	15,00	6,86	5,77	7,41
U.F. Távora e Pereiro	325,00	14,16	41,90	31,40	26,60
Valença do Douro	653,85	8,33	6,67	9,48	6,36

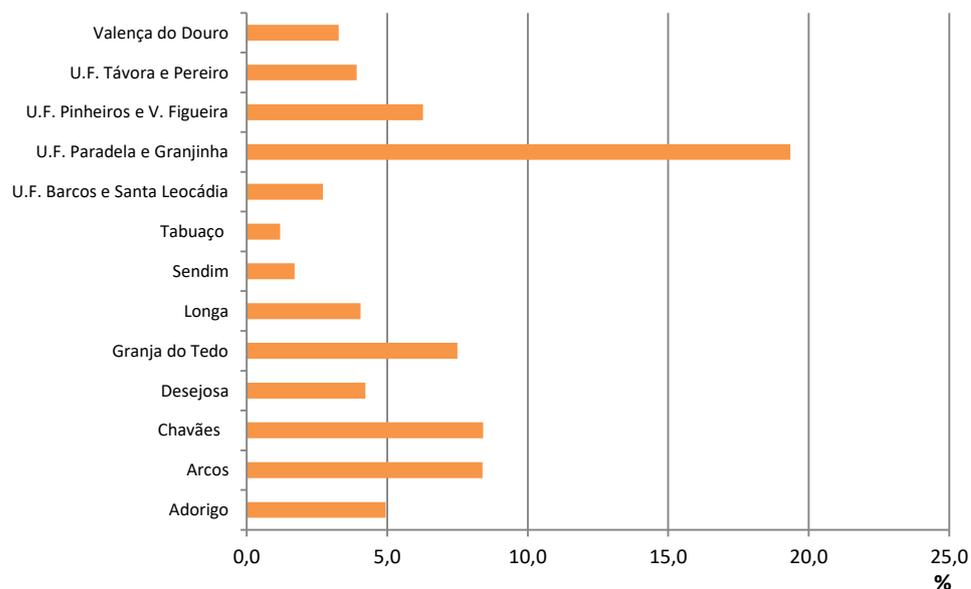
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 16 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA, POR FREGUESIA, EM 2021.

Unidade Territorial (Freguesia)	Índice de dependência (N.º)		
	Jovens	Idosos	Total
Adorigo	14,89	303,57	60,11
Arcos	13,68	423,08	71,58
Chavães	25,15	231,71	83,44
Desejosa	4,94	800,00	44,44
Granja do Tedo	11,70	463,64	65,96
Longa	8,47	810,00	77,12
Sendim	11,53	720,00	94,52
Tabuaço	18,21	218,08	57,92
U.F. Barcos e Santa Leocádia	16,95	351,67	76,55
U.F. Paradela e Granjinha	19,15	477,78	110,64
U.F. Pinheiros e V. Figueira	15,00	371,43	70,71
U.F. Távora e Pereiro	14,16	325,00	60,18
Valença do Douro	8,33	653,85	62,82

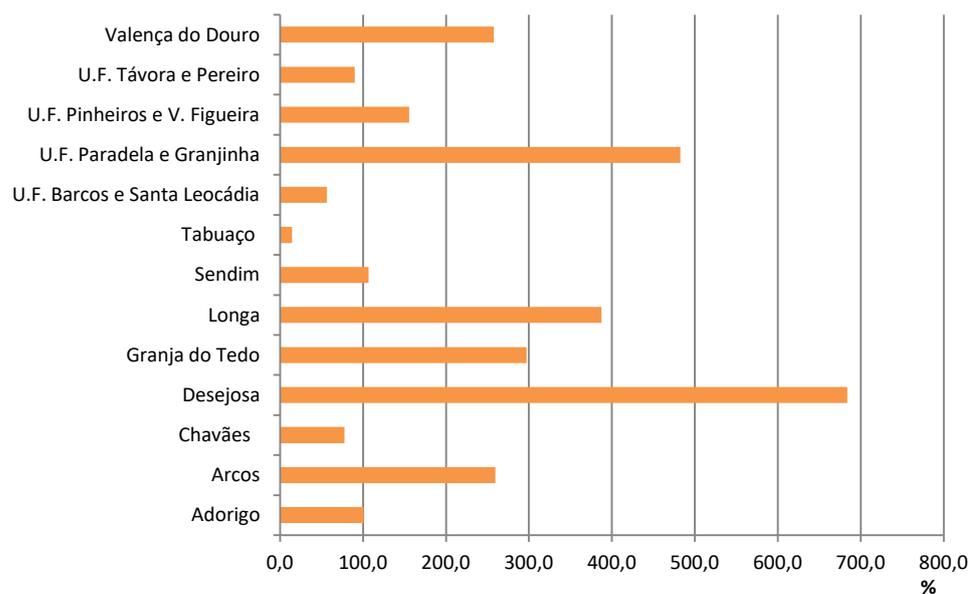
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 16 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS (%), POR FREGUESIAS, 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 17 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS (%), POR FREGUESIAS, 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Partindo para esta análise refletindo sobre os valores recolhidos para a década 2011-2021, e atendendo aos perfis populacionais, bem como os indícios que sintetizam o comportamento da estrutura etária da população, a primeira conclusão a retirar é o aumento das classes mais idosas contra a diminuição muito acentuada das classes mais jovens, o que espelha a tendência para um envelhecimento da população. Fruto de diferentes vicissitudes como a procura de emprego nos centros urbanos de grande e média dimensão, quer por motivos de qualificação, quer por motivos de remuneração, a população mais jovem regista uma tendência idêntica para as últimas décadas (1981-2021). E tal evolução levou a uma diminuição do peso da população jovem na globalidade demográfica do município de Tabuaço. Em 2021, o grande grupo etário com maior expressão no território situa-se a partir dos 50-54 anos e que a partir >65 anos, adquire um peso muito maior. Nos últimos trinta anos, a população adulta também sofreu um aumento. Esta realidade é evidente na alteração da forma das pirâmides etárias que refletem as transformações das características da população de Tabuaço.

Em suma, a melhoria das condições de vida, de saúde e de assistência social tiveram importantes reflexos no processo de redução da mortalidade e no progressivo aumento da esperança de vida, traduzindo-se num prolongamento no topo da pirâmide. Paralelamente, a diminuição observada nos grupos da base da pirâmide acaba por refletir os efeitos da diminuição da fecundidade, natalidade e no adiamento da idade de casamento e nascimento dos primeiros filhos, num quadro de incerteza perante a crise económica, desemprego e precariedade das relações laborais. No plano regional, o município de Tabuaço acaba por registar algumas diferenças nas classes etárias mais jovens, muito embora a intensidade seja baixa.

3.2.5. Previsões das tendências (2021-2031).

3.2.5.1. População residente.

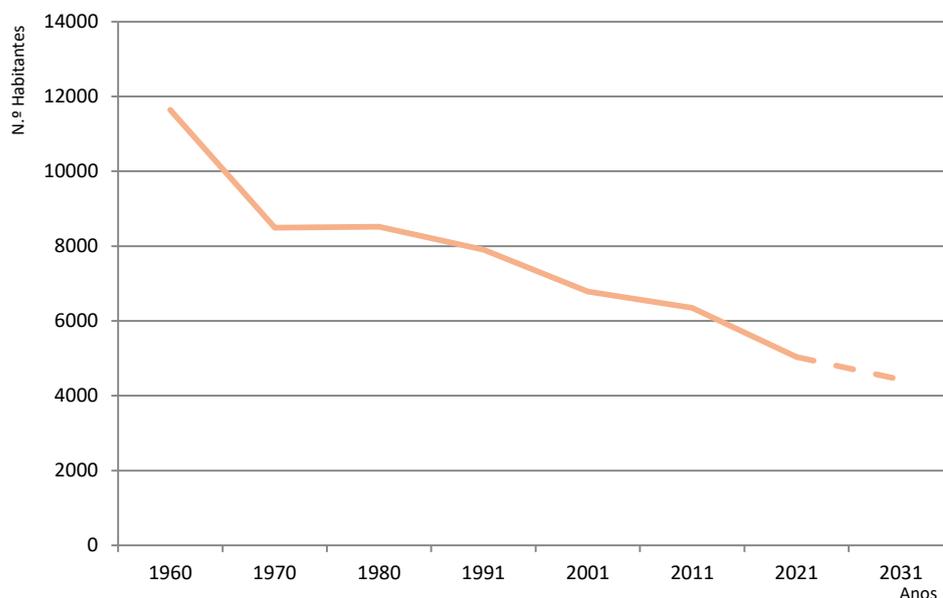
No que concerne às dinâmicas populacionais descritas e às principais implicações, sob o ponto de vista da organização das infraestruturas e das atividades no território, importa, no quadro dos objetivos desta análise,

tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das três primeiras décadas do século XXI. Para tal, utilizou-se o método das componentes por coortes como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por grupos de idades).

Os resultados da aplicação deste método a populações específicas dão informações sobre o volume e a composição (segundo o sexo e as idades) da população em momentos futuros, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excepcional (catástrofes, guerras, epidemias, etc.). Os resultados previstos traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução, ao longo do período prospetivo, dos comportamentos demográficos (mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios). O momento de partida utilizado foi a data do último recenseamento (21 de Março de 2011), projetando-se sucessivamente para períodos de 5 anos até 2031.

Entre 1960 e 2021, o município de Tabuaço revelou uma evolução negativa, passando a população residente de 11 640 habitantes, em 1960, para 5 034 habitantes, em 2021. Durante esse período, a análise realizada sobre a evolução da estrutura populacional demonstrou uma tendência significativa para o envelhecimento, em larga medida impulsionado pelo aumento da longevidade e pela quebra sistemática da fecundidade e natalidade. E, mesmo se considerarmos o acréscimo trazido pelos movimentos migratórios, a tendência da população residente natural do concelho de Tabuaço, entre 2011 e 2021, continuou a evidenciar essa diminuição, pois os indicadores não revelam um incremento mas sim uma diminuição da população migrante, passando de 252 (2011) para 226 (2021), portanto, um decréscimo de -26 indivíduos. cremos que este indicador pouco interferirá na evolução da população residente, dada a conjuntura atual, pois os fluxos migratórios são muito difíceis de prever dadas as diversas circunstâncias que os afetam, normalmente associáveis ao desenvolvimento socioeconómico local e às dinâmicas nacionais e internacionais.

Numa perspetiva conservadora, segundo as projeções desenhadas a partir dos dados existentes, espera-se uma continuidade no decréscimo populacional ou, eventualmente, a ocorrência de um crescimento nulo. Estima-se que, a partir de 2021, ocorra um novo decréscimo superior a 10%, muito provavelmente entre 12-14%, correspondendo, em 2031, ao número entre 4429-4329 habitantes.

FIGURA 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2031 (N.º).

(INE, I.P., Censos 2011-2021, Recenseamento Geral da População, 1950, 1960 e 1970; Recenseamento da População e Habitação 1981, Censos 2001 e Censos 2011 e cálculos próprios).

QUADRO 17 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA, ENTRE 2011 E 2031.

Unidade Territorial (Freguesia)	2011	2021	2031	2011 2021		2021 2031	
				n.º	%	n.º	%
Adorigo	397	301	265	-96	-24,2	-36	-12%
Arcos	233	163	143	-70	-24,2	-20	-12%
Chavães	385	299	263	-86	-30,0	-36	-12%
Desejosa	175	117	103	-58	-22,3	-14	-12%
Granja do Tedo	214	156	137	-58	-33,1	-19	-12%
Longa	370	209	184	-161	-27,1	-25	-12%
Sendim	705	675	594	-30	-43,5	-81	-14%
Tabuaço	1 782	1 535	1 351	-247	-4,3	-184	-5%
U.F. Barcos e Santa Leocádia	710	625	550	-85	-13,9	-75	-12%
U.F. Paradela e Granjinha	180	99	87	-81	-12,0	-12	-12%
U.F. Pinheiros e V. Figueira	324	239	210	-85	-45,0	-29	-8%
U.F. Távora e Pereiro	512	362	319	-150	-26,2	-43	-12%
Valença do Douro	363	254	224	-109	-29,3	-30	-12%

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031.

Grupo etário	2011	2021	2031	2011-2021		2021-2031		Tendência
				n.º	%	n.º	%	
0-14	790	459	399	-331	-41,9	-60	-13%	↓
15-24	720	466	405	-254	-35,3	-61	-13%	↓
25-64	3322	2515	2188	-807	-24,3	-327	-11%	↓
+ 65	1518	1594	1705	76	5,0	111	7%	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021).

Este resultado deverá ser entendido no quadro da metodologia de projeção da população que considera apenas a dinâmica natural (nascimentos e óbitos). Ponderando os valores totais para o município de Tabuaço, uma primeira ideia a destacar consiste na manutenção de um crescimento negativo entre 2021 e 2031.

Partindo para a análise do crescimento da população residente das freguesias do concelho de Tabuaço, estima-se que só a freguesia de Tabuaço poderá registar um tímido acréscimo populacional nesse período, enquanto a maioria das freguesias continuará a acusar um decréscimo populacional, como tem sido tendência nos períodos 2001/11 e 2011/21.

No âmbito da dinâmica migratória e encarando como cenário que na próxima década se manterá o saldo migratório registado nas últimas duas, significa que todas as freguesias registarão crescimentos negativos. Apenas a freguesia de Tabuaço e de Sendim, ainda que dentro do mesmo sentido negativo, registarão um valor mais favorável que se explica pela atratividade da sede de concelho, no caso de Tabuaço, e na proximidade a Moimenta da Beira, no caso da freguesia de Sendim. A fragilidade do desenvolvimento socioeconómico e falta de recursos humanos é uma realidade que concorre para as dificuldades nos sectores primário e secundário, com impacto na dinâmica migratória e na dificuldade em fixar residência no concelho, situação agravada pela sazonalidade dos trabalhos que caracterizam, em particular, o sector primário.

Atendendo às implicações que a dinâmica do mercado de trabalho exerce sobre as migrações, no crescimento populacional para a década de 2021-2031 prevê-se que se registarão valores e tendências muito semelhantes aos verificados para a 2011-2021, correspondendo previsivelmente a uma

diminuição superará os 10% do total da população residente (podendo alcançar 8% numa perspetiva mais otimista). No caso de surgir um incremento extraordinário da população imigrante, as freguesias de Sendim e de Tabuaço constituem a parte do território onde esse cenário será mais provável, mas evidentemente não se consegue estabelecer uma projeção rigorosa. As restantes freguesias do concelho de Tabuaço, dada a sua ruralidade e acentuado despovoamento, continuarão a revelar uma fraca capacidade de atração que, de resto, têm conhecido nas últimas décadas.

3.2.5.2 Natalidade.

No contexto da reorganização da rede de equipamentos educativos é importante analisar a projeção dos nascimentos para 2031. A apreciação do comportamento desta variável é fundamental para que se possa perspetivar quais serão os volumes de população para os diferentes escalões de idades, mesmo não se considerando o efeito resultante da presença de populações imigrantes e a diferente taxa de fecundidade.

A evolução do número de nascimentos sobreviventes por ano, nas diferentes freguesias, mostra, desde logo, uma quebra, situação que se justifica com a baixa taxa de fecundidade e a projeção da sua diminuição em virtude do reduzido número de indivíduos residentes em todas as freguesias. Além disso, o contexto de atratividade que a freguesia de Tabuaço possui por corresponder à sede de concelho, pela proximidade e concentração do mercado de trabalho e pela proximidade às instituições, em especial as que integram a oferta escolar, constitui em relação às restantes um fator de atração que se traduz na fixação de casais mais jovens na referida localidade. Segundo as projeções realizadas para o concelho de Tabuaço estima-se uma diminuição no número total de nascimentos para o intervalo 2021-2031 em cerca de -12% (cerca de -22 indivíduos nados-vivos quando comparados com o valor total de 2021), prevendo-se que dos 185 nados-vivos contabilizados na década 2011-2021, se passe ao número de 163 nados-vivos, considerando-se um cenário mais positivo e de 142 nados-vivos numa perspetiva mais conservadora. Em suma, ao nível das freguesias espera-se que, entre 2021 e 2031, ocorra um decréscimo generalizado dos valores da

natalidade, devendo registrar-se um crescimento negativo de superior a 10% em relação ao período decenal anterior de 2021. Esse declínio projeta-se também para a taxa de natalidade, em todas as freguesias, estimando-se que passará de 6,3‰ para cerca de 2,0‰. E, no caso das freguesias mais periféricas prevê-se que a diminuição seja mais acentuada considerando os valores totais dos nascimentos.

QUADRO 19 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA NATALIDADE, POR FREGUESIA, ENTRE 2014 E 2031.

Unidade Territorial (Freguesia)	2014	2016	2018	2021	2022	2014 2021		2021 2031	
						n.º	%	n.º	%
Adorigo	0	2	1	0	0	3	10,7	2	0,0
Arcos	0	1	0	0	2	1	3,6	4	0,1
Chavães	3	4	4	5	5	16	57,1	6	0,3
Desejosa	0	0	1	1	0	2	7,1	2	0,0
Granja do Tedo	0	2	1	1	0	4	14,3	2	0,0
Longa	1	0	1	1	2	3	10,7	2	0,1
Sendim	1	6	4	5	4	16	3,6	10	0,2
Tabuaço	8	15	4	12	7	39	139,3	18	0,5
U.F. Barcos e Stª Leocádia	5	5	3	5	2	18	64,3	8	0,1
U.F. Paradela e Granjinha	0	0	0	0	2	0	0,0	0	0,1
U.F. Pinheiros e V. Figueira	5	1	3	2	1	11	39,3	6	0,6
U.F. Távora e Pereiro	4	0	3	0	4	7	25,0	4	0,2
Valença do Douro	1	1	1	0	1	3	10,7	2	0,6

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

3.2.6. Estrutura etária.

Os dados relativos à evolução do número de nascimentos contribuem para explicar o agravamento do envelhecimento populacional, cujo agravamento se perspetiva, ainda que seja inferior ao estimado para a generalidade dos municípios da região Douro. A relação entre esses indicadores ajuda a compreender que a tendência geral será de perda de população, mais acentuada no grupo etário dos mais jovens (0-14 e 15-24 anos) e dos adultos (25-49 anos), e de um aumento até meados da década

de trinta do atual século nas classes etárias dos indivíduos com 50 ou mais anos, sendo que para os idosos os acréscimos tenderão a assumir uma maior expressividade. Se no ano de 2021 a proporção de jovens (<14 anos) correspondia a 9,3% da população residente em Tabuaço, para o ano de 2031 espera-se que venha a corresponder a 8,5%. Prevê-se para a década de 2021-2031, que o grupo etário dos 15 aos 24 anos passe a corresponder a 8,6%, descendo de 9,3%, equivalendo a uma diminuição de 65 jovens adultos (em 2031) sobre o valor de 470 indivíduos (em 2022), e o mesmo sucederá no grupo etário dos 25 aos 54 anos, passando de 30,3% (2021) para 27,2% (2031), correspondendo a -221 indivíduos). No entanto, nos grupos etários 54-64 e +65, estima-se que os valores serão superiores, fruto do envelhecimento da população e de acordo com a tendência de crescimento que vem sendo notada desde 2001.

QUADRO 20 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (N.º).

Grupo etário	2011	2021	2022	2031	2011-2021		2021-2022		2021-2031		Tendência
					n.º	%	n.º	%	n.º	%	
0-14	790	459	451	399	-331	- 41,9	- 8	- 1,7	- 153	-33,3	↓
15-24	720	466	470	405	-254	- 35,3	4	0,9	- 28	-6,0	↓
25-54	2526	1497	1608	1276	-1029	- 40,7	111	7,4	45	3,0	↑
55-64	794	918	863	912	124	15,6	- 55	- 6,0	49	5,3	↑
+ 65	1518	1594	1637	1705	76	5	43	2,7	111	7,0	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 21 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º).

Grupo etário	2011	2021	2022	2031	2011	2021	2022	2031	Tendência
					%	%	%	%	
0-14	790	459	451	399	12,4	9,3	9,0	8,5	↓
15-24	720	466	470	405	11,3	9,4	9,3	8,6	↓
25-54	2526	1497	1608	1276	39,8	30,3	32,0	27,2	↓
55-64	794	918	863	912	12,5	18,6	17,2	19,4	↑
+ 65	1518	1594	1637	1705	23,9	32,3	32,6	36,3	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Uma subida acentuada será registada no grupo etário dos mais idosos (+70), que passará a representar mais de 20% da população residente total no ano de 2031, quando em 2011 representava 18%.

O envelhecimento da população representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes da atualidade nas sociedades dos países desenvolvidos. Este revela reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade, bem como alterações de índole individual através da adoção de novos estilos de vida.

Não obstante o município de Tabuaço apresentar um dos mais altos índices de envelhecimento do país (índice 363,4 em 2022), as projeções, com base na diminuição do número de nascimentos, abrandamento do crescimento populacional e provável aumento da esperança média de vida, traduzem um aumento generalizado do índice de envelhecimento.

3.2.7. Evolução da população em idade escolar.

As projeções da população escolar constituem um elemento essencial e de especial importância para a previsão das necessidades associadas ao ensino, nomeadamente as infraestruturas de apoio, salas de aula e recursos humanos (docentes e não docentes). Uma vez projetados os valores da população residente para o município, importa estimar qual será a evolução provável da população em idade escolar, tendo em vista o dimensionamento dos estabelecimentos de ensino, desde o pré-escolar até ao ensino secundário. Os resultados obtidos permitem concluir que entre 2021 e 2031 os grupos etários dos 0 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos tendem a diminuir em relação à década anterior. Note-se que a utilização do grupo etário para esta análise deriva do fornecimento dos dados pelo INE, e que não nos foi possível, por agora, obter dados com outro intervalo etário, dado que ainda não foram disponibilizados os resultados definitivos.

Confrontando os dados fornecidos pelo INE com os fornecidos pelo Agrupamento e atendendo às projeções em função dos diferentes níveis etários e de escolaridade, principiando pelo grupo de crianças em idade de frequentar o Ensino Pré-Escolar é perceptível que continuará a tendência de decréscimo ou de crescimento nulo já identificada na última década.

QUADRO 22A – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031, FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE.

Grupo etário	2011	2021	2022	2031	2011-2021		2021-2031		Tendência
					n.º	%	n.º	%	
0-4	178	138	141	135	-40	-0,6	-3	-0,1	↓
5-9	251	146	140	135	-105	-1,7	-11	-0,2	↓
10-14	341	174	170	160	-167	-2,6	-14	-0,3	↓
15-19	368	224	212	195	-144	-2,3	-29	-0,6	↓

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 22B – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031.

Grupo etário	2011	2021	2022	2031	2011-2021		2021-2031		Tendência
					n.º	%	n.º	%	
0-4	178	138	141	135	-40	-3,5	-3	-0,4	↓
5-9	251	146	140	135	-105	-9,2	-11	-1,6	↓
10-14	341	174	170	160	-167	-14,7	-14	-2,1	↓
15-19	368	224	212	195	-144	-12,7	-29	-4,3	↓

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 23 – PROPORÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031, FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE.

Grupo etário	2011	2021	2022	2031	2011	2021	2022	2031	Tendência
					%	%	%	%	
0-4	178	138	141	135	2,8	2,8	2,8	2,9	↓
5-9	251	146	140	135	4,0	3,0	2,8	2,9	↓
10-14	341	174	170	160	5,4	3,5	3,4	3,4	↓
15-19	368	224	212	195	5,8	4,5	4,2	4,2	↓
Total	1138	682	663	625	-	-	-	-	↓

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

No entanto, constata-se que os dados provenientes do INE acabam por espelhar esses quantitativos, pois a análise pressupõe a totalidade dos residentes e não os enquadra, neste indicador, como estando integrados na oferta escolar pública ou privada.

Em relação ao número de crianças em idade de frequentar o 1.º CEB (6 a 9 anos) espera-se uma perda que rondará de perto os -1,2%, entre 2021 e 2025, e que a partir de 2028 cremos que terá menor impacto. De uma forma geral, apesar de baixos, os valores serão relativamente constantes.

O número de crianças em idade de frequentar o 2.º CEB (10 a 11 anos) e o número de jovens em idade de frequentar o 3.º CEB (12 e 14 anos) projetam-se em decréscimo cerca de -3% entre 2021 e 2031, com menos 25 crianças que hoje, no ano letivo de 2022-2023.

Para o ensino secundário, atendendo à evolução do grupo e não das opções de ensino que os jovens tomarão, quer seja o ensino profissional, quer seja o ensino regular, as estimativas seguem a tendência de decréscimo, muito menor que a registada na década 2011-2021 (-144 alunos), que se situará pelos valores de -29 alunos.

De uma forma global, as projeções para a população estudantil revelam uma tendência decrescente nos estabelecimentos de ensino. Assim, a relação entre o número dos alunos atuais (2021) e os que se estimam existir em 2031, projeta-se numa perda de -5,7%, ou seja, o concelho de Tabuaço perderá cerca de 10% dos jovens em idade escolar existentes em 2011, passando de 682 (2011) para 625 (2031) futuros alunos. Porém, note-se que em estes indicadores quando confrontados com os que se encontram validados pelo Agrupamento e pela Direção de Estatística do Ensino e Ciência sugerem realidades muito menos favoráveis.

3.3. Caracterização Socioeconómica.

3.3.1. Nacionalidade e multiculturalidade.

Portugal tem registado um aumento rápido de imigrantes, num curto espaço de tempo nos últimos anos. As evidências empíricas confirmam um

importante incremento de estrangeiros nos países desenvolvidos a partir da segunda metade dos anos 80. Foram os países do sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) que emergiram como recetores de imigrantes, realizando-se, uma transição da emigração para a imigração ou, em muitos casos, um modelo misto que resulta da coexistência dos dois processos. Parte desta imigração fez-se sobretudo para as grandes cidades, uma vez que estas possuem mercados de trabalho mais amplos e diversificados, oferecendo maiores oportunidades para aqueles que efetivamente procuram e anseiam por uma vida melhor. Assim, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto concentravam, em 2021, mais de metade dos estrangeiros que residiam em Portugal Continental (só Lisboa representava 51%, correspondendo a 343.995 indivíduos). O movimento migratório maciço verificado na sequência da Revolução de Abril e do conseqüente processo de descolonização dos PALOP contribuiu para aumentar o número de estrangeiros que chegavam à área metropolitana de Lisboa, assim como para reconfigurar os seus padrões de localização residencial. Contudo, esse processo não teve especial repercussão nos territórios do interior, apelidados de territórios de baixa densidade, onde se insere o concelho de Tabuaço.

Nas últimas décadas, o concelho de Tabuaço tem registado uma diminuição do crescimento populacional e a população imigrante não tem contribuído para o seu abrandamento. Isso mesmo revela a informação demográfica sobre a população residente de nacionalidade estrangeira em Tabuaço que, em 2011, era de 0,91% (58 indivíduos) e, em 2021, passou a ser de 1,15% (mantendo os 58 indivíduos), subida aparente que apenas se justifica pelo facto de a totalidade da população residente ter diminuído. E, quando comparados com o contexto nacional e regional, Tabuaço concentra um reduzido número de imigrantes. Em 2011, os estrangeiros em Tabuaço correspondiam a 2,56% do total de imigrantes residentes na região DOURO e, em 2021, representavam 2,57% face ao mesmo indicador regional. Desses valores refira-se que os homens superam as mulheres, genericamente, em cerca de 0,2%.

A grande maioria dos imigrantes do concelho (58 indivíduos em 2021) estavam maioritariamente inseridos numa faixa etária entre os 25-64 anos, encontrando-se, por isso, em idade ativa. Deduz-se, assim, que os fatores de ordem económica continuam a prevalecer na decisão de imigração.

O número de crianças e jovens residentes em Tabuaço apresenta, para já, valores pouco significativos. Em termos das habilitações, cerca de metade dos residentes estrangeiros tinham apenas o ensino básico concluído, seguindo-se os detentores do ensino secundário e, por fim, os que não apresentavam qualquer nível de escolaridade completo. Os resultados de 2021 não revelam a residência de imigrantes com o ensino superior completo, e cremos que a existirem resumir-se-ão a um valor praticamente nulo. Em termos relativos, os indivíduos provenientes dos continentes africano e asiático são os detentores das piores habilitações, ao passo que os europeus e americanos apresentam um perfil de habilitações mais favorável.

Continuando o exame aos indicadores de 2021 para Tabuaço (os únicos validados e disponibilizados oficialmente), os imigrantes europeus eram quem dominavam a imigração local representando 33,9% da totalidade, seguidos pelos imigrantes oriundos do continente asiático, com 22%, surgindo depois os americanos com 20% e, finalmente, os africanos com 8,5%. Por outro lado, enquanto nacionalidade, é ao Brasil que corresponde o maior número de imigrantes, constituindo 30,5% do total da população estrangeira. Sobressaem ainda os oriundos da Espanha, com 15,3%, e da China, com 13,6%.

O fenómeno imigratório observado no caso de Tabuaço assume contornos muito pouco relevantes, mas deverá ser enquadrado no âmbito das razões que estiveram na base da escolha deste território para viver. Desde logo, a proximidade de familiares e amigos, mostrando que a existência de redes sociais é muito importante, tanto para a decisão de migrar, como para a escolha do território de fixação. Devem ainda ser sublinhados os preços mais baixos da habitação (em comparação com as zonas urbanas) e a existência de trabalho, especialmente no setor primário. Neste contexto, é reconhecida também a importância da manutenção dos laços com o país de origem, traduzindo-se na reprodução de tradições e práticas culturais de carácter simbólico e material no país de acolhimento. Exemplo disso é a conservação de hábitos gastronómicos tradicionais, a compra de bens do país de origem ou o interesse pela música da comunidade étnica. A multiculturalidade étnica de Tabuaço poderá vir a ser considerada como uma valiosa potencialidade deste território, contribuindo para isso a presença, em 2021, de mais de 13 nacionalidades diferentes.

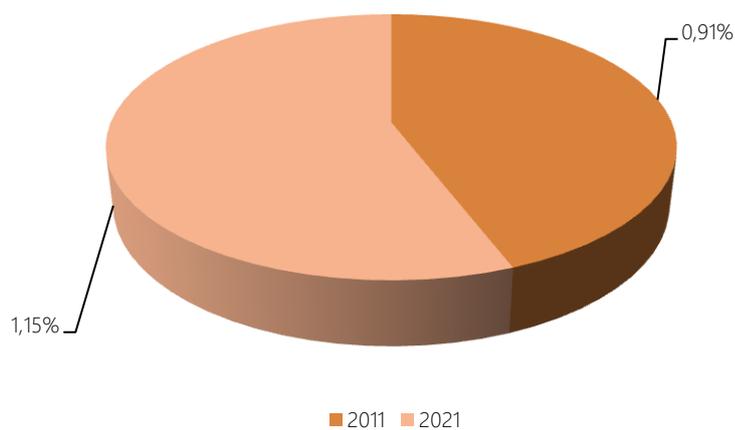
Esta diversidade concorre para a multi/interculturalidade das sociedades e das escolas, para a partilha e coabitação de tradições culturais, de competências e de saberes, também acarreta uma complexidade social e uma miscigenação de culturas, trazendo por vezes problemas de comunicação, novos conflitos e novas formas de discriminação e de exclusão.

Como salienta a UNESCO (2001) na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural *“a diversidade cultural é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento económico, mas, também, como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória”*. Constituindo a escola um importante elo de ligação à sociedade de acolhimento, devem promover-se os meios que possibilitem a adequação da instituição escolar à realidade social e multicultural e a sua articulação com as famílias e a comunidade em que está inserida (Ramos, 2007). Com efeito, a escola também deve ser vista como espaço de encontro das diferenças, de convivência entre diferentes culturas e aprendizagem, de educação e desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens, quer sejam migrantes ou autóctones. Neste contexto, compete aos Estados e aos órgãos de poder local o desenvolvimento de eficazes políticas educativas, sociais e multiculturais, com o objetivo de evitar a exclusão e a discriminação nos domínios social, económico, cultural, religioso, educativo e linguístico e para integrar a diversidade cultural, o diálogo intercultural e promover a igualdade de oportunidades nos diferentes setores da sociedade (Ramos, 2007).

A Comissão Europeia, em articulação com os estados membros, tem promovido iniciativas ao nível legislativo e dos sistemas e políticas educativas, com vista à formação dos agentes educativos, particularmente professores, para lidarem com a complexidade e a interculturalidade no ensino, a aprendizagem da pedagogia intercultural, o reconhecimento da diversidade nas relações internacionais e globais e a solidificação de uma identidade europeia, para além, da diversidade nacional. (Eurydice, 2004).

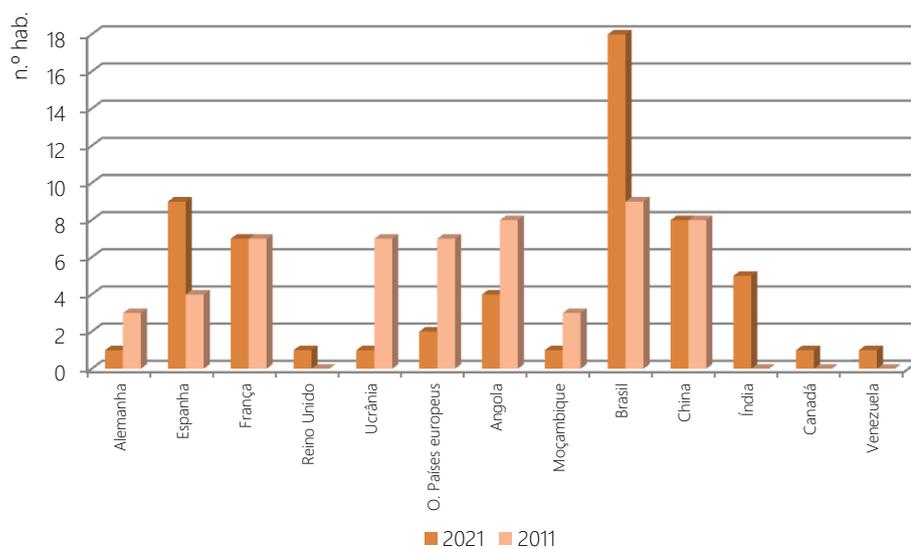
Tabuaço ainda não apresentou o seu Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes (PCIIS), dada a baixa percentagem de imigrantes no território. Todavia, possui um regulamento concelhio para a atribuição de apoios a agregados familiares carenciados e a deslocados, onde se enquadram os imigrantes.

FIGURA 19 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA EM TABUAÇO, EM 2011 E 2021.



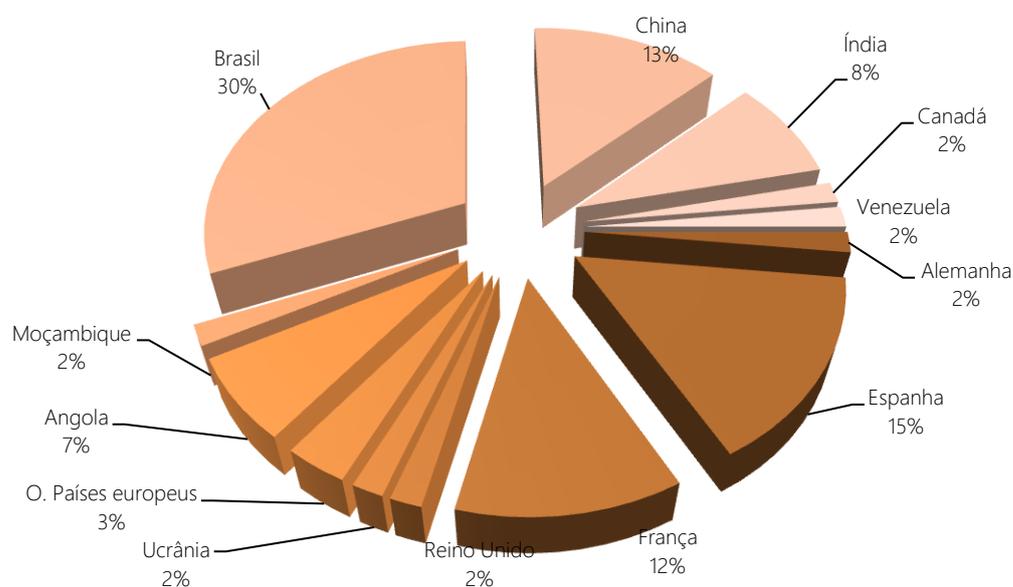
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM TABUAÇO, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 21 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM TABUAÇO, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM NO ANO DE 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Enquanto documento prioritário, o plano concelhio ajuda na procura de níveis superiores de integração e na melhoria qualitativa e da eficácia nas políticas de acolhimento e integração dos imigrantes. Caso se registem aumentos da população imigrante recomenda-se que será essencial a elaboração desse plano concelhio, articulando e trabalhando em rede com os diferentes atores criando estratégias que garantam uma atuação concertada das diferentes entidades que atuam nesta área a nível local (alguns têm uma visão e intervenção com resultados a nível nacional de que são exemplo os Planos Nacionais para a Integração dos Imigrantes [2007-2009 e 2010-2013] e, mais recentemente, o Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020).

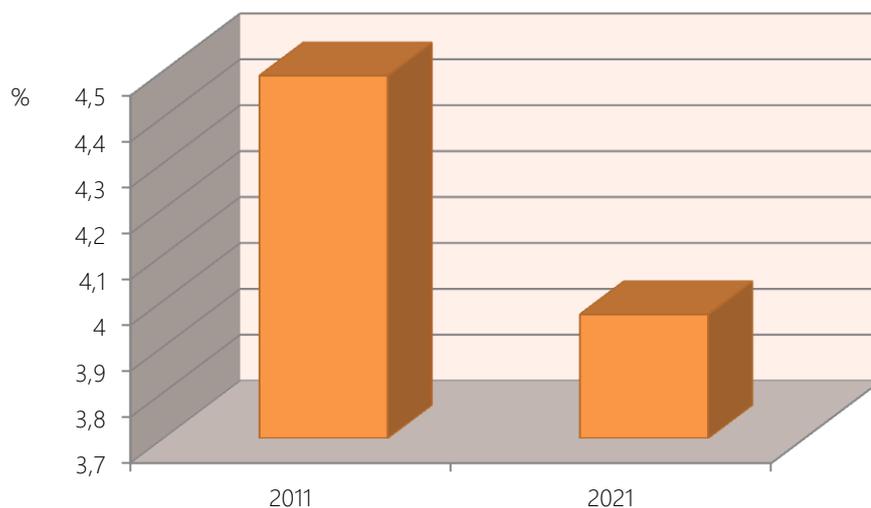
Os Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes visam o aprofundamento das políticas locais, numa lógica de sustentabilidade e de governação integrada que conta com a participação de todos – entidades públicas e privadas – que em cada concelho trabalham em prol do acolhimento e integração dos imigrantes na sociedade portuguesa. Deste modo, em virtude de um eventual incremento da população migrante,

Tabuaço deverá ponderar em desenvolver o seu regulamento ou até mesmo comprometer-se em potenciar uma estratégia global na área da imigração, participada e integradora das ações que as diferentes entidades e organismos públicos já hoje desenvolvem e outras consideradas importantes com base nas necessidades identificadas junto dos cidadãos – nacionais e estrangeiros – e das entidades coletivas (incluindo as diversas unidades orgânicas da CMS), num horizonte a curto ou médio-prazo. Os objetivos desta estratégia poderiam passar por:

- Reforçar e facilitar o acesso às estruturas de informação e apoio existentes no concelho;
- Facilitar o acesso dos imigrantes ao trabalho remunerado com enquadramento legal e às atividades económicas;
- Minorar as dificuldades dos cidadãos face às questões da habitação;
- Criar condição para a manutenção das crianças e jovens nos percursos escolares regulares;
- Aumentar as competências interculturais dos agentes da sociedade de acolhimento e dos imigrantes;
- Aumentar a visibilidade da diversidade cultural nas manifestações culturais do concelho;
- Fomentar o acesso aos cuidados de Saúde através da disseminação da informação sobre as questões da Saúde;
- Contribuir para a diminuição das desigualdades socioeconómicas;

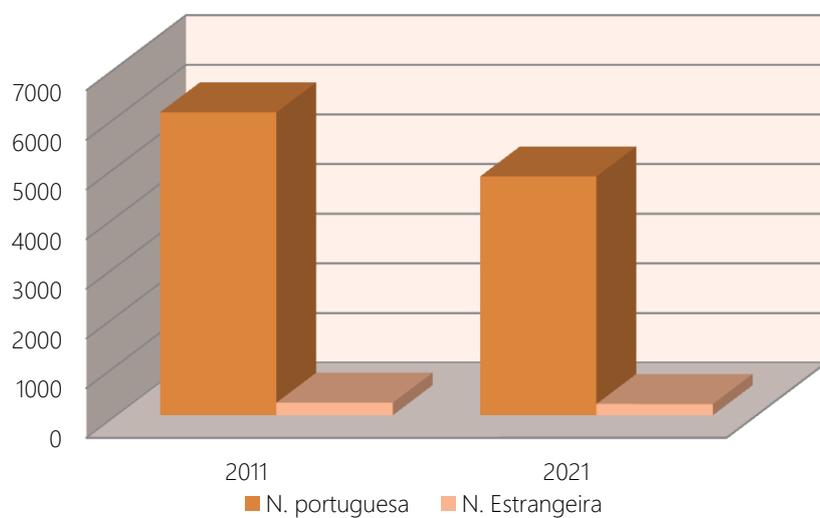
Assumindo-se como território multicultural, diverso e integrador, Tabuaço regista uma evolução quantitativa nas políticas de acolhimento e integração, quer pela responsabilidade que lhe é acometida de gestão quotidiana e planificação do rumo do concelho, quer pelo papel fundamental que está a desempenhar na implementação de medidas de integração. Após esta síntese reflexiva sobre a importância da multiculturalidade no concelho de Tabuaço, importa reter alguns valores e estatísticas que confirmam o que foi referido anteriormente.

FIGURA 22 – POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM TABUAÇO, NOS ANOS DE 2011 E 2021.



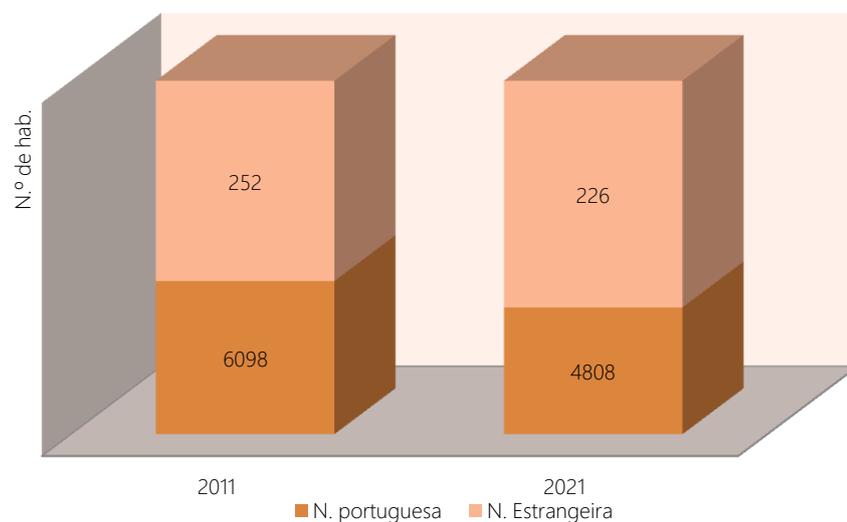
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 23 – POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM TABUAÇO, FACE À POPULAÇÃO DE NATURALIDADE PORTUGUESA NOS ANOS DE 2011 E 2021.



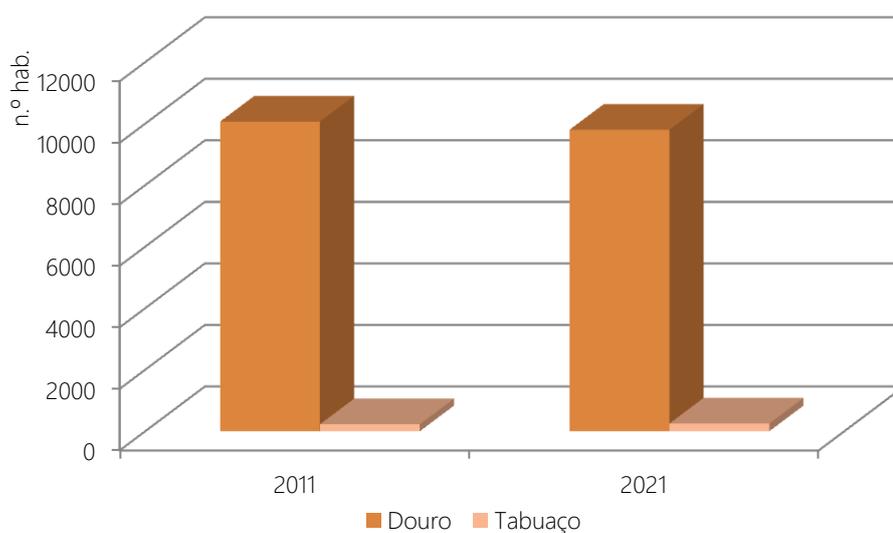
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 24 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM TABUAÇO, FACE À POPULAÇÃO DE NATURALIDADE PORTUGUESA NOS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE INDIVÍDUOS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 25 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM TABUAÇO, FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA NA REGIÃO DOURO NOS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE INDIVÍDUOS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Em Tabuaço, e tendo por referência o ano de 2011, a população de naturalidade estrangeira representava 3,97% da população total (6350 indivíduos), 0,27% acima da percentagem registada para Portugal Continental, com 3,7% (394 496 habitantes) e um vez e meia mais que o valor verificado na região Douro em 2011 (2,4%). Entre 2011 e 2021 observou-se um acréscimo da população de naturalidade estrangeira residente em Tabuaço, registando-se um aumento de 0,52%, passando de 3,97% para 4,49%. Note-se que neste indicador incluem-se indivíduos que sendo filhos de portugueses possuem naturalidade estrangeira. Em 2011, contavam-se entre estes 252 indivíduos (indivíduos incluídos na população residente total) e, em 2021, esse valor desceu para os 226 indivíduos. É neste indicador que se percebe que os valores da imigração pouco contribuiu até ao momento para o crescimento da população residente do concelho de Tabuaço, no sentido em que o total da população de naturalidade portuguesa residente no concelho, em 2011, era de 6350 indivíduos (com 252 indivíduos de naturalidade estrangeira) e, em 2021, de 5034 indivíduos (com 226 indivíduos de naturalidade estrangeira). Assim, entre 2011 e 2021, a quantidade de população residente de naturalidade portuguesa registou um decréscimo, bem como a população de naturalidade estrangeira, ainda que aparentemente a sua percentagem tenha aumentado.

A diferença apurada comprova também o declínio e o envelhecimento da população, que não conseguiu ser estancado pela fixação dos 226 indivíduos de naturalidade estrangeira que engrossa timidamente os valores totais da população residente. Retirando os 59 indivíduos de nacionalidade estrangeira considerados na população imigrante ao número total (226 indivíduos), contabilizam-se 167 indivíduos que, na sua grande maioria, durante a referida década regressaram à sua terra natal na condição de aposentados.

Finalmente, em comparação com os resultados da região Douro, a percentagem de população de naturalidade estrangeira residente em Tabuaço, em 2011, correspondia a 2,50% da totalidade dos indivíduos de nacionalidade estrangeira residente e, em 2021, o valor diminuiu, situando-se em 2,31%. Em termos absolutos destaca-se a freguesia de Valença do Douro com 3,15%, local onde se encontra a residência da maioria dos imigrantes, seguida pela freguesia de Tabuaço (vila) com 2,15%.

Deve ainda ser valorizada a presença de indivíduos com mais de uma nacionalidade (na sua esmagadora maioria são indivíduos com nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade), que embora não sejam considerados imigrantes, não deixam de ter uma forte ligação com um Estado estrangeiro. No caso de Tabuaço, existiam 196 indivíduos (2011) enquadrados nesta categoria, correspondendo a 3,09% da população total concelhia e, ao longo da última década, passaram 177 (2021), que se traduz em 3,52%. A distribuição da população estrangeira por grupo etário evidencia um maior peso da mesma nos grupos etários dos adultos.

Em suma, sendo Tabuaço um concelho mais conhecido por ser de emigrantes do que imigrantes apresenta uma certa homogeneidade na sua população estrangeira residente; a comunidade imigrante é formada por classes sociais menos privilegiadas, onde se encontram trabalhadores pouco qualificados. A maioria dos indivíduos concentrava-se na sede de concelho, tendo em 2021 passando a ser Valença do Douro a freguesia com o indicador mais elevado, e quanto ao conhecimento sobre os baixos níveis de qualificação e de rendimentos nada de relevante há a destacar. O grupo de imigrantes no território de Tabuaço tem, recentemente, sofrido transformações, nomeadamente com o aparecimento e incremento de novos imigrantes, sobretudo de nacionalidade brasileira que, em termos globais, apresenta maior número de residentes em termos absolutos.

A população imigrante caracteriza-se por ser uma comunidade pouco jovem, com níveis de qualificação reduzidos e que labora em atividades pouco qualificadas de setores como a agricultura, a construção civil, serviços domésticos ou restauração. Como o nível de rendimentos *per capita* do concelho de Tabuaço é baixo e a comunidade imigrante é reduzida, não se verifica a mesma realidade que sucede nas zonas urbanas como em Viseu (sede de distrito) onde estas comunidades, em larga medida por consequência dos seus baixos recursos económicos, estão sub-representadas em territórios marginalizados. Aqui, em Tabuaço, a exceção apenas ocorre no caso da minoria étnica cigana.

3.3.2. Famílias.

As famílias apresentam um papel central e estruturante na vida da sociedade, funcionando como um veículo de transmissão dos modelos sociais e um instrumento de socialização pelo qual os indivíduos se inserem no meio que os rodeia. Em virtude das mudanças sociais, culturais e económicas que se impõem na atualidade, os conceitos de família têm vindo a sofrer profundas alterações no que diz respeito aos seus valores, modelos e funções. O aparecimento de novos cenários e contextos familiares mais flexíveis, justifica-se pelo crescente aumento das uniões de facto, o aumento do número de crianças nascidas fora do casamento, o aumento das famílias monoparentais, recompostas e unipessoais, a diminuição da taxa de nupcialidade, o aumento dos divórcios e a redução da taxa de natalidade. Neste contexto, importa conhecer o perfil das famílias do município de Tabuaço, em termos do seu volume, composição e transformação nas últimas décadas.

Relativamente ao tipo de famílias existentes no município de Tabuaço, assumem predominância as famílias clássicas, ou seja, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, que têm relações de parentesco entre si e que ocupam a totalidade ou parte do alojamento. Em 2011 existiam 2432 famílias clássicas no concelho, correspondendo a 99,9% do total de famílias, sendo que no mesmo ano existiam apenas 4 famílias institucionais (0,19%), ou seja, residentes num alojamento coletivo governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo. No ano de 2021, o número de famílias clássicas era de 2086, pelo que a leitura dos indicadores demonstram um decréscimo de -14,2% para a última década.

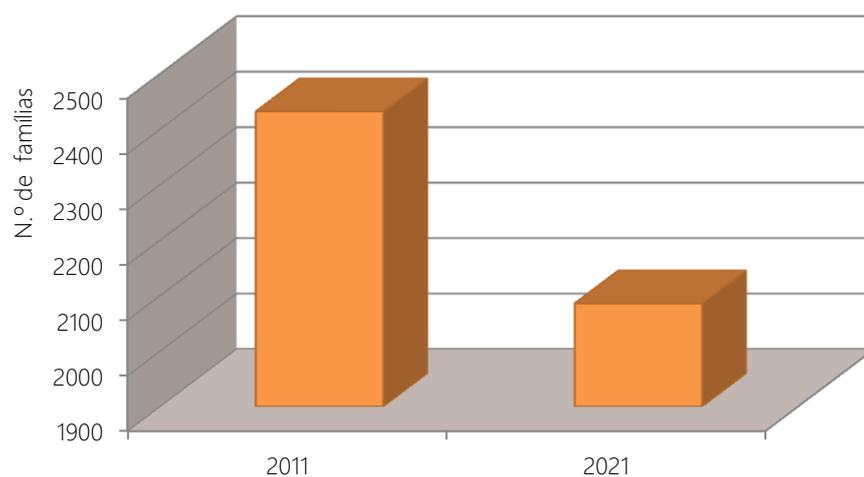
A avaliação conjunta da evolução da população, por um lado, e do número de famílias, por outro, permitiu também concluir uma tendência para a redução da dimensão média das famílias, que assume menor intensidade nas freguesias mais rurais, em virtude das questões relacionadas com o estilo de vida e com as características habitacionais. Como resultado das transformações sociais e dinâmicas demográficas atrás referenciadas, verifica-se uma diminuição da dimensão média das famílias que, no município de Tabuaço, passou de 2,6 em 2011, para 2,3 em 2021. Note-se que se trata de um valor próximo à média do Continente (2,57). Os efeitos do decréscimo populacional refletem-se ainda na estrutura familiar, que é,

como referimos, cada vez mais reduzida. Finalmente, uma nota sobre as famílias de casais com filhos até aos 25 anos que habitualmente mostram uma tendência de diminuição progressiva, mas que em Tabuaço não constituem a maioria dos casos (38,9%, em 2021), apresentando um valor semelhante à média dos municípios que lhe são limítrofes. Por outro lado, diminuiu a proporção de núcleos familiares monoparentais em Tabuaço (9,56% em 2011, para 8,6% em 2021), acabando por traduzir uma tendência para a diminuição de situações de vulnerabilidade residencial, social e económica.

A família portuguesa, apesar de manter traços tradicionais, tem mudado a sua configuração ao nível da sua estrutura e da forma como estabelece as relações, assumindo-se atualmente como uma família diferente. O aumento acentuado dos divórcios nas últimas décadas torna comum a formação de uma nova família, através de um novo casamento ou de uma coabitação com um novo companheiro, onde existem, frequentemente, filhos de uniões anteriores, de ambos os cônjuges/companheiros, ou de apenas de um deles, juntando-se os filhos da atual relação conjugal. São as denominadas famílias reconstituídas ou recompostas que em Tabuaço correspondem a cerca de 3,71% (2011) e 5,6% (2021) dos núcleos familiares, um valor abaixo da média do Continente (6,55%).

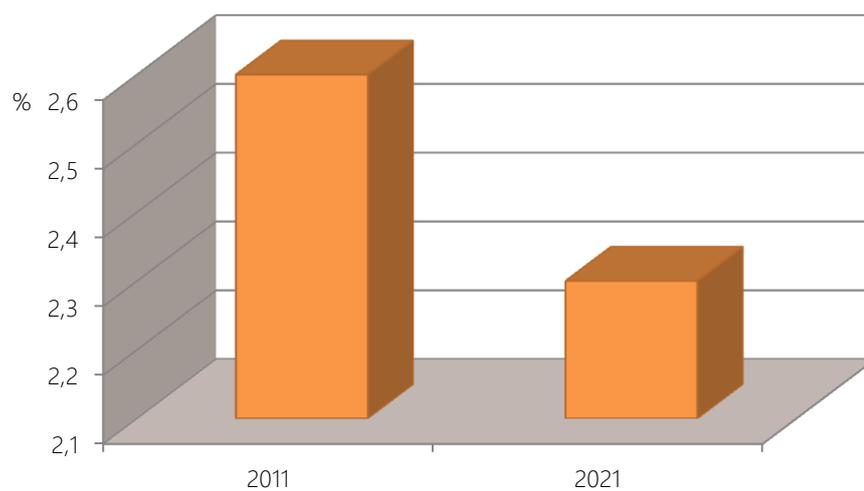
Uma das transformações na estrutura das famílias está relacionada com o crescimento da autonomia residencial dos indivíduos, com mais pessoas a viver sós, em todas as idades e em diferentes fases da vida (solteiros, separados, divorciados e viúvos). A evolução temporal das pessoas a viver sozinhas configura uma tendência para o crescimento deste tipo de famílias, dado que, entre 2011 e 2021, aumentou a proporção de famílias clássicas unipessoais a residir em Tabuaço (de 21,8% passou para 25,6%). Esta evolução tem vindo a ser atribuída ao progressivo envelhecimento da população e ao isolamento dos idosos, mas também a mudanças na vida dos indivíduos mais jovens, sobretudo solteiros e divorciados que procuram uma maior autonomia e individualidade. Ao nível das famílias unipessoais compostas por pessoas com 65 e mais anos, a evolução em Tabuaço passou por um aumento (de 13,7% em 2011 para 15,8% em 2021). Tratam-se com alguma expressão, tendo por referência o observado no Continente (de 8,87% passou para 10,17% no mesmo período), o que reflete o aumento do envelhecimento verificado neste município.

FIGURA 26 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).



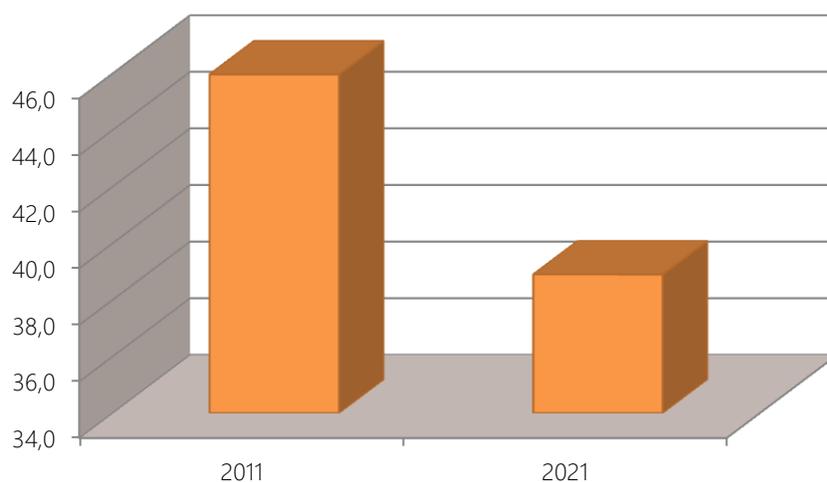
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 27 – EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO MÉDIA DAS FAMÍLIAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE TABUAÇO (MÉDIA DE INDIVÍDUOS).



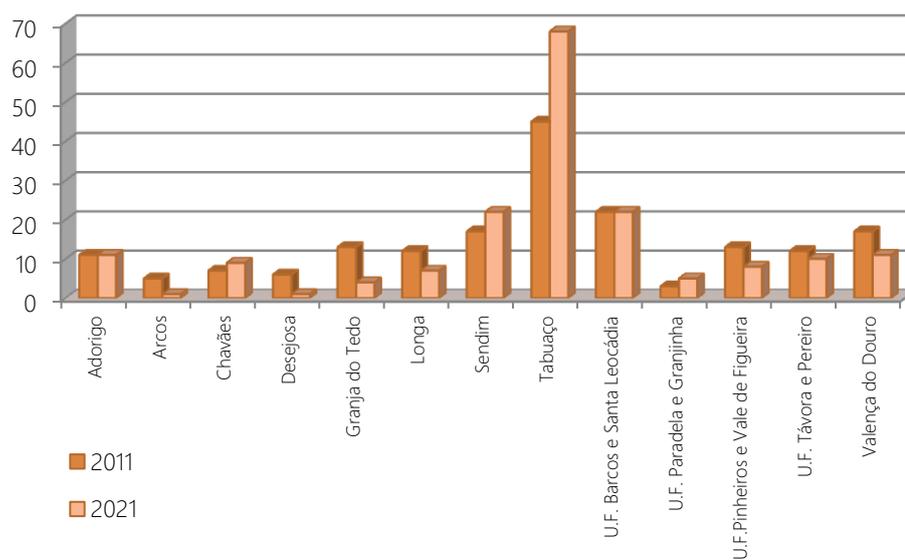
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 28 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS, COMPOSTAS POR FILHOS ATÉ AOS 25 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).



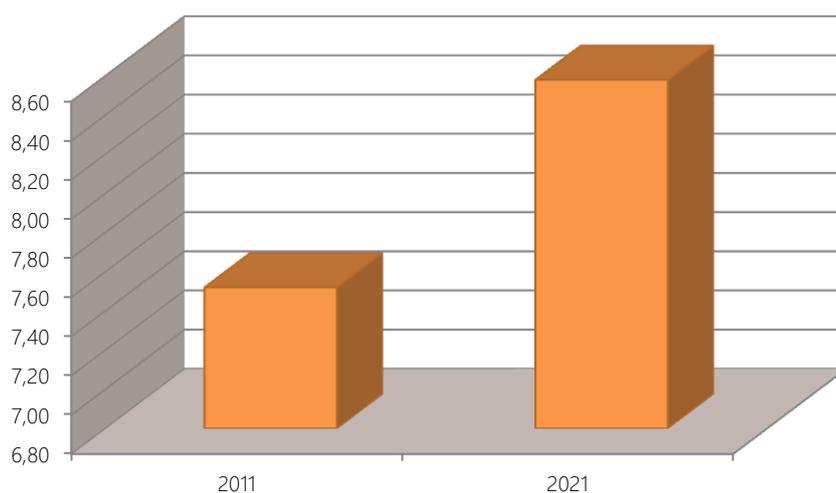
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 29 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TABUAÇO (%).



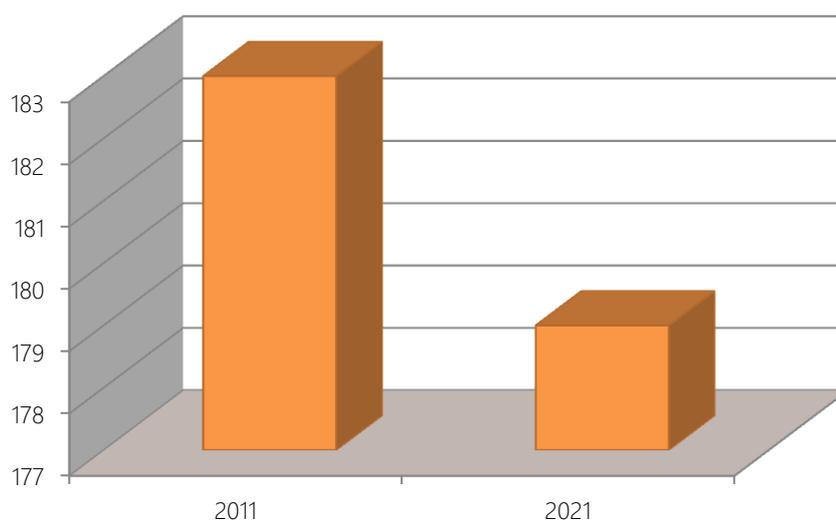
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 30 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE TABUAÇO (%).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS UNIPESSOAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE TABUAÇO (N.º DE FAMÍLIAS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 24 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE TABUAÇO, COMPOSTAS POR FILHOS ATÉ AOS 25 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).

Unidade Territorial (Freguesia)	2011					2021				
	Total	Casal de Direito		Casal de Facto		Total	Casal de Direito		Casal de Facto	
		com, pelo menos, um filho/enteado com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos	com, pelo menos, um filho/enteado com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos		com, pelo menos, um filho/enteado com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos	com, pelo menos, um filho/enteado com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos
Adorigo	58	38	17	1	2	39	24	12	3	0
Arcos	31	24	7	0	0	17	9	6	2	0
Chavães	64	51	11	2	0	34	16	6	12	0
Desejosa	24	18	6	0	0	17	6	11	0	0
Granja do Tedo	27	18	6	3	0	17	11	4	1	1
Longa	45	32	13	0	0	19	12	5	2	0
Sendim	89	63	26	0	0	71	42	25	4	0
Tabuaço	281	219	36	25	1	205	132	38	33	2
U.F. Barcos e Stª Leocádia	92	77	12	3	0	69	50	13	6	0
U.F. Paradela e Granjinha	19	14	4	1	0	7	4	3	0	0
U.F. Pinheiros e V. Figueira	76	61	9	6	0	27	20	6	1	0
U.F. Távora e Pereiro	58	38	17	1	2	47	34	9	4	0
Valença do Douro	31	24	7	0	0	32	18	9	5	0

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 25 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE TABUAÇO, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).

Unidade Territorial (Freguesia)	Dimensão das famílias (núcleo familiar, por pessoas)					
	2	3	4	5	6	Total
Adorigo	35	46	19	21	6	127
Arcos	24	33	11	7	2	77
Chavães	25	54	19	15	9	122
Desejosa	19	16	12	5	2	54
Granja do Tedo	23	25	6	12	3	69
Longa	24	46	12	8	5	95
Sendim	79	113	55	26	8	281
Tabuaço	136	213	148	76	30	603
U.F. Barcos e Stª Leocádia	54	87	46	35	13	235
U.F. Paradela e Granjinha	12	21	6	4	2	45
U.F. Pinheiros e V. Figueira	32	42	14	15	4	107
U.F. Távora e Pereiro	34	67	24	21	7	153
Valença do Douro	36	45	23	11	3	118
Total	533	808	395	256	94	

QUADRO 26 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE TABUAÇO, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	Dimensão das famílias (núcleo familiar, por pessoas)				
	2	3	4	5	6
Adorigo	1,7	2,2	0,9	1,0	0,3
Arcos	1,2	1,6	0,5	0,3	0,1
Chavães	1,2	2,6	0,9	0,7	0,4
Desejosa	0,9	0,8	0,6	0,2	0,1
Granja do Tedo	1,1	1,2	0,3	0,6	0,1
Longa	1,2	2,2	0,6	0,4	0,2
Sendim	3,8	5,4	2,6	1,2	0,4
Tabuaço	6,5	10,2	7,1	3,6	1,4
U.F. Barcos e St ^a Leocádia	2,6	4,2	2,2	1,7	0,6
U.F. Paradela e Granjinha	0,6	1,0	0,3	0,2	0,1
U.F. Pinheiros e V. Figueira	1,5	2,0	0,7	0,7	0,2
U.F. Távora e Pereiro	1,6	3,2	1,2	1,0	0,3
Valença do Douro	1,7	2,2	1,1	0,5	0,1

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 27 – FILHOS NOS NÚCLEOS FAMILIARES POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E TIPO DE NÚCLEO FAMILIAR, EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	Filhos nos núcleos familiares por local de residência	
	Casal de direito com filhos	Casal de facto com filhos
Adorigo	37	3
Arcos	16	3
Chavães	23	14
Desejosa	17	0
Granja do Tedo	19	2
Longa	19	2
Sendim	68	4
Tabuaço	178	37
U.F. Barcos e St ^a Leocádia	71	6
U.F. Paradela e Granjinha	7	0
U.F. Pinheiros e V. Figueira	26	1
U.F. Távora e Pereiro	43	5
Valença do Douro	27	5

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 28 – ESTRUTURAS FAMILIARES E SUA COMPOSIÇÃO, POR FREGUESIA, EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021						
	Total	Casal de Direito		Casal de Facto		Pai com filhos	Mãe com filhos
		Sem filhos	Com filhos	Sem filhos	Com filhos		
Adorigo	93	39	37	3	3	2	9
Arcos	54	30	16	4	3	0	1
Chavães	102	54	23	2	14	2	7
Desejosa	35	12	17	5	0	1	0
Granja do Tedo	46	19	19	2	2	0	4
Longa	71	38	19	5	2	1	6
Sendim	200	102	68	4	4	3	19
Tabuaço	469	161	178	25	37	6	62
U.F. Barcos e Stª Leocádia	191	87	71	5	6	5	17
U.F. Paradela e Granjinha	31	16	7	3	0	1	4
U.F. Pinheiros e V. Figueira	74	35	26	4	1	0	8
U.F. Távora e Pereiro	120	53	43	9	5	3	7
Valença do Douro	82	34	27	5	5	1	10

(INE, I.P., Censos 2021)

As alterações sociodemográficas verificadas ao longo das últimas décadas, relacionadas com o aumento da esperança média de vida e das alterações ocorridas nos padrões de fecundidade e de nupcialidade, têm-se refletido num decréscimo de aproximadamente uma pessoa por família clássica. Esta redução da dimensão média das famílias clássicas resulta não apenas do aumento do número das famílias unipessoais, mas também da redução do número de famílias numerosas. Se em 2011 as famílias clássicas constituídas por uma só pessoa representavam 25,4% (530 famílias) famílias) do total de famílias, na década seguinte assistiu-se a um aumento de 0,2 pontos percentuais (25,6%, 533 famílias). Já a proporção de famílias clássicas com 5 ou mais pessoas decresceu, ainda que com pouco significado. Numa referência ao número de pessoas existentes nas famílias clássicas no ano de 2021, verifica-se uma predominância de famílias constituídas por duas pessoas (808 famílias, correspondendo a 38,7%). A este propósito Alves-Pinto (2003) refere que *“a família alargada, vivendo debaixo de um mesmo teto, quase desapareceu; a família nuclear em muitos*

casos deu lugar a famílias monoparentais ou famílias reorganizadas". Por sua vez, (2021) as famílias clássicas constituídas por três elementos apresentam resultados a ter em conta (395 famílias, correspondendo a 18,9%).

As famílias compostas por 4 e 5 pessoas apresentam uma menor representatividade no contexto do município de 12,3% e 3,0%, respetivamente. As famílias constituídas por seis e mais elementos correspondem a apenas 1,5%.

A freguesia de Tabuaço (vila) concentra o maior número de famílias não unipessoais, na totalidade, pelo que acaba por revelar-se como a localidade com a maior percentagem de famílias nos diferentes indicadores. Destaca-se como a freguesia que apresenta a maior percentagem de famílias com apenas uma pessoa (6,5%), como resultado da presença de um grande número de idosos que residem sozinhos, verificando-se situações relacionadas com o isolamento social, mas também a freguesia que regista a maior expressão de famílias numerosas, com cinco ou mais elementos (1,1%). Por outro lado, a U.F. de Paradela e Granjinha regista a menor expressão de famílias não unipessoais, na totalidade, com 21, 6 e 4 famílias respetivamente, correspondendo as famílias com dois elementos a 1%, 0,3% e 0,2% e a famílias com cinco ou mais elementos a 0,00%.

Do ponto de vista da evolução das estruturas familiares e da sua composição, é possível observar-se uma tendência de diminuição do número de elementos das estruturas familiares no município de Tabuaço. Predominam as famílias clássicas com sem núcleo (43,4%), ou seja, pessoas a viver sozinhos ou outros tipo de família, seguindo-se as famílias com um núcleo (35,1%). Esta tendência assume-se comum à observada no Continente e nos municípios limítrofes.

No que diz respeito às famílias com um núcleo, o casal de direito continua a ser a forma predominante de organização da família em Tabuaço e em todos os municípios limítrofes, destacando-se o casal de direito sem filhos como a estrutura predominante (43,4% em Tabuaço e 9,0% no Continente). No entanto, convém referir o número de casais com filhos no município (51,8%), algo que surge relacionado com o progressivo adiamento da idade parental e com o contexto socioeconómico desfavorável com que se deparam inúmeras famílias. Finalmente, devemos ainda salientar que no município há um reduzido número de casais de facto com filhos (82 famílias,

correspondendo a 5,2%), comparativamente ao número de casais de facto sem filhos (76 famílias, correspondendo a 4,8%).

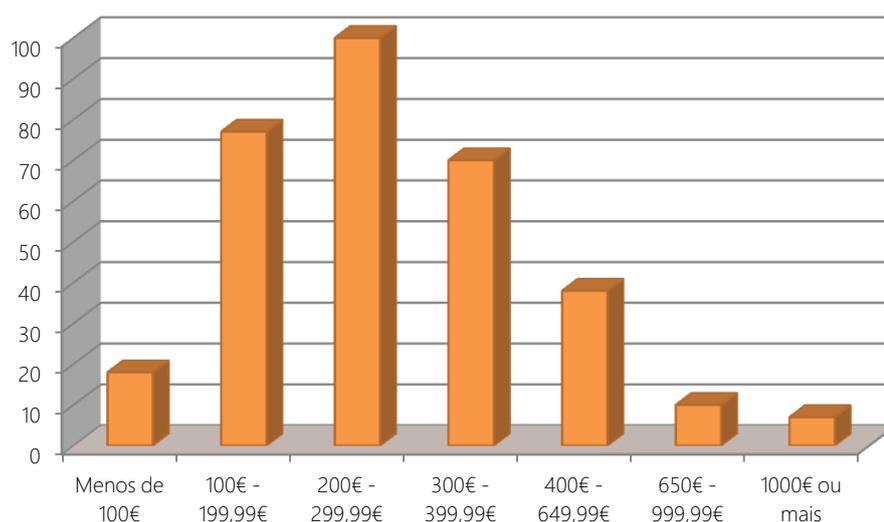
Os núcleos familiares monoparentais (pai ou mãe só a viver com filhos de todas as idades) têm vindo a aumentar, especialmente em resultado do aumento das ruturas conjugais (divórcios e separações). Em 2021, no município de Tabuaço existiam 154 famílias compostas por mãe e filhos (9,8%) e apenas 25 famílias constituídas por um pai e filhos (1,6%). A análise por freguesia segue de perto o observado anteriormente, sendo de destacar a expressividade de casais de direito sem filhos nas freguesias de Tabuaço (vila) e Sendim (com 161 e 102 famílias, respetivamente), sendo que nas restantes freguesias a média é muitíssimo inferior (52,3 média de famílias). De resto, o mesmo sucede nos restantes indicadores.

3.3.3. Condições de vida.

A descrição do território e da população pressupõe uma avaliação dos elementos presentes na sua componente social. Nas últimas décadas, as condições de vida da população portuguesa alteraram-se profundamente, assistindo-se ao aumento gradual do rendimento das famílias. A partir da década de oitenta verificou-se, de uma forma geral, um aumento das capacidades aquisitivas da população, não só ao nível dos equipamentos, mas também das infraestruturas, nomeadamente na introdução de melhorias ao nível das condições básicas das suas habitações.

As mudanças observadas na sociedade consideram aspetos relativos às variáveis que caracterizam quantitativamente e qualitativamente o local de habitação dos residentes, a utilização de meios de transporte, as dificuldades dos residentes, a inserção no mercado de trabalho, e as situações de exclusão social, quer por via do desemprego, quer por via de outros subsídios de sobrevivência. Assim, é aqui feita uma análise mais detalhada dos principais aspetos dos meios de vida, destacando-se as situações mais problemáticas, o ponto de vista social e da política de suporte que é necessário desenvolver. A dinâmica económica e social descrita tem tradução no posicionamento que o território de Tabuaço revela em termos de nível de vida (poder de compra).

FIGURA 32 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM TABUAÇO, 2021 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 29 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM TABUAÇO FACE AOS CONCELHOS LIMÍTROFES (N.º).

Unidade Territorial (Município)	Valor do encargo							Total
	Menos de 100€	100€ - 199,99€	200€ - 299,99€	300€ - 399,99€	400€ - 649,99€	650€ - 999,99€	1000€ ou mais	
Douro	719	3086	4702	3110	2382	596	300	14895
Armamar	41	136	150	70	58	17	7	479
Moimenta da Beira	26	144	234	137	95	22	17	675
Penedono	11	39	50	34	20	2	3	159
S. João da Pesqueira	64	173	152	95	75	18	9	586
Sernancelhe	14	61	83	57	41	5	5	266
Tabuaço	18	77	100	70	38	10	7	320
Aguiar da Beira	9	55	69	42	40	5	4	224
Sátão	31	212	243	144	104	23	11	768
Mêda	17	74	89	61	38	9	6	294
Trancoso	20	132	180	104	66	14	6	522

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Em termos dos encargos para a aquisição de habitação, em 2021, Tabuaço (valor médio dos encargos situam-se entre 200,00€ - 299,00€) apresenta um valor abaixo da média do Continente (392,56€). No que se refere aos territórios limítrofes, Tabuaço surge entre os cinco concelhos com menores encargos com a aquisição de habitação.

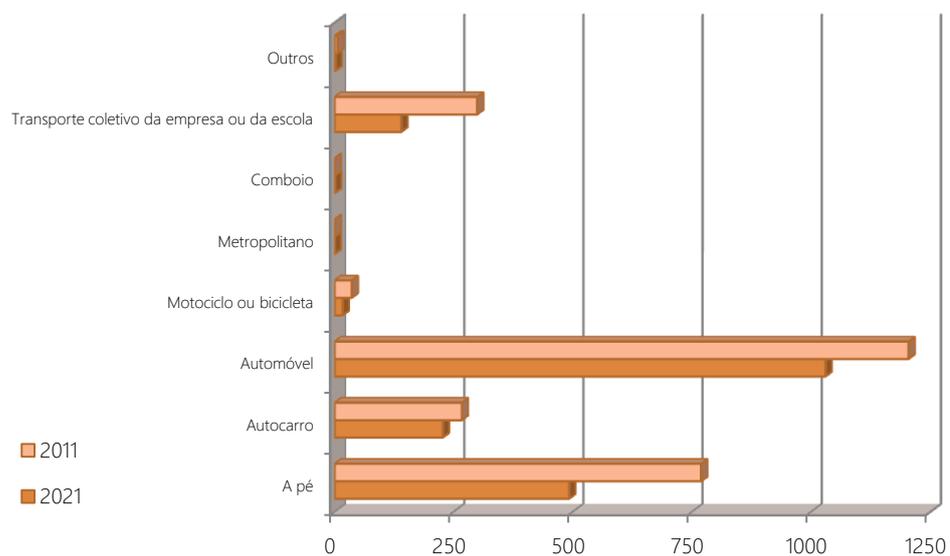
As deslocações pendulares fazem-se sobretudo através do transporte individual. Quando se analisa a proporção de população residente que utiliza o automóvel nas suas deslocações, cerca de 53,95% serve-se deste meio de transporte, valor considerado elevado, ainda que inferior à média do Continente (61,61%). Deste indicador é importante extrair que a maioria se trata do próprio condutor. A duração média mínima dos movimentos pendulares da população residente, empregada ou estudante, é de 16'50". A maior parte dessa população possui o seu local de trabalho ou estudo no mesmo município, tendo aumentado a população que de Tabuaço se desloca para outro município por motivos de trabalho e/ou estudo, passando de 317 indivíduos, em 2011, para 443 indivíduos, em 2021.

Embora o desemprego não conduza necessariamente a situações de pobreza e exclusão social, devido ao seu carácter temporário, os dados estatísticos têm vindo a confirmar que o período de desemprego tende a atingir horizontes temporais mais alargados, sendo nesses casos os desempregados mais suscetíveis de entrar em situações de maior desfavorecimento económico e social.

A taxa de desemprego no concelho de Tabuaço diminuiu entre 2011 e 2021 e revela uma tendência para continuar a diminuir. Os indivíduos do sexo feminino em situação de desemprego superam os do sexo masculino e, em termos totais, os valores mostram um decréscimo que se aproxima do dobro. No que diz respeito às freguesias, os valores referentes aos indivíduos em situação de desemprego são mais elevados nas freguesias mais rurais e situadas em locais de mais difícil acesso, facto que contribui para a explicação dos valores, se considerarmos as dificuldades de mobilidade no concelho de forma a aceder às freguesias que concentram e oferecem mais oportunidades de trabalho.

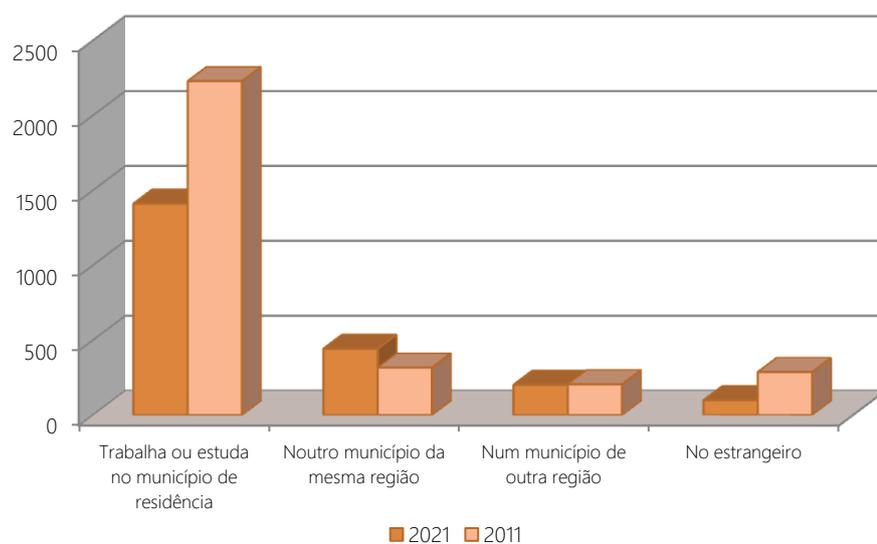
No ano de 2021 contabilizava-se um total de 41 beneficiários do subsídio de desemprego por o número total de habitantes, valor pouco elevado, sobretudo quando comparado com os municípios limítrofes. Dentro do grupo dos beneficiários deste subsídio, cerca de 44,64% apresentavam idade

FIGURA 33 – MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO EM TABUAÇO (N.º DE INDIVÍDUOS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 34 – POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA OU ESTUDANTE POR LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO (N.º INDIVÍDUOS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 30 – DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO RESIDENTE OU ESTUDANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2021) (MINUTOS (')).

Unidade Territorial (Freguesia)	Duração média dos movimentos pendulares da população residente ou estudante por local de residência (2021)
Adorigo	9' 88"
Arcos	27' 53"
Chavães	14' 54"
Desejosa	20' 97"
Granja do Tedo	17' 19"
Longa	36' 13"
Sendim	31' 17"
Tabuaço	30' 54"
U.F. Barcos e Santa Leocádia	16' 40"
U.F. Paradela e Granjinha	21' 11"
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	19' 64"
U.F. Távora e Pereiro	24' 64"
Valença do Douro	19' 63"

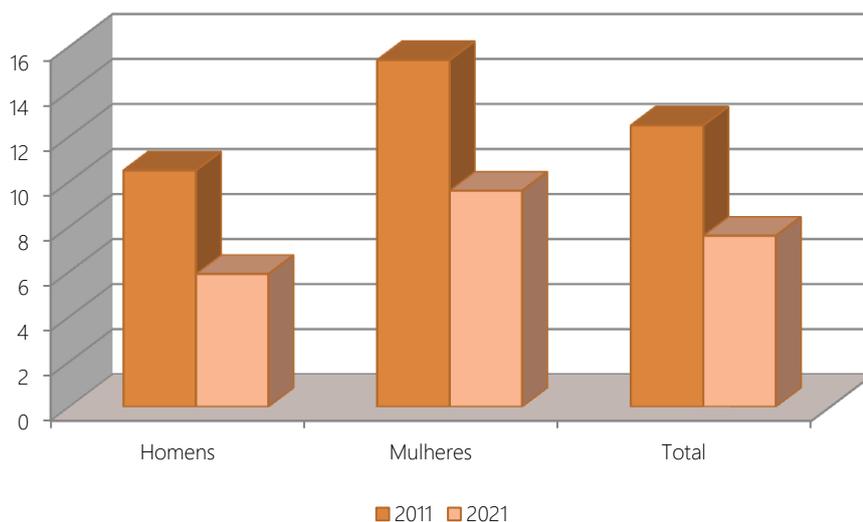
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 31 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE QUE SAI E ENTRA NO CONCELHO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, EM 2021 (N.º HAB.)

Unidade Territorial (Freguesia)	Proporção da população residente que entra no concelho por local de residência (2021)	Proporção da população residente que sai do concelho por local de residência (2021)
Tabuaço	388	497

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 35 – TAXA DE DESEMPREGO, POR HOMENS E MULHERES, EM TABUAÇO, ENTRE 2011 E 2021 (%).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 32 – TAXA DE DESEMPREGO, POR FREGUESIA DO CONCELHO DE TABUAÇO, EM 2021 E 2011 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		2011		Total 2021
	H	F	H	F	
Adorigo	7,58	11,63	17,05	21,43	7,59
Arcos	3,33	10,00	9,76	26,67	9,17
Chavães	8,70	11,11	2,00	3,45	6
Desejosa	2,94	4,17	4,00	5,56	9,76
Granja do Tedo	3,57	4,55	18,52	17,65	3,45
Longa	12,20	10,71	4,41	11,11	4
Sendim	2,94	8,96	9,48	28,57	11,59
Tabuaço	6,83	8,53	10,18	13,11	5,33
U.F. Barcos e Santa Leocádia	3,28	7,87	13,37	24,49	7,7
U.F. Paradela e Granjinha	7,14	33,33	2,70	5,00	5,21
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	4,55	5,71	20,00	10,00	17,39
U.F. Távora e Pereiro	8,64	21,15	9,57	14,29	5,06
Valença do Douro	3,85	8,89	6,74	10,71	13,53
Tabuaço (vila)	5,91	9,63	10,52	15,43	6,19

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 33 – RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO RMG, RSI E SD NO CONCELHO DE TABUAÇO, EM 2021 E 2011 (%).

	2011		2021	
Beneficiários do RMG e RSI no total da população residente com menos de 25 anos (%)	6,5		5,4	
Beneficiários das prestações de desemprego no total da população residente (%)	Subsídio de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego
	1,94	0,6	0,81	0,12
Beneficiários do subsídio de desemprego em % dos beneficiários ativos (%)	7,5		2,7	

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

inferior a 29 anos, salientando-se a ideia do desemprego jovem ser expressivo neste território. No ano de 2021 existiam 247 beneficiários do rendimento social de inserção no município de Tabuaço, contabilizando-se um total de cerca de 50 beneficiários por 1000 habitantes. Destes, cerca de 38,05% possuíam menos de 25 anos, quantitativo que deve motivar uma séria reflexão, na medida em que se trata de um valor elevado, não só pela percentagem de jovens que a receber o RSI que representa, bem como a receber o subsídio de desemprego. Por fim, o indicador *per capita* do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, por habitante, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional. De acordo com os dados para 2019, os mais recentes e validados, Tabuaço apresenta um indicador *per capita* de 55,9, encontrando-se abaixo da média registada para o Continente (100,6). Comparativamente aos municípios da região DOURO, todos apresentam um melhor posicionamento em termos de poder de compra que Tabuaço, com valores superiores.

3.3.4. Sistema urbano e equipamentos.

Nos concelhos situados em territórios de baixa densidade, mesmo antes da implementação dos processos de transferência de competências, sempre

foi frequente registarem-se parcerias e protocolos de cooperação para o desenvolvimento de atividades, quer promovidas pela oferta escolar concelhia, quer promovidas pela autarquia. Assim, o recurso e a utilização de certos equipamentos municipais pela comunidade escolar, sobretudo do âmbito da cultura e do desporto, constituem a garantia do sucesso dessas atividades. No concelho de Tabuaço, os principais equipamentos que habitualmente estão adstritos às atividades escolares são os de carácter desportivo, como o complexo das piscinas municipais e o Pavilhão Gimnodesportivo de Tabuaço. Mas a autarquia identifica outros equipamentos que entende deverem ser integrados nas atividades escolares, como o Estádio Municipal, os espaços museológicos (Museu Abel Botelho, Museu do Imaginário Duriense, o Rijomax), o Auditório do Centro de Promoção Social. Alguns destes equipamentos já são utilizados por determinados níveis de ensino, como sucede com o Pré-Escolar e o 1.ºCEB.

3.3.5. Saúde.

No que diz respeito à assistência e cuidados de saúde, presentemente, o concelho de Tabuaço possui um Centro de Saúde constituído pelas unidades funcionais da UCSP TABUAÇO, a UCC Terras do Douro, a URAP e a extensão da Unidade de Saúde Pública do ACES Douro Sul e que servem a totalidade da população. Não possui hospital, a população do concelho é servida pelo SUB de Moimenta da Beira, pela Unidade Hospitalar de Lamego (Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE) e pelo Hospital de São Teotónio – Centro Hospitalar Tondela-Viseu.

Observando alguns indicadores relacionados com a Saúde, salienta-se a posição desfavorável de Tabuaço em termos de disponibilidade de serviços, da relação distância-tempo na assistência e do rácio do número de habitantes por pessoal da Saúde, do qual se registam os quantitativos de 359,57 hab./enfermeiro e de 1.006,2hab./médico. Ainda há a referir a existência de 1.257,8hab./farmacêutico e a existência de apenas 2 farmácias no concelho.

No que respeita a alguns indicadores relacionados com as diferentes taxas de mortalidade, o concelho de Tabuaço apresenta ao nível da

mortalidade infantil o valor nulo de 0,0‰ (2021), bem como da mortalidade neonatal de 0,0‰ (2021).

No que respeita à taxa de mortalidade e sua distribuição por alguns tipos de doenças, em 2021, merece destaque a mortalidade por tumores malignos com o valor de 17,6%, a mortalidade por doenças do aparelho circulatório com 23,5%, a mortalidade por doenças do foro respiratório com 7,4% e as doenças do foro respiratório com 1,5%. Em comparação com os valores regionais do Douro, Tabuaço apresenta sempre valores inferiores.

Quanto ao número de consultas médicas na UCSP Tabuaço, observa-se a predominância das consultas de medicina geral e familiar, seguindo-se as consultas de saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente. Esta distribuição é semelhante aos municípios limítrofes, sendo que as consultas de medicina geral e familiar assumem uma clara dominância.

3.3.6. Ambiente.

Os indicadores relacionados com o Ambiente, tais como aqueles que revelam a existência e a capacidade das infraestruturas básicas, dão conta do bom posicionamento de Tabuaço, uma vez que no ano de 2020 praticamente a totalidade da população estava abrangida por sistemas de abastecimento de água (100%) e por sistemas de drenagem de águas residuais (100%), sendo mesmo o único município da região Douro com esse indicador. Os valores de água segura para consumo humano, em 2021, dão novamente conta de uma posição favorável do município que atinge o valor de 99,2%.

A quantidade de resíduos urbanos por habitante corresponde a 395,2kg/hab. (2021), um dos valores mais baixos de toda a região Douro cujo valor médio se situam nos 464,0kg/hab. No que diz respeito à recolha, cerca de 43,8kg/hab. são recolhidos seletivamente, um valor inferior à média da região Douro 53,1kg/hab., situando-se o concelho de Tabuaço abaixo dos municípios limítrofes evidenciando uma posição desfavorável neste domínio.

Em termos das despesas realizadas pelos municípios por habitante em matéria de gestão de recursos, de gestão e proteção ambiental, como

ar e clima, águas residuais, resíduos, solos e águas, ruído e vibrações ou biodiversidade e paisagem, em 2021, Tabuaço apresentava o valor de 86,7€/hab., inferior à média da região Douro, de 99,3€/hab. Por último, para 2021, o consumo de energia elétrica por habitante em Tabuaço era de 2.395,3kWh/hab., que era inferior à região Douro (3068,9 kWh/hab.) e ao Continente (4.721,9 kWh).

3.3.7. Dinâmica económica e emprego.

O conhecimento detalhado das dinâmicas económicas revela-se essencial no processo de planeamento territorial nos domínios da Educação, de nível estratégico, não só por constituir a base económica real do município, mas porque irá permitir detetar as principais vocações territoriais, contribuindo para a compreensão do posicionamento e do desenvolvimento económico do município de Tabuaço. Este domínio pretende contribuir para um melhor conhecimento do tecido empresarial deste território, em especial da sua indústria face aos desafios atuais em termos de qualificação e competitividade territorial. Para além de uma caracterização detalhada das dinâmicas empresariais recentes do município, deseja-se contribuir para a identificação de uma oferta formativa adequada às necessidades das empresas que se localizam neste território, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam na região.

3.3.7.1. Educação e qualificação.

A população residente em Tabuaço com 15 e mais anos é relativamente mais escolarizada do que a globalidade da população da região Douro. Para esta afirmação concorre a análise da população em dois níveis. Assim, considerou-se a população residente em Tabuaço com apenas o ensino básico concluído (16,8 %), cujo resultado revela ser superior à média da região do Douro (15,1%), mas, por outro lado, atendeu-se à população que

atingiu níveis de escolaridade superiores (ensino superior) que se apresenta inferior (8,6%) à proporção existente com o mesmo indicador na região Douro (14,8%) e à proporção no Continente (20,0%).

Numa análise mais detalhada e relativamente aos níveis de escolaridade superiores, verifica-se que praticamente todos os municípios limítrofes apresentam uma situação mais favorável que Tabuaço, destacando-se nesse âmbito os municípios de Sabrosa, Armamar e Moimenta da Beira com percentagens mais elevadas referentes à população que possui um diploma de ensino superior (9,2%, 9,5% e 12,2%, respetivamente). No que diz respeito ao Ensino Secundário completo, o concelho de Tabuaço posiciona-se entre os concelhos com menor percentagem de indivíduos, com 16,7%, apenas superando S. João da Pesqueira (16,5%) e sendo ultrapassado por Sabrosa, Armamar, Moimenta da Beira e Sernancelhe (17,6%, 18,2%, 18,9% e 19,6%). E comparativamente à região do Douro (19,9%) e ao Continente (23,6%), Tabuaço apresenta uma percentagem inferior.

Numa leitura ao perfil de habilitações da população residente, a maioria possui o 1.º CEB (35,8%), seguindo-se o 3.º CEB (16,8%) e, depois, a população com o Ensino Secundário (16,7%).

Tabuaço tem vindo a registar melhorias significativas nas componentes relacionadas com a qualificação da sua população residente. Desde 2011, o território assistiu a um decréscimo do número de indivíduos com 15 e mais anos sem qualquer nível de ensino e simultaneamente viu aumentar a população com o ensino superior, mostrando um quadro de melhoria dos níveis de alfabetização da população residente.

Outra variável que permite analisar o grau de escolarização é a taxa de analfabetismo. Em 2011, Tabuaço registava 500 indivíduos como analfabetos e, em 2021, o número reduziu para 295. Em termos de taxa de analfabetismo, e salientando a sua evolução, em 2011 o valor situava-se em 8,6% e em 2021 era de 6,2%, mantendo-se ligeiramente superior à região Douro, com 5,4%, e ao continente com 3,0%. No que diz respeito à comparação dos valores do analfabetismo entre os sexos é visível o desequilíbrio que, em 2021, se mantém: a taxa de analfabetismo no sexo feminino é de 7,7%, enquanto no sexo masculino esse valor se limita aos 4,6% no ano de 2021. Numa referência às freguesias, destacam-se a U.F. de Paradela e Granjinha, Sendim e Chavães com as maiores percentagens de população na taxa de analfabetismo (15,8%, 11,3% e 10,8%, respetivamente),

QUADRO 34 – TAXA DE ANALFABETISMO POR FREGUESIA E SEXO EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Adorigo	4,60	7,69	6,62
Arcos	6,52	6,71	7,19
Chavães	6,94	7,41	10,82
Desejosa	8,53	12,95	2,63
Granja do Tedo	3,51	1,75	6,08
Longa	7,25	5,06	4,90
Sendim	2,94	6,86	11,25
Tabuaço	7,02	14,86	3,71
U.F. Barcos e Santa Leocádia	1,71	5,34	6,16
U.F. Paradela e Granjinha	4,86	7,43	15,79
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	16,67	14,89	3,98
U.F. Távora e Pereiro	3,77	4,17	4,25
Valença do Douro	2,98	5,41	6,02
Tabuaço (vila)	4,24	7,63	6,24

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 35 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE SEM NENHUM NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO POR FREGUESIA (N.º DE INDIVÍDUOS).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Adorigo	8,40	9,15	8,79
Arcos	8,33	7,69	8,00
Chavães	16,39	25,00	20,93
Desejosa	5,26	5,36	5,31
Granja do Tedo	10,45	10,26	10,34
Longa	8,00	18,18	13,07
Sendim	11,34	19,77	15,91
Tabuaço	3,66	7,40	5,74
U.F. Barcos e Santa Leocádia	8,27	10,80	9,56
U.F. Paradela e Granjinha	17,78	20,00	18,89
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	6,80	7,83	7,34
U.F. Távora e Pereiro	7,55	13,45	10,61
Valença do Douro	8,85	18,75	14,11
Tabuaço (vila)	7,95	12,40	10,32

(INE, I.P., Censos 2021)

no sentido contrário, as freguesias da Desejosa, Tabuaço e U.F. Pinheiros e Vale de Figueira apresentam menores proporções de população no mesmo indicador (2,63%, 3,71% e 3,98%, respetivamente).

Prosseguindo com a análise sobre o domínio e indicadores de baixa escolaridade, para além do analfabetismo, encontra-se um conjunto de indivíduos que, embora saibam ler e escrever, não completaram qualquer nível de ensino, tendo em muitos casos assumido contornos do habitualmente designado “analfabetismo funcional”. Neste indicador, todas as freguesias apresentam valores abaixo da média nacional, mas, no entanto, as freguesias da Desejosa e da U.F. de Pinheiros e Vale de Figueira assumem uma posição mais favorável.

A baixa escolaridade da população é um dos aspetos mais visíveis do abandono escolar e as suas causas impedem que se cumpra o direito universal à Educação, em particular no cumprimento da escolaridade obrigatória, entendida como a base da formação necessária para a população. Muitas são as causas do abandono escolar, sendo que a Estratégia Portugal 2020 procurou nos seus compromissos recuperar jovens que já tinham abandonado o sistema de ensino, sem terem concluído os ciclos de estudos obrigatórios. Para tal, foi dada prioridade à diversificação das vias de ensino, nomeadamente através do reforço das vias vocacionais e profissionalizantes, com um forte pendor da formação em contexto de trabalho. Estas formações propuseram-se a uma tripla função de recuperação de jovens com percursos de insucesso, acolher jovens com percursos escolares regulares e aumentar o volume de ativos jovens com competências reconhecidas pelas entidades empregadoras, visto que o contributo dessas formações para a redução registada em Portugal, nas taxas de abandono escolar precoce, foi reconhecido pelas avaliações realizadas às intervenções cofinanciadas no âmbito do QREN 2007-2013.

Em 2021, 10,32% da população residente em Tabuaço com 15 ou mais anos de idade não tinha completado qualquer nível de ensino, valor superior ao Continente (10,33%). No contexto das freguesias apenas a freguesia da Desejosa, Tabuaço e da U.F. de Pinheiros e Vale de Figueira apresentam valores mais baixos (5,31%, 5,74% e 7,34%). A freguesia de Chavães (20,93%), a U.F. de Paradela e Granjinha (18,89%), Sendim (15,91%) e Longa (13,07%) revelam as maiores percentagens de população nesta situação.

QUADRO 36 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 20 E 24 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO POR FREGUESIA, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Adorigo	73,45	78,46	62,50
Arcos	50,00	100,00	75,00
Chavães	50,00	100,00	38,46
Desejosa	75,00	22,22	83,33
Granja do Tedo	100,00	75,00	87,50
Longa	75,00	100,00	100,00
Sendim	100,00	100,00	82,76
Tabuaço	66,67	94,12	74,12
U.F. Barcos e Santa Leocádia	75,76	73,08	87,10
U.F. Paradela e Granjinha	76,47	100,00	66,67
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	66,67	-	81,82
U.F. Távora e Pereiro	60,00	100,00	68,18
Valença do Douro	75,00	60,00	80,00
Tabuaço (vila)	75,00	85,71	76,13

Q**QUADRO 37 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 30 E 34 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%) POR FREGUESIA, EM 2021.**

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Adorigo	0	0	0
Arcos	7,69	16,67	0
Chavães	25	0	50
Desejosa	18,75	22,22	14,29
Granja do Tedo	60	100	33,33
Longa	13,33	20	0
Sendim	14,29	0	25
Tabuaço	17,65	25	11,11
U.F. Barcos e Santa Leocádia	20	18,18	22,22
U.F. Paradela e Granjinha	18,18	25	0
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	22,22	18,18	28,57
U.F. Távora e Pereiro	26,19	17,5	34,09
Valença do Douro	19,23	6,25	40
Tabuaço (vila)	21,25	17,97	25

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 38 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O 3.º CICLO DE ENSINO BÁSICO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Adorigo	40,46	39,44	39,93
Arcos	30,56	30,77	30,67
Chavães	27,87	32,35	30,23
Desejosa	36,84	46,43	41,59
Granja do Tedo	37,31	34,62	35,86
Longa	34,00	34,34	34,17
Sendim	35,05	34,59	34,80
Tabuaço	57,74	57,60	57,66
U.F. Barcos e Santa Leocádia	41,73	40,07	40,88
U.F. Paradela e Granjinha	22,22	20,00	21,11
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	33,01	31,30	32,11
U.F. Távora e Pereiro	38,99	39,77	39,39
Valença do Douro	40,71	35,1	37,76
Tabuaço (vila)	42,36	42,65	42,51

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 39 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Adorigo	20,62	16,39	24,44
Arcos	22,82	21,13	24,36
Chavães	13,49	10,83	15,91
Desejosa	21,62	19,64	23,64
Granja do Tedo	25,17	22,73	27,27
Longa	22,05	22,68	21,43
Sendim	18,46	18,53	18,40
Tabuaço	39,21	38,06	40,11
U.F. Barcos e Santa Leocádia	25,68	25,00	26,33
U.F. Paradela e Granjinha	9,30	9,52	9,09
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	19,53	14,85	23,68
U.F. Távora e Pereiro	19,44	18,83	20,00
Valença do Douro	23,08	23,85	22,40
Tabuaço (vila)	24,64	27,38	26,10

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 40 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Adorigo	6,85	3,45	9,85
Arcos	4,05	2,82	5,19
Chavães	2,89	1,71	4,00
Desejosa	5,45	3,64	7,27
Granja do Tedo	7,30	4,76	9,46
Longa	7,37	8,33	6,38
Sendim	6,78	5,09	8,18
Tabuaço	14,44	11,69	16,62
U.F. Barcos e Santa Leocádia	9,33	8,05	10,55
U.F. Paradela e Granjinha	7,06	7,14	6,98
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	7,84	6,12	9,43
U.F. Távora e Pereiro	4,87	3,42	6,17
Valença do Douro	7,83	5,61	9,7
Tabuaço (vila)	9,02	7,04	10,74

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 41 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).

Unidade Territorial	Sem nível	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Tabuaço	12,4	34,7	10,3	15,6	16,4	0,4	10,3

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 42 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).

Unidade Territorial	Sem nível	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Tabuaço	302	845	250	380	399	9	251

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 43 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).

Unidade Territorial	Sem nível	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Tabuaço	7,9	37,0	12,7	18,2	17,0	0,6	6,6

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 44 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).

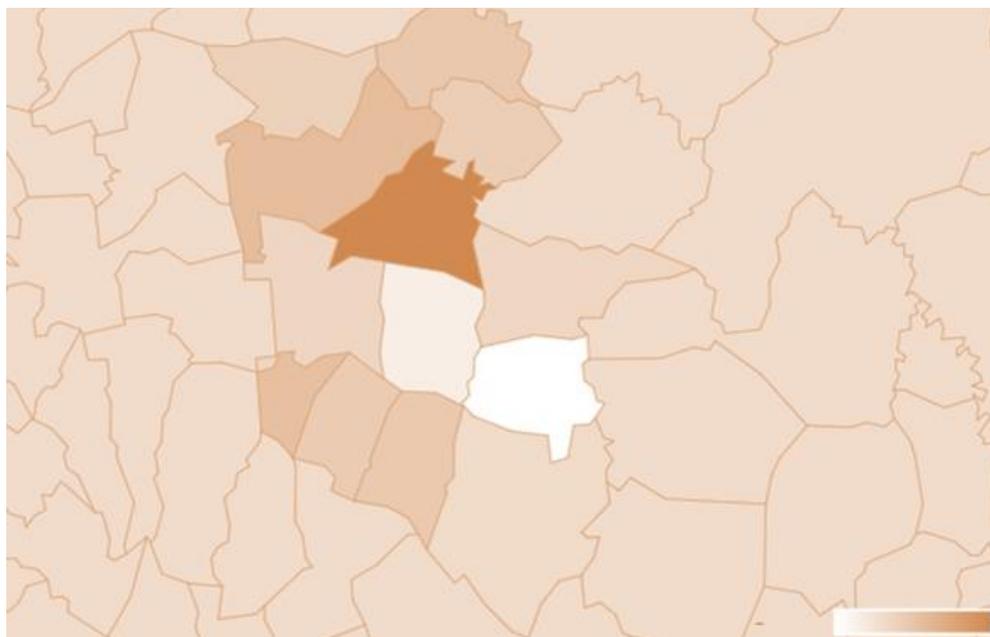
Unidade Territorial	Sem nível	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Tabuaço	170	791	272	389	363	13	141

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Cerca de 35 dos indivíduos entre os 5 e os 9 anos não estão a frequentar o sistema de ensino no concelho. O valor apurado para Tabuaço entende-se elevado, dado que, segundo os censos, a totalidade dos inscritos no 1.º CEB é de 111 alunos e a totalidade do grupo etário 5-9 anos residentes no concelho é de 146 jovens. Contudo, é necessário encarar estes resultados com cautela, dado que alguns desses 35 jovens não inscritos poderão frequentar estabelecimentos de educação fora do concelho, ainda que não consigamos, porém, certificá-lo; e ainda que a redução dos não inscritos seja algo que se deve fundamentalmente à instituição do ensino obrigatório pela Lei nº 46/86, de 14 de Outubro.

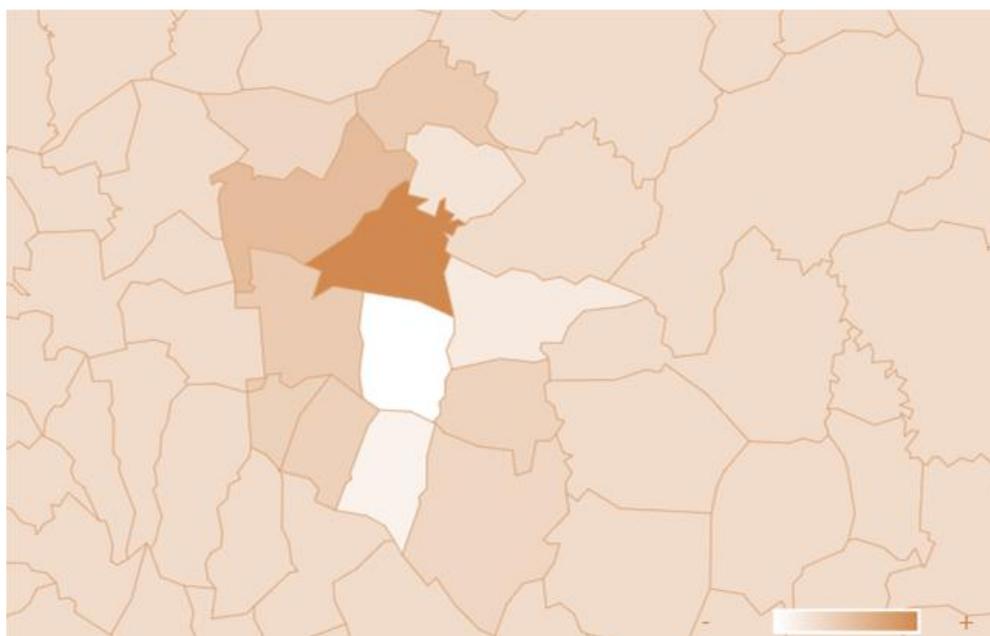
Quando se analisa a população do grupo etário entre os 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo, uma primeira ideia a destacar diz respeito à percentagem de indivíduos, com estas idades, com o ensino secundário concluído, residentes em Tabuaço (76,13%), em que os homens (75,00%) e as mulheres (85,71%), constituindo valores inferiores ao Continente (84,12%) e à região Douro (85,41%). Ao nível das freguesias apenas se destaca a freguesia de Longa com 100% de sucesso de população com pelo menos o ensino secundário no grupo etário dos 20 aos 24 anos. As restantes freguesias situam-se com resultados acima dos 70%, à exceção das

MAPA 2 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

MAPA 3 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM O ENSINO SUPERIOR COMPLETO.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 45 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (%).

Anos Letivos	Pré-escolar	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2011-2012	115,2	96,2	108,2	78,9	95,6	73,6
2012-2013	107,3	94,2	108,9	89,8	83,4	65,0
2013-2014	113,3	94,8	111,2	100,9	77,5	68,6
2014-2015	108,8	99,8	106,6	114,4	85,2	62,4
2015-2016	98,9	102,8	112,8	103,8	93,3	62,1
2016-2017	92,3	98,9	109,0	90,7	94,1	61,6
2017-2018	89,0	106,8	99,2	107,6	114,0	56,4
2018-2019	88,6	104,8	88,9	126,0	106,8	64,1
2019-2020	88,0	97,4	87,3	109,2	100,8	59,5
2020-2021	88,3	95,7	86,7	94,6	105,9	76,0
2021-2022	87,5	100,7	93,6	90,0	115,4	66,4

(DGEEC)

QUADRO 46 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO (%).

Anos Letivos	Pré-escolar	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2011-2012	100,0	83,1	97,4	57,8	63,2	41,8
2012-2013	100,0	83,3	100,0	69,5	56,8	42,1
2013-2014	100,0	85,2	100,0	66,4	56,0	44,3
2014-2015	100,0	88,5	100,0	77,8	56,8	44,4
2015-2016	96,7	87,3	96,6	71,3	67,3	44,6
2016-2017	92,3	88,7	98,5	69,8	67,4	45,3
2017-2018	87,8	90,0	92,4	83,5	69,8	39,1
2018-2019	86,1	90,7	87,2	100,0	70,3	51,9
2019-2020	85,5	90,2	81,4	90,8	83,9	52,4
2020-2021	85,7	90,7	83,6	85,7	93,2	60,0
2021-2022	86,3	94,0	91,8	77,1	97,1	52,9

(DGEEC)

QUADRO 47 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO - HOMENS (%).

Anos Letivos	Pré-escolar	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2011-2012	120,3	95,2	103,9	72,1	101,1	59,8
2012-2013	110,0	95,8	107,4	86,7	89,0	59,2
2013-2014	125,0	92,3	111,0	100,0	69,4	65,9
2014-2015	114,3	95,3	105,7	115,6	72,8	64,1
2015-2016	102,1	101,5	110,5	111,9	88,1	59,5
2016-2017	89,1	100,6	104,4	97,8	98,5	55,8
2017-2018	89,6	110,5	100,0	118,4	116,9	45,3
2018-2019	87,2	107,5	89,1	131,6	112,1	59,0
2019-2020	85,7	97,0	80,6	114,7	104,7	60,7
2020-2021	80,6	98,1	85,1	103,4	112,3	82,0
2021-2022	76,3	100,7	92,3	100,0	111,1	74,1

(DGEEC)

QUADRO 48 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO - MULHERES (%).

Anos Letivos	Pré-escolar	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2011-2012	109,8	97,1	113,0	85,1	91,4	89,6
2012-2013	104,0	92,7	110,5	93,1	79,5	71,3
2013-2014	100,0	97,0	111,4	101,9	84,0	71,3
2014-2015	102,4	104,2	107,5	113,3	96,6	61,0
2015-2016	95,2	104,2	115,3	94,7	98,8	64,1
2016-2017	97,2	97,1	113,8	82,9	89,7	66,3
2017-2018	88,2	103,0	98,4	97,6	110,9	66,7
2018-2019	90,6	102,0	88,7	120,5	101,7	69,2
2019-2020	90,2	97,9	96,1	103,2	96,7	58,5
2020-2021	95,1	93,0	88,9	85,2	100,0	70,3
2021-2022	97,6	100,8	95,6	80,6	120,0	59,0

(DGEEC)

QUADRO 49 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO - HOMENS (%).

Anos Letivos	Pré-escolar	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2011-2012	100,0	80,2	92,2	52,5	61,4	36,6
2012-2013	100,0	80,1	97,9	68,3	45,1	36,9
2013-2014	100,0	82,9	100,0	65,5	45,9	41,8
2014-2015	100,0	87,3	98,9	75,6	51,9	38,5
2015-2016	100,0	89,6	100,0	76,2	64,3	31,1
2016-2017	89,1	88,9	95,6	77,8	67,2	31,2
2017-2018	89,6	94,2	95,7	92,1	73,8	32,0
2018-2019	85,1	95,0	85,9	100,0	79,3	47,4
2019-2020	81,0	88,5	76,1	97,1	84,4	52,5
2020-2021	77,8	92,5	83,8	93,1	96,5	60,7
2021-2022	73,7	94,8	90,8	85,3	94,4	55,2

(DGEEC)

QUADRO 50 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO - MULHERES (%).

Anos Letivos	Pré-escolar	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2011-2012	100,0	85,8	100,0	62,7	64,7	47,9
2012-2013	100,0	86,2	100,0	70,7	65,0	47,9
2013-2014	100,0	87,3	100,0	67,3	64,2	46,8
2014-2015	100,0	89,7	100,0	80,0	61,4	49,0
2015-2016	90,5	84,8	91,7	65,8	70,4	54,4
2016-2017	97,2	88,5	100,0	61,0	67,6	56,8
2017-2018	85,3	85,6	88,7	75,6	65,6	45,7
2018-2019	87,5	86,2	88,7	100,0	61,7	56,4
2019-2020	90,2	92,3	88,2	83,9	83,3	52,3
2020-2021	92,7	88,7	83,3	77,8	90,2	59,4
2021-2022	97,6	93,1	93,3	69,4	100,0	50,8

(DGEEC)

freguesias de Adorigo, U.F. Paradela e Granjinha e U.F. Távora e Pereiro que se situam entre os 60-70% e apenas a freguesia de Chavães se situa abaixo desse intervalo de valor, com 38,46%. Por último, apenas 25% da população entre os 30 e 34 anos de Tabuaço apresenta o ensino superior nas suas habilitações, valor inferior à média do Continente (28,97%).

No que respeita à proporção da população residente com ensino superior completo, nota-se que a vila possui uma percentagem superior à da totalidade do concelho. Neste contexto, Tabuaço ficou aquém dos objetivos da Estratégia 2020, que consubstancia um aumento para, pelo menos, 40% a percentagem de população na faixa etária dos 30 aos 34 anos com um diploma de ensino superior. Deste modo, as políticas públicas em matéria de educação deverão ser orientadas para a elevação dos níveis de escolaridade superiores, mas, a realidade socioeconómica concelhia apresenta-se um desafio a ultrapassar.

Realizando agora a análise sobre a proporção da população residente por níveis de escolaridade, a ideia que decorre perante os quantitativos é a de existir uma maior proporção de população com pelo menos o 3.º CEB em Tabuaço (33,8%), mas esse mesmo valor é idêntico à proporção dos que possuem o Ensino Secundário (33,4%). As freguesias com os valores mais elevados ao nível da escolaridade são Tabuaço (Ensino Secundário 39,21; Ensino Superior 14,4%) e a UF de Barcos e Santa Leocádia (Ensino Secundário 25,68%; Ensino Superior 9,3%). Sem oferta de ensino superior no território, e distante dos centros urbanos, a proporção da população com ensino superior em Tabuaço é inferior à observada no Continente. Na distribuição das áreas de estudo pelos licenciados residentes no território, destacam-se a Educação (77 indivíduos), as Ciências Empresarias e o Direito (46 indivíduos), a Saúde e a Proteção Social (44 indivíduos) e as Ciências sociais e da informação (31 indivíduos).

A taxa bruta de pré-escolarização era, no ano letivo de 2020/2021, de 88,3% no território de Tabuaço o que demonstra que algumas crianças por frequentar o pré-escolar em outros territórios, uma vez que é inferior o número de crianças dos 3 aos 5 anos comparativamente ao número de crianças inscritas no Ensino Pré-Escolar. A taxa bruta de escolarização do ensino básico, ou seja, a relação entre o número de alunos matriculados no 1º, 2º e 3º CEB e a população residente em idade de frequentar esses

níveis de ensino é de 95,7% no município de Tabuaço. Observa-se ainda uma taxa de escolarização do ensino secundário de 76,0% no território.

As políticas públicas em matéria de educação têm tido consequências nos sistemas de educação e formação, incorporando uma aposta crescente em estratégias de aprendizagem ao longo da vida. A aposta na qualificação dos adultos pode ser lida pela participação de indivíduos com 18 e mais anos de idade em cursos de educação e formação para adultos. No caso do território de Tabuaço, desde 2016, que não se realizam ações ou cursos EFA.

3.3.7.2. Atividade, emprego e mercado de trabalho.

O planeamento da rede educativa, desde o primeiro nível de formação, mas sobretudo nas modalidades de ensino profissional, tecnológico e nas ofertas formativas ao longo da vida, deverá considerar as atividades económicas que assumem mais preponderância no município de Tabuaço, dado que estas são potenciadoras de criação de emprego para as qualificações saídas do sistema de ensino.

O mercado de trabalho em Tabuaço tem sofrido grandes transformações decorrentes do despovoamento que se tem registado no território, acentuado pela grave crise económica que se iniciou em 2008 e que afetou negativamente a economia nacional. Apesar da economia local ter beneficiado das políticas municipais de desenvolvimento económico-social começou a evidenciar, a partir de 2014, os primeiros sinais de recuperação económica e os indicadores de um clima económico mais favoráveis começaram a revelar valores positivos; o indicador de confiança aumentou na indústria transformadora e nos serviços, diminuiu na construção e obras públicas e estabilizou no comércio.

Quanto à caracterização da população ativa no município de Tabuaço, por local de residência e sexo, é possível observar que, tal como esperado, a freguesia com maiores quantitativos populacionais e que apresenta valores destacados em ambos os sexos, face às restantes freguesias que integram este território concelhio, é a que corresponde à sede de concelho. Globalmente, no município de Tabuaço contabilizavam-se, em 2021, um total de 1792 indivíduos, sendo 982 homens (54,8 %) e 810 mulheres (45,2%)

QUADRO 51 – POPULAÇÃO ATIVA EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Concelho)	2021		Total
	H	F	
Tabuaço (concelho)	982	810	1792

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 52 – TAXA DE ATIVIDADE EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	%
Adorigo	36,21
Arcos	30,67
Chavães	27,42
Desejosa	49,57
Granja do Tedo	32,05
Longa	33,01
Sendim	25,04
Tabuaço	43,13
U.F. Barcos e Santa Leocádia	33,76
U.F. Paradela e Granjinha	23,23
U.F. Pinheiros e Vale de Figueira	33,05
U.F. Távora e Pereiro	36,74
Valença do Douro	38,19
Tabuaço (concelho)	35,60

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 53 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total (ind.)
	H	F	
Tabuaço (concelho)	55,79	44,20	1656

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 54 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO EM 2021.

Grupo etário	População Empregada			
	2011		2021	
	n.º	%	n.º	%
0-14	-	-	-	-
15-24	169	23,5	97	20,8
25-34	483	67,2	277	67,7
35-44	508	62,9	372	70,3
45-54	541	54,1	429	65,1
55-64	290	36,4	412	44,9
+65	37	2,4	69	4,3

(INE, I.P., Censos 2021)

em atividade. Refira-se também o facto de todas as freguesias apresentarem valores mais elevados de ativos no sexo masculino comparativamente ao sexo feminino. Sobre a distribuição da população ativa por grupo etário) é evidente, a nível concelhio, um predomínio de ativos nos grupos etários dos 35-44 (404 indivíduos), 45-54 (455 indivíduos) e 55-65 (433 indivíduos), seguido. Esta tendência torna-se comum à generalidade das freguesias do município.

A taxa de atividade refere-se à razão entre a população ativa e a população residente com 15 e mais anos, que no município era de 39,2% no ano de 2021, sendo inferior à média da região Douro (45,9%) e à do Continente (53,4%), e o sexo masculino apresentava uma taxa de atividade superior (45,9%), comparativamente ao sexo feminino (33,3%). Devido à evolução demográfica, a população ativa tem vindo a diminuir. Entre 2011 e 2021 o município de Sernancelhe registou um decréscimo nos valores da taxa de atividade, passando de 41,7% para 39,2%.

Estes resultados refletem a trajetória de desenvolvimento económico-social local e trazem consequências quer na competitividade das empresas e do território, quer na capacidade de criação de emprego e de riqueza, essenciais na qualidade de vida das populações. Tendo em consideração o contexto geral dos municípios cujos limites se confrontam com os de Tabuaço verifica-se que este destaca-se como sendo o que menor número de empregados possui. Da análise da distribuição dos empregados, cuja totalidade, em 2021, no concelho de Tabuaço era de 1656 indivíduos,

verifica-se que a percentagem referente ao género masculino era de 55,79% (valor ligeiramente superior ao do Continental (51,0%)) e que no sexo feminino, tal como seria expectável, o valor percentual era mais reduzido, tanto nos valores municipais 44,20%, como nacionais (49,0%).

À semelhança da população ativa, também o maior número de empregados correspondia em 2021 à faixa etária dos 25 aos 44 anos (841 indivíduos, correspondendo a 50,78% dos empregados), seguindo-se o grupo etário dos 25 aos 44 anos (649 indivíduos, correspondendo a 39,19%), sendo que em ambos os grupos etários, o sexo feminino assumia a menor expressividade. Relativamente ao grupo etário dos 15 aos 24 anos, em 2021, estavam empregados cerca de 169 indivíduos no município de Tabuaço, o que correspondia a 10,9% da população com essas idades e no grupo etário de indivíduos com idades superiores a 55 anos estavam empregados 290 indivíduos, correspondendo a 17,51%. Na última década, a taxa de emprego no município de Tabuaço manteve a tendência de descida, passando de 2028 indivíduos (2011) para 1656 (2021).

Um dos principais objetivos estabelecidos na Estratégia Europa 2020 diz respeito ao aumento do emprego, pretendendo-se que até 2020 a taxa de emprego tivesse aumentado para 75% na faixa etária dos 20 aos 64 anos. Nesta matéria, em 2021, a situação do município de Tabuaço era satisfatória com uma taxa de emprego para os indivíduos com idades entre os 25-34 anos a rondar os 67,2% e para os indivíduos com idades entre os 35-44 anos com resultados em 70,3%. E, apesar de existirem mais indivíduos nos grupos etários de 45-54 e 55-64 anos, as percentagens que nesse grupo se registam são inferiores, designadamente com 65,1% e 44,9%. O exame dos resultados para os municípios limítrofes revelam que se encontram próximos, ainda que ligeiramente superiores, dos valores apresentados por Tabuaço, pelo que as estratégias futuras e em matéria de emprego deverão ser orientadas para o atingir deste objetivo.

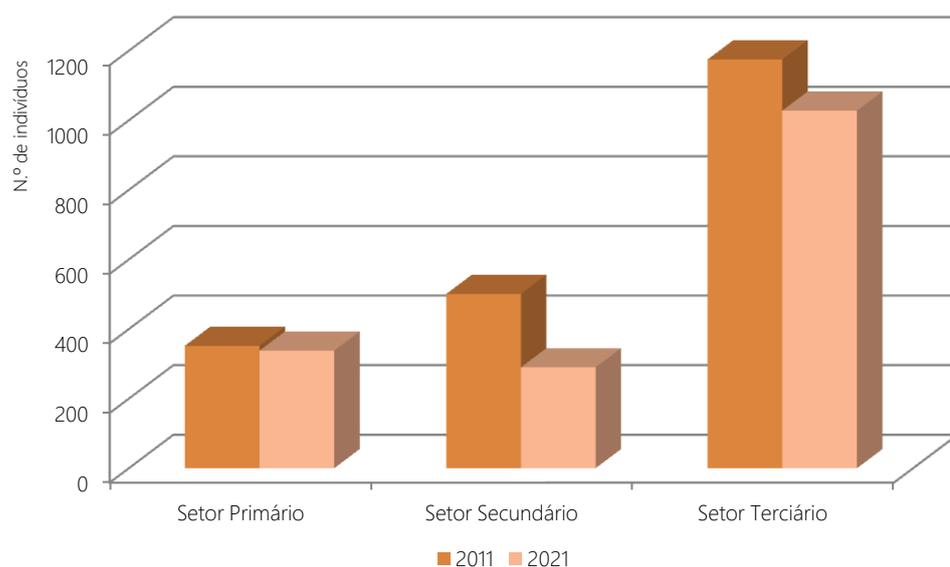
A análise da repartição da população ativa empregada por setor de atividade económica sublinha a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no município, uma vez que este setor representava no ano de 2021 cerca de 62,07% (trata-se de um valor superior ao observado em 2011, quando se registou 29,1%). Na segmentação do setor terciário, a importância do *terciário económico* comparativamente ao *terciário social* são equivalentes. No que diz respeito ao setor secundário, a proporção era de

17,51%, estando este valor abaixo da média do Continente (24,8%). Por último, os indivíduos empregados no setor primário representavam apenas 20,41% dos empregados totais, valor bastante superior à média do Continente (2,9%). Note-se que entre 2011-2021 o número de indivíduos empregados baixou em todos os setores, ainda que em termos percentuais, o valor tenha subido para os setores primário e terciário.

Referindo-se agora quanto ao perfil de escolaridade dos empregados em Tabuaço, cerca de 27,3% apresentavam o Ensino Secundário como nível de escolaridade mais elevado completo, sendo que 1,8% não possuía qualquer escolaridade e 18,8% apenas possuía o 1.º CEB. A percentagem dos empregados que possuem o 3.ºCEB é de 19%. Nos indicadores que se estendem desde a ausência de qualquer escolaridade até ao 3.º CEB concluído, Tabuaço suplanta os resultados médios da região, apenas perdendo na percentagem referente aos empregados com o Ensino Superior concluído. A percentagem de 27,3% da população empregada detém habilitações ao nível do ensino secundário, um valor inferior à média do Continente (29,0%) e próxima do valor da região Douro (27,6%) e, no que diz respeito às habilitações de nível superior, Tabuaço apresenta o valor de 17,6%, o que se entende como insatisfatório, pois o indicador em observação é quantitativamente inferior, quando comparado com as percentagens registadas para os territórios limítrofes, bem como para o Continente (30,6%) e região Douro (25,9%), constatando-se a desqualificação escolar no conjunto dos trabalhadores no concelho.

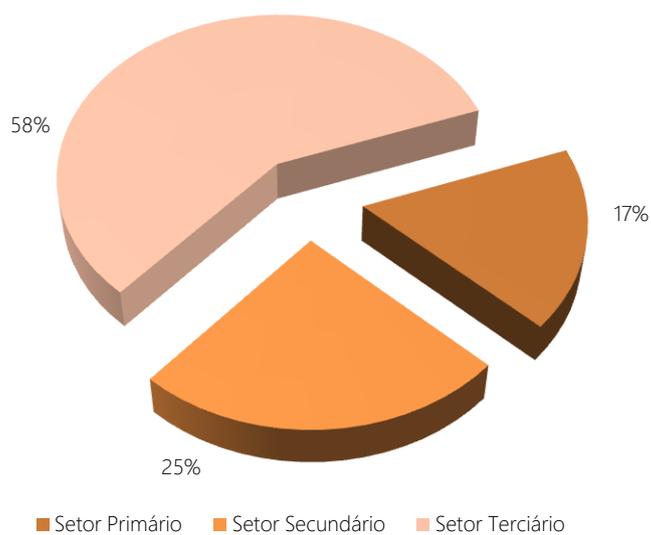
Tal como foi analisado anteriormente, a proporção de população tabuacense empregada com ensino superior assume valores ainda muito insatisfatórios. Uma leitura aos dados desse indicador, por grupo etário, deixa perceber que são os mais jovens, entre os 25 e 34 anos, que constituem uma maior percentagem de indivíduos com ensino superior. Atendendo a que um dos objetivos da Estratégia Europa 2020 se relaciona com o aumento em pelo menos 40% da percentagem de população entre os 30 a 34 anos com um diploma do ensino superior, os resultados para Tabuaço deixam antever ainda um longo caminho a percorrer em matéria de aumento das habilitações da população residente. A evolução da população residente empregada, segundo a situação na profissão e grupos de profissões, permite ampliar o conhecimento socioeconómico do território.

FIGURA 36 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA ENTRE 2011 E 2021 (N.º).



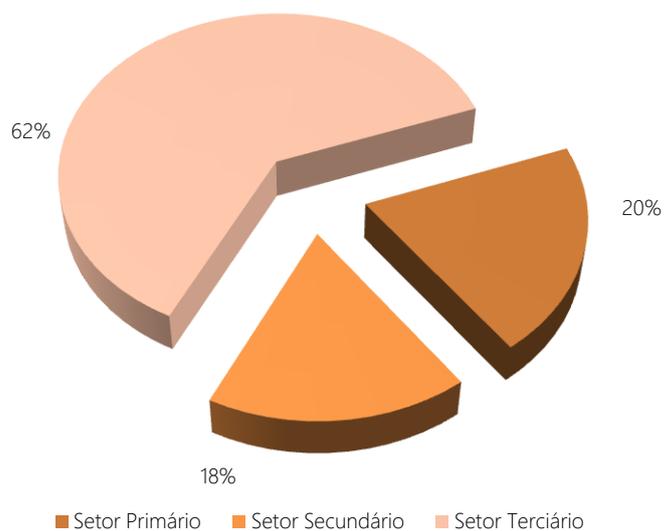
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 37 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2011.



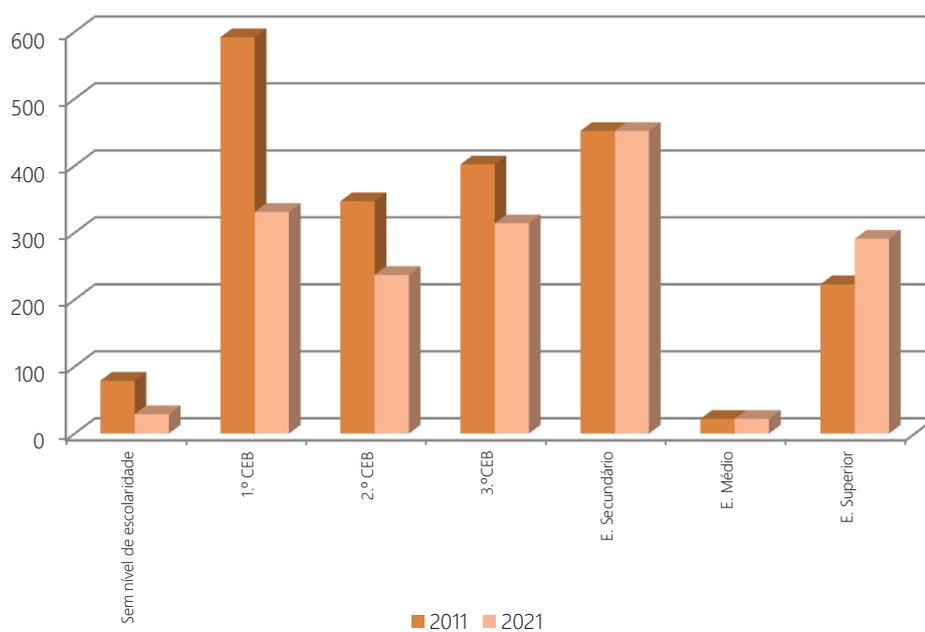
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 38 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2021.



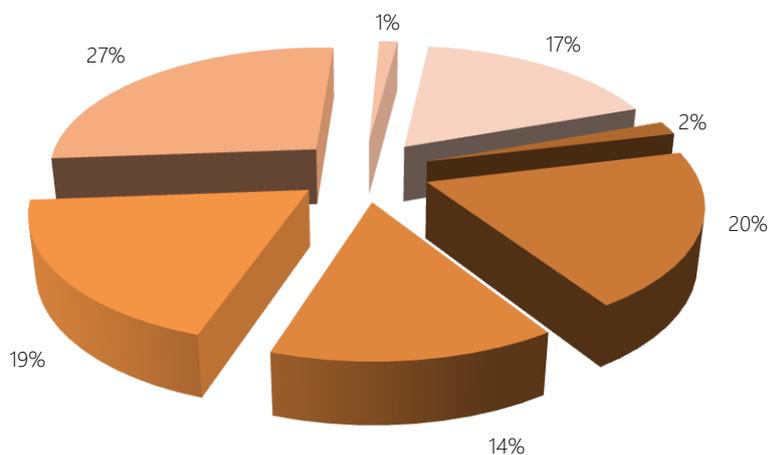
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 39 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO EM 2021 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 40 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO EM 2021.



■ Sem nível de escolaridade ■ 1.º CEB ■ 2.º CEB ■ 3.º CEB ■ E. Secundário ■ E. Médio ■ E. Superior

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 55 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, MUNICÍPIOS LÍMITROFES, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (municípios limítrofes)	Sem nível	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Médio	Superior
Aguiar da Beira	1,1	20,8	14,5	18,1	27,0	1,4	17,1
Armamar	2,6	19,2	14,2	17,1	27,4	1,7	17,7
Moimenta da Beira	1,7	15,3	13,6	16,4	28,7	1,8	22,6
Penedono	1,8	20,0	15,0	17,4	29,8	1,4	14,6
Sernancelhe	1,2	17,6	14,5	16,0	32,6	1,7	16,4
Tabuaço	1,8	18,8	14,3	19,0	27,3	1,3	17,6
Tarouca	1,8	16,0	15,1	19,2	28,4	1,5	18,0
Trancoso	1,1	13,1	16,9	18,2	28,1	1,5	21,3
Sátão	0,9	13,6	16,1	20,5	25,4	1,9	21,1
Vila Nova de Paiva	1,3	17,3	9,9	20,4	27,4	1,9	22,0
Continente	0,9	8,6	10,6	18,1	29,0	2,3	30,6
Região Douro	1,6	14,6	11,7	16,9	27,6	1,6	25,9

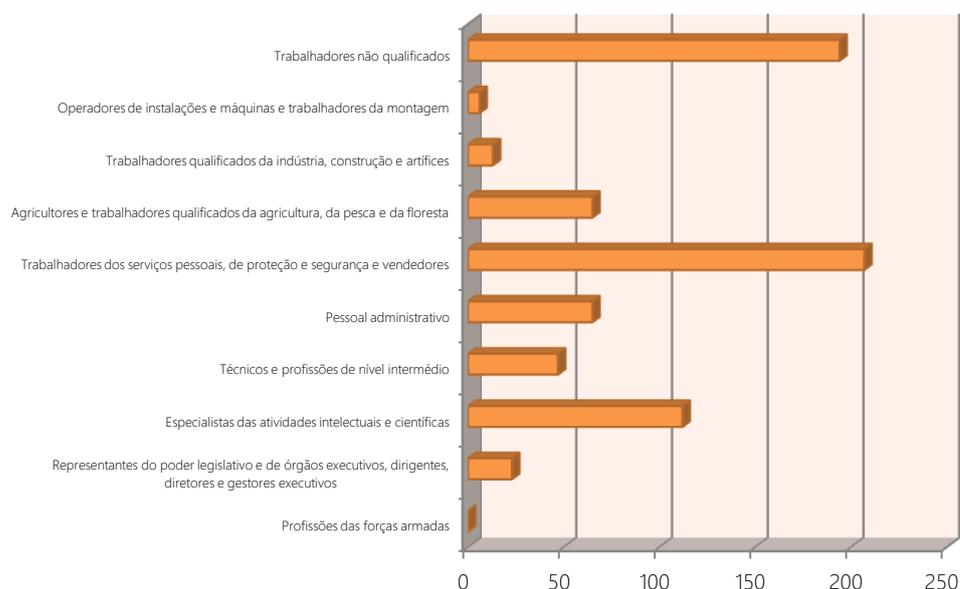
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Comparativamente à situação dos indivíduos na profissão, predomina o conjunto de trabalhadores por conta de outrem (74,9%) seguindo-se os trabalhadores por conta própria isolados (12,4%) e os trabalhadores por conta própria como empregadores (8,6%). Tratam-se de valores semelhantes ao observado nos territórios limítrofes e nas unidades territoriais de referência.

No que diz respeito aos níveis de qualificação e profissões desempenhadas pelo sexo masculino, predomina o grupo dos trabalhadores nas profissões não qualificadas com 19,69%, correspondendo a 182 indivíduos. Em seguida surgem os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices, com 16,99%, correspondendo a 157 indivíduos, depois pelos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta, com 14,71%, que são 136 indivíduos. Por fim, no grupo dos menos expressivos incluem-se os trabalhadores das forças armadas (0,64% correspondendo a 6 indivíduos), os representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (4,97% correspondendo a 46 indivíduos), pessoal administrativo (5,95% correspondendo a 55 indivíduos), os técnicos e profissões de nível intermédio (6,92% correspondendo a 64 indivíduos), e os especialistas das atividades intelectuais e científicas (7,25% correspondendo a 67 indivíduos). Excetuando as profissões ligadas às autoridades policiais e civis, as profissões que apresentam uma menor representatividade no município de Tabuaço correspondem às mais qualificadas, pois o território não oferece um mercado de trabalho que possa absorver uma grande percentagem de trabalhadores altamente qualificados, quer por inexistência de unidades industriais ou empresas de serviços, quer por falta de investimento e ações de empreendedorismo. Assim, os especialistas das atividades intelectuais e científicas preenchem apenas uma percentagem de 7,25% e os técnicos e profissionais de nível intermédio a 6,92%.

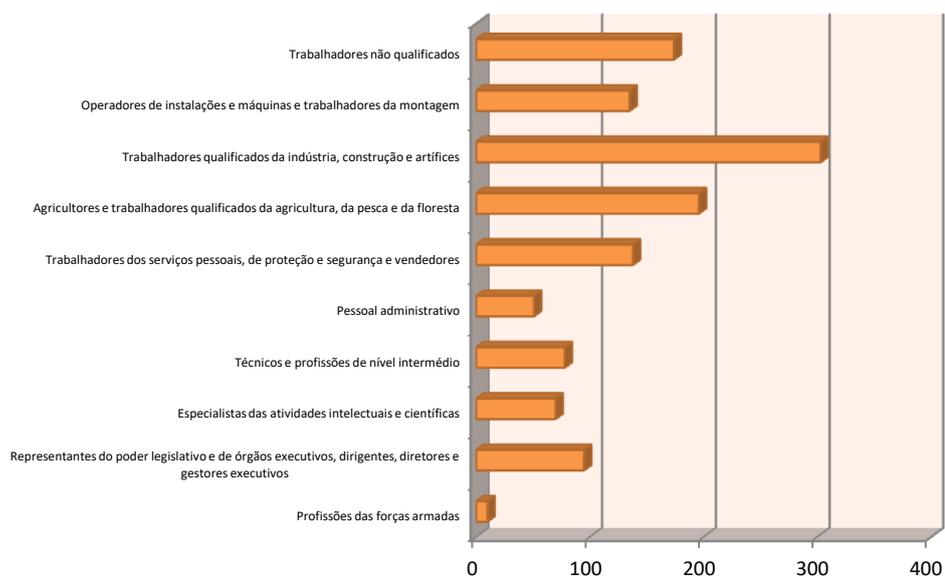
Quanto ao sexo feminino, as profissões mais exercidas por mulheres enquadram-se na classe das trabalhadoras dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, com 28,27% que corresponde a 207 indivíduos, seguido pelas trabalhadoras não qualificadas, com 26,50% que corresponde a 194 indivíduos e por especialistas das atividades intelectuais e científicas, com 15,30% que corresponde a 112 indivíduos.

FIGURA 41 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM 2021, CPP (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 42 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM 2011, CPP (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Entre as profissões menos representadas estão as operadoras de instalações e máquinas, as trabalhadoras da montagem, com 0,84% que são 6 pessoas, as trabalhadoras qualificadas da indústria, construção e artífices, com 1,77% que consistem em 13 pessoas, e as técnicas e profissões de nível intermédio, com 6,42% que correspondem a 47 indivíduos. Das forças de autoridade e dos representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos apenas se regista a percentagem de 3,14%.

A Educação, estando na base das escolhas pessoais e individuais, é aquela que tem maior impacto nos fatores relacionados com a produtividade do trabalho e nos ganhos salariais auferidos pelos trabalhadores. E, como se sabe, as diferenças salariais também variam segundo as atividades económicas, em relação aos níveis de qualificação e das habilitações literárias. No que diz respeito ao género, verifica-se que a diferença salarial entre homens e mulheres mantém-se desfavorável às mulheres. Com efeito, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Tabuaço era, em 2021, em termos médios de 1023,70€, sendo superior nos homens (1067,49€) e inferior nas mulheres (975,58€).

O município de Tabuaço apresenta uma posição pouco desfavorável, uma vez que o salário médio é pouco inferior à média do Continente (1093,21€) e, no contexto regional e de proximidade aos principais centros urbanos de Lamego e Viseu não se regista diferença, sendo que a média da região do Douro se situa nos 1031,52€. O setor da indústria e construção é aquele em cujos trabalhadores auferem um ganho médio mensal superior no município de Tabuaço (1068,33€), e que também é superior relativamente à média na região do Douro (1045,76€). Em seguida, surge o setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca com uma média de remunerações a rondar os 1 004,20€, mais 184,00€ que na área do Douro, e, por último, os trabalhadores do setor dos serviços que se posicionam num nível de rendimentos inferior, auferindo em média 986,50€ mensais, menos 149,00€, quando comparado com o valor médio do Douro. Tal como o que acontece na generalidade dos territórios portugueses, Tabuaço também apresenta grandes desfasamentos nas remunerações dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (secundário e superior), cujos diferenciais explicam em grande medida os baixos níveis de atratividade na fixação de mão-de-obra qualificada.

QUADRO 56 – GANHO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, EM 2021 (EUR.).

	Unidade Territorial (município e região)	
	Tabuaço	Douro
Sem 1.º CEB	...	815,19€
1.º CEB	868,45€	835,97€
2.º CEB	831,75€	871,77€
3.º CEB	848,91€	884,39€
E. Secundário	1 068,49€	955,37€
C. Técnico Profissional	...	1 127,38€
Bacharelato	1 282,35€	1 457,33€
Licenciatura	1 445,23€	1 476,33€
Mestrado	1 551,81€	1 747,83€
Doutoramento	1 912,45€	1 552,33€
Total	1 023,68€	1 031,52€

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

O nível salarial praticado em Tabuaço é, de uma forma geral, ligeiramente inferior à média do Douro. A maior diferença surge apenas quando comparado com a média de Portugal Continental. Habitualmente, quanto maior o nível de habilitação, maior é a discrepância do ganho médio auferido neste município e nos territórios de referência. Em Tabuaço as pessoas que possuem uma licenciatura recebem menos 8,00€ do que a média dos licenciados da área Douro e os que detêm habilitações ao nível do ensino secundário recebem mais 83,12€ do que a média da mesma região. Para os indivíduos com doutoramento os indicadores apresentam o valor de 1 912,45€, mais 360,12€ do que a média da região Douro. Curiosamente as pessoas com um grau de escolaridade do 1º ciclo têm uma diferença de mais 36,70€ do que as que detêm o 2º ciclo e também auferem mais 20,45€ do que as que possuem o 3.ºCEB. Numa última referência sobre os valores para este território, observa-se que os licenciados ganham, em média, mais 576,78€ do que as pessoas que têm uma escolaridade igual ao 1º ciclo do ensino básico, mais 596,32€ do que as

que possuem o 9º ano de escolaridade e mais 376,74€ do que as que detêm o ensino secundário.

Assim, concluir-se-á que muito embora se verifiquem cada vez maiores dificuldades ao ingresso dos licenciados no mercado de trabalho, a frequência do ensino superior influencia, decisiva e positivamente, a retribuição salarial dos diferentes profissionais. Mas, a quantidade de indivíduos licenciados no território de Tabuaço, por diversos motivos de origem socioeconómicos, revela-se muito baixa e as projeções sugerem uma tendência de decréscimo.

3.3.7.3. Desemprego.

A pobreza e a exclusão social constituem fatores estruturantes numa sociedade cada vez mais seletiva, concentrando-se em especial nos contextos urbanos e em territórios concretos que, por isso, se vão constituído como multiplicadores da privação, entrando-se num ciclo de pobreza. O aumento da taxa de desemprego constitui um problema, fundamentalmente pela diminuição dos rendimentos familiares, que contribuem para o decréscimo do nível e qualidade de vida e que tem consequências efetivas na comunidade escolar e nos processos de ensino-aprendizagem.

Em Tabuaço, entre os grupos populacionais mais vulneráveis destaca-se o das mulheres, com salários mais baixos e uma taxa de desemprego superior. No entanto, os casos mais gravosos são aqueles em que mais do que um elemento do agregado familiar se encontra desempregado, devendo ser para estes casos canalizadas as prioridades na intervenção. Assim, a caracterização da problemática do desemprego tem uma importância fulcral para a compreensão das dificuldades económicas e financeiras com que o país, em geral, e os municípios, em particular, se debatem na atualidade. Esse conhecimento permitirá a definição de estratégias para minorar os impactos que a crise financeira e social tem tido ao nível do mercado de trabalho e permitirá desenvolver igualmente estratégias que visam o incremento da qualificação da população, em termos globais, e na adequação das estratégias de educação e formação à realidade do mercado

laboral dos diferentes territórios. Por isso, é importante considerar a caracterização de um conjunto de indicadores associados ao desemprego, quer a nível municipal, quer a nível regional para que as estratégias e propostas em termos da carta educativa e do projeto educativo local, se coadunem com as necessidades identificadas nesta fase de diagnóstico. Entre 2011 e 2021, verificou-se uma diminuição significativa da taxa de desemprego no município de Tabuaço (de 12,47% para 7,59%), acompanhando a tendência generalizada observada nos restantes municípios limítrofes. Ainda assim, a taxa de desemprego em Tabuaço apresentou-se sempre, na última década, ligeiramente inferior à média do Continente (13,19%, em 2011, 8,06%, em 2021) e da região do Douro (12,06%, em 2011, 7,81%, em 2021). Entre os municípios limítrofes, Tabuaço possuía uma das taxas de desemprego mais elevadas no ano de 2021. Estes valores, nomeadamente os que refletem a evolução para os anos mais recentes, devem ser lidos no quadro de uma ligeira recuperação económica do país, devendo-se, no entanto, ter presente o crescente aumento da emigração, principalmente dos indivíduos mais jovens e mais qualificados. Deste modo, entre 2011 e 2021, ocorreu um decréscimo de 153 desempregados no município, correspondendo a -52,94%, passando dos 289 desempregados em 2011 para os 136 desempregados em 2021. Este decréscimo está em linha com os resultados registados para a região Douro que registou uma diferença de -42,21%. Tendo em consideração o ano de 2021, o mais recente no que aos dados diz respeito, importa referir que a faixa etária dos 15 anos

QUADRO 57 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR SEXO, NOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES, ENTRE 2011-2021.

Unidade Territorial (Municípios limítrofes)	População Desempregada			
	2021		2011	
	H	M	H	M
Armamar	7,93	10,47	8,60	15,68
Moimenta da Beira	6,36	9,27	7,76	12,86
Sabrosa	5,33	8,88	11,25	15,13
São João da Pesqueira	3,79	7,56	6,53	14,24
Sernancelhe	4,15	5,92	9,51	13,98
Tabuaço	5,91	9,63	10,52	15,43

QUADRO 58 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO, EM 2021.

Grupo etário	População Empregada			
	2011		2021	
	n.º	%	n.º	%
15-19	18	6,2	4	2,9
20-24	51	17,6	21	15,4
25-29	36	12,5	19	14,0
30-34	27	9,3	11	8,1
35-39	19	6,6	14	10,3
40-44	39	13,5	18	13,2
45-49	40	13,8	14	10,3
50-54	28	9,7	12	8,8
55-59	21	7,3	17	12,5
60-64	10	3,5	4	2,9
65 +	0	0,0	2	1,5
Total	289	100	136	100

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

aos 44 é aquela que assumia maior representatividade no número de desempregados em Tabuaço, correspondendo a 87 indivíduos, seguindo-se o grupo dos 55 e mais anos correspondendo a 49 indivíduos). Em todos os grupos etários, durante a década em análise (2011-2021), registou-se uma descida considerável, à exceção do grupo dos +65 anos (2 indivíduos), mas o desemprego entre os mais jovens é o que continua a revelar um peso mais elevado, de resto, como sucede na região Douro.

No mesmo quadro temporal, o nível de Ensino Secundário era o mais representativo na estrutura de habilitações dos desempregados de Tabuaço inscritos nos centros de emprego em (15,91%), valor superior ao observado no Continente (13,7%). Em relação à distribuição da população desempregada segundo as habilitações literárias, importa referir que a mesma se distribui de forma muito irregular, sendo o grupo que possui o Ensino Secundário completo é aquele que assume maior percentagem, com 33,82%, seguindo-se o grupo dos que possuem o 3.º CEB completo com 23,52%, depois os que se enquadram com o 1.ºCEB terminado com 17,64% e, por último, os indivíduos que possuem o 2.ºCEB, com 12,5% Importa ainda

acrescentar a percentagem de desempregados com um diploma de ensino superior de 6,61%, o que corresponde a 9 desempregados.

Por fim, outro aspeto de grande relevância para o planeamento e desenvolvimento de estratégias de educação e qualificação profissional está relacionado com a caracterização dos desempregados em função da duração da procura de emprego. Cerca de 38,8% dos desempregados em Tabuaço estão inscritos nos centros de emprego há menos de um ano, enquanto que 61,2% estão inscritos há mais de um ano, demonstrando a escassez nas ofertas de emprego e, em certa medida, a existência de um desvio entre a educação e a qualificação profissional e o mercado de trabalho. Os valores mais significativos de desempregados estão associados aos que se encontram à procura de novo emprego, sendo que aqueles que se encontram numa situação de procura do 1º emprego apresentam valores claramente inferiores. No que diz respeito à comparação entre os novos desempregados inscritos no mês de dezembro 2021 e as ofertas recebidas é possível observar que estas são em número reduzido face às necessidades, mas, por outro lado, verifica-se que as ofertas são ocupadas e até se contabilizam algumas colocações acima das ofertas recebidas, o que indicia que a totalidade das vagas ficam preenchidas e alguns dos indivíduos procuraram emprego nos municípios limítrofes ou na região. Relativamente aos motivos de inscrição do centro de emprego dos novos desempregados, a grande maioria fez a inscrição em virtude do término do trabalho não permanente (final de contrato).

4. A REALIDADE EDUCATIVA DO TERRITÓRIO.

4.1. Oferta Educativa da rede pública.

4.1.1. Rede escolar.

Tabuaço, enquanto território de baixa densidade, apresenta-se como um município de pequena dimensão e, por isso, à primeira observação, não parecia apresentar especial complexidade no domínio da organização do território educativo e da formação. No presente ano letivo 2022-2023, a rede escolar do município de Tabuaço abrange todos os ciclos de ensino: Pré-

Escolar, 1.º Ciclo, 2.º Ciclo, 3.º Ciclo (Regular e Curso de Educação e Formação) e Ensino Secundário (Regular e Profissional), garantidos por um total de dois estabelecimentos de ensino: o Centro Escolar de Tabuaço e pela Escola EB 2,3 e Secundária Abel Botelho.

No ano letivo 2022-2023, a oferta de ensino da rede escolar pública era constituída pelos estabelecimentos citados, que se distribuem e concentram no AE Abel Botelho, com sede na Escola EB 2,3 e Secundária Abel Acácio de Almeida Botelho situada na vila de Tabuaço. No âmbito dos estabelecimentos de ensino de base local e de proximidade, como são os Jardins de Infância e das Escolas Básicas, estes representam 100% do total da oferta escolar pública e 100% do total da oferta escolar (pública+privada) do território do concelho de Tabuaço. Estes valores exprimem ainda, dentro do conjunto da oferta pública, que 22% dessa oferta surge reunida apenas num único local que corresponde à escola sede do Agrupamento de Escolas Abel Botelho.

Em termos de distribuição territorial, a rede escolar pública do município de Tabuaço reflete as necessidades de funcionalidade, a procura de eficiência do sistema e, em larga medida, as determinações superiores das direções governamentais. Não obstante, se considerarmos o atual padrão de distribuição populacional, podemos concluir que essa disposição, organização e funcionamento visa assegurar uma cobertura que satisfaça a procura escolar e possibilitar a sua utilização, de um processo de ensino-aprendizagem com qualidade, por parte de todos os seus atuais e potenciais utilizadores. A oferta educativa do Agrupamento apresenta-se diversificada, dimensionada e abrangendo todos os níveis de ensino, desde o Ensino Pré-Escolar ao Ensino Secundário, contemplando o Ensino Profissional.

Na atual oferta educativa elenca-se o Ensino Pré-Escolar, o 1.ºCEB, o 2.ºCEB, o 3.ºCEB e o Ensino Secundário com os cursos Científico-humanísticos (Ciências e Tecnologias; Línguas e Humanidades) e ainda a valência do Ensino Profissional (Curso Técnico de Restauração e Bar; Curso Técnico de Auxiliar de Saúde; Curso Técnico de Sistemas de Informática).

Como único Agrupamento de Escolas no concelho de Tabuaço no âmbito da oferta da rede pública de ensino, este defende que o trabalho científico e pedagógico que tem sido desenvolvido, e a sua continuidade, dentro de parâmetros de elevada exigência deverá sempre constituir o principal argumento que garanta aos Pais e Encarregados de Educação dos atuais alu-

QUADRO 59 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA POR TIPOLOGIA NO ANO LETIVO 2022-2023.

Concelho	JI	EB1	EB 2,3	ES	Total
Tabuaço	1	1	1	1	4

(CMT; AEABT)

QUADRO 60 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO PRÉ-ESCOLAR) NO ANO LETIVO 2022-2023.

Escolas/Grupos	Total
Jl de Tabuaço	1

(CMT; AEABT)

QUADRO 61 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (1.º CEB) NO ANO LETIVO 2022-2023.

Escolas/Grupos	Total
Centro Escolar de Tabuaço	1

(CMT; AEABT)

QUADRO 62 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (2.º E 3.º CEB) NO ANO LETIVO 2022-2023.

Escolas/Grupos	Total
EB 2,3 de Tabuaço	1

(CMT; AEABT)

QUADRO 63 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO SECUNDÁRIO, REGIME GERAL E ENSINO PROFISSIONAL) NO ANO LETIVO 2022-2023.

Freguesia/Grupos	Total
EB 2.º e 3.º CEB/Secundário de Tabuaço	1

(CMT; AEABT)

QUADRO 64 – OFERTA EDUCATIVA E COMPLEMENTAR NO ANO LETIVO 2022-2023.

Nível de Ensino	Oferta Educativa e complementar
Ensino Pré-escolar	Educação Pré-Escolar. Atividades de Animação e de Apoio à Família.
1.º CEB	Básico regular. Vamos Brincar com a Tecnologia Atividades Extra Curriculares de: Língua Inglesa; Atividade Física e Desportiva; Expressão Musical.
2.º CEB	Básico regular. Apoio ao Estudo Clube de Artes; Clube de Música; Clube de Escrita Criativa; Clube de Yoga; Clube de Proteção Civil; Clube de Voluntariado; Clube de Teatro; AATE – Apoio ao Aluno Treino de Exames;
3.º CEB	Básico regular. Apoio ao Estudo Clube de Artes; Clube de Música; Clube de Escrita Criativa; Clube de Yoga; Clube de Proteção Civil; Clube de Voluntariado. Clube de Teatro; AATE – Apoio ao Aluno Treino de Exames;
Ensino Secundário	Científico-humanísticos: Ciências e Tecnologias; Línguas e Humanidades; AATE – Apoio ao Aluno Treino de Exames; Curso Profissional: Técnico de Restauração e Bar; Técnico Auxiliar de Saúde; Curso Profissional de Técnico de Sistemas de Informática; AATE – Apoio ao Aluno Treino de Exames;

(CMT; AEABT)

unos que a tomada da decisão na sua frequência foi a mais acertada e que afiance aos futuros alunos como sendo uma decisão segura.

A esse argumento e preocupação acresce um clima relacional positivo, uma cultura organizacional estável e a disponibilidade de recursos materiais e humanos que asseguram a qualidade do ensino. Para isso, mas também para o estímulo e desenvolvimento integral das diferentes competências e dos seus níveis, o Agrupamento de Escolas Abel Botelho procura desenvolver projetos de desenvolvimento educativo, pensados e articulados de forma transversal, privilegiando quatro dimensões, designadamente a aquisição de aprendizagens significativas, a comunicação, a colaboração e a

resolução de problemas. No seu conjunto descobrem-se projetos muito diversos que abrangem a Cultura, o Diálogo Intercultural, o Ambiente, o Desporto, a Saúde, a Comunicação, a Música, a Leitura e a Escrita.

○ Agrupamento de Escolas Abel Botelho foi estabelecido em 26 de Junho de 2003 mediante ofício da Direção Regional de Educação do Norte (DREN), no uso das competências definidas no art.º 6º do Decreto-lei n.º 12/2000. A escolha da escola sede recaiu sobre a Escola EB 2,3 e Secundária Abel Acácio de Almeida Botelho, cujo patrono tabuacense (n. 23.09.1855), acolheu a anuência da comunidade escolar lembrando a sua naturalidade, mas principalmente a sua carreira como militar, poeta, escritor e diplomata português, tendo-se ligado aos movimentos que defenderam a implantação da República, chegando a ser eleito como Ministro da República Portuguesa, qualidade na qual faleceu, na Argentina, em 1917.

Por essa decisão, foram englobadas no Agrupamento Vertical de Escolas trinta e cinco estabelecimentos escolares, sendo quinze pertencentes ao Ensino Pré-escolar (das quais 15, 5 consistiam em Ensino Pré-escolar Itinerante (EPEI) que decorriam nos espaços das Juntas de Freguesia), vinte estabelecimentos do 1.ºCEB e uma escola EB 2,3 e Secundária. Em 2006, por decisão do Ministério da Educação foram encerradas as Escolas EB1 e pouco tempo depois os Jardins de Infância, passando a denominar-se Agrupamento de Escolas Abel de Botelho - Tabuaço do qual hoje fazem parte dois polos escolares: o Centro Escolar de Tabuaço (Pré-Escolar e 1.ºCEB) e a Escola 2,3/Secundária.

O Agrupamento de Escolas Abel Botelho entende que, enquanto unidade orgânica de ensino público, contribui para estimular um modelo pedagógico ajustado às necessidades e interesses dos seus alunos, alicerçado numa educação e formação de qualidade para o exercício de uma cidadania inclusiva ativa e consciente. A missão do seu Projeto Educativo (PE) reforça o papel do Agrupamento como espaço privilegiado de ensino e formação que promove conhecimentos, capacidades e competências, através da realização de aprendizagens significativas capazes de conduzir ao sucesso pessoal e social dos alunos, bem como ao exercício de uma cidadania responsável; promover a educação integral de crianças e jovens; assegurar a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço educativo; fomentar a criatividade e a inovação, bem como o exercício de uma cidadania mais responsável. Assim pode desenvolver alguns valores nos alunos que os conduzam à aquisição

de competências essenciais e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se ativamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País, tais como: a Solidariedade; o Respeito pelo outro; a Democraticidade; a Identidade; a Responsabilidade; a Inovação e a Eficiência. E, evidentemente, o Agrupamento pretende também corresponder ao quadro de referência estabelecido no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, promovendo o desenvolvimento dos valores da Liberdade, Excelência e Exigência, Liberdade, Responsabilidade e Integridade, Curiosidade, Reflexão e Inovação, Cidadania e Participação.

A visão do Agrupamento de Escolas de Tabuaço traduz-se na intenção de onde quer chegar, ou seja, o que almeja ser no futuro, pelo que contém o sonho e a participação de todos quantos pertencem não só ao agrupamento, mas também à comunidade educativa. Pretende-se que seja uma estratégia inspiradora, realizável e com uma dimensão concretizável, pois ela será responsável por toda a elaboração do planeamento estratégico.

No elenco dos objetivos ou metas propostas destacam-se:

- Melhorar os horários escolares;
- Aumentar o sucesso escolar;
- Atenuar/Erradicar as desigualdades sociais;
- Consolidar uma cultura colaborativa e inclusiva, de respeito pela diferença e pela diversidade;
- Promover a inovação e a partilha de boas práticas educativas;
- Valorizar o papel das lideranças intermédias, garantindo um maior envolvimento e uma maior articulação dos diversos atores educativos nos processos de tomada de decisão;
- Otimizar os mecanismos de comunicação interna e externa;
- Reforçar os laços do AET com a Câmara Municipal, Associação de Pais e Encarregados de Educação de Tabuaço, Bombeiros Voluntários de Tabuaço, Centro de Saúde, CPCJ e demais entidades;
- Reforçar o número de protocolos e parcerias com instituições/ stakeholders locais e regionais;

- Privilegiar atividades que promovam a divulgação e o conhecimento do meio local;
- Mobilizar a comunidade educativa para uma intervenção mais ativa na vida da escola;
- Fortalecer as relações interpessoais entre todos os elementos da comunidade escolar;
- Reforçar o trabalho colaborativo entre docentes dos diversos níveis educativos;
- Criar oportunidades de desenvolvimento profissional (Formação) do pessoal docente e não docente;
- Consolidar os mecanismos de monitorização e de autoavaliação anual;
- Aumentar o grau de satisfação da comunidade escolar relativamente ao funcionamento e serviços prestados nas várias estruturas da escola.

Considerando a realidade decorrente do reordenamento da oferta escolar em 2006-2007, o Agrupamento de Escolas Abel Botelho ajustou a sua organização administrativa e pedagógica. Atualmente, a organização do Agrupamento assenta em três domínios principais: o domínio executivo, o domínio pedagógico e o domínio administrativo. Em termos de constituição do organigrama executivo, o mesmo é presidido pelo Conselho Geral, que delega na Direção Executiva as tarefas e responsabilidades que garantem a funcionalidade do Agrupamento, na gestão do Pessoal Docente e do Pessoal Não Docente, sendo este último um campo mais diversificado (Técnicos Superiores, Técnicos Especializados, Coordenadores e Encarregados).

Ainda há a contemplar na organização do Agrupamento de Escolas Abel Botelho, em termos de funcionalidade, a superintendência do Conselho Geral e a participação da Direção, do Conselho Pedagógico, a Associação de Pais, a SADD e o Conselho Administrativo na aprovação e regulação das linhas orientadoras do projeto-orçamento (aprovação das contas de gerência aprovação do regulamento interno; proposta de reordenamento escolar) e das linhas orientadoras das propostas de formação (medidas e procedimentos pedagógicos a adotar; proposta de atuação disciplinar e normativa; metodologia e aprovação, avaliações de desempenho; aprovação de investimentos, contas e mapas). Da participação destas linhas

orientadoras, a Direção do Agrupamento deverá implementar as orientações atrás referidas, resolver situações e problemas, gerir e orientar os seus recursos humanos, assegurar o normal funcionamento do agrupamento e zelar pelo bem-estar e segurança dos alunos e pela boa conservação dos equipamentos.

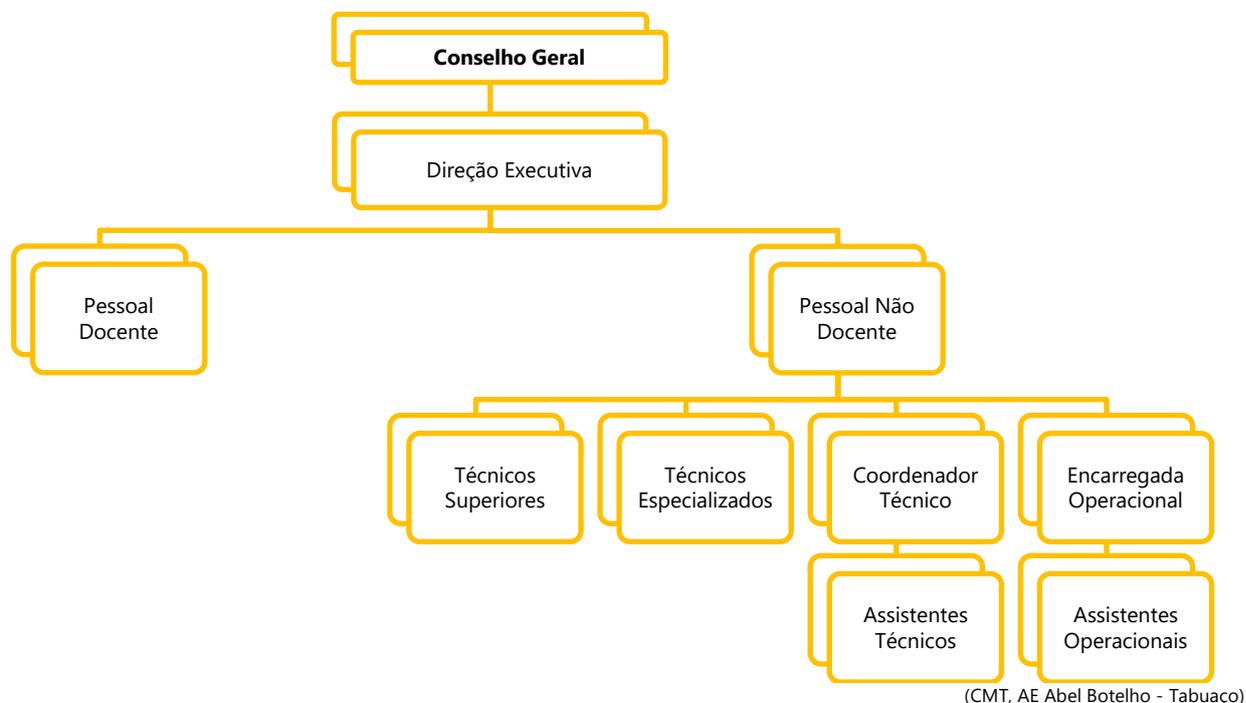
Aos diversos coordenadores (coord. de projetos, coord. de Secretariado de Exames e Provas de Aferição, coord. de Diretores de Turma, coord. do SPO, coord. de Plano Tecnológico, coord. da Biblioteca, coord. de Departamento e ao Responsável pelo Plano de Segurança Interno) cabem implementar medidas pedagógicas e didáticas, assegurar uma eficiente rede de oferta formativa, desenvolver políticas centrais e locais de educação, implementar os projetos aprovados e desenvolver atividades lúdicas e pedagógicas. Finalmente, há ainda a considerar os domínios da Coordenação dos Serviços da Administração Escolar, que se dividem em cinco áreas: Financeira e Contabilística, Alunos, Apoio Social e Económico, Recursos Humanos, Área de Logística.

QUADRO 65 – COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS NO ANO LETIVO 2022-2023.

Direção Executiva	Pessoal Docente	Pessoal Não Docente	Técnicos Superiores	Técnicos Especializados	Coordenação Técnico	Encarregada Operacional	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais
1 Diretor	66	43	2 Psicólogas*	1 Restauração/Bar	1	1	6	32
1 Subdiretora			1 Requalificação	1 Saúde				
3 Adjuntos								

*Ao serviço do POCH, Programa de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário no âmbito das Recuperações de Aprendizagens.
(CMT, AE Abel Botelho - Tabuaço)

ESQUEMA 1 – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO AE ABEL BOTELHO – TABUAÇO.

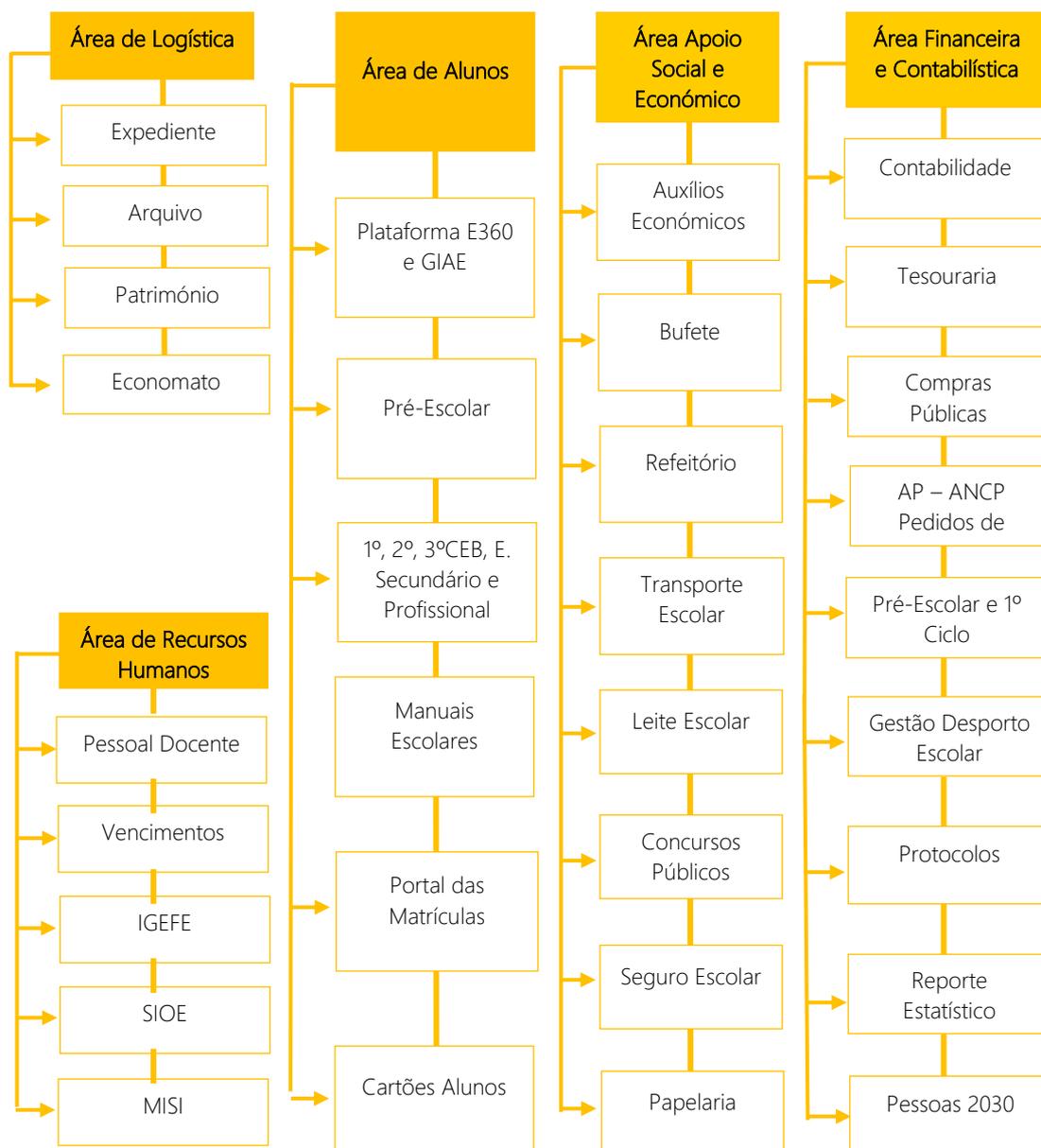


ESQUEMA 2 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE ABEL BOTELHO ESCOLAS - TABUAÇO.

Organização	Direção	Coordenação
Conselho Geral	Diretor	Coordenador de Projetos
Conselho Pedagógico	Subdiretora	Responsável pelo Plano de Segurança Interno
Associação de Pais	Adjunto de Direção	Coordenador Secretariado de Exames e Provas de Aferição
SADD		Coordenador dos Diretores de Turma
Conselho Administrativo		Coordenador do Gabinete do SPO
		Coordenador Plano Tecnológico
		Coordenador da Biblioteca
		Coordenador de Departamento

(CMT; AEABT)

ESQUEMA 3 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE ABEL BOTELHO – TABUAÇO.



(CMT; AEABT)

O Agrupamento de Escolas Abel Botelho tem estabelecido parcerias e protocolos com diversas entidades, públicas e privadas, visando uma maior aproximação e colaboração entre a escola e o meio. Muito importantes para a execução do Plano Anual de Atividades, têm sido estabelecidas relações de cooperação com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Administração Regional de Saúde do Norte, ACES Douro Sul - Unidade de Saúde de Tabuaço, Bombeiros Voluntários de Tabuaço, Escola Segura, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), empresas e associações que reforçam e rentabilizam os recursos existentes do Agrupamento.

QUADRO 66 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, EM 2022-2023.

ENTIDADES

- Câmara Municipal Tabuaço;
- Juntas de Freguesia;
- Administração Regional de Saúde do Norte - PRESSE;
- BVT - Simulação e Evacuação no âmbito da Proteção Civil;
- ACeS Douro Sul - Unidade de Saúde de Tabuaço;
- Associação Bagos D'Ouro;
- Hotel DouroINN;
- Palace Hotel - Tabuaço;
- Hotel Verdeal;
- Snack Bar Cascata;
- Pastelaria Tulipa;
- Restaurante Tachinho da Té;
- Restaurante Tábua D'Aço;
- The Vintage House Hotel - Pinhão;
- Lamego Hotel & Life;
- Delfim Douro Hotel – Lamego;
- 5120 Taberna - Tabuaço;
- ELI; (Núcleo de Moimenta da Beira);
- GNR - Escola Segura;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação de Tabuaço;
- Associação Industrial e Comercial de Tabuaço;
- CRI - Centro de recursos para a Inclusão;
- CRTIC - Centro de recursos (Cinfães)

(CMT; AEABT)

No ano letivo 2023-2024, o Agrupamento de Escolas Abel Botelho, com base nos documentos de avaliação, identificou alguns problemas ou áreas que merecem uma intervenção prioritária de forma a melhorar o serviço prestado e que constam do seu Projeto Educativo. Da análise interna efetuada foi realizado um Diagnóstico Estratégico, cuja síntese (pontos fortes e áreas passíveis de melhoria) resulta da avaliação interna e externa.

QUADRO 67 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.

Pontos fortes	Áreas passíveis de melhoria
<p>A participação dos alunos em projetos locais e nacionais, por forma a desenvolverem as suas competências sociais;</p> <p>O envolvimento do Agrupamento em iniciativas locais, em articulação com as forças vivas da região, de modo a elevar o reconhecimento da missão da escola, Câmara Municipal, Associação de Pais e Encarregados de Educação de Tabuaço e demais entidades;</p> <p>A valorização do mérito e a disseminação dos prémios obtidos, visando estimular as aprendizagens e a promover melhores resultados;</p> <p>A planificação articulada entre os ciclos e níveis educativos, das atividades do plano anual, por forma a contribuir para a contextualização do currículo às especificidades do meio envolvente;</p> <p>O acompanhamento continuado dos alunos na transição entre ciclos, rentabilizando a informação acerca do seu percurso escolar, visando a melhoria das aprendizagens.</p>	<p>Identificação dos fatores internos de (in) sucesso;</p> <p>A diversificação e maior adequação das modalidades de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem, a par do aprofundamento da monitorização e avaliação das medidas implementadas, com vista a uma maior abrangência e eficácia nos resultados académicos;</p> <p>A generalização e consolidação de metodologias experimentais no ensino e na aprendizagem, por forma a fomentar práticas ativas na aprendizagem das ciências;</p> <p>A implementação de mecanismos de supervisão da prática letiva em sala de aula, como forma de desenvolvimento profissional e de melhoria do ensino e da aprendizagem;</p> <p>Na adoção dos Cursos Profissionais, não terem em conta a realidade e as necessidades do concelho;</p> <p>A consolidação das práticas de autoavaliação, para uma melhoria contínua do Agrupamento.</p>

(CMT; AEABT)

		Ambiente interno	
		Pontos Fracos	Pontos Fortes
Ambiente Externo	Ameaças	<p>Relação escola-família carece de reforço e melhoria;</p> <p>Inadequação de atitudes cívicas de alguns alunos;</p> <p>Capacidade esgotada da Rede do Plano Tecnológico nas escolas da sede do Agrupamento;</p> <p>Falta de isolamento das janelas e conseqüente perda energética;</p> <p>Falta de espaços cobertos e espaços verdes;</p> <p>Escassos recursos económicos, para além do estabelecido em sede do orçamento geral do Estado, o que dificulta o financiamento das ofertas formativas diversificadas e dos projetos;</p> <p>Dimensão reduzida do refeitório escolar (cantina), impossibilitando a melhoria dos horários escolares;</p> <p>Não remoção do amianto nos telhados;(Chove nas salas de aula);</p> <p>Casas de banho deterioradas assim como o saneamento;</p> <p>Fraca luminosidade exterior;</p> <p>Falta de AVAC no bloco do 1º ciclo;</p> <p>Internet fraca.</p> <p>Falta de acessibilidade a pessoas com dificuldades de locomoção, (falta de elevador);</p>	<p>Liderança da Direção ao nível da gestão de recursos e controlo da gestão integrada;</p> <p>Qualificação, empenho e integração do corpo docente e não docente;</p> <p>O nível elevado, qualidade e organização do relacionamento entre os diferentes órgãos e serviços escolares do Agrupamento</p> <p>O nível elevado do aproveitamento dos recursos tecnológicos;</p> <p>Prevenção e resolução de situações de indisciplina em concordância com o Código de Conduta e com o Regulamento Interno;</p> <p>Existência de Atividades de Enriquecimento Curricular, Clubes, Oficinas e CAAF.</p> <p>Promoção das literacias através da forte dinâmica das atividades da Biblioteca Escolar;</p> <p>Cooperação das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica;</p> <p>Diversidade e desenvolvimento das medidas de apoio educativo (PAE).</p> <p>Resposta diferenciada e integradora proporcionada aos alunos com necessidades educativas especiais, de carácter permanente, e a sensibilidade da comunidade escolar para a integração e inclusão plena dos alunos;</p> <p>Resposta diferenciada a alunos de diferentes nacionalidades;</p> <p>Número reduzido de alunos por turma;</p> <p>Articulação e comunicação com a CPCJ e a Segurança Social;</p> <p>A integração na comunidade e a relação de cooperação com a autarquia e outras instituições;</p> <p>Diversidade da oferta formativa;</p> <p>Existência de uma Associação de Pais e Encarregados de Educação.</p> <p>Taxa de abandono escolar no Ensino Básico praticamente nula</p> <p>Oferta do Ensino Pré-Escolar para todos os alunos do concelho.</p> <p>Oferta do ensino profissional.</p>
	Oportunidades	<p>Parcerias com instituições, associações de natureza artística e/ou cultural e de ensino profissional;</p> <p>Direção em parceria com a autarquia cria mecanismos que permitem avaliar as necessidades e a satisfação do pessoal não docente;</p>	<p>Projetos internacionais e nacionais que permitem a projeção do Agrupamento e criam oportunidades aos alunos;</p> <p>Intercâmbios internacionais e nacionais.</p>

Tendo como principal objetivo a inovação pedagógica e a construção de uma escola centrada na melhoria das aprendizagens para todos os discentes, o Projeto de Intervenção pretende responder aos seguintes campos de ação, como a Promoção do Sucesso Educativo, da Educação para a Cidadania, da Educação Inclusiva, da Flexibilidade Curricular e das medidas de apoio socioeducativo; a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação; incentivar o desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente; procurar o estabelecimento de parcerias; incentivar o envolvimento dos pais e encarregados de educação e de outros agentes educativos; e desenvolver processos de avaliação interna.

Como estratégia de trabalho definiram-se os principais eixos de ação que visam guiar a Direção do AE Abel Botelho – Tabuaço e principais prioridades a observar:

Eixo 1 - Promoção da educação Inclusiva Identificar necessidades específicas dos discentes.

Criar ambientes de aprendizagem acessíveis e desafiantes para todos os discentes.
Garantir o sucesso educativo a todos os discentes.
Os alunos e as famílias são totalmente envolvidos em todo o processo educativo .

Eixo 2 - Promover a formação do aluno, entendendo-a numa perspetiva global e integral.

Promover atitudes e comportamentos de respeito pelo outro, de responsabilidade e de participação.
Promover a educação para a saúde e educação sexual.

Eixo 3 - Fomentar as relações inter e intrapessoais na comunidade educativa.

Melhorar a articulação entre órgãos e estruturas do Agrupamento, assim como a sequencialidade entre os diversos ciclos e níveis de ensino.
Melhorar as atitudes e os comportamentos de respeito pelo outro, pela escola e pela comunidade educativa.

Eixo 4 - Desenvolvimento de processos de avaliação interna.

Consolidar e alargar práticas de autoavaliação.

(CMT; AEABT)

E, para além dos eixos de ação e das suas prioridades, foram definidas quatro áreas de intervenção, delineados os objetivos gerais e estratégicos e as metas que serviram de base para a construção do plano estratégico do AE Abel Botelho que sinteticamente se apresenta:

1. Promoção da Educação Inclusiva			
OBJETIVOS	1.1. Identificar necessidades específicas dos discentes		
	Meta 1	Todos os tipos de apoio necessários, tendo em conta os recursos existentes no Agrupamento e na comunidade, estão disponíveis para apoiar a escola e os alunos de forma eficaz	
		Indicadores	O apoio à escola e alunos é disponibilizado, garantido e monitorizado; O envolvimento da escola e a gestão dos apoios está assegurada.
		Evidências	Avaliação da ação desenvolvida no CAA; Relatórios Trimestrais da EMAEI; Relatório de autoavaliação do Agrupamento; Atas das reuniões da tomada de decisão da EMAEI.
	1.2. Criar ambientes de aprendizagem acessíveis e desafiantes para todos os discentes.		
	Meta 1	A escola e os professores das várias disciplinas promovem a participação e a aprendizagem de todos os alunos e integram um conjunto de medidas organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais.	
		Indicadores	Está assegurada a oferta de formação contínua/desenvolvimento profissional, no que diz respeito à inclusão; A Equipa EMAEI promove oportunidades de desenvolvimento profissional em educação inclusiva
		Evidências	Comunicação aos CFAE das necessidades de formação para a inclusão; Partilha de formas eficazes e inovadoras de ensino (EMAEI)
	1.3. Garantir o sucesso educativo a todos os discentes.		
	Meta 1	É promovido e garantido a igualdade de oportunidades para todos os alunos, permitindo-lhes adquirir um nível de educação e formação que permite uma plena inclusão social.	
Indicadores		É promovido e garantido a igualdade de oportunidades para todos os alunos, permitindo-lhes adquirir um nível de educação e formação que permite uma plena inclusão social.	
Evidências		Avaliação Trimestral; Critérios de avaliação; Monitorização e avaliação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, implementadas (RTP); Avaliação da ação desenvolvida no CAA; Relatório de autoavaliação do Agrupamento.	

	Meta 2	Responder às necessidades emocionais e sociais dos alunos.	
		Indicadores	Número de alunos a desenvolver competências emocionais
		Evidências	relatório do serviço de psicologia e orientação.

2. Promover a formação do aluno, entendendo-a numa perspetiva global e integral.

OBJETIVOS	2.1. Promover atitudes e comportamentos de respeito pelo outro, de responsabilidade e de participação.		
	Meta 1	Diminuir a indisciplina em contexto de sala de aula.	
		Indicadores	Número de alunos com dificuldades em desenvolver competências sociais.
		Evidências	Monitorização das situações de indisciplina.
	Meta 2	Aumentar o número de alunos que participam em projetos desenvolvidos no Agrupamento.	
		Indicadores	Número de alunos que participam nos projetos/ clubes.
		Evidências	Registos de participação; Relatórios dos projetos; Relatório PAA.
	2.2. Promover a educação para a saúde e educação sexual.		
	Meta 1	Envolver todos os alunos nas medidas constantes da Lei nº 60/2009, de 6 de agosto.	
		Indicadores	Número de alunos/turmas em que foram implementadas as medidas; Número de alunos que recorreram ao GPS.
Evidências		Relatórios de atividades; Relatório do GPS.	
Meta 2	Envolver todas as crianças da educação pré-escolar e todos os alunos em projetos vocacionados para a promoção da saúde e educação sexual.		
	Indicadores	Número de projetos desenvolvidos; Número de crianças do Pré-Escolar que participam nos projetos; Número de alunos envolvidos em cada projeto;	
	Evidências	Registos de participação; Relatórios dos projetos.	

3. Fomentar as relações inter e intrapessoais na comunidade educativa

OBJETIVOS	3.1. Melhorar a articulação entre órgãos e estruturas do Agrupamento, assim como a sequencialidade entre os diversos ciclos e níveis de ensino.	
	Meta 1	Realizar pelo menos uma reunião de articulação entre cada dois ciclos ou níveis de ensino sequenciais.
		Indicadores Número de reuniões realizadas. Evidências Atas das reuniões.
	Meta 2	Realizar pelo menos uma atividade de integração para os alunos que passam para o ciclo ou nível de ensino seguinte
		Indicadores Número de atividades realizadas. Evidências Relatórios das Atividades.
	3.2. Diminuir o número de participações disciplinares e o número e gravidade das sanções aplicadas	
Meta 1	Realizar pelo menos uma reunião de articulação entre cada dois ciclos ou níveis de ensino sequenciais.	
	Indicadores Número de participações disciplinares; Número e tipologia das sanções aplicadas. Evidências Participações; Processos disciplinares.	
Meta 2	Envolver todas as crianças da educação pré-escolar e todos os alunos em projetos vocacionados para a promoção da saúde e educação sexual.	
	Indicadores Número de projetos desenvolvidos; Número de crianças do Pré-Escolar que participam nos projetos; Número de alunos envolvidos em cada projeto;	
	Evidências Registos de participação; Relatórios dos projetos.	

4. Desenvolvimento de processos de avaliação interna

OBJETIVOS	4.1. Consolidar e alargar práticas de autoavaliação	
	Meta 1	Fomentar o trabalho colaborativo, partilha de práticas pedagógicas.
		Indicadores Desenvolvimento e reflexão de práticas profissionais. Evidências Registo de número de partilhas

(CMT; AEABT)

O plano de ação estratégico é o documento - e o conjunto de procedimentos - através do qual se procura desenvolver processos e atividades que consigam desenvolver, incrementar e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem visando o sucesso dos alunos e que contribua de forma eficaz para a construção da sua identidade, enquanto cidadão e profissional, em concordância com os seus interesses e expectativas. O plano é norteado por quatro princípios basilares (o princípio da qualidade pedagógica, o princípio da transparência, o princípio da participação e o princípio da igualdade). Na sua globalidade, estes princípios propõem-se a orientar as iniciativas e atividades que se dispõem a alcançar e assegurar a qualidade da ação e da dimensão pedagógica, fomentando a participação ativa da comunidade escolar num plano onde se partilham responsabilidades e delegam competências em total transparência. Ainda no cumprimento deste plano, o Agrupamento de Escolas definiu um conjunto de referenciais que se elencam e que se propõem a:

- Garantir um serviço público de educação de qualidade, rigor e de disciplina do ensino prestado;
- Integrar e valorizar o esforço e o papel de cada um;
- Dotar os alunos de conhecimento sobre si próprios e sobre os outros;
- Abrir-se ao meio envolvente e aprender com ele;
- Transmitir valores universais e inalienáveis.
- Preparar alunos conscientes e empenhados nas opções que tomam quanto ao seu percurso escolar, quer no sentido do prosseguimento de estudos, quer no sentido da opção profissionalizante.
- Formar cidadãos autónomos e responsáveis.
- Contribuir para o desenvolvimento da comunidade educativa em que se insere, do concelho e, no limite, do país.

Em suma, o plano educativo e o plano de ação estratégica visam tornar o Agrupamento de Escolas Abel Botelho reconhecido como uma instituição pública de referência pela qualidade do ensino e da formação que as suas escolas proporcionam, e que pela sua oferta educativa, visão, missão e

valores se torne atrativo para os alunos, atuais e futuros, quer do concelho que serve, quer dos concelhos limítrofes.

Como único Agrupamento de Escolas no concelho de Tabuaço no âmbito da oferta da rede pública de ensino, este defende que o trabalho científico e pedagógico que tem sido desenvolvido e a sua continuidade dentro de parâmetros de elevada exigência deverá constituir o principal argumento que garante aos Pais e Encarregados de Educação dos atuais alunos que a tomada da decisão na sua frequência foi a mais acertada e que afiança aos futuros alunos como sendo uma decisão segura. A esse argumento e preocupação acresce um clima relacional positivo, uma cultura organizacional estável e a disponibilidade de recursos materiais e humanos que asseguram a qualidade do ensino.

Para o desenvolvimento dessa cultura institucional, o Agrupamento de Escolas estabeleceu critérios rigorosos como para a constituição de turmas nos diferentes níveis de ensino tendo sempre por base a legislação em vigor, e podendo o Conselho Pedagógico ou outras estruturas de Coordenação Educativa propor aspetos relevantes para essa constituição. É um momento chave para a resolução ou prevenção de situações de insucesso e de indisciplina. Os critérios pedagógicos a observar na constituição de turmas são os seguintes:

- Aquando da entrada da criança no Pré-Escolar, independentemente do número de lugares em funcionamento, esta deve integrar-se, preferencialmente, em grupo heterogéneo relativamente à idade, proporcionando, em simultâneo e sempre que possível, a equidade de género (M/F) em cada turma. Sempre que o número de crianças a isso obrigue, poderão constituir-se grupos homogéneos;
- Sempre que se apresentem à matrícula irmãos, nomeadamente gémeos, a inscrição e frequência na mesma ou em turma diferente depende da vontade expressa do encarregado de educação e disponibilidade existente no estabelecimento, preconizando-se a sua separação;
- Mediante análise das características da população escolar e sempre que se observem crianças provenientes de etnias ou com problemática comportamentais associadas, estas devem ser integradas equilibradamente nas diferentes turmas do estabelecimento;

- Nos anos sequenciais, deve dar-se continuidade ao grupo, integrando elementos que respeitem o equilíbrio;
- No primeiro ciclo do Ensino Básico deve dar-se continuidade aos grupos/turmas constituídos no ano letivo anterior, tendo em conta ainda os grupos de alunos vindos da Educação Pré-Escolar. As turmas devem ser constituídas por um mesmo ano de escolaridade, evitando-se assim que se encontrem anos diferenciados numa mesma turma e devem-se, igualmente, distribuir os alunos de forma equilibrada entre turmas do mesmo ano, evitando-se turmas muito numerosas e outras com relativamente poucos alunos;
- Para o segundo e terceiro ciclos e Ensino Secundário, deve evitar-se a concentração de alunos retidos na mesma turma e os alunos provenientes de turmas com escolaridade irregular ou vindos de países estrangeiros devem manter-se na mesma turma. Convém ainda ter em atenção os relatórios elaborados sobre as várias propostas e sugestões deixadas em ata de cada Conselho de Turma, devendo esses relatórios serem entregues à equipa de constituição de turmas.

No que diz respeito à Educação Inclusiva, o Agrupamento de Escolas obriga-se de forma rigorosa a observação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho (alterado pela Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro e pela Lei e pelo Decreto-Lei n.º 62/2023 de 25 de julho) que “estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (n.º 1 do Art.º 1.º). Assumindo uma perspetiva claramente inclusiva, este decreto-lei, assim como os normativos relativos ao currículo do ensino básico e secundário e o Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, constitui-se, simultaneamente, como impulsionador e como suporte de implementação de mudanças a nível organizacional, bem como do próprio processo educativo. De forma a adequar as necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantir as condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória, a educação inclusiva integra um conjunto

de medidas organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais, tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento do Agrupamento, nomeadamente: docentes das várias disciplinas, os docentes de educação especial, os técnicos especializados, os assistentes operacionais, a equipa multidisciplinar de apoio à educação Inclusiva (EMAEI), o centro de apoio à aprendizagem (CAA), o centro de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial (CRTIC), centro de recursos para a inclusão (CRI), equipa local de intervenção precoce (ELI), equipa de saúde escolar dos ACES/ULS, comissão de proteção de crianças e jovens (CPCJ) e instituições da comunidade local. A equipa multidisciplinar tem um papel crucial na sensibilização para a educação inclusiva assegurando que a escola adota uma visão estratégica, missão, princípios e valores orientados para a inclusão. Assegurar uma escola verdadeiramente inclusiva não é apenas aceitar toda a diversidade de alunos. Implica planeamento, envolvimento, trabalho colaborativo entre profissionais e entre estes e as famílias, desenvolvendo nos alunos em concreto e na comunidade educativa em geral, um verdadeiro sentido de pertença.

Nos anos letivos de 2022/23 e 2023/24, o Agrupamento de Escolas Abel Botelho definiu ainda uma Estratégia Global para a Educação e Formação Profissional sobretudo por se ter assistido a um aumento das ofertas profissionalizantes. Neste momento, estão em funcionamento três cursos profissionais. A auscultação feita aos alunos do 9º ano, através de inquéritos, permitiu concluir que, para além da oferta na área da Restauração, outro grupo de alunos ambicionava enveredar pela área de Saúde o que veio diversificar a oferta do Agrupamento. É muito importante salientar que esta estratégia permitiu reduzir o abandono escolar, a desistência de alunos sem certificação académica ou profissional e a saída de alguns alunos do Agrupamento. Este combate à redução drástica de alunos aliado à adequação da oferta formativa e qualificante às necessidades da comunidade educativa, bem como ao reforço das relações entre a Escola e as famílias, de modo a corresponsabilizar os pais e encarregados de educação pelo processo educativo dos alunos, continua a ser, cada vez mais, um objetivo primordial do Agrupamento. É igualmente importante que todos os esforços sejam feitos, por parte de cada membro da comunidade educativa, no sentido de ser prestado um serviço educativo de excelência aos alunos, qualificando-os para o exercício profissional e para o

prosseguimento de estudos, no respeito absoluto pela sua individualidade. O Conselho Pedagógico procederá a monitorização de todo este processo, com vista à identificação de eventuais fragilidades e promoção da definição de estratégias de melhoria. Para tal, a equipa EQAVET disponibilizará um relatório trimestral que permita essa mesma monitorização.

Há a destacar na oferta escolar os programas do Desporto Escolar que se assume como uma componente essencial do desenvolvimento integral dos cidadãos. Nesse sentido, no âmbito da educação, ganha especial relevância a dinamização do Desporto Escolar enquanto estratégia de promoção do sucesso educativo e de estilos de vida saudáveis. O Programa de Desporto Escolar, refletindo os propósitos enunciados, visa criar condições para o alargamento gradual da oferta de atividades físicas e desportivas, de caráter formal e não formal a todos os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória e, ainda, para o estímulo aos alunos e modalidades com elevado potencial desportivo, presentes nos quadros competitivos nacionais e internacionais. Como objetivos gerais do projeto listam-se os seguintes:

- Respeitar as normas de espírito desportivo promovendo um clima de boas relações interpessoais e de uma competição leal e saudável;
- Observar e cumprir rigorosamente as regras de higiene e de segurança nas atividades físicas; Orientar as equipas desportivas escolares para que tenham sempre presente a importância através da análise dos fatores de risco, de prevenção e de combate ao consumo de substâncias dopantes;
- Oferecer aos alunos atividades que deem respostas às suas motivações intrínsecas, proporcionando-lhes atividades individuais e coletivas que sejam adequadas aos diferentes níveis da prestação motora e estrutura corporal;
- Dar a conhecer aos alunos as implicações e benefícios de uma participação regular nas atividades físicas e desportivas escolares, valorizá-las do ponto de vista cultural e compreender a sua contribuição para um estilo de vida ativa e saudável;
- Proporcionar a todos os alunos dentro da escola, atividades desportivas de caráter recreativo/lúdico de formação ou de orientação desportiva;

- Proporcionar atividades de formação e/ou orientação desportiva, tendo em vista a aquisição de competências físicas, técnicas e táticas, na via de uma evolução desportiva e da formação integral do aluno;
- Incentivar a participação dos alunos no planeamento e gestão das atividades desportivas escolares, nomeadamente, no seu papel como dirigentes, árbitros, juizes e cronometristas.

Finalmente, há a referir a importância do Plano de Desenvolvimento Europeu para a operacionalização de estratégias. Trata-se de um documento orientador e coordenador de diversos projetos de abrangência europeia que visam prover recursos ou suprimir necessidades específicas dos recursos humanos (docentes e não docentes) e os alunos centralizando a sua ação em processos de melhoria e inovação educativa, apostando em práticas cooperativas e de articulação, dinamizadoras de projetos de investigação e desenvolvimento pedagógico e organizacional. O Agrupamento de Escolas Abel Botelho pretende que este plano seja um ponto de partida para a criação de condições que fomentem e desenvolvam um verdadeiro espírito europeu de cidadania ativa, dando lugar a atividades promotoras de uma cultura de partilha, intercâmbio e comunhão de projetos que contribuam para o sucesso de todos enquanto cidadão europeus. O objetivo primordial é o de criar em todos os seus membros (docentes, discentes e não docentes) o sentimento de que todos contribuem para uma dimensão europeia da Educação. O Plano de Desenvolvimento Europeu tem como Metas e objetivos:

- Combater o insucesso e o abandono escolar e melhorar os resultados;
- Assegurar formação diversificada ao pessoal docente;
- Implementar novas metodologias de gestão de sala de aula;
- Promover o trabalho colaborativo entre docentes;
- Desenvolver nos alunos competências que lhes permitam, no âmbito do perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos;

- Incrementar o uso das tecnologias e aumentar as competências digitais nos processos de ensino;
- Apoiar o desenvolvimento de pedagogias inovadoras;
- Desenvolver competências linguísticas;
- Desenvolver competências de gestão e liderança;

- Contribuir para a criação de um ambiente e de uma escola mais inclusiva, uma escola que esteja organizada de forma a favorecer cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação;
- Promover a aquisição de capacidades, competências e saberes que favoreçam a construção da autonomia do Agrupamento, a implementação do respetivo Projeto Educativo e uma participação/intervenção efetiva dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos e na vida da escola.

Ao longo do desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Europeu, e tendo em vista atingir os objetivos e metas propostas, serão implementadas algumas estratégias tais como:

- Promover o ensino das línguas estrangeiras, em especial a inglesa, salientando a importância das mesmas no contexto global em que nos situamos;
- Apresentar candidaturas no âmbito do Programa Erasmus+ e desenvolver protocolos ou outros programas europeus;
- Promover a formação dos docentes nos países europeus através da frequência de cursos estruturados permitindo a aquisição de novas metodologias e pedagogias para o processo de ensino aprendizagem;
- Promover a aquisição de metodologias relacionadas com plataformas online e de trabalho colaborativo com recurso à web;
- O desenvolvimento de Job Shadowing/Períodos de observação que permitam a análise das realidades educativas em escolas diferentes e de outros países, observação que deve abranger várias áreas como a

lecionação de línguas estrangeiras, as práticas de integração de alunos com ou sem Necessidade Educativas Especiais, as práticas de organização e gestão escolar e as práticas de utilização das TIC em sala de aula;

- Contribuir para erradicar situações de intolerância relativamente à diferença de género, raça, religião, deficiência, idade, orientação sexual e outros preconceitos;

Para a operacionalização do Plano de Desenvolvimento Europeu foi criada uma Equipa de Projetos Erasmus que deverá assegurar as candidaturas ao Programa Erasmus, tendo por base o levantamento das necessidades da organização e do staff que a integra. Promover a realização de projetos Europeus *eTwinning* como metodologia de trabalho na sala de aula e promovendo a colaboração europeia com os 44 países que aderiram a este projeto. Posteriormente, após aprovação das candidaturas, terá que dinamizar reuniões preparatórias de acompanhamento e monitorização junto dos diversos intervenientes, assim como planificar atividades de preparação, acompanhamento e disseminação. Nas suas funções insere-se também toda a logística inerente aos projetos, não descurando a aplicação clara e criteriosa dos critérios de seleção dos participantes nas diferentes mobilidades. Um dos aspetos mais relevantes será a monitorização da disseminação dos projetos e a avaliação do impacto a nível pessoal e coletivo.

Como expressão da qualidade do AE Abel Botelho – Tabuaço, a implementação do sistema de garantia de qualidade EQAVET e a sua articulação e alinhamento com a política de qualidade definida pelo Agrupamento, os resultados obtidos através dos indicadores EQAVET verifica-se a elevada qualidade do ensino profissional (ou vocacional) e da formação.

ESQUEMA 4 – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EQAVET.

(CMT; AEABT)

4.1.2. Salas de aula/atividade e estado de conservação.

Os dados que se recolheram sobre este aspeto consistem essencialmente na perceção dos diretores e da avaliação dos serviços técnicos competentes municipais. O estado de conservação exterior dos edifícios dos estabelecimentos de ensino é, na generalidade insatisfatório. O edifício da Escola-sede ainda possui amianto na sua construção, situação deveras perigosa que se demora a corrigir. Em alguns casos, em particular nas fachadas mais expostas à ação dos agentes erosivos verifica-se a sua degradação e no interior também é facilmente observável a deterioração das instalações e equipamentos.

No âmbito da oferta escolar do Ensino Pré-Escolar e do 1.ºCEB, o funcionamento destes níveis de ensino ocorre num edifício relativamente moderno (2011), cuja gestão e conservação da infraestrutura se encontra a cargo da autarquia.

QUADRO 68 – REPARTIÇÃO DAS SALAS DE AULA/ATIVIDADE DA OFERTA PÚBLICA.

Estabelecimento de Ensino	Salas de aula	Laboratórios	Sala TIC	Salas de Música	Sala de EV/ET	Biblioteca	Salas SPO GAP CAA PDPSC
Centro Escolar 1.ºCEB	14	0	0	0	0	0	3
Escola 2,3º/Sec e Prof	17	3	3	1	2	1	2

(CMT; AEABT)

O edifício possui boas instalações, com 14 salas de aula/atividades, diversos espaços de recreio e outros de lazer e ocupação de tempos livres. Contudo é muito importante referir que as 14 salas poderão tornar-se, a médio-prazo, insuficientes para acomodar mais alunos em virtude da fixação de famílias migrantes no concelho que, evidentemente, continuarão a integrar a oferta escolar pública existente.

O Centro Escolar, como se designa, construído no recinto escolar da sede de Agrupamento, apresenta-se relativamente bem equipado, mas possui problemas no sistema de ventilação que provoca sérias dificuldades de climatização do espaço com efeitos prejudiciais no comportamento e rendimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, bem como no desempenho do pessoal docente e não docente afeto ao espaço. Das 14 salas existentes, 4 servem o Ensino Pré-escolar e 10 o 1.º CEB, onde se inclui uma sala de informática (sala do futuro). Existe ainda um campo e um pequeno espaço multiusos que serve de apoio ao ensino de Educação Física e à prática de atividades desportivas. Não possui uma cantina e os alunos servem-se da existente no edifício da Escola 2,3 que se revela manifestamente pequena para todos os alunos. As principais necessidades prendem-se com a inexistência de uma Biblioteca dedicada ao Ensino Pré-Escolar e ao 1.ºCEB, que se apresenta como uma prioridade a curto-prazo de forma a cumprir as metas previstas relacionadas com o sucesso educativo, combate às iliteracias e à inclusão. Outra dificuldade prende-se com a necessidade de um espaço-sala de atividades artísticas e manualidades que muito contribuirá para incrementar a qualidade do processo de ensino

aprendizagem, bem como um impacto muito positivo na matriz social dos alunos. A Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo funciona num edifício-monobloco que já conta com mais de três décadas de existência e funcionamento, encontrando-se em condições insatisfatórias de conservação. Possui 17 salas de aulas/atividades, onde se incluem 3 laboratórios, duas salas EV/ET, três salas TIC, uma sala de música, uma biblioteca, dois gabinetes, um ginásio com seus balneários, espaço de convívio, cantina e espaços administrativos e de gestão. No exterior, encontra-se um campo polidesportivo descoberto e espaços verdes e de recreação.

As salas de aula são insuficientes e encontram-se em péssimo estado. Os revestimentos estão muito deteriorados, com graves problemas de infiltração e humidade. É neste equipamento que se detetaram as maiores dificuldades e pontos críticos a necessitarem de uma intervenção prioritária. Em termos infraestruturais, destacam-se os revestimentos e pavimentos muito deteriorados, constantes quebras da rede elétrica que afetam especialmente a iluminação, derivadas dos quadros elétricos estarem muito deteriorados, a aparelhagem elétrica muito desgastada pelo uso e cuja potência é fraca (mas que dado o estado de conservação e funcionamento também se torna muito difícil, senão mesmo impossível proceder a um aumento de potência) e a ineficiência (quase inexistência) do isolamento térmico e energético.

Os equipamentos educativos (projetores, quadros interativos, mesas, cadeiras) para além de insuficientes, encontram-se muito degradados. O Agrupamento de Escolas Abel Botelho identificou a necessidade de 30 videoprojetores, dos quais uma parte se indicavam a serem instalados em salas de aula, incluindo salas de música e laboratórios, 2 para a biblioteca e centro de recursos, 2 no auditório e 1 no ginásio. Mas também carece dos quadros que sirvam com utilidade o uso dos projetores e, sobretudo, melhorar a rede wi-fi de Internet.

Existe a necessidade de mais equipamento pedagógico e ergonómico. É necessário otimizar as aulas de Educação Física com a melhoria dos balneários, uma vez que com o decorrer dos anos começam a apresentar alguns problemas. O campo desportivo começa a evidenciar algumas necessidades de intervenção, bem como os acessos àquele equipamento. E quando os alunos, frequentemente, têm que se deslocar ao pavilhão

desportivo municipal, a deslocação não está isenta de dificuldades, pois os acessos carecem de melhoramento.

As salas de aula destinadas às disciplinas de Educação Visual, de Educação Tecnológica, de Educação Musical e de Ciências Naturais têm, quando comparadas com as restantes, melhores condições estruturais, muito embora estejam a necessitar de melhoramento e substituição de equipamentos pedagógicos e o espaço não se afigura suficiente para o desenvolvimento e funcionamento das atividades letivas e dos serviços.

No que diz respeito a outras áreas do estabelecimento de ensino do 2,3.ºCEB, bem como no espaço exterior há ainda a registar as dificuldades provocadas pelo deficiente sistema de canalização, onde são frequentes os entupimentos de caeiras (que posteriormente originam infiltrações), valetas descobertas, infiltrações que causam dano e contribuem para o mau funcionamento da rede elétrica, em especial a iluminação, a inexistência de um sistema de deteção de fogo e a rede de bombeiros é muito deficitária, com bocas-de-incêndio insuficientes, com a inexistência de portas corta-fogo, o estado muito degradado dos espaços verdes e a possibilidade da sua reorganização/reconversão para espaços onde se podem desenvolver atividades pedagógicas.

Finalmente, há que destacar a necessidade e a urgência da requalificação e alargamento da cantina. O Agrupamento de Escolas Abel Botelho apenas possui uma cantina que serve cerca de 430 alunos que frequentam o Centro Escolar e da Escola 2,3/Sec., em que alguns equipamentos se encontram obsoletos e pouco eficientes, dificultando a sua operacionalidade e restringindo os horários dos alunos originando constrangimentos, com repercussão na promoção da qualidade de vida das crianças e jovens expondo-os a alguns sacrifícios que, naturalmente, dificultam o processo de ensino aprendizagem.

4.1.3. Barreiras arquitetónicas.

Os dados apresentados neste ponto resultam da perceção dos diretores (ou quem delegado pelos mesmos), carecendo de avaliação e validação por parte dos serviços técnicos competentes municipais. No que diz respeito às

barreiras arquitetónicas exteriores é possível observar que os estabelecimentos educativos que integram o território de Tabuaço apresentam certas barreiras, sobretudo escadas, desníveis e valetas desprotegidas, dificuldades que demoram em ser minimizadas pela construção de rampas.

No Centro Escolar as barreiras arquitetónicas são praticamente inexistentes. O edifício possui rampas e desníveis adequados e, inclusive, possui um elevador que permite o acesso a todos os pisos a alunos, pessoal docente e não docente a todo o edifício. No sentido contrário, o edifício da Escola-sede apresenta numerosas barreiras à acessibilidade. Ausência de um elevador que impede o acesso ao piso superior, por exemplo, onde se situa a biblioteca.

No interior da Escola 2,3/Sec. as barreiras arquitetónicas são mais significativas, carecendo de elevadores e de adaptações de algumas das estruturas de forma a suprimir constrangimentos à mobilidade e acessibilidade, ainda existentes em virtude de se tratarem de infraestruturas antigas, de um tempo em que não se colocavam essas preocupações. De uma forma geral, é possível verificar que as infraestruturas apresentam um um baixo nível de acesso a pessoas com mobilidade reduzida no Agrupamento de Escolas Abel Botelho. E, por dificuldades ligadas à manutenção e conservação dos edifícios, alguns locais acabam por se constituir como pontos críticos, como o estado das valetas, escadas e passeios. Refira-se ainda que não existe qualquer casa-de-banho adaptada.

4.1.4. Bibliotecas escolares.

O município de Tabuaço tem em funcionamento apenas uma biblioteca escolar pública, e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho outra. A Biblioteca Escolar possui uma coleção com 6361 volumes bem como equipamento informático e audiovisual. Encontra-se organizada por diversas zonas, designadamente pela zona de atendimento/acolhimento, zona de leitura informal, zona de multimédia, zona de leitura audiovisual e pela zona de leitura de bibliografia e documentação impressa.

A Biblioteca Escolar assume por missão adquirir, disponibilizar e difundir recursos de natureza diversa para promover a cultura, a pesquisa e os hábitos e métodos de estudo, contribuindo assim para a autonomia, para a literacia informacional e para a aprendizagem ao longo da vida dos seus utilizadores. Tendo por base esta missão, tem por objetivos:

- apoiar e promover os objetivos educativos definidos de acordo com as finalidades e currículo do agrupamento;
- criar e manter, nas crianças e jovens, o hábito e o prazer da leitura, da aprendizagem e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- proporcionar oportunidades de utilização e produção de informação que possibilitem a aquisição de conhecimentos, a compreensão, o desenvolvimento da imaginação e o lazer;
- apoiar os alunos na aprendizagem e na prática de competências de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza e do suporte, tendo em conta as formas de comunicação no seio da comunidade;
- organizar atividades que favoreçam a consciência e a sensibilização para questões de ordem diversa, nomeadamente cultural e social;
- trabalhar com alunos, professores, órgão de gestão, encarregados de educação e outros, de modo a cumprir a missão do Agrupamento;
- promover a leitura, os recursos e serviços da BE junto da comunidade escolar e fora dela; cooperar com outras instituições oficiais e particulares, em áreas como o trabalho técnico e a animação pedagógica e fomentar parcerias de índole diversa com a biblioteca municipal e com outras entidades.

A Biblioteca do Agrupamento integra a Rede de Bibliotecas Escolares desde 2005, e beneficia de um acordo de cooperação com a Biblioteca Municipal. Em 2018, passou a integrar o Programa Escolas a Ler+ 2027.

A Câmara Municipal de Tabuaço tem garantido um apoio importante quer para a qualificação do espaço, quer para a política da Biblioteca Escolar, contribuindo no âmbito das suas competências e das estabelecidas pelos protocolos assinados. A estratégia seguida pelo Agrupamento de Escolas tem permitido e facilitado que a Biblioteca Escolar se tenha articulado com a

Biblioteca Municipal, contribuindo de forma indelével para o combate às iliteracias.

4.2. Procura Educativa.

4.2.1. Situação atual da Educação e Formação de jovens da Rede Pública.

Na generalidade e considerando todos os níveis e modalidades de ensino, a rede escolar pública do município de Tabuaço apresenta, no ano letivo de 2022-2023, um total de 430 de alunos, distribuídos pela Educação Pré-Escolar, com 69 alunos, pelo 1.º CEB, com 102 alunos e pelos 2.º e 3.º CEB com 155 alunos, o Ensino Secundário com 66 e o Ensino Profissional com 38 alunos. Analisando a distribuição dos quantitativos totais dos alunos pelas turmas, de imediato se compreende que é no 1.ºCEB e no 3.ºCEB que existem mais turmas, número que está evidentemente ligado às características dos diferentes níveis de ensino.

Assim, o Pré-Escolar possui 4 turmas atribuídas, o 1.º CEB tem 8 turmas, o 2.ºCEB tem 4 turmas, duas por cada nível, e os alunos do 3.ºCEB distribuem-se por 6 turmas, correspondendo duas por cada ano. O Ensino Secundário possui 4 turmas e existem 2 no Ensino Profissional. Em termos percentuais, os alunos que se distribuem pelo Ensino Pré-Escolar correspondem a 16% da totalidade dos alunos matriculados na rede pública. Os do 1.º CEB correspondem a 24%, os do 2.ºCEB a 13%, os do 3.º CEB com 23%, os do Ensino Secundário com 15% e os do Ensino Profissional com 9%.

QUADRO 69 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE TABUAÇO, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Ano letivo	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Profissional	Total
2022/2023	69	102	55	100	66	38	430

(CMT, AEABT)

QUADRO 70 – NÚMERO DE TURMAS EXISTENTES POR NÍVEL NO ANO LETIVO 2022-2023.

Ano letivo	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Profissional	Total
2022/2023	4	8	4	6	4	2	28

(CMT, AEABT)

QUADRO 71 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	Amarela	Azul	Rosa	Laranja	
Jardim de Infância de Tabuaço	17	16	18	18	69

(CMT, AEABT)

QUADRO 72 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma								Total
	Amarela		Azul		Rosa		Laranja		
	F	M	F	M	F	M	F	M	
Jardim de Infância de Tabuaço	10	7	9	7	10	8	9	9	69

(CMT, AEABT)

QUADRO 73 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma								Total
	Turma 1.ºA	Turma 1.ºB	Turma 2.ºA	Turma 2.ºB	Turma 3.ºA	Turma 3.ºB	Turma 4.ºA	Turma 4.ºB	
Centro escolar de Tabuaço	12	14	12	12	13	13	12	14	102

(CMT, AEABT)

QUADRO 74 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma																Total
	Turma 1.ºA		Turma 1.ºB		Turma 2.ºA		Turma 2.ºB		Turma 3.ºA		Turma 3.ºB		Turma 4.ºA		Turma 4.ºB		
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
Centro escolar de Tabuaço	9	3	8	6	5	7	7	5	6	7	4	9	6	6	6	8	102

(CMT, AEABT)

QUADRO 75 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	Turma 5.ºA	Turma 5.ºB	Turma 6.ºA	Turma 6.ºB	
Escola 2,3/Sec.	13	11	16	15	55

(CMT, AEABT)

QUADRO 76 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma								Total
	Turma 5.ºA		Turma 5.ºB		Turma 6.ºA		Turma 6.ºB		
	F	M	F	M	F	M	F	M	
Escola 2,3/Sec.	4	9	5	6	7	9	7	8	55

(CMT, AEABT)

QUADRO 77 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma						Total
	Turma 7.ºA	Turma 7.ºB	Turma 8.ºA	Turma 8.ºB	Turma 9.ºA	Turma 9.ºB	
Escola 2,3/Sec.	15	12	17	15	21	20	100

(CMT, AEABT)

QUADRO 78 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma												Total
	Turma 7.ºA		Turma 7.ºB		Turma 8.ºA		Turma 8.ºB		Turma 9.ºA		Turma 9.ºB		
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
Escola 2,3/Sec.	9	6	5	7	8	9	7	8	10	11	11	9	100

(CMT, AEABT)

QUADRO 79 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS, NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, ENTRE 2020-2023.

Escola	2020-2021	2021-2022	2022-2023
Escola 2,3/Sec.	30	19	38

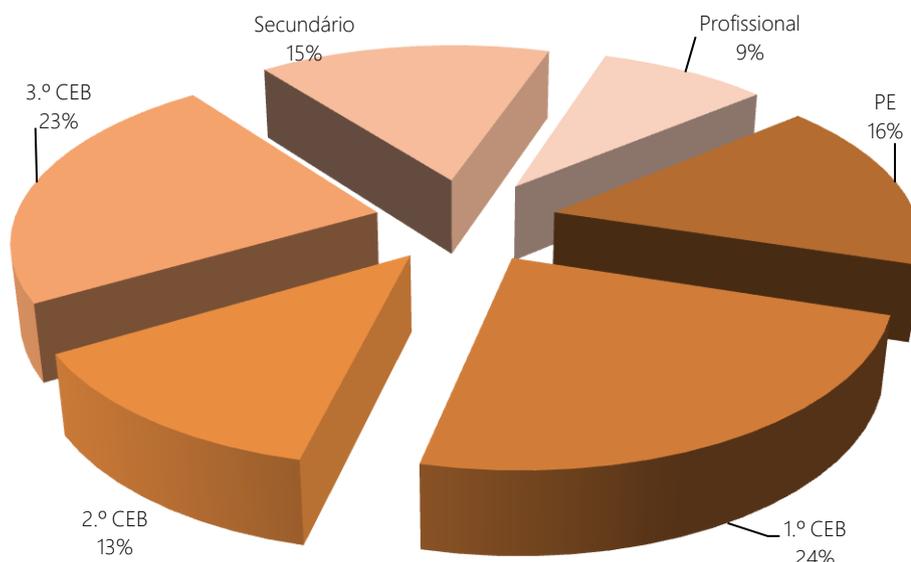
(CMT, AEABT)

QUADRO 80 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NOS CURSOS EM FUNCIONAMENTO NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020-2021 A 2022-2023 (N.º).

Cursos Profissionais	2020-2021			2021-2022			2022-2023		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Informática	---	---	---	---	---	---	4	15	19
Restaurante e Bar	2	6	8	---	---	---	---	---	---
Restauração/Desporto	12	10	22	12	7	19	12	7	19
Total	14	16	30	12	7	19	16	22	38

(CMT, AEABT)

FIGURA 43 – PERCENTAGEM DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, POR NÍVEIS, NO CONCELHO DE TABUAÇO, NO ANO LETIVO 2022-2023.



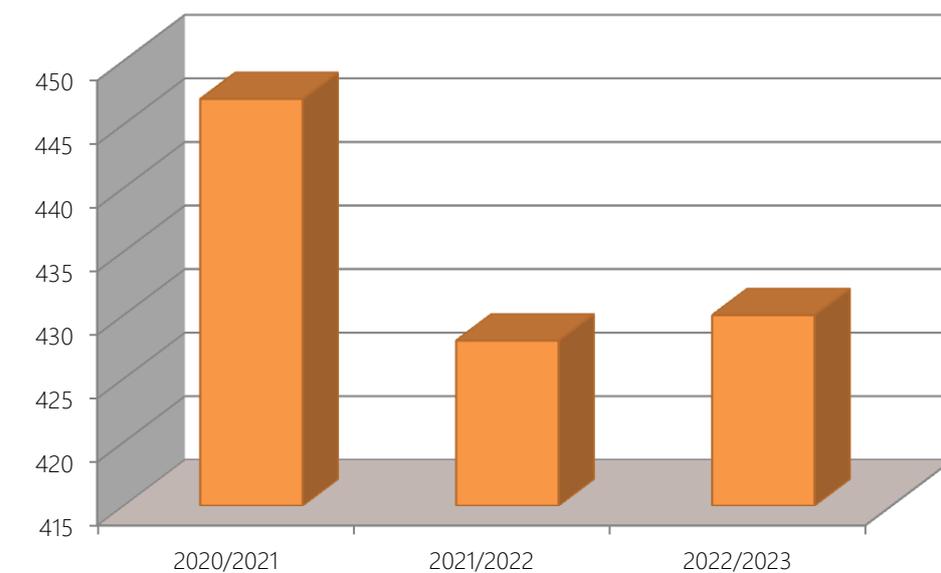
(CMT; AEABT)

4.2.2. Evolução da população escolar.

Considerando a evolução escolar total, ou seja todos os níveis e modalidades de ensino da rede pública do Município de Tabuaço, verifica-se que, entre os anos letivos 2020/21 e 2022/23, registou-se um crescimento tendencialmente negativo, ainda que se tivessem registado pontualmente alguns ligeiros crescimentos, como sucedeu de 2021/22 para 2022/23. Estas variações observadas ano a ano, mostram-se muito ténues pelo que acabam por revelar mais uma certa constância do que uma perda. Porém, a tendência de diminuição é evidente quando se comparam os resultados entre 2015/2016 e 2022/23. No entanto, ainda que os dados referentes ao 3.ºCEB manifestem um declínio constante durante o período 2015-2023, apenas se consideram os indicadores referentes aos últimos três anos letivos.

O Ensino Pré-Escolar traduz a importância de garantir a entrada das crianças no sistema educativo português e que a disponibilidade da oferta serve a procura registada.

FIGURA 44 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, TOTAL, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020/21 A 2022/23 (NÚMERO).



(CMT; AEABT)

QUADRO 81 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020/21 E 2022/23.

Ano letivo	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Profissional	Total de alunos
2020/2021	68	106	53	125	65	30	447
2021/2022	71	101	60	120	57	19	428
2022/2023	69	102	55	100	66	38	430

(CMT; AEABT)

4.2.2.1. Educação Pré-Escolar.

Ainda que tradicionalmente associados à oferta da rede pré-escolar particular, os Jardins de Infância surgiram como uma estrutura basilar e acabaram por estender a sua influência aos restantes níveis de ensino.

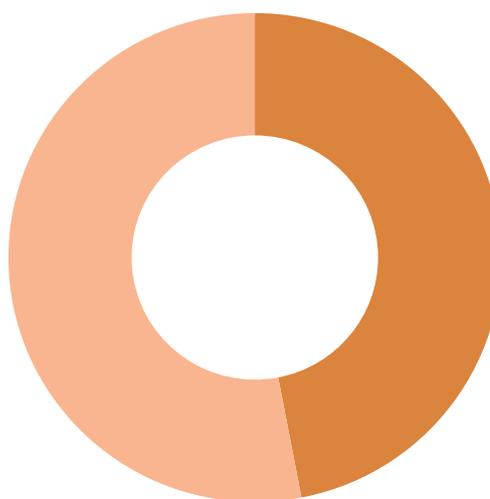
A evolução dos efetivos escolares na educação pré-escolar da rede pública no município de Tabuaço está marcada pela manutenção dos valores dos inscritos e matriculados no período compreendido entre os anos letivos 2020/21 e 2022/23 com valores médios de 69 alunos.

QUADRO 82 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023.

Nível de Ensino	2020-2021	2021-2022	2022-2023
Pré-Escolar	68	71	69

(CMT; AEABT)

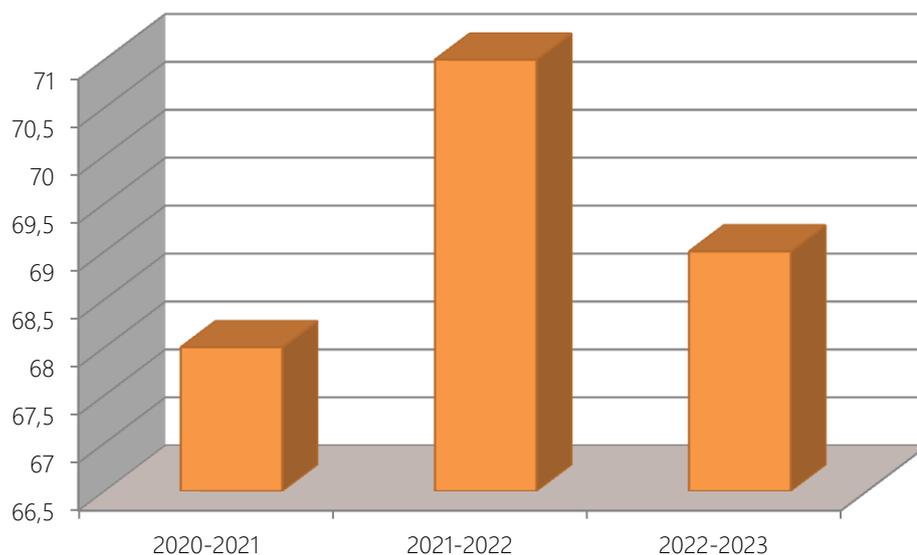
FIGURA 45 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, EM 2022/23, NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR SEXO (%).



■ Masculino ■ Feminino

(CMT; AEABT)

FIGURA 46 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023. (N.º).



(CMT; AEABT)

4.2.2.2. A Educação do 1.ºCEB.

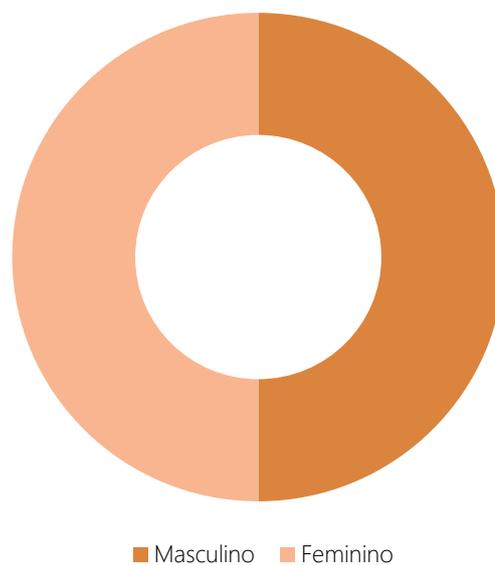
Relativamente ao 1.º CEB verifica-se uma tendência de evolução idêntica à identificada na Educação Pré-Escolar, na medida em que, entre os anos letivos 2020/21 e 2022/23, a população escolar passou de 106 para os 102 alunos, o que representa uma redução de -3,77%. No entanto, é importante referir que essa evolução se considera pouco irregular, ou seja registou-se uma manutenção dos valores, em grande medida condicionada pelo ingresso dos alunos oriundos do Ensino Pré-Escolar, cujos efetivos escolares ainda que inferiores revelam a mesma constância. O ano letivo com o valor mais baixo foi o de 2021/2022 e o mais elevado em 2020/2021.

QUADRO 83 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.º CEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023.

Nível de Ensino	2020-2021	2021-2022	2022-2023
1.ºCEB	106	101	102

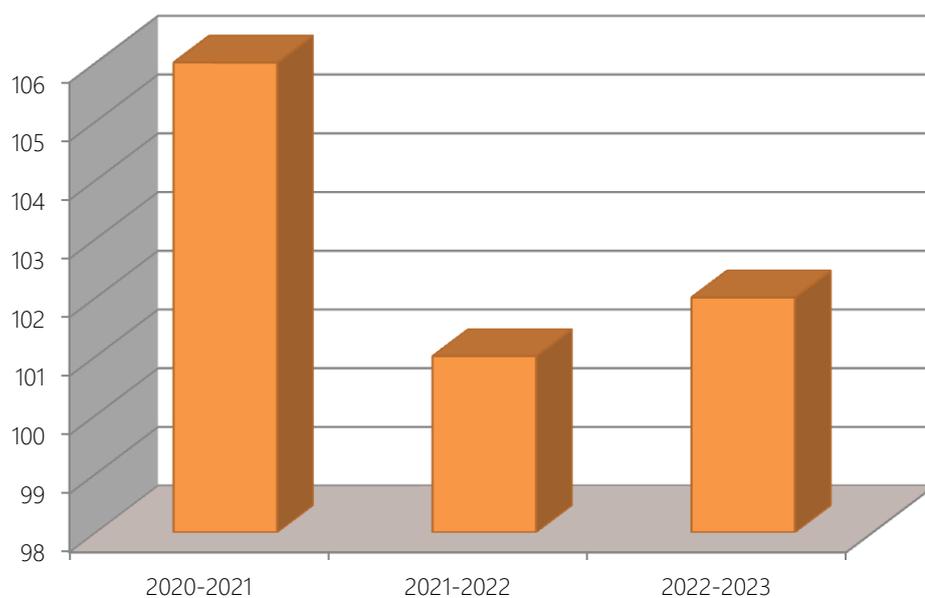
(CMT; AEABT)

FIGURA 47 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR SEXO (%).



(CMT; AEABT)

FIGURA 48 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023 (N.º).



(CMT; AEABT)

4.2.2.3. A Educação do 2.º CEB.

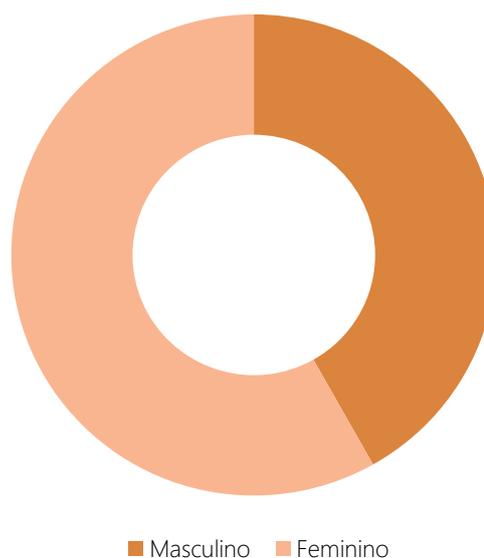
No que diz respeito à evolução do número de alunos matriculados no 2.º CEB verifica-se uma manutenção dos efetivos escolares para o período compreendido entre os anos letivos 2020/21 e 2022/23, com a média de 56 alunos. Porém, registou-se um ligeiríssimo decréscimo entre 2021/22 e 2022/23 que se traduziu num decréscimo de -8,3%. . O ano letivo com o valor mais baixo foi o de 2020/2021 e o mais elevado em 2021/22.

QUADRO 84 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.º CEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023 (N.º).

Nível de Ensino	2020-2021	2021-2022	2022-2023
2.º CEB	53	60	55

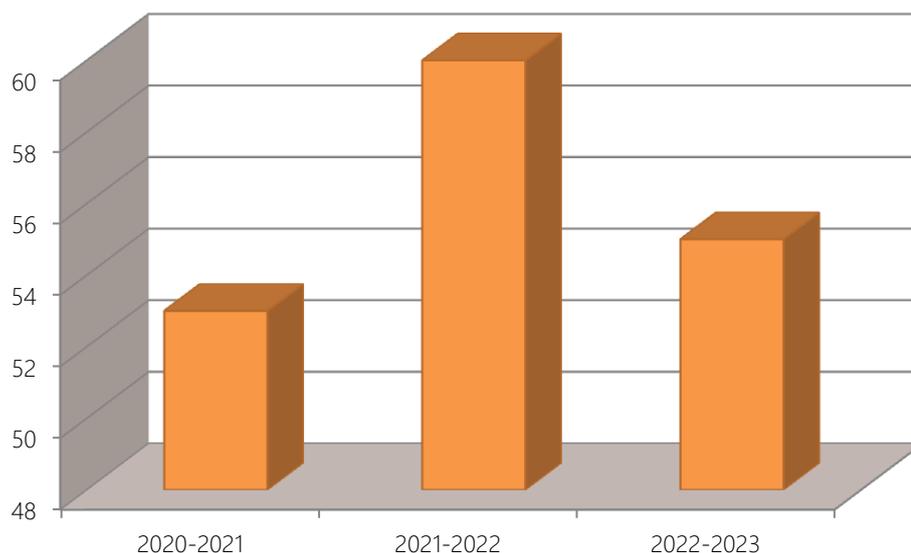
(CMT; AEABT)

FIGURA 49 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR SEXO (%).



(CMT; AEABT)

FIGURA 50 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023 (N.º).



(CMT; AEABT)

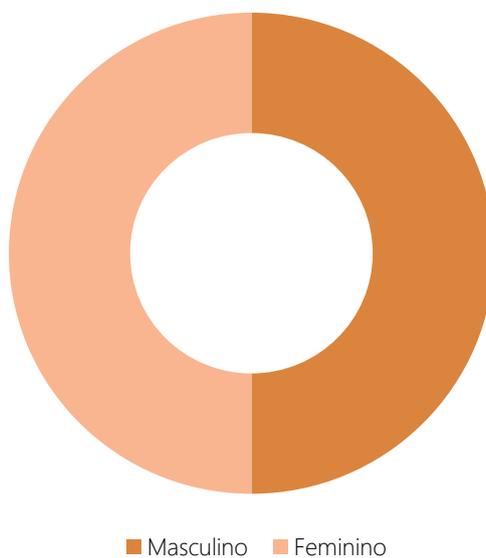
4.2.2.4. A Educação do 3.º CEB.

Nos alunos matriculados no 3.º CEB descobre-se um decréscimo dos efetivos escolares no período compreendido entre os anos letivos 2020/21 e 2022/23, com a passagem dos 125 aos 100 alunos, o que traduz um decréscimo de 20%. Durante o período em análise é bem visível a tendência de descida dos alunos matriculados no 3.ºCEB. O valor mais baixo pertence ao ano letivo 2022/23, quando apenas se verificaram 100 alunos. E, considerando os quantitativos dos alunos matriculados no 2.º CEB, não se prevê qualquer incremento, aliás, muito pelo contrário, a descida de inscrições provavelmente será mais pronunciada. A média de alunos durante o período em análise foi de 115 alunos.

QUADRO 85 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.º CEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023.

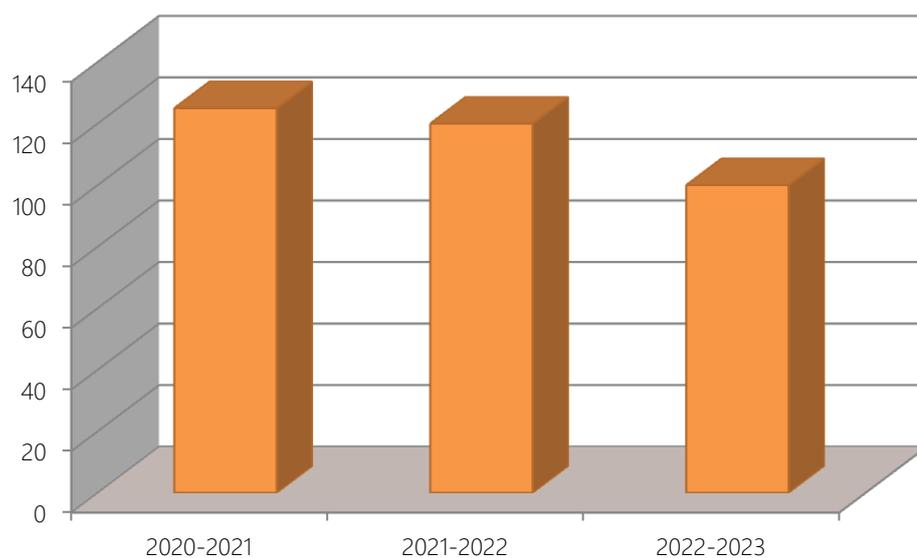
Nível de Ensino	2020-2021	2021-2022	2022-2023
3.º CEB	125	120	100

FIGURA 51 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR SEXO (%).



(CMT; AEABT)

FIGURA 52 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023 (N.º).



(CMT; AEABT)

4.2.2.4. Ensino Secundário.

O indicador da evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário mostra uma oscilação pouco acentuada dos efetivos escolares para o período compreendido entre os anos letivos 2020/21 e 2022/23, com a passagem dos 65 aos 58 e novamente aos 62 alunos, apenas se registando uma diminuição de -10,8% entre 2020/21 e 2021/22.

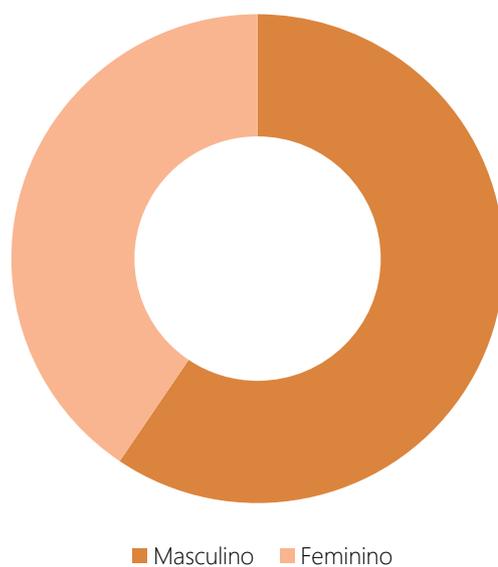
Em virtude do número de alunos, as turmas do Ensino Secundário, dos cursos científico-humanísticos, funcionam num regime misto, cuja organização determina um número mais reduzido de turma de forma a maximizar os recursos disponíveis. Porém, o número de turmas mistas tem diminuído em função do aumento das matrículas no Ensino Secundário, e, a curto e médio prazo, existe a possibilidade real de um aumento mais pronunciado, se considerarmos que os alunos em frequência no AE Abel Botelho – Tabuaço também estão a aumentar em virtude dos movimentos migratórios. A média de alunos durante o período em análise foi de 62 alunos.

QUADRO 86 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2020-2023.

Nível de Ensino	2020-2021	2021-2022	2022-2023
Ensino Secundário	65	58	62

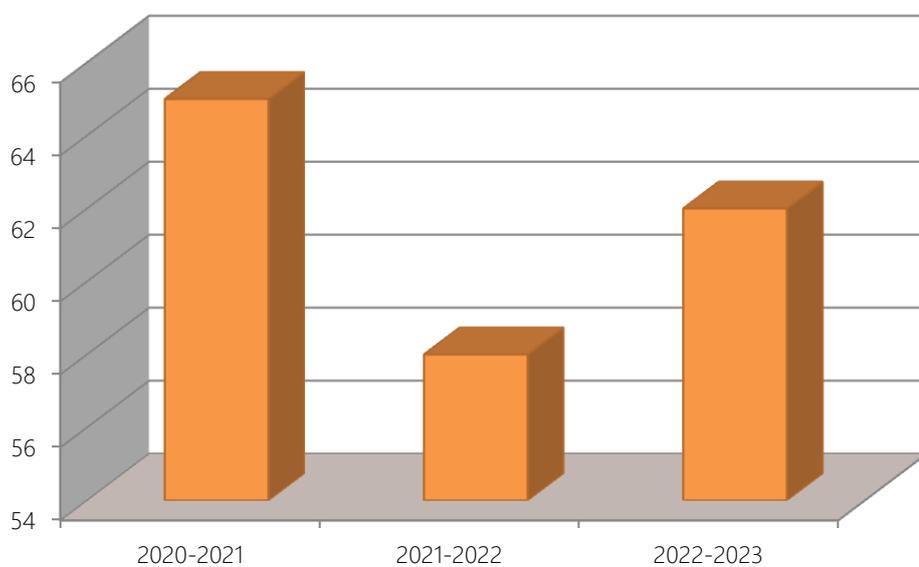
(CMT; AEABT)

FIGURA 53 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2020-2023, POR SEXO (%).



(CMT; AEABT)

FIGURA 54 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2020-2023, (N.º).



4.2.2.4. Ensino Profissional.

O número de alunos inscritos e matriculados nos cursos técnico-profissionais da oferta do AE Abel Botelho – Tabuaço recolhido nos últimos três anos letivos apresenta-se baixo, não alcançando a meia centena de alunos. A sua oscilação é maior que nos outros níveis de escolaridade da oferta do Agrupamento que teve no ano 2021/22 a sua maior descida, com menos -36,6%. O número médio de alunos no último triénio letivo, no Ensino Profissional, situou-se nos 29 alunos. Entre os três cursos técnico-profissionais em funcionamento no ano letivo 2022/23, é o curso técnico-profissional de Informática que reúne mais inscritos e matriculados, com 19 alunos, enquanto que os restantes 19 se encontram divididos entre os cursos técnico-profissionais de Restauração e Desporto.

QUADRO 87 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS, NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, ENTRE 2020-2023.

Nível de Ensino	2020-2021	2021-2022	2022-2023
Ensino Profissional	30	19	38

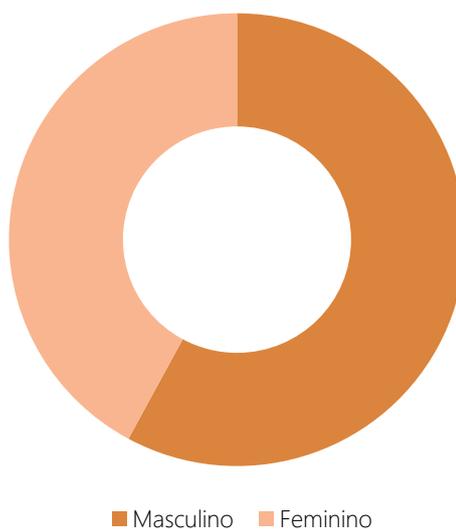
(CMT; AEABT)

QUADRO 88 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NOS CURSOS EM FUNCIONAMENTO, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020-2021 A 2022-2023.

Cursos Profissionais	2020-2021	2021-2022	2022-2023
Informática	0	0	19
Restaurante e Bar	8	0	---
Restauração/Desporto	22	19	19
Total	30	19	38

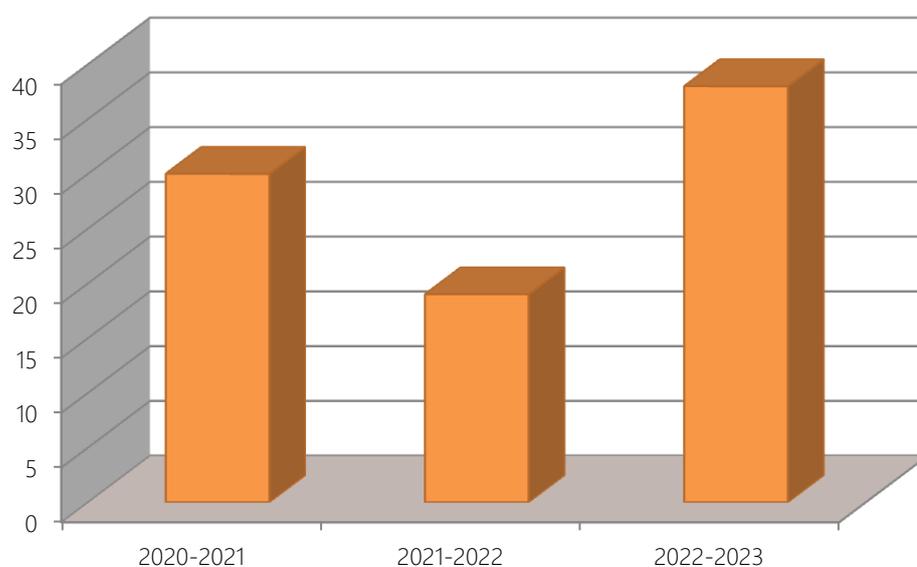
(CMT; AEABT)

FIGURA 55 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS, NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, ENTRE 2020-2023, POR SEXO (%).



(CMT; AEABT)

FIGURA 56 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS, NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, ENTRE 2020-2023 (N.º).



(CMT; AEABT)

4.3. Projeção da população escolar.

Globalmente, considerando os nascimentos registados no período correspondente à frequência (aqui sem se enquadrar o peso dos fluxos intermunicipais), para o município de Tabuaço no período de 2021-2031 é possível esperar uma diminuição de alunos na Educação Pré-Escolar, mesmo considerando um eventual incremento de alunos em virtude do fenómeno da emigração. Evolutivamente, a diminuição de alunos também se registará nos restantes níveis de escolaridade, primeiro no 1.ºCEB e, a médio/longo prazo, nos restantes ciclos.

Em termos percentuais, estima-se que as descidas mais expressivas ocorram no Ensino Pré-Escolar e no Ensino Profissional, facto que se fica a dever a questões demográficas (Pré-escolar), que se manifestarão ao longo do final da década até 2031, e questões da oferta educativa/formativa, na medida em que o número de alunos que se decide por este tipo/nível de estudos parece estar a recuar. Porém, estamos em crer que o ligeiríssimo acréscimo registado para o Ensino Secundário entre os anos letivos de 2022/23 para 2023/24 deverá ainda se manter até ao ano letivo de 2026/27, sendo muito provável que o Ensino Profissional acompanhe a tendência.

No que diz respeito à Educação Pré-Escolar, para o período de projeções definido, descobre-se uma tendência de descida, que se acentuará nos últimos dois anos letivos da década 2021-2031. Relativamente aos restantes anos de escolaridade, para o período dos anos letivos entre 2022/2023 e 2030/2031 prevê-se uma diminuição de 26,7%. (veja-se também o ponto 3.2.8. *Evolução da população em idade escolar*, do presente documento).

QUADRO 89 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º E %).

Níveis de Ensino	2022-2023	2024-2025	2026-2027	2028-2029	2030-2031
Total dos alunos	430	406	393	359	317
	-	-5,58	-3,02	-7,91	-9,77

QUADRO 90 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, POR NÍVEIS DE ENSINO, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).

Níveis de Ensino	2022-2023	2024-2025	2026-2027	2028-2029	2030-2031
Pré-Escolar	69	67	62	57	48
1.º CEB	102	97	91	84	78
2.º CEB	55	52	49	44	41
3.º CEB	100	91	83	77	72
Ensino Secundário	66	72	78	71	60
Ensino Profissional	38	27	30	26	18
Total	430	406	393	359	317

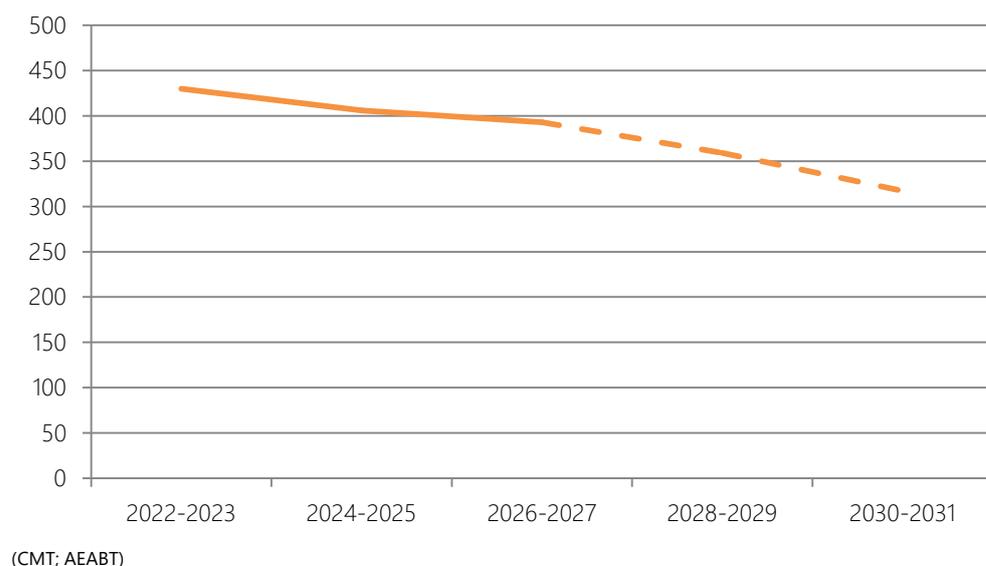
(CMT; AEABT)

QUADRO 91 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, POR NÍVEIS DE ENSINO, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (%).

Níveis de Ensino	2022-2023	2024-2025	2026-2027	2028-2029	2030-2031
Pré-Escolar	-	-2,90	-7,25	-7,25	-13,04
1.º CEB	-	-4,90	-5,88	-6,86	-5,88
2.º CEB	-	-5,45	-5,45	-9,09	-5,45
3.º CEB	-	-9,00	-8,00	-6,00	-5,00
Ensino Secundário	-	9,09	9,09	-10,61	-16,67
Ensino Profissional	-	-28,95	7,89	-10,53	-21,05
Total	-	-5,58	-3,02	-7,91	-9,77

(CMT; AEABT)

FIGURA 57 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



4.3.1. Educação Pré-Escolar e o 1.ºCEB.

FIGURA 58 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO PRÉ-ESCOLAR, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).

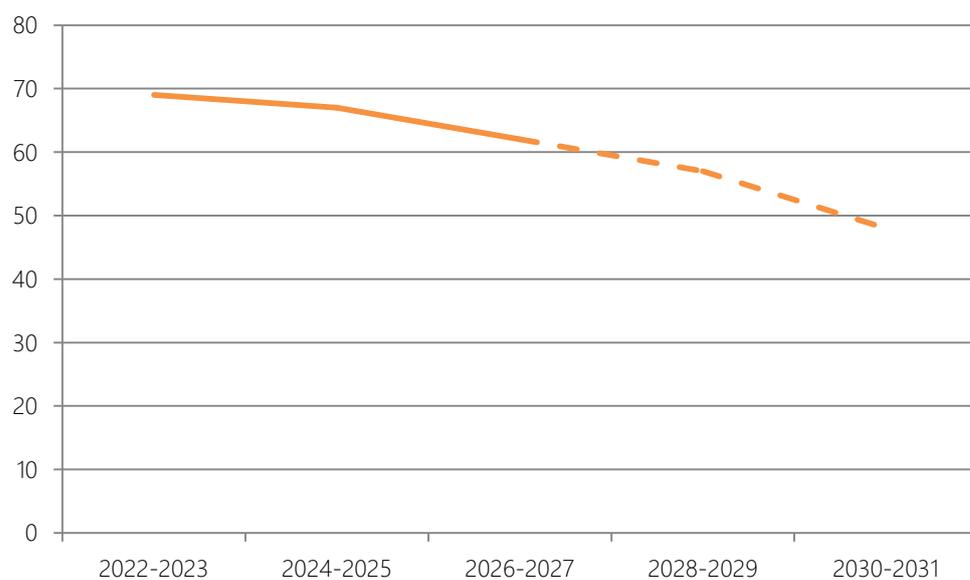
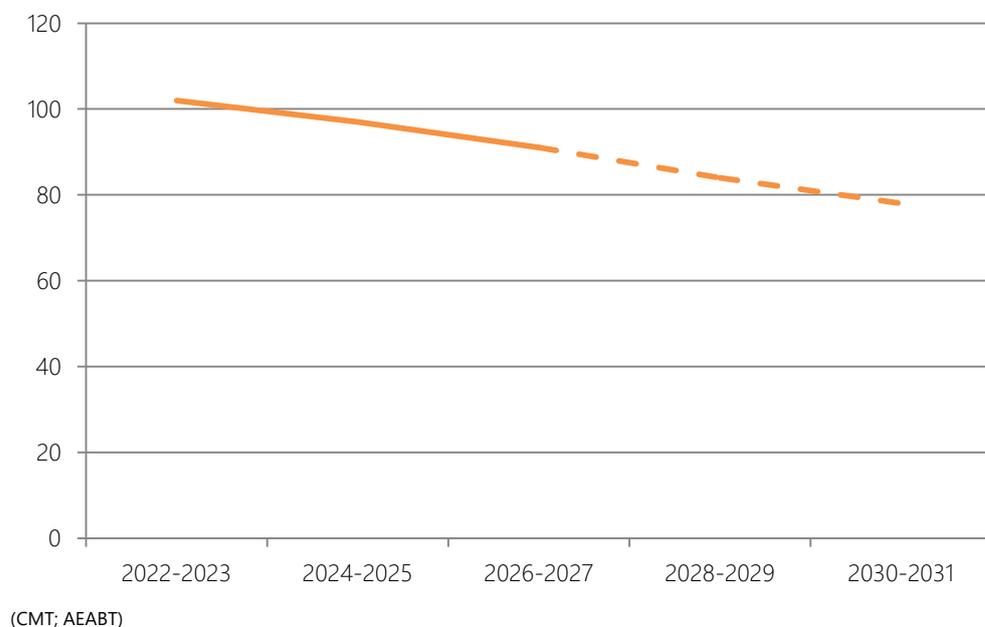


FIGURA 59 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 1.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



4.3.2. A Educação do 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário.

FIGURA 60 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 2.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).

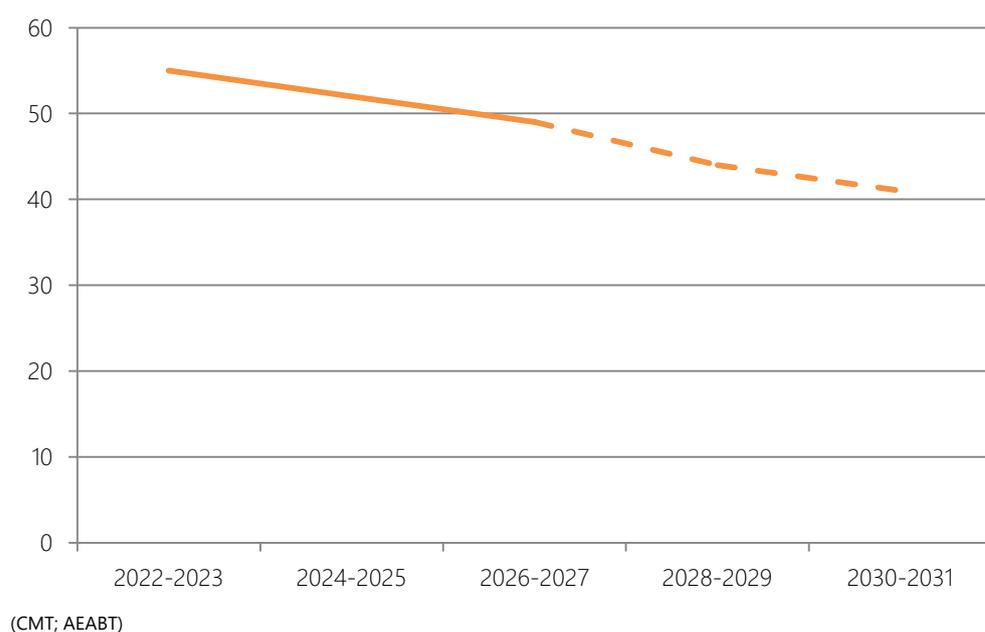
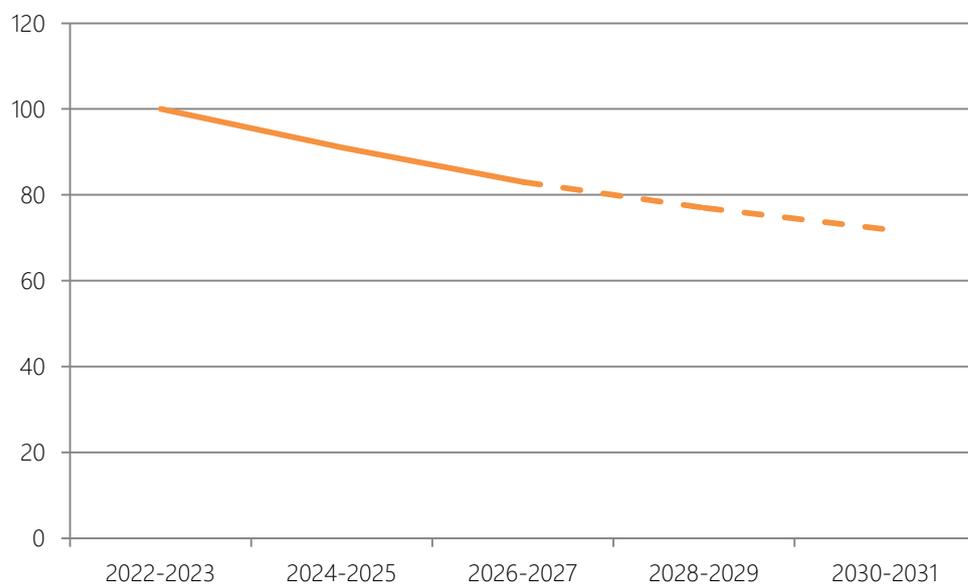
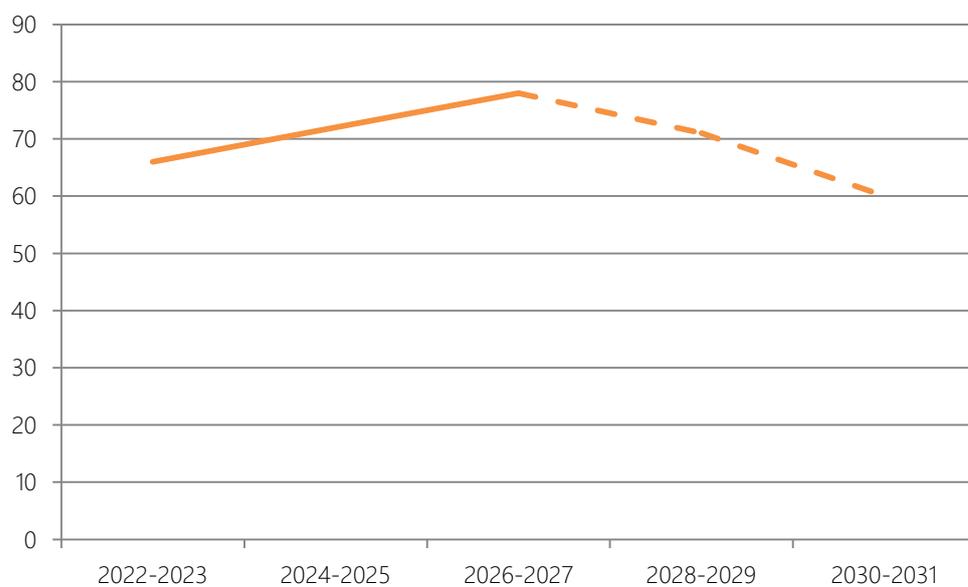


FIGURA 61 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 3.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



(CMT; AEABT)

FIGURA 62 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



(CMT; AEABT)

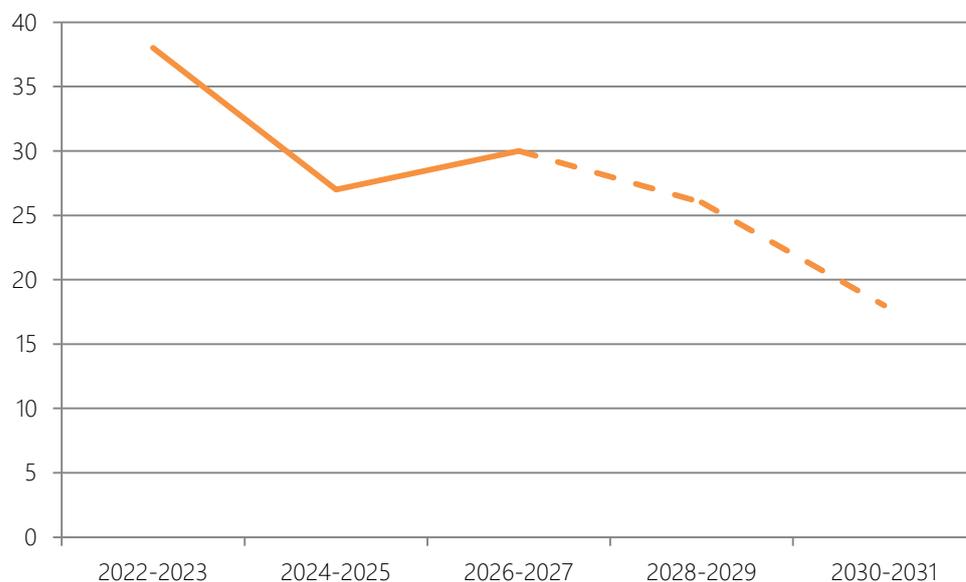
4.3.2. Ensino profissional.

No que diz respeito às projeções sobre a evolução do número de alunos que, futuramente, se inscreverão no ensino profissional, trata-se de um procedimento complexo e quase sempre espelha com dificuldade a aproximação real dos números projetados aos reais.

A experiência explica que a realização de inquéritos aos alunos que se encontram a terminar o 3.ºCEB não refletem com rigor as decisões sobre as suas escolhas para os seus percursos escolares, pois na maior parte dos casos identifica-se um afastamento entre as expetativas dos alunos e as decisões, que se explica por diversos fatores, como a decisão e/ou intervenção dos Pais e Encarregados de Educação no processo de escolha. Por outro lado, considerando a oferta dos cursos profissionais do Agrupamento de Escolas Abel Botelho como a mais verossímil possibilidade de conclusão do Secundário por parte de alguns alunos deste território, e atendendo aos números dos alunos matriculados e em conclusão do 3.º CEB, é evidente que muito perto de dois quartos dos alunos poderão prosseguir os estudos (ensino secundário) através dos cursos profissionais ministrados pelo AE Abel Botelho – Tabuaço.

Mas também ainda há a considerar que se torna difícilimo, senão mesmo impossível, conseguir projetar-se as suas escolhas/expetativas a um período de 10 anos. Assim, considerando a tendência de crescimento dos últimos 5 anos, cremos que a procura escolar deste tipo de cursos manterá essa evolução, ainda que saibamos que os resultados das inscrições e matrículas não deixarão de refletir os efeitos da quebra demográfica e de uma intensificação da concorrência com outros estabelecimentos de ensino profissional da região com a finalidade de obter novos alunos, garantindo a sua sobrevivência.

FIGURA 63 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO PROFISSIONAL, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



(CMT; AEABT)

4.4. Atividades complementares de ação educativa.

4.4.1. Atividades de animação e de apoio à família.

Nos anos letivos 2022/23 e 2023/24 as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) integram o equipamento de Educação Pré-Escolar do município de Tabuaço um total de 60 crianças, numa taxa de cobertura face ao total de crianças inscritas de 100%.

As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) podem definir-se como sendo atividades de apoio à família integram todos os períodos que estejam para além das 25 horas letivas e que, de acordo com a lei, sejam definidos com os pais no início do ano letivo. Nesse sentido, e sempre que se justifica são assegurados os prolongamentos (nas entradas e saídas), as refeições (almoço) e os períodos de interrupções curriculares, sempre que os pais necessitem que os seus filhos permaneçam no estabelecimento de ensino. No caso das refeições, considera-se *“tempo precioso de prazer e*

convívio (...) e tempo de múltiplas aprendizagens em que as crianças vão conquistando uma importante competência – saber estar à mesa de acordo com as regras sociais. Muitas crianças estão habituadas a comer em casa de formas diversas e necessitam de compreender que não está em causa a cultura familiar, mas a necessidade de também saberem estar à mesa de formas socialmente aceites (Organização da Componente de Apoio à Família, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica, Núcleo de Educação Pré-Escolar)”.

Neste domínio não existiram alterações de relevo entre 2005 e 2023/24, pelo que as atividades de animação e de apoio à família mantêm-se, genericamente, com as mesmas características e organização.

4.4.2. Componente de apoio à família.

A Componente de Apoio à Família (CAF) consiste no conjunto de atividades que asseguram o acompanhamento dos alunos antes e/ou depois da componente letiva e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva. Estas atividades destinam-se aos alunos do 1.ºCEB e a sua frequência é garantida pela autarquia em cooperação com o agrupamento. A taxa de cobertura é de 100%.

4.5. Ação Social Escolar e Transporte Escolar.

4.5.1. Ação social escolar.

A ação social escolar no município de Tabuaço abrange um total de 359 alunos da rede pública, correspondendo a uma taxa de cobertura de 42,09% face ao total de 430 alunos matriculados no AE Abel de Botelho, sendo que 130 alunos se encontram abrangidos pelo escalão A (36,21%), 77 pelo escalão B (21,44%) e 8 pelo escalão C (2,22%).

Em termos de distribuição dos alunos subsidiados por nível de ensino verifica-se que o 1º e 3º CEB apresentam 200 alunos beneficiários de ação

social escolar (102 e 98 alunos, respetivamente), imediatamente seguido pelo Ensino Secundário, com 65 alunos. Já o ensino profissional corresponde à menor parcela de alunos subsidiados, com a totalidade dos alunos (38) a receberem como subsídios mensais, mas a cobertura é total, ou seja, todos os alunos estão abrangidos; a alimentação (com valor igual ao subsídio de refeição da função pública, com o mínimo de 3 horas de formação diária), o transporte (valor do passe de transporte público efetuado pelo Município de Tabuaço com o valor médio mensal de 200€), o alojamento (no valor de 30% do IAS (144,12€) e o seguro de acidentes escolares (valor médio de 2€/aluno/mês).

Quando se analisam os valores associados à taxa de cobertura, registam-se os valores mais elevados no 1.ºCEB e no Ensino Profissional, com 100% de cobertura, enquanto os valores mais reduzidos são registados nos outros níveis de escolaridade.

QUADRO 92 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).

1.ºCEB / Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
1.ºA	5	3	0	4	12
1.ºB	4	3	0	7	14
2.ºA	2	5	0	4	11
2.ºB	5	0	0	7	12
3.ºA	5	4	0	5	14
3.ºB	5	2	0	6	13
4.ºA	5	1	0	6	12
4.ºB	6	4	0	4	14
Total	37	22	0	43	102

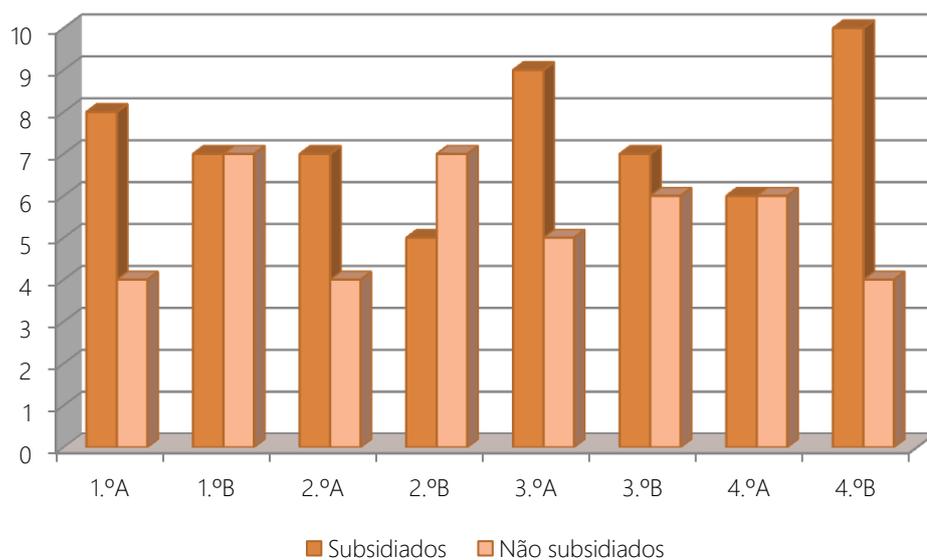
(CMT; AEABT)

FIGURA 64 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (%).



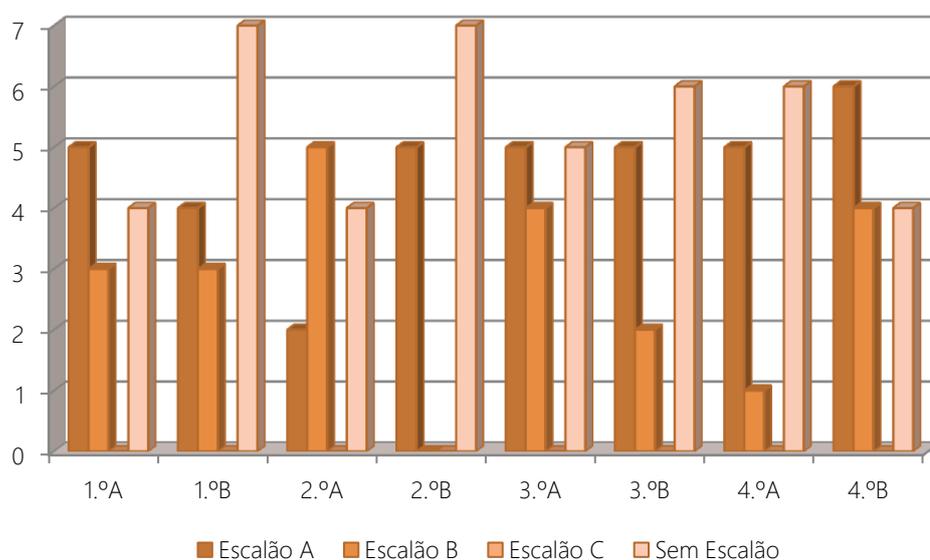
(CMT; AEABT)

FIGURA 65 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).



(CMT; AEABT)

FIGURA 66 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA E ESCALÃO, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).



(CMT; AEABT)

QUADRO 93 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).

2.ºCEB / Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
5.ºA	2	3	2	5	12
5.ºB	6	1	1	5	13
6.ºA	6	3	0	7	16
6.ºB	6	4	2	3	15
Total	20	11	5	20	56

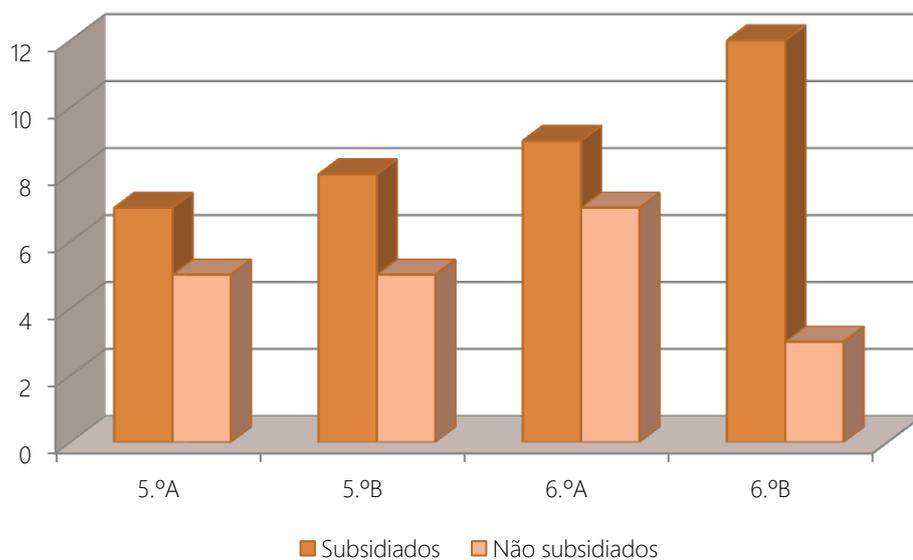
(CMT; AEABT)

FIGURA 67 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (%).



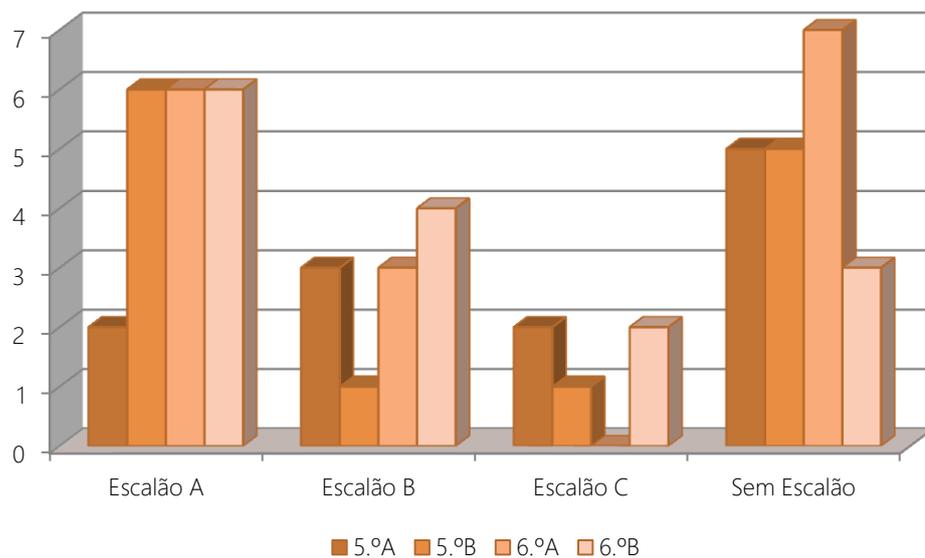
(CMT; AEABT)

FIGURA 68 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).



(CMT; AEABT)

FIGURA 69 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA E ESCALÃO, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).



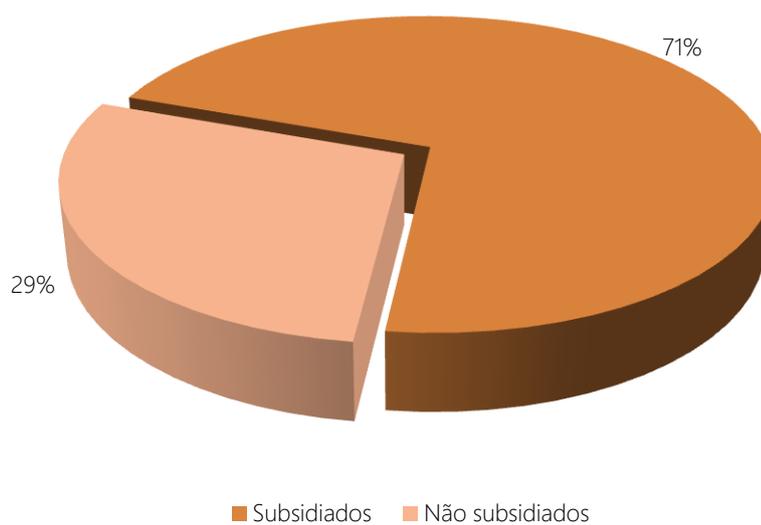
(CMT; AEABT)

QUADRO 94 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.º CEB, EM 2022/23 (N.º).

3.ºCEB / Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
7.ªA	7	2	0	6	15
7.ªB	8	1	2	1	12
8.ªA	8	5	0	3	16
8.ªB	9	2	2	2	15
9.ªA	6	5	1	9	21
9.ªB	7	5	0	7	19
Total	45	20	5	28	98

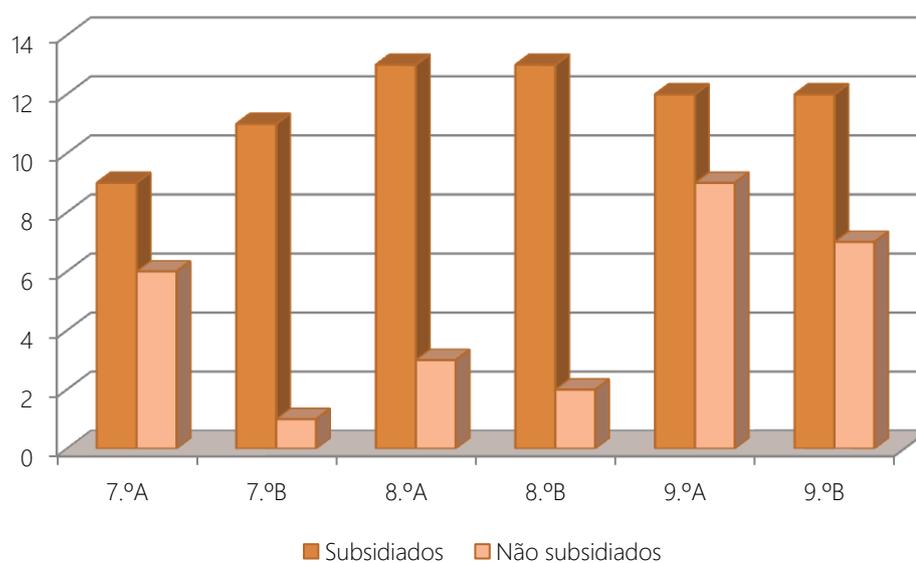
(CMT; AEABT)

FIGURA 70 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 3.ºCEB, EM 2022/23 (%).



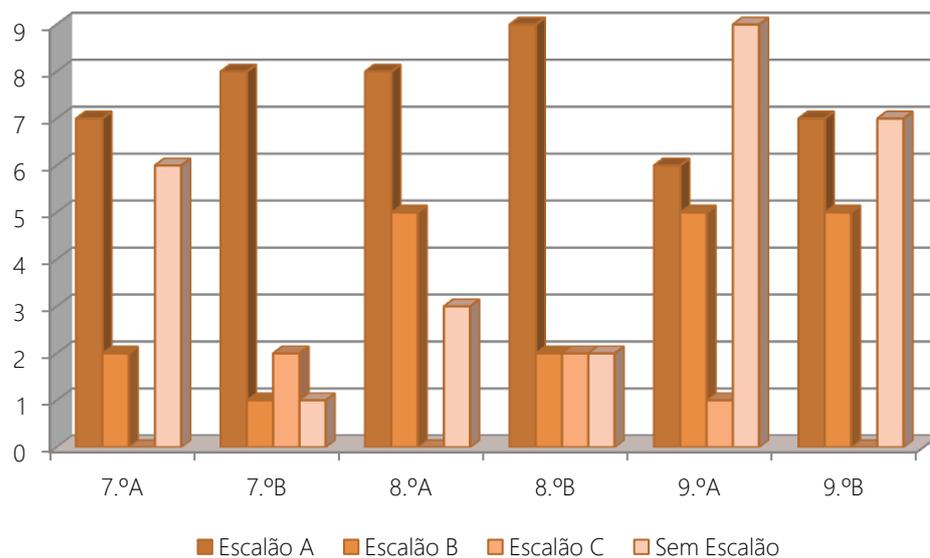
(CMT; AEABT)

FIGURA 71 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).



(CMT; AEABT)

FIGURA 72 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA E ESCALÃO, NO 3.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).



(CMT; AEABT)

QUADRO 95 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).

3.ºCEB / Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
10.ºA	2	6	0	11	19
10.ºB	1	2	0	4	7
11.ºA	3	4	0	8	15
11.ºB	4	2	0	3	9
12.ºA	2	1	0	5	8
12.ºB	2	2	0	3	7
Total	14	17	0	34	65

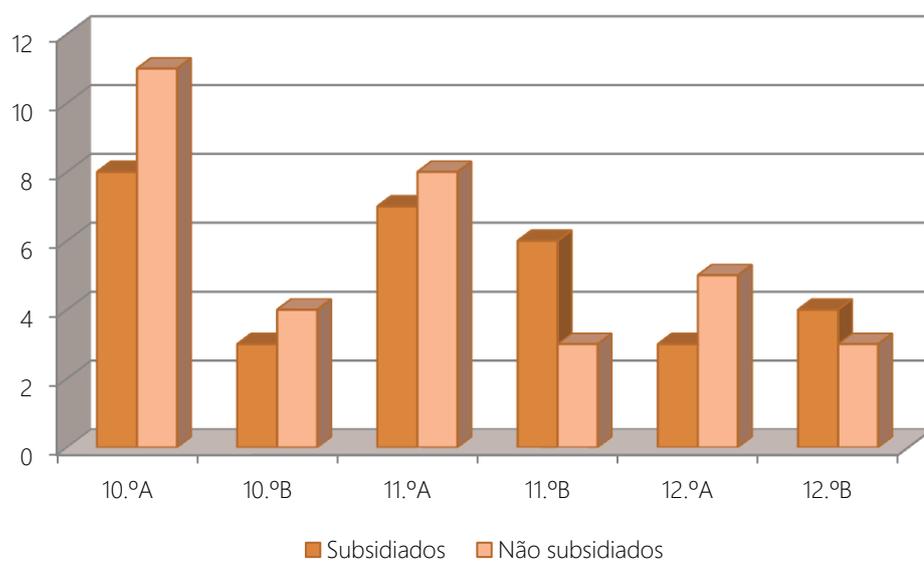
(CMT; AEABT)

FIGURA 73 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (%).



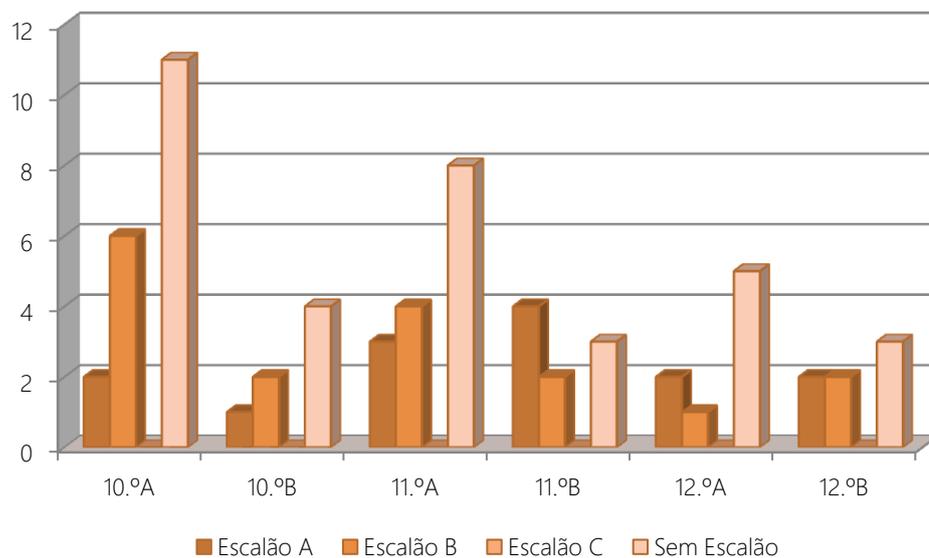
(CMT; AEABT)

FIGURA 74 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).



(CMT; AEABT)

FIGURA 75 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA E ESCALÃO, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).



(CMT; AEABT)

QUADRO 96 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO PROFISSIONAL, EM 2022/23 (N.º).

Profissional / Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
Informática	9	2	1	7	19
Restaurante e Bar	3	2	0	3	8
Restauração/Desporto	2	3	2	4	11
Total	14	7	3	14	38

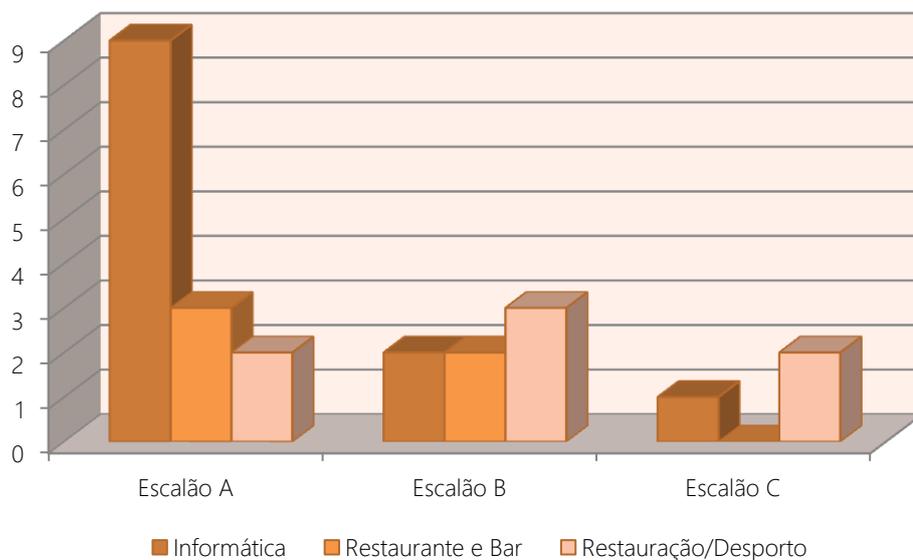
(CMT; AEABT)

FIGURA 76 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).



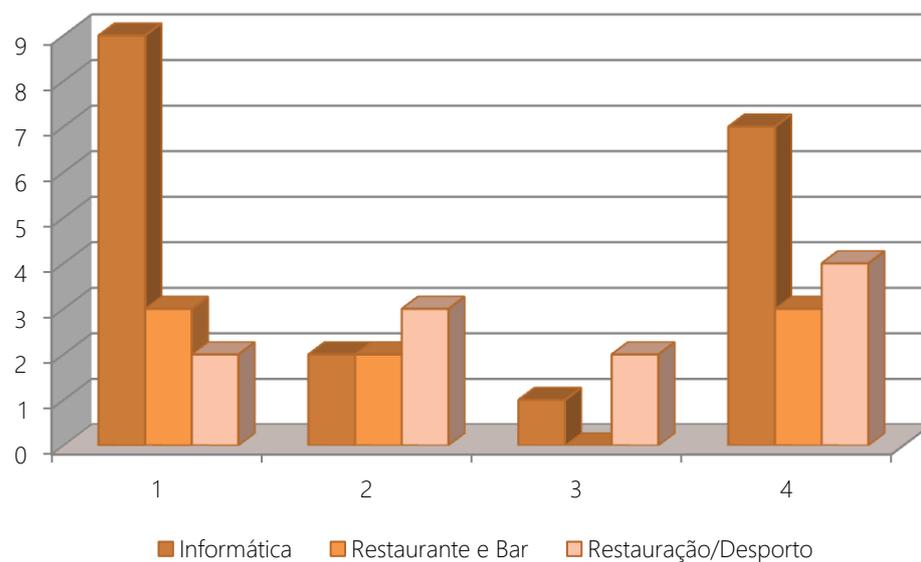
(CMT; AEABT)

FIGURA 77 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO PROFISSIONAL, EM 2022/23 (N.º).



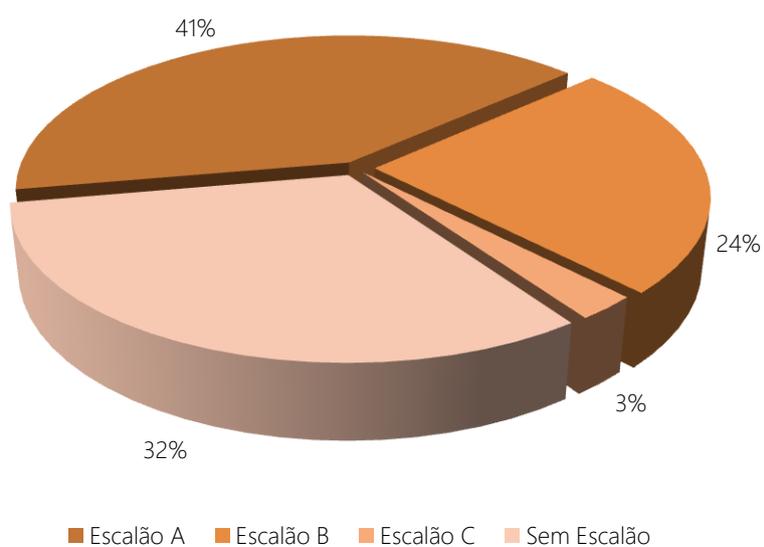
(CMT; AEABT)

FIGURA 78 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA E ESCALÃO, NO ENSINO PROFISSIONAL, EM 2022/23 (N.º).



(CMT; AEABT)

FIGURA 79 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, EM 2022/23 (%).



(CMT; AEABT)

4.5.2. Transporte escolar.

Os transportes escolares do concelho de Tabuaço para os alunos do AE Abel Botelho – Tabuaço são efetuados, na sua maioria, pela carreira pública. Há, porém, alguns casos que exigem circuitos especiais que, da mesma forma, são assegurados pela autarquia. O município possui um plano de transportes escolares elaborado de acordo com o quadro legal em vigor e que constitui um importante instrumento de gestão destes serviços, desde logo por procurar estabelecer e articular as redes de transportes públicos locais. Esse plano de transportes busca as soluções mais ajustadas, quer ao nível social, quer ao nível económico, quer à realidade local e tem como principais intervenientes os representantes do Município e das escolas abrangidas. Portanto, para além do cumprimento do seu objetivo principal que consiste em prestar o serviço de transporte aos alunos, a autarquia procura constantemente melhorar a eficiência da rede e da qualidade do serviço prestado, considerando os horários das carreiras públicas de passageiros e os horários de funcionamento dos estabelecimentos de ensino com vista a assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação (diminuindo o tempo de espera, aumentar a vigilância e melhorar a segurança do transporte).

Do transporte em carreiras públicas identificam-se cinco itinerários que, no ano letivo 2022/2023, registou um total de 204 alunos transportados, e que para o ano letivo 2023/24 se prevê um número total de 236 alunos, quais se encontram distribuídos pelo Pré-Escolar com 46 alunos, o 1º CEB, com 43 alunos transportados, pelos 2º e 3º CEB, onde se regista o maior número de alunos transportados, com 69 alunos. O Ensino Secundário regista 63 alunos transportados. O território tem uma cobertura de 100%, garantida pelos serviços públicos e municipais.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, nos municípios, a elaboração e a aprovação do plano de transporte escolar é da competência da Câmara Municipal, após discussão e parecer do conselho municipal de educação. O plano de transportes escolar, “é a nível municipal, o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar,

do ensino básico e do ensino secundário...” (artigo 17.º do mesmo diploma legal).

O plano de transportes visa assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva, conjugando e complementando a rede de transportes públicos e outros planos de transportes em vigor na respetiva área de abrangência. (artigo 18.o do mesmo diploma legal). A elaboração do plano de transporte escolar baseia-se nos seguintes pressupostos:

- a) Gratuitidade para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3 Km do estabelecimento de ensino que frequentam;
- b) Gratuitidade para os alunos com dificuldades de locomoção que beneficiam de medidas ao abrigo da educação inclusiva independentemente da distância da sua residência ao estabelecimento de ensino que frequentam, sempre que a sua condição o exija;
- c) Inelegibilidade para os benefícios previstos nas alíneas anteriores dos alunos que se matriculem contrariando as normas estabelecidas de encaminhamento de matrículas.

De referir que conforme se encontra previsto no n.o 2 do artigo 20.o a gratuitidade a que alude a a) e b), abrange exclusivamente, duas viagens nos dias letivos e para os percursos que ligam o local do estabelecimento de ensino ao local de residência do aluno. Nos termos do artigo 36.o do citado decreto lei 21/2019, “A organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares são da competência das câmaras municipais da área da residência dos alunos, nos termos definidos no plano de transportes intermunicipais respetivo (...)”, devendo aquele plano, conforme determina o artigo 18 supra referido “ (...) assegurar a igualdade de oportunidades da educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva”.

Este documento prevê ainda a gestão de procedimentos relacionados com os transportes escolares, procurando garantir o seu melhor funcionamento no cumprimento das condições de segurança previstas na legislação em vigor. O plano de transportes escolares visa assegurar a

igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais e seletivas no âmbito da educação inclusiva. Os números apresentados constituem efetivamente a previsão possível tendo em conta as tendências anteriormente verificadas. Os dados foram facultados pelo Agrupamento de Escolas, com indicação das zonas dos alunos abrangidos. Os objetivos propostos no Plano de Transportes consistem designadamente em:

- promover a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar;
- promover medidas de discriminação positiva e de combate à exclusão social;
- promover medidas de discriminação positiva face à integração das crianças e jovens com deficiência;
- prevenir o insucesso e o abandono escolar;
- integrar as políticas sociais articulando-as com as políticas de apoio à família e uniformizar as medidas de ação social escolar para as crianças que frequentam a educação pré-escolar e os alunos do ensino básico, secundário e profissional.

A rede de transportes escolares assenta na utilização de carreiras públicas de passageiros da transportadora que opera no concelho de Tabuaço, no seguimento do procedimento de contratação pública, e em transportes que constituem propriedade do município, para desenvolverem da forma mais eficiente os itinerários e horários que a seguir se transcrevem.

QUADRO 97 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NA CARREIRA PÚBLICA, EM 2022/23 (N.º).

Itinerário 1 (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados				Total	Horário	
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	ES			
Longa		30'	1	0	1	3	5	08:10	18:10
Granja do Tedo		27'	4	1	1	2	8	08:17	17:57
Carrazedo		15'	1	1	1	0	3	08:25	17:50
Pinheiros		10'	3	4	1	4	12	08:30	17:45
Tabuaço (escola)		00'	-	-	-	-	-	08:40	17:30
		Total	9	6	4	9	28		

QUADRO 98 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NA CARREIRA PÚBLICA, EM 2022/23 (N.º).

Itinerário 2 (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados					Horário
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	ES	Total	
Guedieiros		40'	1	0	1	3	5	08:10 18:10
Guedieiros Cruz		37'	-	-	-	-	-	08:13 18:07
Sendim		35'	6	3	7	6	21	08:15 18:05
Cabriz Cruz		30'	0	0	1	0	1	08:20 18:00
Paradela Cruz		28'	0	1	2	1	4	08:22 17:58
Granjinha		25'	0	0	2	1	3	08:25 17:55
Távora		10'	2	3	4	11	20	08:40 17:40
Tabuaço (escola)		00'	-	-	-	-	-	08:50 17:30
		Total	9	7	17	21	54	

(CMT; AEABT)

QUADRO 99 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NA CARREIRA PÚBLICA, EM 2022/23 (N.º).

Itinerário 3 (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados					Horário
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	ES	Total	
Pereiro		45'	1	0	1	2	4	08:00 18:05
Balsa		19'	0	0	0	0	0	08:26 17:50
Desejosa		15'	1	0	0	1	2	08:30 17:45
Tabuaço (escola)		00'	-	-	-	-	-	08:45 17:30
		Total	2	0	1	3	6	

(CMT; AEABT)

QUADRO 100 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NA CARREIRA PÚBLICA, EM 2022/23 (N.º).

Itinerário 4 (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados					Horário
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	ES	Total	
Arcos			4	1	6	0	11	08:00 17:55
Chavães			9	11	9	4	33	08:10 17:50
Tabuaço (escola)			-	-	-	-	-	08:20 17:40
		Total	13	12	15	4	44	

Itinerário 4 a) (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados				Total	Horário	
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	ES			
Barcos		45'	8	11	18	12	49	08:35	17:35
Tabuaço (escola)		00'	-	-	-	-	-	08:45	17:30
		Total	8	11	18	12	49		

(CMT; AEABT)

QUADRO 101 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NA CARREIRA PÚBLICA, EM 2022/23 (N.º).

Itinerário 5 (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados				Total	Horário	
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	ES			
Valença do Douro			1	3	7	6	17	07:50	18:10
Espinho			-	-	-	-	-	08:00	17:55
Santo Aleixo			3	1	1	0	5	08:05	17:50
Tabuaço (escola)			-	-	-	-	-	08:15	17:45
		Total	4	4	8	6	23		

Itinerário 5 a) (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados				Total	Horário	
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	ES			
Adorigo		45'	1	3	6	8	18	08:35	17:37
Tabuaço (escola)		00'	-	-	-	-	-	08:50	17:30
		Total	1	3	6	8	18		

(CMT; AEABT)

QUADRO 102 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NAS VIATURAS MUNICIPAIS, EM 2022/23 (N.º).

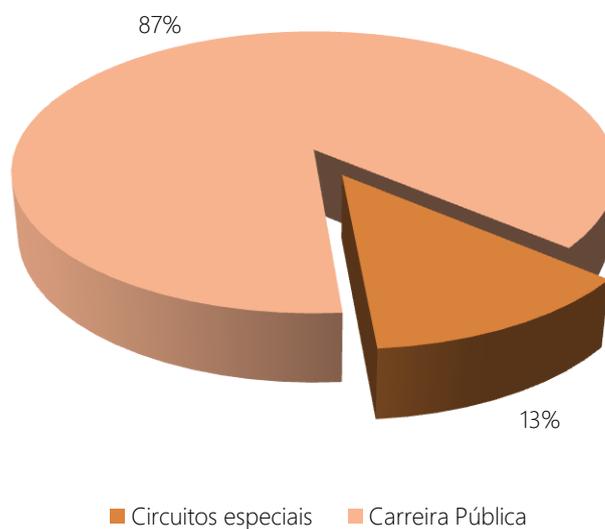
Itinerário 1 e 1a) (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados				Total	Horário	
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	ES			
Paradela		45'	0	1	2	1	4	08:00	18:20
Cabriz			0	0	1	0	1	08:10	18:10
Granjinha			0	0	2	1	3	08:15	18:50
Tabuaço (escola)		00'	-	-	-	-	-	08:30	17:30
		Total	0	1	5	2	8		
Casaltelo		45'	-	-	-	-	-	08:35	17:37
Tabuaço (escola)		00'	-	-	-	-	-	08:50	17:30
		Total	0	0	0	0	0		

QUADRO 103 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NAS VIATURAS MUNICIPAIS, EM 2022/23 (N.º).

Itinerário 2 e 2ª) (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados				Total	Horário	
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	ES			
Santa Leocádia		45'	3	1	2	0	6	08:35	17:37
Tabuaço (escola)		00'	-	-	-	-	-	08:50	17:30
		Total	3	1	2	0	6		
Vale Figueira		45'	1	3	6	8	18	08:35	17:37
Tabuaço (escola)		00'	-	-	-	-	-	08:50	17:30
		Total	1	3	6	8	18		

(CMT; AEABT)

FIGURA 80 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS, POR CARREIRA PÚBLICA E CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (%).



(CMT; AEABT)

4.6. Recursos Humanos.

4.6.1. Pessoal docente.

Considerando a totalidade dos níveis de ensino e os profissionais afetos à Educação, o município de Tabuaço regista um total de 66 docentes, 36 do quadro de agrupamento, 21 docentes do Quadro de Zona Pedagógica (QZP), 11 professores contratados e 5 docentes da direção executiva, enquadrados na oferta escolar pública. Na sua distribuição por nível de ensino, e no que se refere à educação pré-escolar, regista-se um total de 8 docentes, no 1.º CEB conta com 16 e no 2.º CEB são 13. Para o 3.ºCEB e Secundário contabilizam-se 26 docentes. Em relação aos docentes de Educação Especial regista-se a presença de 3 docentes, em que dois asseguram o 1.º e 2.º CEB e outro o 3.º CEB.

4.6.2. Pessoal não docente.

No que se refere ao pessoal não docente, que já foi abordado em grande parte no ponto referente à oferta educativa pública, estes encontram-se distribuídos pelas categorias de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, num número total de 3, 6 e 32, respetivamente. No caso dos técnicos superiores, os valores mais elevados estão associados aos psicólogos (2), técnico de requalificação (1), mas cujo número é claramente insuficiente para o bom funcionamento do Agrupamento de Escolas Abel Botelho. Relativamente à categoria de assistentes técnicos os valores mais expressivos são observados ao nível dos assistentes de serviços administrativos, enquanto nos restantes casos são registados valores bastante mais reduzidos, designadamente coordenador técnico de serviços (1), encarregado de serviços gerais (1). Finalmente, e no que respeita aos assistentes operacionais, o número mais significativo está associado à categoria de auxiliar de ação educativa (32).

5. REESTRUTURAÇÃO DA REDE ESCOLAR (2006-2019).

A Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, na sua versão atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, define, no seu artigo 23.º, a Educação como domínio de atribuição municipal, ainda que a especificidade da definição de carta educativa, regulação do processo de elaboração e aprovação da mesma e os seus efeitos, seja integralmente regulada pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pelas Leis n.º 41/2003, de 22 de agosto, e n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio.

Enquanto instrumento de planeamento estratégico no atual panorama das políticas educativas, em especial no que se refere ao reordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, a carta educativa deverá sempre ser entendida à luz da versatilidade dos fatores e, por isso, retrata um processo dinâmico e em constante necessidade de reavaliação. Assim, importa resumir as principais alterações legislativas ocorridas desde a elaboração da 1.ª carta educativa do município de Tabuaço, no que respeita à organização e reordenamento escolar, de modo a que seja possível compreender a variabilidade verificada entre a rede escolar de 2006 e a existente nos dias de hoje.

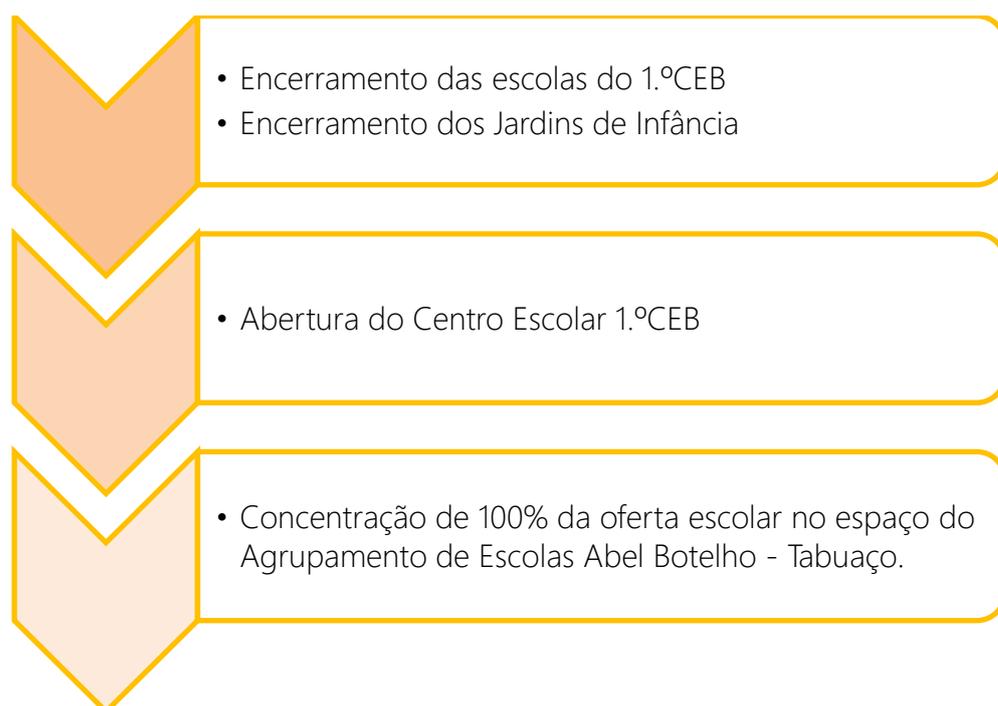
5.1. Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, e Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro.

Com o objetivo de concretizar a universalização da frequência da educação básica e secundária, de modo a que todos os alunos frequentassem estabelecimentos de educação ou formação pelo menos entre os 5 e os 18 anos de idade, foi emitida, a 14 de junho de 2010, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 44, que pretendia:

- A adaptação da rede escolar ao objetivo de uma escolaridade obrigatória de 12 anos para todos os alunos;
- A adequação da dimensão e condições das escolas para a promoção do sucesso escolar e combate ao abandono;

- A racionalização dos agrupamentos de escolas, de modo a favorecer o desenvolvimento de um projeto educativo comum, articulando níveis e ciclos de ensino distintos.

Assim, entre as várias medidas estabelecidas para a concretização dos objetivos acima referidos, destaca-se a obrigatoriedade de extinção, até ao início do ano letivo 2010/2011 (ou, excepcionalmente, até ao final do mesmo ano letivo), dos agrupamentos de escolas constituídos exclusivamente por estabelecimentos do mesmo nível de ensino (agrupamentos horizontais de escolas). No ano letivo 2003/2004, mediante ofício da Direção Regional de Educação do Norte, datado de 26/06/2003 a EB 2,3 de Tabuaço passou a Agrupamento Vertical de Escolas. Era então constituído por 20 escolas do 1.º CEB (com 316 alunos) e 1 escola EB 2,3/Secundária (com 483 alunos). Pouco depois passou a denominar-se Agrupamento de Escolas Abel de Botelho - Tabuaço. A 16 de novembro do mesmo ano foi publicada a Portaria n.º 1181/2010, que estabeleceu os critérios de ordenamento da rede escolar e decretou o encerramento de escolas com menos de 21 alunos, bem como a extinção dos agrupamentos horizontais. Por essa portaria foi reconfigurada a rede escolar pública do município de Tabuaço:



5.2. Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril.

Considerando o alargamento da escolaridade obrigatória preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, bem como a necessidade de uma transição adequada entre níveis e ciclos de ensino em unidades de gestão que permitissem a um aluno completar a escolaridade no mesmo agrupamento de escolas, foi publicado, a 26 de abril de 2012, o Despacho n.º 5634-F/2012, que tinha como objetivo calendarizar e aclarar os princípios e critérios de orientação, as exceções, bem como alguns procedimentos de transição às novas unidades orgânicas resultantes da constituição de agrupamentos ou agregações previstas. Assim, e de acordo com o referido Despacho, o Agrupamento de Escolas resultante dos processos de agregação previstos nos artigos 6º e 7º do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, com vista à concretização dos seguintes princípios:

- a) Adaptar progressivamente a rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos e adequar as condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar;
- b) Garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram, numa lógica de articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de escolaridade;
- c) Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino;
- d) Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar;
- e) Racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram.

A oferta educativa pública de Tabuaço acabou por se conseguir adaptar a rede escolar ao objetivo da escolaridade de 12 anos, reunindo condições para a abertura do Secundário, regime geral. Posteriormente encontrou na oferta do Ensino Profissional a possibilidade de colmatar parte dessa incapacidade.

Nesse sentido, o novo processo de reestruturação da rede escolar pública do município de Tabuaço, que recomendava que os agrupamentos de escolas se adequassem ao disposto legal, sendo para tal necessário que, dentro do possível, fosse agregado a cada agrupamento de escolas uma Escola Secundária, tendo por base a proximidade geográfica entre equipamentos educativos, foi, no caso de Tabuaço, cumprido.

5.3. Decreto-lei n.º 54/2018, 6 de Julho.

O Programa do XXI Governo Constitucional estabeleceu como uma das prioridades da ação governativa a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, pudessem encontrar respostas que lhes possibilitassem a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vinha concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que respondesse às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.

O compromisso com a educação inclusiva, de acordo com a definição da UNESCO (2009), enquanto processo que visa responder à diversidade de necessidades dos alunos, através do aumento da participação de todos na aprendizagem e na vida da comunidade escolar, foi reiterado por Portugal com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu protocolo opcional, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no dia 13 de dezembro de 2006, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009, de 30 de julho, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 71/2009, de 30 de

julho, e reafirmada na «Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa», em julho de 2015. Este compromisso visa ainda dar cumprimento aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU.

No centro da atividade da escola estão o currículo e as aprendizagens dos alunos. Neste pressuposto, o decreto-lei n.º 54/2018 tem como eixo central de orientação a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa. Isto implicou uma aposta decisiva na autonomia das escolas e dos seus profissionais, designadamente através do reforço da intervenção dos docentes de educação especial, enquanto parte ativa das equipas educativas na definição de estratégias e no acompanhamento da diversificação curricular. Consciente das competências profissionais existentes nas escolas portuguesas, o Governo pretendeu criar condições para que essas pudessem elevar os padrões de qualidade das diferentes ofertas de educação e formação, mesmo nos casos em que se identificavam maiores dificuldades de participação no currículo.

Coube ao Agrupamento de Escolas Abel Botelho definir o processo no qual identificou as barreiras à aprendizagem com que os alunos se confrontavam, apostando na diversidade de estratégias para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada um tivesse acesso ao currículo e às aprendizagens, levando todos e cada um ao limite das suas potencialidades. As opções metodológicas subjacentes ao presente decreto-lei assentam no desenho universal para a aprendizagem e na abordagem multinível no acesso ao currículo. Esta abordagem baseia-se em modelos curriculares flexíveis, no acompanhamento e monitorização sistemáticas da eficácia do contínuo das intervenções implementadas, no diálogo dos docentes com os pais ou encarregados de educação e na opção por medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em diferentes níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para cada aluno adquirir uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses.

Procura-se garantir que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos, ainda que através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada um progredir no currículo com vista

ao seu sucesso educativo. O presente decreto-lei consagra, assim, uma abordagem integrada e contínua do percurso escolar de cada aluno garantindo uma educação de qualidade ao longo da escolaridade obrigatória. Para a visão integrada e contínua da abordagem educativa que agora se advoga constitui decisivamente um processo de avaliação de apoio à aprendizagem - que considera aspetos académicos, comportamentais, sociais e emocionais do aluno, mas também fatores ambientais -, uma vez que desse processo resulta toda a sequencialização e dinâmica da intervenção.

Redefiniram-se, a partir de uma visão holística, as atribuições das equipas multidisciplinares na condução do processo de identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, em função das características de cada aluno, no acompanhamento e na monitorização da eficácia da aplicação dessas mesmas medidas, reforçando o envolvimento dos docentes, dos técnicos, dos pais ou encarregados de educação e do próprio aluno.

Introduziram-se alterações na forma como a escola e as estruturas de apoio se encontram organizadas, para a identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão ao longo da escolaridade obrigatória. Reconfigurou-se o modelo de Unidade Especializada num modelo de Centro de Apoio à Aprendizagem, que aglutina o primeiro, transformando-se num espaço dinâmico, plural e agregador dos recursos humanos e materiais, mobilizando para a inclusão os saberes e competências existentes na escola, valorizando, assim, os saberes e as experiências de todos. Reforça-se o papel dos pais ou encarregados de educação, conferindo-lhes um conjunto de direitos e deveres conducentes ao seu envolvimento em todo o processo educativo dos seus educandos.

Reconhecendo-se o indelével contributo do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, através do trabalho realizado pelas escolas e da reflexão que ao longo do tempo propiciou a professores, investigadores e peritos, o presente decreto-lei decorre do Grupo de Trabalho, criado pelo Despacho n.º 7617/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 8 de junho, que, ouvindo múltiplos atores, procedeu a um levantamento de problemas e, concomitantemente, procurou as melhores soluções do ponto de vista da educação, da saúde e da inclusão social.

5.4. Avaliação da carta educativa (1.ª geração) e balanço da execução das propostas de redimensionamento da rede escolar previstas.

Decorridos 17 anos após a homologação da 1ª carta educativa do município de Tabuaço (2006), importa, ainda assim, avaliar o grau da sua execução, por nível de ensino, procedendo a uma avaliação qualitativa dos dados, sendo importante referir que as projeções tidas em conta na elaboração do referido documento tiveram por base um cenário de crescimento demográfico controlado.

A abordagem do conjunto das propostas elaboradas em sede da primeira carta educativa, é em grande parte subsidiária da visão, no território educativo, do ponto de situação atual relativa aos respetivos equipamentos escolares permite aferir o grau de execução dessas mesmas propostas.

As propostas, então formuladas, enquadram-se nas seguintes categorias:

- Suspensão de atividade;
- Reversão do equipamento para novas valências;
- Ampliação das instalações;
- Criação de novo equipamento.

O conjunto de informação obtida sobre a rede escolar pública do município de Tabuaço permite reapreciar as propostas feitas em sede de carta educativa, o seu grau de execução e respetiva fase de desenvolvimento, mas permite, igualmente, aferir os resultados obtidos no âmbito do processo de monitorização anual dos dados da rede escolar, que se traduziu no conjunto de intervenções levadas a cabo.

ESTABELECIDAMENTOS DE ENSINO	AÇÕES ESTRATÉGICAS				
	Suspensão de atividade	Reconversão do equipamento para novas valências	Ampliação das instalações	Criação de novo equipamento	Outras
Jl - Adorigo	●				
Jl - Chavães	●				
Jl - Longa	●				
Jl - Barcos	●				
Jl - Granja do Tedo	●				
Jl - Paradela	●				
Jl - Sendim	●				
Jl - Távora	●				
Jl - Tabuaço	●			●	
Jl - Valença do Douro	●				
1.ºCEB - Adorigo	●				
1.ºCEB - Arcos	●				
1.ºCEB - Barcos	●				
1.ºCEB - Stº Aleixo	●				
1.ºCEB - Chavães	●				
1.ºCEB - Desejosa	●				

(CMT; AEABT)

ESTABELECIDAMENTOS DE ENSINO	AÇÕES ESTRATÉGICAS				
	Suspensão de atividade	Reconversão do equipamento para novas valências	Ampliação das instalações	Criação de novo equipamento	Outras
1.ºCEB – Balsa	●				
1.ºCEB – Granja do Tedo	●				
1.ºCEB – Longa	●				
1.ºCEB – Paradela	●				
1.ºCEB – Pereiro	●				
1.ºCEB – Pinheiros	●				
1.ºCEB – Carrazedo	●				
1.ºCEB – Stª Leocádia	●				
1.ºCEB – Sendim	●				
1.ºCEB – Guedieiros	●				
1.ºCEB – Tabuaço	●			●	
1.ºCEB – V. de Figueira	●				
1.ºCEB – Valença do Douro	●				

(CMT; AEABT)

5.4.1. A Educação Pré-Escolar.

A rede pública do município de Tabuaço tem, neste momento, capacidade de resposta a 100% no nível Pré-Escolar para alunos até aos 5 anos. No que respeita às freguesias da zona rural, a cobertura da rede pública de pré-escolar deu durante anos uma resposta satisfatória a todos os candidatos, a partir dos 4 anos de idade, ainda que após o encerramento dos estabelecimentos de ensino, acabou por ser inevitável a sua deslocação para a sede de concelho, onde hoje se situa o Jardim de Infância (Centro Escolar de Tabuaço).

Analisando a primeira carta educativa, nela não se expuseram linhas de intervenção estratégica para a Educação Pré-Escolar, para além do elenco dos Jardins de Infância da oferta pública que então se encontravam em funcionamento nas freguesias de Adorigo, Chavães, Longa, Barcos, Granja do Tedo, Paradela, Sendim, Távora, Tabuaço e Valença do Douro. A exceção reside no cronograma das intervenções, onde constava a intenção da construção do Jardim de Infância no Centro Escolar de Tabuaço, que, como sabemos, se veio a concretizar.

5.4.2. O 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Na primeira carta educativa todos os dados apontavam para um crescimento negativo da população escolarizável neste nível de ensino (1.ºCEB) ao longo da década de 2000. As estimativas efetuadas deixavam antever esse decréscimo ainda que na segunda metade da década o envelhecimento das estruturas demográficas começasse a repercutir-se também na quebra do número de nados-vivos, sendo expectável uma redução da população escolarizável do município, conforme se evidenciava nos números previstos. Será importante referir que os valores à data considerados apenas refletiam a rede pública. Hoje pode-se concluir que existiu um afastamento das projeções relativamente aos valores reais, ou seja, um agravamento real da evolução, claramente explicado pelo decréscimo da taxa de natalidade e pelo aumento da taxa migratória

verificada no município nos últimos anos, indicadores que sustentaram a estimativa.

A equipa técnica responsável pela primeira carta educativa tinha presente, em 2006, que o encerramento das escolas do 1.º CEB, muito marcadas pelo isolamento e baixo número de alunos, seria em breve uma realidade. E, nesse sentido, alertava para o problema que, certamente, a curto e médio prazo constituiria para as famílias e alunos. Naturalmente nasceram, quase de imediato, preocupações que consistiam na perceção da distância que os seus filhos teriam que percorrer e da dificuldade em comunicar e compreender as vantagens que adviriam da reorganização da oferta escolar, patente nas seguintes palavras: *“importa igualmente reter que a aceitação, por parte das famílias, da maior distância que os estudantes terão que percorrer até às escolas, implicará um esforço informativo acerca das vantagens que daí advirão, em termos de recursos e ambiente escolar, sendo, sem dúvida, compensatório relativamente às desvantagens imediatamente perceptíveis como a diminuição do tempo disponível fora da escola ou a perda de relação próxima entre a escola e a população, uma vez que a escola, na grande parte dos casos, se assume como o grande e às vezes único foco de informação cultural na aldeia.”* (CE, 2006).

O problema principal residia na ausência de infraestruturas de apoio e na consciência de que a *“a solução para as escolas isoladas e/ou com poucos alunos deverá passar por um projecto concertado, de reordenamento da rede escolar, com condições dignas e favoráveis ao processo de ensino/aprendizagem e com uma maior racionalização dos gastos públicos.”* Assim, procurou criar-se uma nuclearização territorial, ou seja, definir dois ou três núcleos territoriais (os centros escolares de Valença do Douro, Sendim e Tabuaço) de forma a organizar e rentabilizar os equipamentos educativos. Para além desses aspetos, ainda havia a considerar a distribuição da população escolar que teria que ser feita de acordo com a distribuição geográfica dos alunos, atendendo a centralidade/acessibilidade e número de alunos, considerando que os tempos de deslocação previstos nunca ultrapassassem, em situações normais, os 10-15 minutos. Esta proposta de criação de núcleos territoriais não chegou a ser concretizada em virtude do encerramento das escolas e, das três hipóteses, apenas foi construído o Centro Escolar de Tabuaço.

O cronograma que constava da primeira carta educativa previa, neste domínio da nuclearização, as obras dos centros escolares de Valença do Douro, Sendim e Tabuaço como sendo prioritárias, assinaladas mesmo com um alto nível de relevância. À data da elaboração e entrada em vigor da primeira carta educativa, o cronograma contemplava a construção dos Centros Escolares que estaria terminada em pouco tempo, mas o assunto que causou muita celeuma entre o Município de Tabuaço e a DREN). Os baixos índices de financiamento próprio, a dificuldade de acesso a fundos exteriores à administração pública local, a evolução demográfica pouco favorável e a estratégia seguida pelas instituições governamentais da tutela da Educação convergiram para o estabelecimento e aprovação da decisão em construir apenas o Centro Escolar de Tabuaço, onde se agregariam todos os alunos e os níveis do Pré-escolar e do 1.ºCEB.

Em Maio de 2010, a Câmara Municipal de Tabuaço aprovava por unanimidade promover a abertura do concurso para a construção do Centro Escolar de Tabuaço, orçamentado em 2 270 000,00 eur, valor que não teve qualquer financiamento para além dos recursos próprios do município e que estaria pronto em pouco mais de um ano, tendo sido inaugurado em Setembro de 2011.

5.4.3. Os 2.º, 3.º Ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário.

No que diz respeito às projeções constantes na carta educativa para os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico existem bastantes similaridades com o 1.º CEB. O facto de se ter procedido à reestruturação administrativa das juntas de freguesia (2013), agregando algumas das mesmas de acordo com critérios de proximidade, deixou de fazer sentido falar-se em deslocalização dos alunos para outras freguesias vizinhas por ausência de equipamentos com resposta a estes graus de escolaridade na freguesia de residência. Comparando os dados reais com os dados projetados, conclui-se que era na zona rural que existia um menor desfasamento no que diz respeito às previsões então apontadas. Este facto justificava-se pela desconcentração continuada das grandes áreas urbanas para áreas próximas de menor densidade populacional, panorama que se tem assistido em Portugal nos

últimos anos. Para as restantes freguesias, denotava-se um ligeiro desvio face às projeções apontadas na carta educativa, motivado pelo decréscimo da taxa de natalidade, aumento da taxa migratória (fluxo de saída) e da taxa de mortalidade verificada no município nos últimos anos, e em determinado momento, acentuada pela crise económica que se viveu e repercutiu neste momento. Em termos de intervenções previstas, a primeira carta educativa nada em especial contemplava ao nível infraestrutural, não obstante se terem vindo a realizar algumas intervenções de âmbito de conservação e manutenção no edifício onde continuam a funcionar o 2.º e 3.º CEB, o Ensino Secundário e, mais tarde, o Ensino Profissional.

5.4.4. Ensino Profissional.

No campo do ensino profissional, a primeira carta educativa considerava-o apenas enquanto cursos EFA (Curso de Educação e Formação de Adultos) que consistia numa oferta de educação e formação destinada a adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, que não tivessem frequentado ou concluído o 9º ano de escolaridade, sem os níveis I ou II de qualificação profissional. Essa oferta apresenta um percurso flexível e adequado ao adulto, a partir do reconhecimento e validação de competências prévias.

Para tentar combater os baixos níveis de escolaridade e o analfabetismo existente no concelho, a Câmara Municipal de Tabuaço e a Associação Agro-Florestal de Sendim, promoveram em 2004/2005 3 Cursos EFA (B3), com o apoio de Projetos e de Entidades Formadores de Mirandela e de São João da Pesqueira.

Cada Curso EFA apresentava duas componentes articuladas: uma formação de base e uma formação profissionalizante. As áreas de formação profissionalizante para o concelho de Tabuaço, foram: o Curso de Azulejaria; o Curso de Operador Florestal/Recursos Cinegéticos. E as áreas de formação de base foram: a Cidadania e Empregabilidade; a Linguagem e Comunicação; a Matemática para a Vida; as Tecnologias da Informação e Comunicação. É de notar que, os alunos dos Cursos de Azulejaria e de Operador Florestal/Recursos Cinegéticos, para além de ficarem habilitados com o 9.º Ano do Ensino Básico (Escolaridade Obrigatória), ficavam também com um

Curso Técnico Profissional, promovendo assim a qualificação da mão-de-obra do concelho.

Teria sido muito desejável que a primeira carta educativa tivesse contemplado uma projeção da população escolar para este indicador, o que não sucedeu, principalmente após o ano letivo 2007/2008, ano em que a escolaridade obrigatória tenderia a ser alargada para 12 anos, facto esse que só se veio a verificar no ano letivo 2009/2010, com efeitos produzidos apenas no ano letivo 2012/13. Ou, pelo menos, a projeção de um cenário que concernisse sobre as questões da mobilidade dos alunos intermunicipais, quer pela falta de oferta na sua área de residência, quer pela área de estudos selecionada e o tipo de curso escolhido.

Menciona e defendia a carta educativa da primeira geração que as dificuldades relacionadas com o preenchimento do número mínimo de alunos para que um curso pudesse funcionar, poderiam ser colmatadas através da atribuição de alguma autonomia à instituição [Agrupamento de Escolas Abel Botelho], porque “no que diz respeito à selecção dos cursos a lecionar, uma vez que, como entidade educativa instalada no concelho, conhecia profundamente as necessidades educativas específicas afectas ao ensino, mesmo na vertente profissional, sempre em prol de uma adequação constante às necessidades evidenciadas pela população do concelho e da região.

5.5. Alterações no sistema educativo público entre os anos letivos 2015/2016, 2017/2018 e 2021/2022.

A análise comparativa do número de alunos matriculados nos equipamentos educativos do município de Tabuaço revela um decréscimo do número de crianças afetas à Educação Pré-Escolar entre os anos letivos 2015/2016 e 2017/2018, registando uma descida superior a -20%. No 1.º CEB foi igualmente identificado um decréscimo da população escolar em igual período, para o qual contribuiu a redução dos quantitativos escolares dos restantes níveis, e o exame da evolução do número de alunos dos 2.ºCEB permitiu também identificar uma tendência

generalizada de decréscimo, com -20,48%, e no caso do 3.º CEB registou-se -12,21%.

Nas dinâmicas educativas presentes no município de Tabuaço, a mobilidade assume muita importância, pois as mudanças operadas, bem como a passagem a um novo regime, acompanhadas por um incremento do número de espaços letivos, quer na educação pré-escolar, quer no 1.ºCEB, por vezes recorrendo à reconversão de salas ou à construção de edifícios, estão na origem de uma significativa transformação das dinâmicas escolares de determinados setores do território entre estes dois momentos. Assim, convém esclarecer a importância que a análise da mobilidade escolar assume no atual contexto educativo, já que a sua interpretação poderá conduzir à criação de novos modelos de regulação do sistema educativo a uma escala local e, ainda, justificar opções tomadas aquando do processo de reorganização da rede escolar.

Em primeiro lugar, o interesse na análise dos fluxos escolares prende-se com o facto da regulação da oferta educativa, pública e privada, não se encontrar enquadrada por critérios claramente definidos, situação que por vezes conduz à aplicação de mecanismos de natureza diversa, onde além dos mecanismo de regulação institucionais surgem outros associados, nomeadamente: Ministério da Educação vs Autarquia, Regulação Pública vs Setor Privado, Regulação do Ministério da Educação vs Encarregados de Educação. Por outro lado, e fruto dos condicionalismos impostos pela redução generalizada do número de alunos nas últimas décadas, tem vindo a observar-se uma alteração na lógica dos fluxos escolares que anteriormente era ditada pela oferta, mas, que de forma crescente, tem vindo a ser ditada pela procura, o que evidencia a necessidade em compreender a mobilidade dos alunos num dado território, ajustando a oferta à procura existente. Neste ponto, importa também salientar que a procura escolar do concelho de Tabuaço obriga a fluxos regulares com o mesmo destino, dada a oferta escolar.

Assim, a par da análise de outras variáveis, como seja a evolução dos quantitativos escolares e das projeções escolares e da necessidade de salas, assume contornos decisivos na definição das propostas de reorganização da rede educativa, que, em caso extremo pode ditar o encerramento ou continuidade de determinado estabelecimento de ensino. Outra questão essencial no estudo da mobilidade da população escolar prende-se com a

existência de processos informais de escolha dos estabelecimentos de ensino por parte de pais e encarregados de educação, não obstante a legislação recente nesta matéria. A análise dos artigos 10º e 11º do Despacho Normativo nº 6/2018 que estabelecem as prioridades na matrícula ou renovação de matrícula na Educação Pré-Escolar e no Ensino Básico vem demonstrar que, cada vez mais, existem restrições na escolha dos estabelecimentos de ensino da rede pública por parte de pais e encarregados de educação, embora este normativo defenda uma maior equidade no acesso ao ensino por parte de todos os alunos. Todavia, são amplamente conhecidas as estratégias adotadas por alguns estabelecimentos de ensino para cativarem, escolherem e manterem os seus alunos, facto que poderá justificar alterações na normal distribuição dos alunos, e explicar o incremento da população escolar num estabelecimento de ensino cujo projeto educativo seja reconhecido e conseqüente, esvaziamento de outro que lhe seja adjacente. No que respeita ao Agrupamento de Escolas Abel Botelho - Tabuaço, em todos os seus níveis (Pré-escolar, 1.ºCEB, 2.ºCEB, 3.ºCEB, Ensino Secundário e Ensino Profissional) as alterações no padrão de mobilidade dos alunos ocorreram logo a seguir a 2006, aquando do encerramento das escolas do 1.ºCEB. Não obstante a maioria dos alunos residir nas zonas próximas deste equipamento educativo, aliás como seria expectável, verifica-se que em relação aos alunos que são provenientes de zonas mais distantes o padrão de distribuição não se alterou. Não foi necessário reestruturar a drasticamente a rede de transportes de forma a permitir que todos os alunos, com o menor impacto possível, fossem deslocados/transportados com segurança, conforto e com o menor índice de stress. Aliás, os reajustamentos realizados ficaram-se a dever apenas aos quantitativos escolares que, de ano para ano, apresentam alguma variabilidade, mantendo o padrão de distribuição. E, chegado o ano letivo 2017/2018, e a consequência das alterações produzidas pela entrada em vigor de normativos legais respeitantes às matrículas e prioridades dos alunos à Educação Pré-Escolar e 1º CEB, este padrão, mais uma vez, não sofreu alterações, pois o estabelecimento de Ensino Pré-Escolar existente manteve-se. Portanto, apesar da variabilidade que se registou nos anos letivos que se seguiram ao encerramento das escolas do 1.ºCEB, registou-se apenas a manutenção dos padrões de distribuição dos alunos, em todos os níveis de ensino, justificado pelo facto de não ter existido qualquer alteração

na tipologia ou no regime de funcionamento, não existindo, assim, a introdução de qualquer fator externo que perturbasse a normal distribuição dos alunos.

6. PREVISÃO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR.

6.1. Princípios orientadores.

Os últimos anos têm sido fecundos em alterações no sistema educativo e a indispensabilidade da resposta a algumas das exigências têm vindo a traduzir-se numa transformação muito significativa do parque escolar, o que resultou, em muitos municípios, no encerramento de estabelecimentos de educação e na requalificação e/ou construção de equipamentos educativos, com especial incidência no 1.º CEB.

A partir de 2006, o município de Tabuaço assistiu ao encerramento gradual de todos os estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e do 1.º CEB no seu território e às diferentes fases de constituição e reforma do Agrupamento de Escolas, mas tendo passado 17 anos letivos após a elaboração da primeira carta educativa de Tabuaço, impõe-se uma revisão do processo de reorganização da rede escolar que considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas do concelho, e no sistema educativo, e que colmate as insuficiências detetadas, de modo a ajustar o parque escolar às necessidades atuais, mas, fundamentalmente, com a previsão a médio/longo prazo.

Numa fase em que já não existem estabelecimentos de ensino de 1.º CEB a funcionar com uma população escolar inferior a 21 alunos, no município de Tabuaço, recorde-se que essa foi a principal imposição colocada pelo Ministério de Educação para o encerramento de escolas e que foi a causa de grande parte das reorganizações das redes escolares municipais realizadas, impõe-se, evidentemente, o estabelecimento de critérios municipais a seguir para a definição das propostas de reorganização da rede escolar.

Ainda que, como grande parte do território nacional, o município de Tabuaço apresente uma dinâmica escolar que pode ser considerada como pouco positiva dada a redução da população escolar observada nos últimos anos letivos e as projeções para a próxima década que apontam para uma

continua quebra de alunos, as propostas de reorganização da rede escolar devem-se basear na reorganização dos estabelecimentos de educação e ensino existentes (ampliação, requalificação e reconversão), com vista à rentabilização dos espaços existentes, no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão têm efeitos duradouros e crescentemente elevados. Mas a necessidade de definir critérios municipais a seguir para a reorganização da rede escolar está também relacionada com a mudança no paradigma do planeamento educativo que se tem vindo a efetivar.

Se, no período após 2003 (Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro), com a obrigatoriedade de realização da carta educativa, e, em particular, no período após 2005/06, na sequência do anúncio de financiamento comunitário, a reorganização da rede escolar apresentava um carácter fortemente centralizado, em função das normas ditadas pela tutela, no presente momento a filosofia da reorganização da rede escolar pode (e deve) assumir novos contornos, com o peso crescente dos municípios na escolha de um caminho próprio para a educação no seu território. Na realidade, a carta educativa criou condições para que os municípios se pudessem afirmar, pela primeira vez, como autores e participantes na reorganização da sua rede escolar, habilitando-os a encontrar soluções educativas locais, mas a verdade é que acabou por decorrer num quadro de forte regulação estatal, até porque o financiamento dos novos centros educativos dependia da aprovação do Ministério da Educação, pelo que se pode afirmar que existiu uma descentralização “controlada”.

Foi neste contexto que foram definidos pelos responsáveis políticos e técnicos do município de Tabuaço um conjunto de critérios municipais gerais e específicos orientadores do planeamento educativo, que manifestamente apresentam uma natureza muito distinta dos publicados nacionalmente, ainda que a reorganização da rede escolar dê cumprimento legal ao Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e às normas de planeamento educativo divulgadas posteriormente pelo Ministério da Educação.

CRITÉRIOS GERAIS:

- Cumprir a política educativa nacional, numa clara articulação entre as orientações do Ministério da Educação e as necessidades educativas locais;
- Potenciar as condições para garantir a liberdade de escolha da escola/projeto educativo para pais e/ou encarregados de educação ou, quando maiores, para alunos;

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS:

- Reorganizar, sempre que possível, os estabelecimentos de educação e ensino, integrando a população escolar em escolas de maior dimensão procurando oferecer, à totalidade dos alunos do município, condições físicas e pedagógicas superiores e uma clara oportunidade a esses mesmo alunos;
- Procurar garantir uma sala e um docente por ano de escolaridade, indo ao encontro do que se deseja para a educação do século XXI;
- Estabilizar as trajetórias escolares, salvaguardando a razoabilidade nas deslocações das crianças na tripla vertente, conforto/segurança e distância a percorrer e duração do percurso, para evitar que os alunos percorram, diariamente, grandes distâncias e percam um tempo excessivo em viagens;
- Diminuir o isolamento, possibilitando a socialização entre alunos e a interação entre alunos e professores;
- Gerar dimensão crítica que assegure a formação de cidadãos conscientes, interventivos, criativos e inovadores e a criação de uma comunidade mais aberta e informada, através de todos os meios ao seu alcance e com a colaboração dos pais e/ou encarregados de educação e da comunidade;
- Rentabilizar os recursos humanos e materiais disponíveis, procurando articulações e complementaridades;

- Qualificar o parque escolar, procurando a melhoria das condições de vivência escolar e a qualificação das aprendizagens;
- Permitir a cobertura da totalidade da população a escolarizar nos diferentes níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, nas suas diferentes modalidades;
- Integrar os diferentes níveis de ensino, procurando que os alunos complementem a escolaridade básica no mesmo agrupamento de escolas ou nas escolas responsáveis pela respetiva sequencialidade;
- Reduzir as assimetrias existentes no território municipal, minimizando uma possível diferenciação negativa entre as zonas com carácter periférico e as zonas urbanas;
- Contribuir para o processo de planeamento e ordenamento do território;

Além destes critérios, tem sido defendida uma lógica de proximidade e qualidade nos estabelecimentos de educação pré-escolar, na tentativa de manter o maior número possível em funcionamento, e apenas de qualidade nos estabelecimentos, em especial nos do 1.º CEB., embora os encerramentos, neste caso, apenas se possam justificar pela evolução dos resultados demográficos e sempre numa lógica de melhoria das condições dos alunos. A definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Tabuaço obedece ainda, naturalmente, aos parâmetros reguladores emanados pelo Ministério da Educação que têm vindo a ser seguidos no nosso país nos últimos anos e que têm como objetivo central a criação de condições de igualdade de acesso a um ensino de qualidade para todos os alunos. De acordo com o artigo 15.º do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, o ordenamento da rede escolar deve, considerando o disposto nos artigos 37.º a 41.º da LBSE, e a Recomendação 4/2011, de 26 de Abril, publicada em Diário da República n.º 80/2011, Série II de 2011-04-26, estruturar-se em função dos seguintes princípios gerais:

- a) Consideração da Educação Pré-Escolar como primeira etapa da educação básica;

- b) Sequencialidade entre os diferentes ciclos do ensino básico, de acordo com o definido na Lei de Bases do Sistema Educativo, como elemento propiciador do cumprimento, com sucesso, do percurso da escolaridade obrigatória, e como reconhecimento de que este percurso se deve efetuar, de preferência, numa única escola ou agrupamento de escolas;
- c) Expressão territorial da rede educativa, entendida como a distribuição dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e de ensino, de acordo com a divisão administrativa do País, tendo em atenção fatores resultantes das características geográficas do território, da densidade e da idade da população a escolarizar, do nível de educação e ensino em questão e da necessidade de assegurar a racionalidade e complementaridade das ofertas. Com base nestes princípios gerais, o mesmo diploma legal define no seu artigo 16.º que o ordenamento da rede escolar deve contribuir para os seguintes objetivos:
 - a) Garantia do direito de acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
 - b) Superação das situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social;
 - c) Garantia de uma adequada complementaridade de ofertas educativas;
 - d) Garantia da qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
 - e) Desenvolvimento de formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes, especialmente através da conclusão do processo de agrupamento de escolas e de autonomia da sua gestão;
 - f) Adequação da oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam

partilhados por todos os estabelecimentos dessa mesma área. Para atingir estes objetivos, o referido diploma legal estabelece, no seu artigo 17.º, que o ordenamento da rede escolar deve respeitar, entre outros, os seguintes parâmetros técnicos:

- a) Tipologia de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino públicos, em cada momento definidos e caracterizados;
- b) Modalidades de agregação entre os estabelecimentos de educação pré-escolar e os dos diferentes ciclos do ensino básico, no sentido do aprofundamento do processo de constituição de agrupamentos de escolas;
- c) Caracterização dos edifícios e de outras infraestruturas educativas, bem como do mobiliário e demais equipamentos, em função do tipo de escola, do número de alunos, das exigências pedagógicas e dos padrões de qualidade e de funcionamento definidos;
- d) Dimensão padrão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, por forma a estabelecer os limiares mínimo e máximo das crianças e alunos utentes de cada jardim-de-infância, escola do ensino básico, escola do ensino secundário e agrupamento de escolas, tendo em atenção as idades de quem os frequenta e a especificidade dos diferentes níveis de educação e de ensino ministrados em cada um;
- e) Dimensão padrão e características dos quadros de pessoal, docente e não docente, de cada estabelecimento de educação pré-escolar e de ensino ou agrupamento de escolas, tendo em atenção a especificidade das ofertas educativas.

Temos, assim, duas perspetivas de análise: uma claramente local, que reflete as questões de índole territorial do município de Tabuaço e que não ignora as diferentes características físicas e dinâmicas humanas observadas nas diversas freguesias que integram o território municipal, com o peso do carácter periférico ou da alta densidade populacional a ganhar contornos decisivos em alguns territórios, e uma outra que pretende adotar as linhas

uniformizadoras que o Ministério da Educação tem procurado para a rede escolar nacional, definidas de modo muito centralista - top- down.

Além destes conceitos base, a definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Tabuaço considera, ainda, questões básicas ao nível do ordenamento e planeamento do território, como a morfologia, a rede viária, a rede de transportes públicos, as dinâmicas demográficas e socioeconómicas, a rede de estabelecimentos de educação e ensino e respetivas ofertas educativas, as projeções da população escolar, as áreas de influência, os fluxos e a distância-tempo dos percursos dos alunos casa-escola.

Ainda que a análise das condicionantes naturais assuma frequentemente um papel determinante, uma vez que são responsáveis por algumas fronteiras e alguns dos estrangulamentos existentes, neste caso particular estas variáveis exercem uma interferência pouco ou nada significativa. Por sua vez, a dinâmica demográfica mantém o papel de destaque, tendo sido fundamental fazer a avaliação dos quantitativos e das características da população e do povoamento no tempo presente, mas sobretudo determinar os seus quantitativos e projetar as suas características futuras, com o objetivo de definir cenários para as diversas atividades públicas e privadas. A definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Tabuaço refletiu no passado, e continua a refletir, no projeto educativo local em construção, a visão dos responsáveis políticos relativamente ao domínio da Educação no território municipal, para o qual este documento é uma parte integrante e essencial. Naturalmente, a definição e apresentação de uma proposta de reorganização da rede escolar para o município de Tabuaço só se torna possível após o diagnóstico do sistema educativo municipal, o qual inclui o conhecimento da evolução recente da oferta e procura educativa, a realização de estimativas relativas às necessidades da oferta e procura educativa para os próximos anos letivos, bem como a identificação das debilidades e potencialidades do sistema educativo municipal. Por isso, a definição e apresentação de uma proposta de reorganização da rede escolar para o município de Tabuaço exigiu ainda uma discussão com a presença da totalidade dos agentes educativos, em especial os responsáveis políticos e técnicos do município e o Conselho Municipal de Educação (CME).

6.2. Estratégia de intervenção.

De acordo com os princípios orientadores enunciados, a proposta de reorganização da rede escolar pública do município de Tabuaço assenta, para a Educação Pré-Escolar, na manutenção dos estabelecimentos (reorganização das salas), enquanto o número de crianças inscritas constituir uma dimensão capaz de assegurar o seu funcionamento, sendo indicados os equipamentos educativos de acolhimento, para quando a frequência diminuir para números inferiores aos que são pedagogicamente recomendados. Aliás, todo o processo de disponibilização de espaços para a frequência universal das crianças de 4 e 5 anos que tem vindo a ser defendido e implementado pelo poder central, deverá, no caso do território municipal de Tabuaço, continuar a ser equacionado e monitorizado no quadro das projeções da natalidade, de modo a que não se venha a observar a curto prazo, uma oferta superior à procura.

Para o 1.º CEB, embora o limite mínimo para o funcionamento de um estabelecimento de ensino de 1.ºCEB seja de 21 alunos, a proposta de reorganização da rede escolar pública do município de Tabuaço não aponta, de forma alguma, para a hipótese de encerramentos ou de reorganização dos equipamentos educativos que não cumpram os requisitos necessários para garantir uma sala e um professor por ano de escolaridade, premissa em que deve assentar a criação de condições materiais adequadas às atuais exigências pedagógicas, à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar, por um lado, e proporcionar a imprescindível igualdade de oportunidades na frequência escolar, por outro lado. Lembre-se que todos os estabelecimentos educativos do 1.º CEB foram encerrados aquando da reforma operada em 2006.

Portanto, o centro escolar de Tabuaço acolhe uma população escolar e possui um número de salas de aula que permite, no limite, a constituição de turmas independentes em cada ano de escolaridade. Todavia, assume-se desde já que será observado e monitorizado o funcionamento do centro escolar nas circunstâncias atuais, e qualquer alteração exigirá a elaboração e a implementação de um projeto educativo próprio, em que todos os agentes serão chamados a participar. A jeito de conclusão, importa lembrar que embora o diagnóstico da oferta e procura escolar seja referente ao ano letivo 2022/2023, a base mais sólida para a definição das propostas de

reorganização da rede escolar pública contempla também o ano letivo de 2021/2022. Tendo em consideração as opções autárquicas para a organização das unidades educativas, cuja delimitação obedece a critérios que visam a continuidade e a coesão territorial, mas, sobretudo o melhoramento da ação pedagógica, baseados no percurso e fluxo dos alunos, apresentam-se as sugestões de intervenção e reorganização da rede escolar pública do município de Tabuaço, organizadas por nível de ensino e de acordo com os estabelecimentos de ensino existentes no território municipal:

AÇÕES ESTRATÉGICAS	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO			NIVEIS DE ENSINO					
	Centro Escolar JI - Tabuaço	Centro Escolar 1.ºCEB	Escola 2,3/Sec.	Pré-Escolar	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	E. Secundário	E. Profissional
Melhorar a componente de apoio à Família aumentando as respostas sociais, em tempo de férias para os alunos até aos 10 anos.	●	●		●	●				
Oferecer transportes escolares gratuitos a todos os alunos do concelho, tentando adaptar os circuitos de acordo com o numero de alunos, num menor tempo de transporte.	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Garantir a gratuitidade das refeições a todos os alunos do Agrupamento com exceção do Ensino Profissional.	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Manter as parcerias de cooperação com a comunidade empresarial local no sentido de atrair mais alunos, de acordo com as necessidades do mercado.			●					●	●
Permitir a prática simulada aos alunos do Ensino Profissional em contexto real de trabalho, quer nos eventos e espaços do município.			●						●
Possibilidade de apresentar candidaturas para a requalificação dos estabelecimentos escolares.	●	●	●						

(CMT; AEABT)

AÇÕES ESTRATÉGICAS	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO			NIVEIS DE ENSINO					
	Centro Escolar JI - Tabuaço	Centro Escolar 1.ºCEB	Escola 2,3/Sec.	Pré-Escolar	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	E. Secundário	E. Profissional
Cedência dos espaços desportivos municipais ao Agrupamento de Escolas Abel Botelho		●	●		●	●	●	●	●
Gabinete de acompanhamento e inclusão dos alunos, famílias e comunidades.	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Articular toda a agenda cultural do Município com o projeto educativo e plano de atividades anual dos estabelecimentos de Ensino do Concelho.	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Criação de uma linha online com intuito de acolher sugestões, reclamações, ou duvidas dos alunos e comunidade educativa.	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Estabelecer parcerias, no âmbito da gemação com outras vilas ou cidades nacionais e/ou internacionais, que possam surgir para acolher alunos em regime de estágios curriculares.			●				●	●	●
Utilização de novos espaços tecnológicos e experimentais, com incentivo ao empreendedorismo e responsabilidade social, nomeadamente o Museu do Imaginário Duriense, o Museu Abel Botelho e Biblioteca Municipal (Espaço Internet)	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Promover nos estabelecimentos de ensino do concelho, um serviço de qualidade, com a promoção do bem-estar, articulação e parceria entre a comunidade escolar, o município e as respetivas entidades locais (sociais, culturais e económicos) com o intuito de captar os alunos do concelho e da restante região.	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Garantir em parceria com as Instituições e Entidades locais de formação adequada a toda a comunidade educativa			●		●	●	●	●	●
Alargar o Ensino da Música aos alunos de Pré-Escolar.	●			●					

(CMT; AEABT)

7. INTERVENÇÕES E INVESTIMENTO NA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO.

Considerando as propostas de reorganização referidas no ponto 6. importa referir que algumas das intervenções mencionadas serão realizadas a curto prazo e já se encontram previstas no plano de investimentos da autarquia, ainda em que diferentes estádios de maturação ou execução. As intervenções previstas refletem-se principalmente nos equipamentos afetos à Educação Pré-Escolar, 1.ºCEB e no edifício onde funciona o 2º e 3º CEB, Secundário e o Ensino Profissional.

Em termos de prioridades, a autarquia identifica a remoção do amianto, o alargamento da cantina e a reabilitação energética como sendo as intervenções mais urgentes, seguidas das obras de conservação e melhoramento da estanquidade e a conservação do edifício escolar. Numa posição de segunda ordem de prioridade encontram-se os arranjos e obras nas salas de aula, seguidas de uma intervenção no ginásio (sobretudo nos balneários) e, por fim, a requalificação dos logradouros e espaços exteriores.

Tipo de Intervenção	Estabelecimento de Ensino	
	2024	2025
Remoção de amianto	●	
Reabilitação energética	●	
Alargamento e requalificação da Cantina	●	
Requalificação de Salas de Aula		●
Conservação do Edifício Escolar	●	
Estanquidade	●	
Logradouros e espaços exteriores		●

(CMT; AEABT)

8. INTERVENÇÃO PARA O SUCESSO ESCOLAR E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR

8.1. O (in)sucesso escolar e o papel dos agentes educativos

A discussão e preocupação sobre o insucesso escolar ganhou relevo na nossa sociedade, desde a massificação do ensino, deixando de ser encarado como um problema isolado, da responsabilidade do aluno que não consegue transitar de ano, mas como um fenómeno social que atinge proporções cada vez mais significativas. Trata-se de um fenómeno com um carácter massivo e constante nos vários níveis de ensino e presente nas instituições escolares de múltiplos países (Benavente e Correia, 1980). É do conhecimento geral que se assume como insucesso que qualquer entidade que não consegue atingir os objetivos a que se propôs, ou quando não os alcança no tempo previsto.

Em dezembro de 1987, sob pressão da Integração europeia, surgiu um programa oficial cujo tema central era o insucesso escolar, afirmando-se este tema como um problema do sistema de ensino que exigia uma intervenção urgente. A Resolução do Conselho de Ministros de 10 de dezembro de 1987 aprovou um Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE). Volvidas três décadas, apesar de muito ter sido conseguido, o assunto mantém-se nas preocupações dos profissionais da Educação, desde a administração central aos professores. Por isso, recentemente, no quadro das orientações de política educativa definida no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, foi criado o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. O programa assenta no princípio de que são as comunidades educativas quem melhor conhece os seus contextos, as dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está melhor preparado para conceber planos de ação estratégica, pensados ao nível da escola, com o objetivo de melhorar as aprendizagens dos alunos. Embora o sucesso escolar seja condicionado por fatores internos e externos, o papel da escola é crucial, considerando-se que a colaboração e responsabilidade da comunidade a nível local e regional são essenciais à construção do sucesso escolar e ao compromisso com o ensino e a valorização das aprendizagens (o que vem ao encontro de tudo o que tem

vindo a ser desenvolvido no contexto do sistema educativo do município). Com este programa a tutela assumirá um papel de apoio às escolas e aos docentes, com especial enfoque na dinamização de planos de formação contínua dirigidos quer à conceção dos planos quer à sua implementação, disponibilizando apoio específico a medidas que se revelem essenciais na melhoria do trabalho pedagógico em sala de aula. Assim, pretende reforçar-se o papel da escola, dos seus profissionais e da comunidade, das entidades formadoras, dos formadores e de outros agentes de intervenção comunitária na promoção do sucesso escolar, na valorização da aprendizagem, num esforço continuado de resposta a um dos mais sérios entraves ao progresso na qualificação dos portugueses e na redução das desigualdades.

Por sua vez, numa abordagem positiva, o sucesso escolar é entendido como o sucesso do aluno certificado pela escola. Segundo Perrenoud (2003), a ideia de sucesso escolar poderá ser entendida em dois sentidos: se de certa forma poderá estar associada ao desempenho dos alunos, na medida em que estes obtêm êxito e satisfazem perante as normas de excelência escolar e progredem nos cursos, por outra, influencia o sucesso de um estabelecimento de ensino ou, até mesmo de um sistema educativo no seu conjunto, assistindo-se ao que o autor designa por moda das escolas efetivas e à publicação das listas de classificação das escolas, assistindo-se a um escrutínio pela sociedade. São considerados bem-sucedidos os estabelecimentos de educação ou os sistemas educativos que atingem os seus objetivos ou os que atingem melhores resultados que os outros. Uma das situações relaciona-se com o facto de a reputação de um determinado estabelecimento estar, por vezes, associada ao rigor da seleção realizada aquando da inscrição dos alunos, promovendo-se, dessa forma, as desigualdades de acesso.

Portugal, e uma vez que os alunos tendem a frequentar a escola correspondente à sua área de residência, ainda não é um país onde existam estas práticas discriminatórias no ensino público, pelo menos em municípios de menor dimensão. No entanto, sabe-se que existem escolas situadas em zonas mais privilegiadas e que tendem a acolher alunos social e culturalmente favorecidos, enquanto por sua vez, existem outras que se situam em zonas desfavorecidas, tendo um número bastante elevado de alunos por vezes em risco de abandono escolar. Este é um dos motivos pelos quais, e tal como afirma Perrenoud (2003), não se podem comparar

estabelecimentos de ensino sem considerar um conjunto de fatores, que a investigação tem mostrado que influencia o sucesso escolar dos alunos, sendo que alguns deles fogem do controlo da escola, como por exemplo o nível inicial dos alunos ou o seu contexto familiar e comunitário. É importante compreender-se que o insucesso escolar não é uma fatalidade e não depende em exclusivo dos alunos, sendo que as crianças não estão destinadas a serem boas ou más, tudo depende do funcionamento da escola e da sua interação com o meio social e com as características da própria criança. Neste sentido, quando se pensa no (in)sucesso escolar, é importante ter em conta três realidades: o aluno, o meio social e a instituição escolar. São vários os autores que referem que o insucesso escolar se encontra principalmente assumido ao nível da linguagem dos alunos, tanto na oralidade como na escrita e que as crianças mais penalizadas são, em geral, as provenientes das classes sociais desfavorecidas (Rebelo, 1990; cfr. Dias, 2010). É nesta linha de pensamento que se introduz o conceito de capital cultural dos alunos, associado às famílias e comunidades de onde são provenientes, ou seja, o sucesso está mais garantido quando na família se encontram as perceções, orientações, disposições, valores e hábitos culturais que numa fase seguinte são rentabilizados pela escola (Bourdieu e Passeron, 1964; Bourdieu, 1979; Bourdieu, 1980; Bourdieu, 1997; Araújo, 1987; cfr. Almeida et al., 2005; Bonamino et al, 2010). De acordo com a análise de Martins (1993), verificou-se que são os grupos étnicos que têm as maiores taxas de insucesso, seguindo-se por ordem decrescente das taxas de insucesso os filhos dos trabalhadores agrícolas, operários, empregados dos serviços, patrões, quadros médios e, por último, os filhos dos quadros superiores e profissões liberais. Há variações de acordo com a tipologia criada, mas invariavelmente a tendência é esta (Dias, 2010). Nesse sentido, o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família às crianças, compensando tanto dificuldades individuais como dificuldades escolares. Estas famílias são, em geral, famílias dotadas de recursos económicos e culturais, dentro dos quais se destacam o tempo livre e o nível de escolarização da mãe, expressos neste conceito de capital cultural. A família que está por detrás do sucesso escolar, salvo exceções, ou conta com uma mãe/pai em tempo integral ou uma “super mãe”/“super pai”, no caso daquelas(es) que trabalham muitas horas exercendo o papel de professor(a) dos filhos em casa, ou contratando

professores particulares para as chamadas explicações. Os alunos oriundos de um contexto social e cultural mais desfavorecido são aqueles com maior propensão a um desempenho escolar abaixo do espectável (Conselho Nacional de Educação, 2015). Verifica-se que os alunos cujos pais (em particular a mãe) possuem um menor nível de habilitações escolares tendem a atribuir ao seu fraco desempenho escolar a falta de capacidades, no entanto, tal não sucede com os demais alunos cujos pais possuem um nível de habilitações de Ensino Secundário e/ou Ensino Superior (Garcia et al., 1998, Ribeiro, 2000; Ribeiro et al., 1999; cfr. Dias, 2010; Conselho Nacional de Educação, 2015). Existem diversos estudos que corroboram com a ideia de que o contexto familiar em muito contribui para o sucesso escolar dos alunos, na medida em que as crianças e jovens são influenciados pela comunidade que os rodeia (Cordeiro et al., 2016). O nível socioeconómico das famílias acarreta enormes influências no desempenho escolar dos alunos e a construção social de papéis de homens e de mulheres é o principal responsável para as diferenças de desempenho entre alunos de sexo feminino e masculino. Não sendo apenas o sexo o responsável pela prestação do aluno, mas sim a conceção que este vai criando do mundo, Saavedra (2001) dá como exemplo as diferenças de classificação entre rapazes e raparigas nas disciplinas de português e educação física. Se na primeira são os alunos do sexo feminino que apresentam classificações mais altas, na segunda são os alunos do sexo masculino quem têm um melhor desempenho. No seu estudo é referido que este facto é muitas vezes condicionado pela perceção dos alunos acerca do que são as disciplinas de homem e de mulher, considerando-se, por exemplo, que a leitura é uma tarefa mais feminina e o desporto uma tarefa mais masculina, despertando uma certa desmotivação dos alunos para determinadas atividades.

Ainda no mesmo estudo é demonstrado que quanto maior a condição social da família menor é a diferença entre rapazes e raparigas e, segundo a autora, este facto deve-se às referências que as crianças e jovens têm no seu seio familiar, sendo as diferenças entre homens e mulheres mais esbatidas, na medida em que os licenciados apresentam trabalhos semelhantes, enquanto os operários, por exemplo, têm tendencialmente tarefas destinadas para cada género. Considera-se que, através da parceria entre a família e a escola, seria possível aumentar o sucesso escolar, sobretudo nos casos de crianças em desvantagem social, portadoras de características

especiais e/ou bilíngues (imigrantes). Para a concretização destas medidas poderão ser criadas políticas de trabalhos de casa, de participação dos pais na tomada de decisões educacionais na escola, de financiamento adequado da escola e de padrões de desempenho escolar e docente (National Education Goals Panel, 1995; Epstein, 1996, cfr. Carvalho, 2000).

É nesta perspetiva que sabemos que a aproximação das famílias à escola não só melhorará o sucesso escolar, como poderá ser uma forma de tornar a escola num veículo muito importante para uma participação ativa da população, neste caso dos pais e encarregados de educação, na sociedade. Se os pais se sentirem integrados na escola, se participarem no processo de ensino-aprendizagem dos filhos, sentir-se-ão capazes e motivados para participar em assuntos sociais. Porém, as estratégias de sucesso escolar não dependem apenas das famílias, mas sim, e segundo Martins (1993, cfr. Dias, 2010), pela alteração de mentalidades aqueles que fazem a política da educação e pelo(a): ação educativa do professor; direção (pedagógica e administrativa) da escola/agrupamento; planeamento e política educativa municipal, assumir que a escola não deve reproduzir a sociedade, mas democratiza-la; alteração/adequação dos conteúdos programáticos às diferentes populações escolares; contemplar da heterogeneidade dos alunos que entram na escola; alteração dos processos de avaliação, a qual deve ter efeitos pedagógicos e certificar o grau de conhecimentos de forma não comparativa nem eliminatória; melhoria dos processos pedagógicos e de funcionamento do sistema de ensino, quer na prática da sala de aula, quer na organização escolar; assumir que não se podem deixar alunos para trás, sendo a repetência de evitar; maior participação e envolvimento dos professores. E finalmente, há a considerar que a estrutura do currículo escolar, os manuais escolares, os métodos de avaliação, a qualidade dos espaços e equipamentos escolares, a formação e estabilidade do corpo docente, bem como a dimensão das escolas e das turmas em muito influenciam o sucesso escolar (Formosinho, 1987; Roazzi e Almeida, 1988, cfr. Ribeiro et al., 2006).

Bem se sabe que ainda existem muitos pais com dificuldade em se aproximarem da escola, muitas vezes devido à sua baixa escolarização e às diferenças culturais e linguísticas. No entanto, a escola deve criar mecanismos que potenciem a aproximação das famílias às escolas e ao sucesso escolar, não desistindo de o fazer e planear atendendo às causas

desse afastamento. Como afirma Perrenoud (2003), a escola deve, sob o risco de ser fortemente questionada, assegurar o sucesso do maior número de alunos, não importando em que classe nem em que tipo de estabelecimento, por isso pode ser falacioso pensar que a resolução dos grandes problemas de ensino poderá ser equacionada sem a participação racionalizada dos professores, sendo estes atores fundamentais nas estratégias de envolvimento e implementação das políticas e projetos educativos.

É imperioso acompanhar a evolução das políticas educativas e debater publicamente os alicerces do sistema educativa, analisando sua capacidade em promover o sucesso escolar e garantir a equidade e a igualdade de oportunidades. No atual contexto, importa reter que o sucesso das políticas educativas implica uma perspetiva abrangente das causas – exógenas e endógenas – do insucesso e abandono e uma intervenção articulada que responda às necessidades e vontades da procura escolar (Álvares e Calado, 2014).

8.2. Avaliação interna e avaliação externa: comparação (2022).

As diferentes metodologias aplicadas nas duas modalidades de avaliação das aprendizagens podem apresentar resultados escolares diferenciados. O ideal passaria pela igualdade de critérios e de classificação em ambos os casos, mas isso nem sempre se proporciona atendendo às particularidades de cada uma. A tendência apresentada pelos estabelecimentos de ensino do município de Tabuaço expressa o que tem acontecido em muitas das escolas do país: uma diminuição da nota média das provas finais ou exames nacionais (3.º CEB e Ensino Secundário) relativamente à nota da frequência. Ou seja, a classificação externa é inferior à classificação interna.

Entre a primeira carta educativa e a que atualmente se encontra em elaboração ocorreram importantes alterações no sistema de exames que, em 2016, tiveram como resultado o fim das provas finais do 1.º CEB e 2.º CEB, passando os alunos a prestar provas de aferição. O Ministério da Educação decidiu substituir, desta forma, as provas finais que se realizavam, até então, no 4.º e no 6.º anos, mantendo a obrigatoriedade em fazer provas finais a

Português e Matemática. O novo modelo integrado de avaliação externa das aprendizagens no Ensino Básico explicava que os processos de aferição deveriam realizar-se antes da conclusão de cada ciclo, abrangendo todas as áreas do currículo, de modo a poder agir atempadamente sobre as dificuldades detetadas. Estas provas de aferição são realizadas no final do ano letivo e têm aplicação obrigatória e universal. A administração central sublinha a importância das dinâmicas de avaliação para a melhoria das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos.

A análise dos resultados do Ensino Pré-Escolar demonstram uma franca evolução em todos os grupos e em todas as áreas de conteúdo, pelo que os resultados foram muito positivos. Os alunos realizaram todas as aprendizagens significativas, tendo sido cumpridos plenamente os objetivos traçados. No aproveitamento registou-se o nível de Muito Bom. Detetaram-se dificuldades em alguns alunos, que foram devidamente encaminhados e beneficiaram de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Em contexto de sala de aula, desde logo, foram implementadas estratégias para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, como a realização de trabalho individualizado para melhoria das capacidades de comunicação e realização, para aumentar a confiança e a capacidade em concluir com sucesso as tarefas, para a promoção de atividades que desenvolvam a autonomia, para estimular e desenvolver a autoestima e os comportamentos favoráveis à aquisição de aprendizagens, para a utilização de estratégias que visam o desenvolvimento das capacidades de comunicação e consciência fonológica, trabalho colaborativo e motivação para a realização das atividades diárias, para incrementar a cooperação com os Encarregados de Educação, para reforçar o trabalho colaborativo entre as equipas educativas de modo a melhor articular os conteúdos e promover atitudes positivas face à vida do Jardim de Infância.

No 1.º CEB, o aproveitamento foi muito positivo, tendo os alunos adquiridos as competências essenciais por área curricular e para cada ano de escolaridade. Nos casos em que sobressaíram dificuldades em alguns alunos, logo foram devidamente encaminhados e beneficiaram de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, em contexto de sala de aula, decorrentes das estratégias implementadas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Os alunos do quarto ano adquiriram as competências essenciais de final de ciclo com amplo sucesso. No caso dos alunos que

mostraram mais dificuldades, foi feita uma análise para descodificar as origens das mesmas, concluindo-se que as principais consistem no crescente grau de dificuldade dos conteúdos, os reduzidos hábitos de trabalho e estudo, a falta de concentração motivada por cansaço físico e emocional, a complexidade do currículo, o pouco apoio familiar, imaturidade e falta de autonomia. Há, no entanto, a realçar, que algumas destas dificuldades foram colmatadas pela ação dos docentes.

Confrontando os dados fornecidos pelo Agrupamento de Escolas Abel Botelho com os do Ministério da Educação, através da sua Direção de Estatística, encontram-se discrepâncias em alguns dos indicadores relacionados com a avaliação, nomeadamente nas percentagens dos alunos que concluíram no tempo regulamentar os seus estudos em cada nível de ensino. Assim, a título de exemplo, os valores que constam para o ano letivo 2020/21 nas fontes do Ministério da Educação (suporte Infoescolas) revelam percentagens na ordem dos 87%, segundo uma amostragem de 31 alunos. Por seu lado, para o mesmo período, o Agrupamento de Escolas Abel Botelho divulga resultados de pleno sucesso (100%). A irregularidade da situação não se resume a este indicador, tendo sido detetadas mais divergências em outros indicadores, pelo que defendemos que é urgente a confrontação e a aplicação de um processo de controlo mais rigoroso nas recolhas e trânsitos dos dados sobre a avaliação.

Em relação às provas de aferição (2020/21), os alunos do 1.º CEB do Agrupamento de Escolas Abel Botelho superaram a média nacional, encontrando-se mesmo entre as 25% das escolas com melhores resultados no domínio da Escrita. Infelizmente, no domínio da Leitura e da Educação Literária encontram-se entre os 25% das escolas com os resultados mais baixos. Nos domínios da Gramática e da Oralidade (compreensão) estão alinhados pela média nacional. Na Matemática os resultados são mais insatisfatórios estando os alunos dentro da média nacional em todos os domínios e no caso dos Números e Operações encontram-se entre os 25% dos piores resultados a nível nacional. Nas áreas disciplinares de Educação Física e Educação Artística os resultados aproximam-se dos 100%, e no Estudo do Meio os alunos responderam dentro do esperado, nivelando-se dentro da média nacional, não se destacando nenhum domínio em especial.

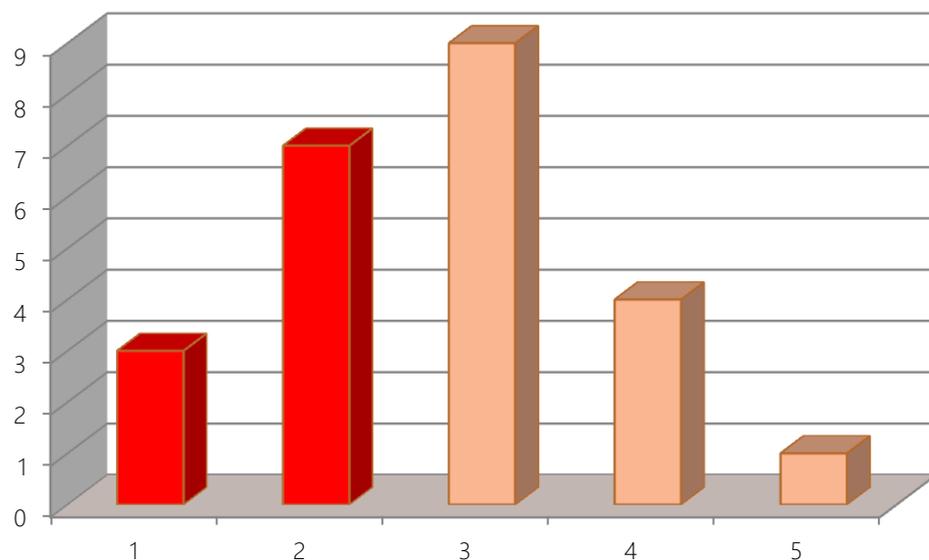
No 2.º e 3.º CEB, os resultados da avaliação interna são de nível elevado (bom/muito bom). No 2.º CEB, as quatro turmas (2 para o 5.º ano e 2 para o

6.º ano), atingiram resultados elevados nas disciplinas de Português, História, Geografia, EMRC, TIC, E. Visual, Educação Tecnológica. De uma forma geral, as turmas apresentaram no final do ano letivo 2021/22 menções de Bom e Muito Bom, tendo transitado todos os alunos avaliados.

Os dados do 2.ºCEB presentes nas plataformas estatísticas do Ministério de Educação não se mostram coincidentes com os do Agrupamento, pelo que se torna difícil realizar uma avaliação rigorosa. No entanto, seguimos a maior parte dos casos aqueles que possuíam menor desvio. A percentagem de alunos que concluíram o 2.º CEB em dois anos eleva-se acima dos 95%. Na prova de aferição de Matemática do 5.º Ano, os resultados foram pouco satisfatórios e apenas 13% dos alunos obtiveram o nível *“Conseguiu”* ou *“Conseguiu mas...”*, ficando abaixo da média nacional nos domínios dos Números e Operações e na Organização e Tratamento de Dados. No caso da prova de aferição de Português do 5.º Ano, os resultados foram melhores no que diz respeito à percentagem de alunos que obtiveram o nível *“Conseguiu”* ou *“Conseguiu mas...”*, com 40% dos alunos a alcançá-lo, contudo nos domínios da Gramática, da Oralidade, da Leitura e Educação Literária os resultados são inferiores à média nacional, ficando mesmo entre os 25% dos resultados mais baixos a nível nacional e apenas o domínio da Escrita se encontra dentro do esperado. Nas outras disciplinas sujeitas a prova de aferição no 5.ºAno, como História e Geografia de Portugal, Ciências Naturais, Educação Musical, Educação Física, Educação Visual e Educação Tecnológica situam-se dentro da média nacional.

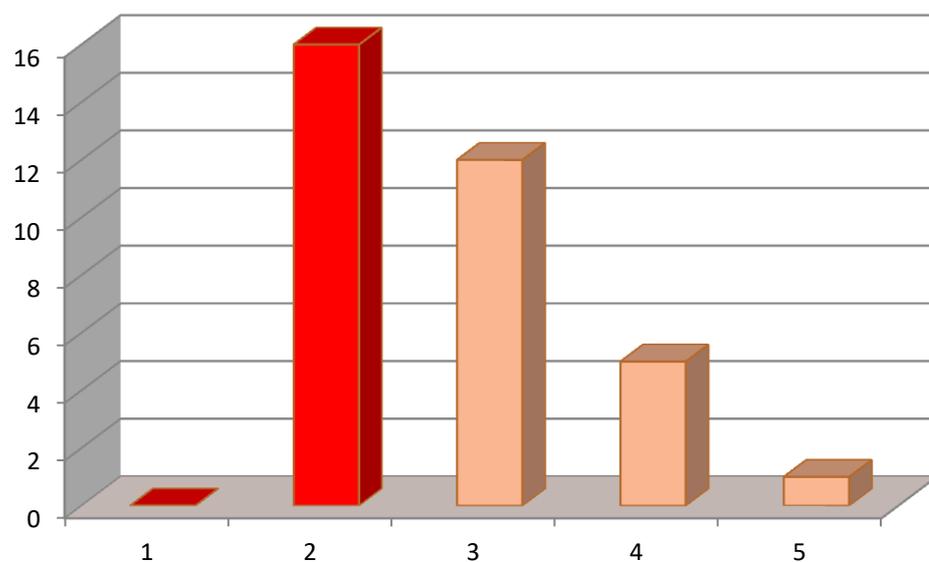
Para o 3.º CEB destacam-se as provas de aferição aplicadas aos alunos que frequentaram o 8.º Ano e as Provas Finais do 9.º Ano, das disciplinas de Português e Matemática. Da avaliação realizada no 8.º Ano, as provas de aferição mostram que os alunos ficaram aquém do esperado, especialmente em Português, no caso dos domínios da Escrita e da Oralidade que se classificaram dentro dos piores resultados a nível nacional, e apenas 51% dos alunos obtiveram o nível *“Conseguiu”* ou *“Conseguiu mas...”*. Na prova de Matemática a situação é idêntica, mas apenas 19% dos alunos alcançaram o nível *“Conseguiu”* ou *“Conseguiu mas...”*. Nas restantes provas, os indicadores mostram-se alinhados com o panorama nacional.

FIGURA 81 – RESULTADOS NA PROVA DE FINAL DE CICLO, PORTUGUÊS, 2021/22 (N.º).



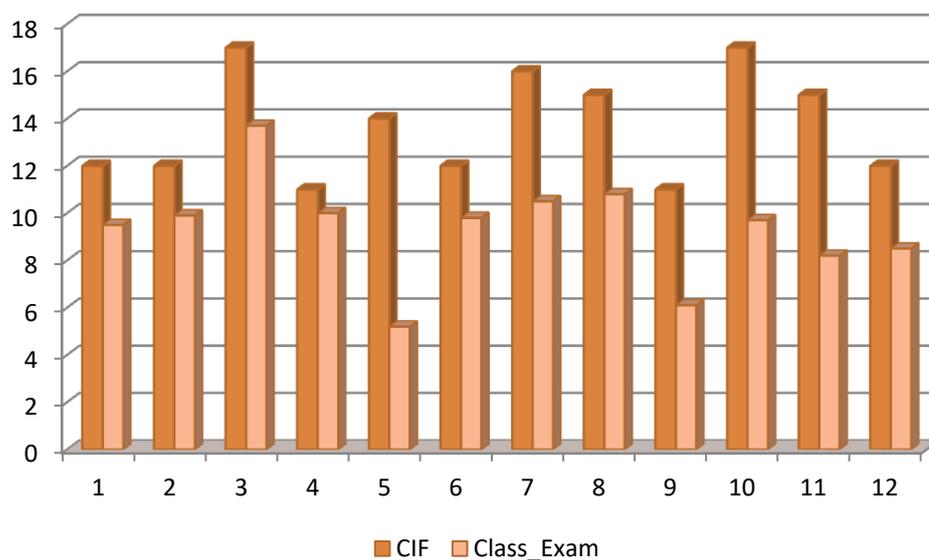
(DGEE; AEABT)

FIGURA 82 – RESULTADOS NA PROVA DE FINAL DE CICLO, MATEMÁTICA, 2021/22 (N.º).



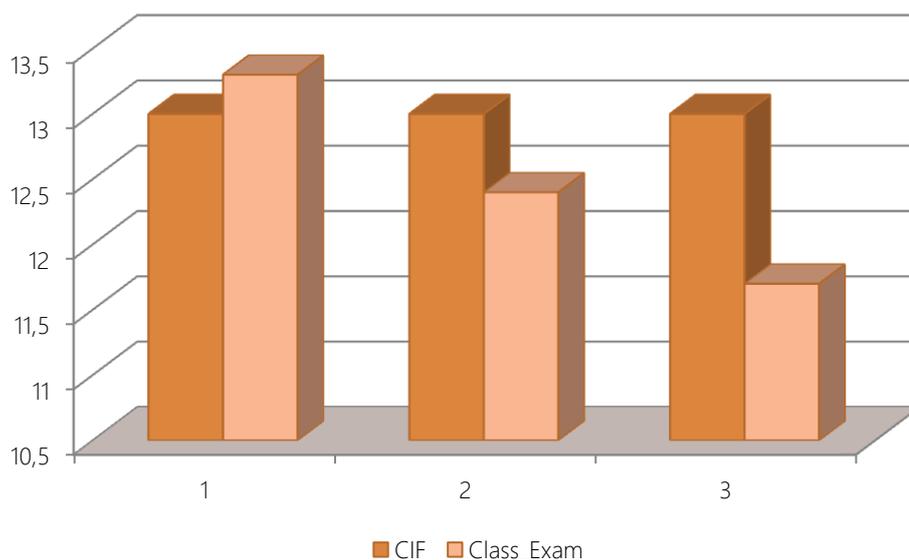
(DGEE; AEABT)

FIGURA 83 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE PORTUGUÊS, 2021/22 (N.º).



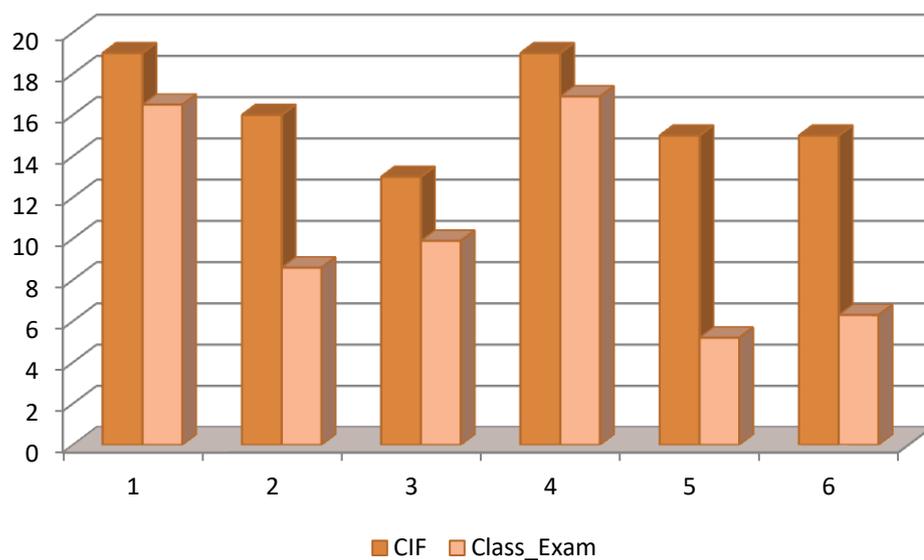
(DGEE; AEABT)

FIGURA 84 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE GEOGRAFIA A, 2021/22 (N.º).



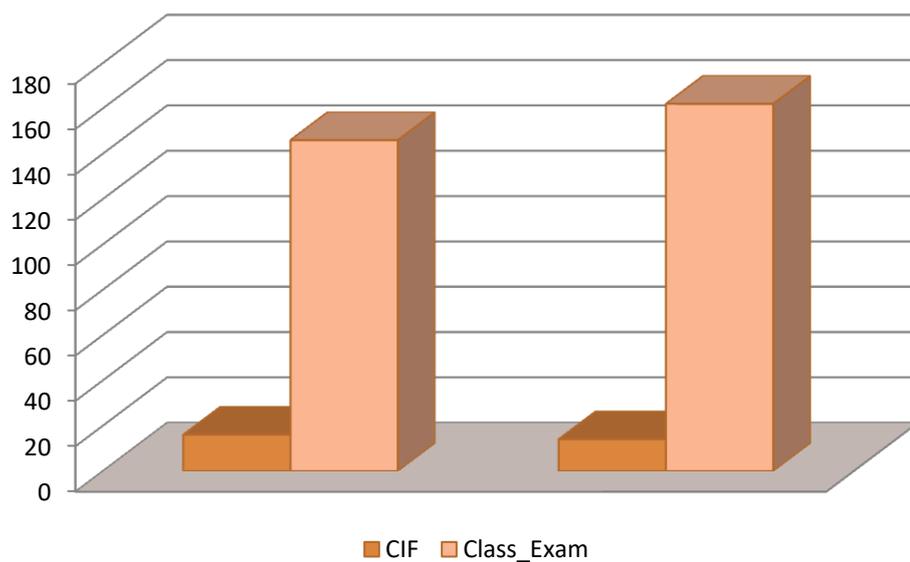
(DGEE; AEABT)

FIGURA 85 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE GEOGRAFIA A, 2021/22 (N.º).



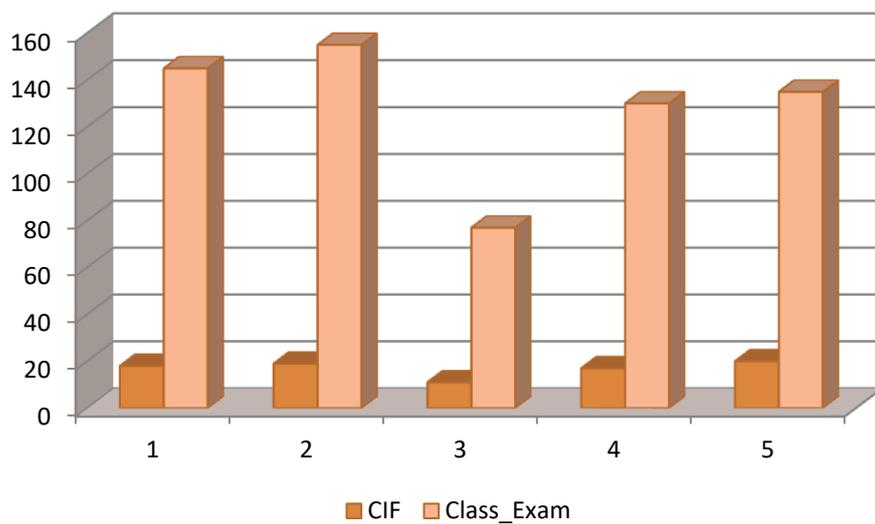
(DGEE; AEABT)

FIGURA 86 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE HISTÓRIA A, 2021/22 (N.º).



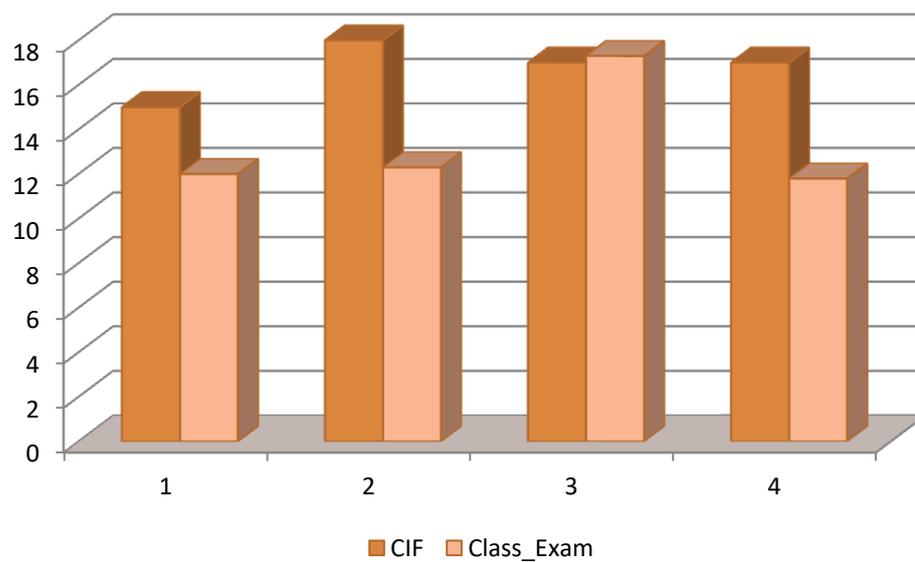
(DGEE; AEABT)

FIGURA 87 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE FÍSICA-QUÍMICA, 2021/22 (N.º).



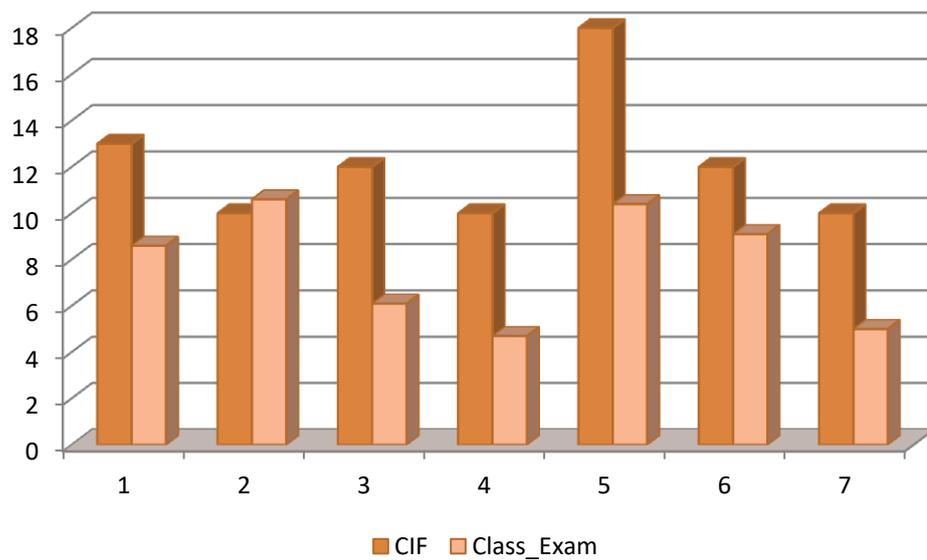
(DGEE; AEABT)

FIGURA 88 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE FILOSOFIA, 2021/22 (N.º).



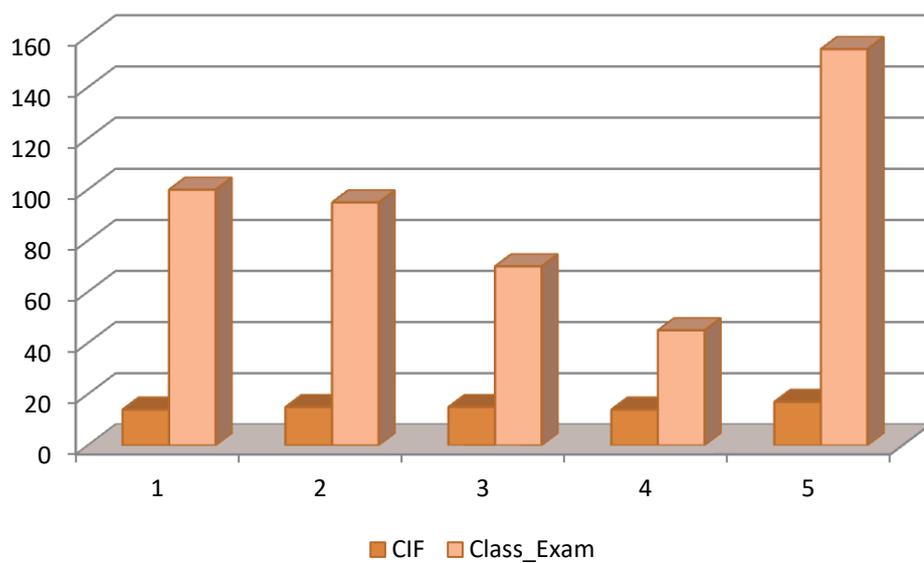
(DGEE; AEABT)

FIGURA 89 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE MATEMÁTICA A, 2021/22 (N.º).



(DGEE; AEABT)

FIGURA 90 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE MACS, 2021/22 (N.º).



(DGEE; AEABT)

Para o 9.º Ano, a realidade das provas finais apresenta-se diferente. Nos últimos anos letivos, em virtude da situação irregular causada pela pandemia, as provas finais não foram realizadas o que acabou por resultar na disponibilidade de dados que permitam realizar uma avaliação rigorosa. Apenas referir que, no ano letivo de 2017/18, os valores médios das provas situavam-se na positiva no caso do Português, com 3,28 (1-5) e na negativa na Matemática com 2,33 (1-5). Para o ano de 2019, a Matemática manteve-se em terreno negativo apesar da ligeira melhoria registada, passando para 2,71 enquanto na disciplina de Português os valores baixaram de 3,28 para 2,64, entrando assim para a zona dos valores insatisfatórios ou negativos.

Ao nível do Ensino Secundário, durante o ano letivo de 2022/23, os alunos dividiam-se pelos cursos das Ciências e as Tecnologias (57,8%) e das Línguas e Humanidades (42,2%) e os resultados apresentados na avaliação interna eram de 12,55 valores (segundo o Ministério da Educação) e 14,14 valores (segundo o Agrupamento). Os resultados do ano 2022 podem ser considerados como satisfatórios, ainda que a média total de 10,12 valores possa parecer baixa, segundo a avaliação externa. O valor médio obtido e calculado pelos resultados dos 44 exames nacionais realizados no Agrupamento de Escolas Abel Botelho, em 2022, situa-se abaixo do objetivo previsto que fora estabelecido em 10,87 valores, numa diferença de -6,9% e com -39,7% de diferença entre a média total conseguida (10,12 valores) e a resultante da avaliação interna situada nos 14,14 valores.

O desfasamento entre a avaliação interna e externa é muito significativo, e é muito importante sublinhar que o contexto em que o Agrupamento se insere é muito desfavorável, o que tem forte influência nos resultados. É relevante também referir que o valor do ano 2022 é igualmente inferior ao registado em 2021, quando se apurou na avaliação externa o valor médio total de 10,73 valores e se havia estabelecido 11,04 valores como meta a ser cumprida.

Finalmente, há que relembrar a inconsistência dos dados estatísticos sobre os indicadores da avaliação interna e externa, sobretudo na relação existente entre as entidades responsáveis pela estatística da Educação em Portugal e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho, pois a sua inconstância e desconformidade dificulta e coloca em causa a validade do tratamento, apreciação e a retirada de conclusões sobre os domínios da avaliação.

8.3. Transições, retenções e desistências.

As transições e retenções surgem, no atual modelo de avaliação nacional, como o culminar do processo de avaliação anual do aluno. Consoante a classificação que lhe é atribuída, quer pela modalidade de avaliação interna, quer pela conjugação desta com a avaliação externa, o aluno progride ou fica retido relativamente ao ano de escolaridade e também, se for o caso, no ciclo a que corresponde o ano letivo que se encontra a finalizar. Esta decisão expressa-se pelas menções de *transitou* e *não transitou* no final de cada ano de escolaridade, ou *aprovado* e *não aprovado* no final de cada ciclo.

Apesar das diferenças dos critérios de classificação e dos requisitos para aprovação (art.º 13.º do Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro e art.º 18.º da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto), quer no Ensino Básico, quer no Ensino Secundário, o alcance de classificações positivas é essencial para a transição/conclusão de ano de escolaridade. Assim, para o ensino básico é estabelecida a classificação inferior ao nível 3 como potencial de retenção e, por isso, fator de menor sucesso escolar (numa escala entre 0 e 5). No Ensino Secundário esse limite é limitado nos 10 valores (numa escala entre 0 e 20). Todavia, e mais concretamente no ensino básico existe uma diferenciação no peso das disciplinas para a efetivação da retenção, sendo dada maior importância a Português e Matemática.

A questão das retenções parece apresentar alguma controvérsia, com principal destaque para as implicações que podem ter na construção de percursos de sucesso. Indo ao encontro do referido ao nível da contextualização teórica, a aparente preocupação com as consequências de uma retenção nas crianças, expressa nos n.ºs 3 e 4 do art.º 12º do Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro, impedindo as reprovações no 1º ano do 1º CEB e a possibilidade de, embora ficando retido, o aluno continuar integrado na turma que frequentava no ano letivo anterior, parece desvanecer no artigo seguinte do mesmo diploma legal quando se afirma que *“a retenção em qualquer um dos ciclos do ensino básico implica a repetição de todas as componentes do currículo do respetivo ano de escolaridade”*.

No Ensino Secundário este processo parece mais simples e flexível, na medida em que se verifica uma certa facilidade na continuação do plano curricular, tendo apenas o aluno de repetir a disciplina em que não transitou.

QUADRO 104 – TAXA DE RETENÇÃO OU DESISTÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO BÁSICO GERAL, POR ANO LETIVO E ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.

Ciclo/anos		2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
1.ºCEB	1.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
	2.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
	3.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
	4.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
Total		0%	0%	0%	0%	0%
2.ºCEB	5.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
	6.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
Total		0%	0%	0%	0%	0%
3.ºCEB	7.º ano	3%	0%	0%	0%	0%
	8.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
	9.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
Total		0,97%	0%	0%	0%	0%
Secundário	10.º ano	2,7%	0%	0%	0%	0%
	11.º ano	5,9%	0%	0%	0%	0%
	12.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
Total		2,7%	0%	0%	0%	0%

(AEABT; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

QUADRO 105 – TAXA DE RETENÇÃO OU DESISTÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS E ENSINO PROFISSIONAL, EM TABUAÇO.

Ciclo/anos		2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
CEF	1.º ano	6,7%	---	0%	---	---
	2.º ano	---	9,1%	---	0%	---
Total		6,7%	9,1%	0%	0%	---
Ensino Profissional	1.º ano	9,1%	---	0%	---	0%
	2.º ano	---	6,7%	---	0%	---
	3.º ano	25%	---	0%	---	0%
Total		14,7%	6,7%	0%	0%	0%

QUADRO 106 – PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE CONCLUEM O CICLO DE ESTUDOS, 1.º, 2.º E 3.º CEB, DENTRO DO TEMPO REGULAR, EM TABUAÇO.

Ciclo/Médias		2018	2019	2020	2021	2022
1.ºCEB	AE Abel Botelho	100%	97,1%	100%	100%	100%
	Nacional	77%	79%	87%	90%	98,2%
2.ºCEB	AE Abel Botelho	98,8%	93,8%	97,2%	96,1%	98,4%
	Nacional	86%	90%	91%	95%	96,9%
3.ºCEB	AE Abel Botelho	93,1%	97%	97,4%	94%	97,3%
	Nacional	-	71%	76%	82%	95,5%

(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)
(- sem dados oficiais)

Existe ainda a possibilidade, à semelhança do CEB, de obter aprovação à aprovação à disciplina através do processo de prova de equivalência à frequência. Esta diferenciação no Ensino Secundário, quando se abordam as questões do insucesso escolar, pode não trazer grandes diferenças na modelação dos alunos marcados pelo insucesso, uma vez que esses repetem as disciplinas sem qualquer alteração de planos de trabalho individuais. Aliando-se a outros fatores, o desinteresse criado pela escola associado ao insucesso e retenção pode levar a um abandono precoce do sistema de ensino.

Ainda que não possuamos valores de referência, sabe-se que a procura de vias profissionalizantes aparece associada a percursos de insucesso na via regular de ensino, não permitindo avaliar a equidade de respostas educativas de qualidade para todos (sendo certo que, até para aceder a algumas ofertas profissionais, é fator discriminatório o ter ficado retido no seu percurso escolar, pelo menos um ano). Assim, o abandono escolar precoce tem-se constituído como um dos indicadores do insucesso escolar, tendo também origem em fatores como os baixos recursos económicos que obrigam à saída dos alunos do sistema de ensino para a procura de trabalho.

8.3.1. O 1.º Ciclo do Ensino Básico.

O 1.º Ciclo do Ensino Básico é o nível de ensino que habitualmente apresenta as maiores taxas de transição. Tal ocorrência poderá estar relacionada com o facto de se tratar do primeiro contacto com a educação formal, em que os conteúdos lecionados são ainda de pouca complexidade e/ou com a monodocência, que pode permitir um trabalho de proximidade garantindo, assim, um maior acompanhamento dos alunos, ajudando-os de forma mais eficaz no processo de ensino-aprendizagem. No município de Tabuaço, esta premissa verificou-se nos anos letivos em análise com o registo de uma taxa de transição/conclusão de praticamente de 100% reforçando a posição dianteira do 1º Ciclo, cuja plena taxa de transição também é fruto do imposto por regulamento legal, evitando as reprovações no início do percurso escolar. Apenas se registou a taxa de 92,20% durante o ano letivo de 2017/18, com a ocorrência no 3.º ano do valor de 96,7%.

QUADRO 107 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.

Anos Letivos	Masculino e Feminino				
	Ensino Básico				
	1.º Ciclo				
	Total	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
2018/19	96,7	100,0	100,0	96,7	100,0
2019/20	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2020/21	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2021/22	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2022/23	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.3.2. O 2.º Ciclo do Ensino Básico.

O 2º CEB apresentou algumas oscilações nos valores da taxa de transição face ao 1º CEB, relativamente aos anos em análise (100%). Neste nível de escolaridade assistiu-se a uma deterioração dos valores plenos, e apenas no a no letivo 2021/22 se alcançou o valor de 100% nos 5.º e 6.º anos. Note-se que o 6.º ano revela os valores mais baixos, em que apenas no ano letivo de 2021/22 se atingiu o valor pleno de aprovações enquanto no 5.º ano apenas se assinala o ano letivo de 2018/19 como sendo o único ano letivo que não foi alcançado o valor de 100%. Segundo os dados do Agrupamento, o indicador total evidencia em todo o período em análise resultados abaixo dos 100% nas transições, à exceção do ano letivo de 2021/22 que foi cumprido o pleno.

QUADRO 108 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.

Anos Letivos	Homens e Mulheres		
	Ensino Básico		
	2.º Ciclo		
	Total	5.º Ano	6.º Ano
2018/19	93,9	95,7	92,0
2019/20	97,6	100	95,2
2020/21	96,2	100	92,3
2021/22	100,0	100,0	100,0
2022/23	98,4	100	96,8

(AEPJRS ; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.3.3. O 3.º Ciclo do Ensino Básico.

O 3º CEB apresenta percentagens de transição praticamente plenas de sucesso, no período em análise, registando-se apenas para o ano letivo de 2017/18 a percentagem de 3% para o 7.º Ano. No que diz respeito aos anos

letivos que se seguiram a taxa de sucesso é de 100% em todos os anos neste nível de escolaridade.

QUADRO 109 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.

Anos Letivos	Homens e Mulheres			
	Ensino Básico			
	3.º Ciclo			
	Total	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano
2018/19	98,0	100,0	97,2	96,8
2019/20	97,6	95,7	97,1	100
2020/21	94,1	87,5	94,7	100
2021/22	97,2	96,8	97,6	97,3
2022/23	98,0	100	94,0	100

(AEPJRS ; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.3.4. O Ensino Secundário e Ensino Profissional.

Como já foi referido amiúde, Tabuaço apenas possui um estabelecimento de ensino com oferta formativa ao nível do ensino profissional que consiste na Escola 2,3/ Secundária, constituindo a única alternativa de prossecução do ensino de equivalência ao ensino secundário do regime geral.

Os dados que possuímos referentes às transições, retenções e desistências revelam genericamente uma taxa de sucesso elevada. Porém, há que assinalar que existem assimetrias entre o 10.ºAno e o 12.ºAno, em que o sucesso dos resultados é superior no 12.º Ano. A análise dos resultados neste indicador permite com alguma facilidade distinguir duas ocorrências: uma que exprime uma degradação dos resultados no 10.º ano quando comparados com o 12.º Ano, situação insinua a presença de dificuldades no início do percurso do Ensino Secundário; e uma segunda ocorrência que mostra o aplainamento dos resultados, numa evolução positiva, que sugere o sucesso das práticas e metodologias pedagógicas implementadas, dado que nos últimos dois anos letivos, o 12.º Ano registou o pleno sucesso na

conclusão do Ensino Secundário, ainda que o 11.º ano apenas o tenha alcançado em 2022/23.

No que respeita ao Ensino Profissional, os três últimos anos letivos mostram resultados de pleno sucesso (100%), bem como nos Cursos de Educação e Formação de Jovens que, da mesma forma, se incluem no pleno sucesso.

QUADRO 110 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.

Anos Letivos	Homens e Mulheres			
	Ensino Secundário			
	Total	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
2018/19	96,4	89,2	100	100
2019/20	87,8	80,0	100	83,3
2020/21	91,9	95,5	87,5	92,6
2021/22	92,5	82,6	95,0	100
2022/23	97,4	92,3	100	100

(CME-MCTES; Infoescolas, Estatísticas)

QUADRO 111 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.

Anos Letivos	Homens e Mulheres			
	Ensino Secundário			
	Total	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
2018/19	76,1	77,2	---	75
2019/20	73,3	---	73,3	---
2020/21	100	100	---	100
2021/22	100	---	100	---
2022/23	100	100	---	100

(CME-MCTES; Infoescolas, Estatísticas)

QUADRO 112 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.

Anos Letivos	Homens e Mulheres		
	Curso de Educação e Formação de Jovens		
	Total	1.º Ano	2.º Ano
2018/19	100	100	---
2019/20	72,7	---	72,7
2020/21	100	100	---
2021/22	100	---	100
2022/23	---	---	---

(CME-MCTES; Infoescolas, Estatísticas)

8.4. Recomendações

Os dados aqui apresentados revestem-se de uma grande importância para o estabelecimento de estratégias que visem a transformação do município de Tabuaço enquanto território educativo, e, por isso, não se poderia deixar de incluir uma análise final dos indicadores do sucesso escolar, fulcrais para a dinâmica educativa do território, numa lógica de promoção de percursos pessoais, escolares e profissionais de sucesso do cidadão municipal.

Uma carta educativa, enquanto peça do Projeto Educativo Local, deve equacionar que a sua abrangência estende-se para lá da escola, obrigando ao planeamento de diferentes momentos de aprendizagem, com as diferentes estruturas, e será igualmente certo que se a escola não assumir na sua missão um conjunto de mudanças, colocando os alunos e a sua aprendizagem no centro do processo, (trans)formando-os também em agentes de mudança e oferecendo novas competências, as alterações que se ambicionam não surgirão, pelo que é esta entidade a chave da equidade social e da construção de percursos de sucesso para todos. O sistema de ensino tem sido alvo de críticas e mudanças constantes, levando até por vezes a uma descrença por parte da comunidade, aspeto para o qual a carta

educativa deve contribuir de forma construtiva e diferenciadora, envolvendo e valorizando os diferentes agentes do território na procura de estratégias para a sua melhoria. Assim, para o aperfeiçoamento e melhoria dos resultados dos alunos e respetivo desenvolvimento de competências, o papel do professor deverá ser valorizado e reforçado, devendo este ser encarado por todos (e até por si próprio) como profissional do conhecimento no território, com toda a valorização e responsabilidade que essa função deve exigir. No entanto, a análise dos resultados escolares não pode surgir como uma avaliação de docentes, mas antes como a premissa de identificar os comportamentos dos alunos ao nível dos seus resultados, indicando necessidades nas quais o município deverá investir estrategicamente, para que se desenvolvam estratégias que os apoiem no seu dia-a-dia.

Em síntese, há várias mudanças que a carta educativa poderá e deverá refletir como estratégicas, continuando a alterar culturalmente realidades que deverão vir a alterar os resultados educativos e que, no caso de Tabuaço, deverá assumir-se como o momento seguinte a todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos diferentes atores do território.

CONHECER OS ALUNOS: é importante que se criem e planeiem práticas que contemplem os interesses dos envolvidos, em particular dos alunos, de forma a partir de si e dos seus conhecimentos, valorizando-os e enriquecendo-os nos diferentes níveis de ensino, bem como o seu capital cultural (pessoal, familiar e de comunidade).

AUMENTAR O NÍVEL DE TRABALHO EFETIVO DOS ALUNOS NAS ESCOLAS, CRIANDO CIDADÃOS AUTÓNOMOS, RESPONSÁVEIS E ATIVOS: atendendo ao tipo de metodologias utilizadas pelas escolas, parece ser evidente que os alunos trabalham pouco nos estabelecimentos de ensino, uma vez que, normalmente, ouvem o professor na escola e, só depois, praticam em casa, onde não têm ajuda para o processo, nem sabem como e o que fazer para superar as suas dúvidas, estando a aprendizagem muito dependente do professor. Assim, importa criar estratégias e momentos de aprendizagem em que os alunos possam ser ativos nesse processo.

ALTERAR AS PRÁTICAS DE ENSINO, CRIANDO ESPAÇOS PARA OS ALUNOS PENSAREM E CONSTRUÍREM LIVREMENTE E DE FORMA

ATIVA O SEU CONHECIMENTO: ainda que seja uma metodologia necessária em alguns momentos, uma vez que mesmo as estratégias mais ativas não dispensam alguns momentos de transmissão de conteúdos, tem-se observado uma dependência por parte de muitos professores no que se refere ao “dar a matéria”, ou seja, à necessidade de falarem sobre todos os assuntos do currículo, privilegiando maioritariamente metodologias tradicionais de ensino, não querendo isto dizer que os alunos pensem e exercitem os conhecimentos que daí deviam advir. Atendendo ao perfil dos alunos e ao desígnio de uma escola para todos, é essencial que se desenvolvam metodologias mais ativas que, em contextos formais de aprendizagem, os coloquem a pensar e a construir ativamente o seu conhecimento.

CONSTRUIR HORÁRIOS ESCOLARES EM FUNÇÃO DAS APRENDIZAGENS PRETENDIDAS: o critério para escolha das diferentes disciplinas e horários escolares dos alunos, normalmente, não parece ser pensado em função das aprendizagens pretendidas para os diferentes momentos do dia e da turma, nem atendendo à sua composição ou às estratégias já definidas para implementação. A própria integração de atividades físico-motoras e culturais no seio dos horários letivos mostram melhorias efetivas no contexto do sucesso.

DIVERSIFICAR OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO: os métodos e instrumentos de avaliação utilizados para quantificar a aprendizagem dos alunos internamente nas escolas devem ser diversificados, articulados e partilhados entre diferentes escolas e disciplinas, uma vez que a avaliação é maioritariamente escrita (testes e exames), valorizando apenas os alunos que conseguem expressar os seus conhecimentos por esta via.

AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO: o processo de decisão é, quase sempre, unicamente dos professores, não sendo os alunos normalmente chamados a pensar em soluções com caráter decisivo nas escolas. Para motivar os alunos e fazer com que esses façam verdadeiramente parte da escola é importante que se sintam envolvidos e que existam mecanismos que fomentem este envolvimento e participação. Mais do que envolver os alunos na procura de soluções para a sua comunidade escolar, onde são

parte ativa, estar-se-ão a formar cidadãos capazes de participar e decidir em sociedade.

REFORÇAR A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO: ainda que seja muito importante que a escola atue ao nível do saber-estar, saber-ser e saber-fazer, no âmbito de um projeto educativo o foco da escola deverá estar no aumento das competências ao nível do conhecimento, do saber-saber, pois os professores deverão ser profissionais do conhecimento e na escola os alunos devem encontrar diferentes espaços e estratégias de construção do mesmo, dando sentido ao conhecimento e às aprendizagens, abrindo-se ao seu território – uma escola sem muros.

AUMENTAR PRÁTICAS DE COLABORAÇÃO ENTRE DOCENTES: os professores parecem trabalhar sozinhos nas suas salas ou, em alguns casos, com um ou outro colega pontualmente. É importante que este agente de mudança e profissional do conhecimento tenha espaço e momentos em que valorize a reflexão entre pares e a procura de estratégias para os alunos, uma vez que uma turma tem vários professores a pensarem pedagogicamente para ela. Estas estratégias devem ser partilhadas e articuladas entre todos os grupos, de preferência até de forma interdisciplinar, relacionando-se em momentos de trabalho e de avaliação.

APROXIMAR E ENVOLVER OS PAIS NA VIDA ESCOLAR: os pais e os encarregados de educação parecem afastar-se da escola, à medida que o nível de ensino aumenta, desconhecendo as opções e percursos dos seus filhos ou educandos. Ainda que possa não implicar a mesma frequência de ida à escola em todos os níveis de ensino, é importante que se criem estratégias adequadas às suas necessidades e que aproximem os pais das respetivas realidades escolares, ajudando-os e envolvendo-os na procura de percursos de sucesso para os seus educandos. Importa que estes percebam que podem e devem participar, necessitando de (in)formação assertiva e adequada às suas características.

CRIAR ESPAÇOS TERRITORIAIS DE APRENDIZAGEM: a aprendizagem não deve estar confinada ao espaço formal de ensino e o território, através do planeamento a partir dos seus recursos (materiais e imateriais), devendo assumir-se como recurso educativo, sendo um meio e um fim de

aprendizagem. É muito importante que os jovens tenham, cada vez mais, momentos diversificados de formação, que podem acontecer em diferentes espaços, aproveitando as mais-valias do território que envolve as escolas e associações, aumentando os seus conhecimentos sobre o mesmo e dando sentido às suas aprendizagens, olhando o global a partir do local e o local a partir do global.

Os resultados apresentados nesta análise deverão emergir como uma base para apoiar os diferentes agentes na construção e adaptação da sua ação, indo ao encontro das necessidades dos alunos e assumindo-se como o ponto de partida para a nova fase de implementação do plano de melhoria dos resultados, numa lógica de trabalho colaborativo. Num estudo global que permita uma procura de caminhos para o sucesso escolar, parece ser evidente que os resultados se situam maioritariamente a um nível médio-superior, facto que existe ao longo de todos os níveis de ensino.

Este tipo de perfil de resultados, com a ausência de percentagem significativa em termos de valores de classificações altos, evidencia a necessidade de se criarem estratégias para todos os alunos, para que se possa solidificar aprendizagens e melhorar resultados de uma forma global.

No que se refere aos piores resultados, a disciplina de Matemática distingue-se como a área que reúne as médias mais baixas, e por isso merece estratégias claras de melhoria desses resultados. A disciplina de Português, ainda que com resultados quase sempre superiores a Matemática, merece igualmente especial atenção, na medida em que a literacia ao nível da oralidade, leitura e escrita é objeto de avaliação mas, também, transversal a todas as disciplinas e, como tal, deverá continuar a ser reforçada.

Relativamente às retenções, o município de Tabuaço deverá assumir uma estratégia integrada de ensino, contribuindo para que sejam evitadas ao máximo, não pelo facilitismo por que algumas medidas parecem ser rotuladas, mas por um trabalho pedagógico adequado aquando da identificação das necessidades.

As estratégias deverão ser transversais, mas simultaneamente adaptadas às especificidades de cada ciclo de ensino, já que a análise a esse nível evidencia comportamentos diferentes das várias escolas dos agrupamentos. Por outro lado, deverão ser criadas estratégias para trabalhar com os pais,

aproximando-os às respetivas escolas e, também, com grupos de risco (minorias) que, ainda que não sendo clara numa identificação na análise dos resultados, merecem trabalhos diferenciados, como é o caso das comunidades socialmente mais excluídas e em risco de exclusão.

Ao nível das estratégias de trabalho é importante que se criem e apoiem projetos piloto diferenciadores mas, também, que se estruturam estratégias para toda a comunidade escolar, aumentando assim a equidade nas aprendizagens dos alunos do território, uma vez que todos deverão ter acesso a um ensino de qualidade. Por outro lado, será importante criar ferramentas que apoiem os professores de forma individual, motivando-os na procura de estratégias de trabalho para que potenciem melhores aprendizagens por parte dos seus alunos. Este processo deverá contribuir para um aumento da atratividade de todo o território educativo, devendo ser estratégico e acordado entre os diferentes estabelecimentos a partir das necessidades encontradas.

9. VISÃO ESTRATÉGICA PARA A EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.

No atual contexto de globalização, de crescente concorrência e competitividade entre territórios pela captação de pessoas, empresas e turistas, é essencial identificar e valorizar as características específicas deste território, os seus recursos endógenos, no sentido de os reconhecer como fatores de diferenciação positiva e implementar estratégias que permitam superar os atuais desafios em matéria de desenvolvimento socioeconómico.

Esta breve reflexão estratégica permite a definição e articulação dos atuais pilares estruturantes/"clusters" para o desenvolvimento socioeducativo e socioeconómico do concelho de Tabuaço e que deverão estruturar a base económica das próximas décadas. Este reconhecimento encontra-se também articulado a outros planos estratégicos municipais como o planeamento estratégico em Educação e Formação. Deste modo, a oferta formativa dos Cursos Profissionais deverá ser, preferencialmente, orientada para as principais vocações do município de Tabuaço.

C1 | CLUSTER DO TURISMO - nos seus mais variados segmentos (religioso, cultural, rural, de natureza, desportivo, sénior ou científico) é um dos vetores fundamentais do desenvolvimento do município de Tabuaço. A oferta turística é rica em espaços naturais e culturais, sendo a paisagem vinhateira (Douro – Património da Humanidade), com suas quintas, e as antiquíssimas aldeias com suas igrejas e paços senhoriais, os santuários e os espaços literários e de memória, os principais elementos potenciadores do turismo local. O seu valor paisagístico, aliado à história que ao longo dos séculos prestigiou a Vila de Tabuaço como sendo um local de tranquilidade e passeio, foram alguns dos aspetos tidos em conta para que fosse cada vez mais procurada pelas suas paisagens culturais. Neste contexto, a componente formativa e educativa do município assume um papel preponderante na preparação dos quadros técnicos e profissionais ao serviço das atividades de turismo e lazer (atividades profissionais ligadas à hotelaria e restauração), contribuindo através do capital humano, para o crescimento e prosperidade do setor.

C2 | AGROINDÚSTRIA - A agroindústria é o conjunto de atividades relacionadas com a transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura. Em Tabuaço ganham destaque as atividades ligadas à fruticultura, vinicultura, hortifruticultura, mas também à cultura de frutos de casca rija, secos, e silvicultura. A importância deste setor é visível sobretudo ao nível das exportações, salientando-se que cerca de metade do volume de exportações em Tabuaço dizem respeito aos produtos das indústrias alimentares. As fileiras agroalimentares evidenciam cada vez mais potencialidades produtivas suscetíveis de uma diferenciação competitiva, quer ao nível interno, quer ao nível internacional. Efetivamente, a crescente valorização dos produtos tradicionais, expressa em políticas europeias, com a aplicação de instrumentos de certificação dos produtos tradicionais de qualidade, como a Denominação de Origem Protegida (DOP) ou a Indicação Geográfica Protegida (IGP), a par da crescente desconfiança e preocupação dos consumidores relativamente à qualidade dos bens alimentares, faz com que os produtos tradicionais registem, atualmente, um contexto de desenvolvimento extremamente favorável, existindo crescentes evidências do seu sucesso comercial. Tabuaço deverá, neste contexto, defender e promover: a salvaguarda dos saberes que asseguram a qualidade

e a identidade dos produtos rurais; a certificação dos processos produtivos; o estímulo ao associativismo e geração de economias de escala; a promoção das qualificações e das condições de trabalho; o desenvolvimento de ações de formação para os trabalhadores; a melhoria das condições de trabalho ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio à produção; a criação de valor acrescentado, através da criação de marcas fortes. Paralelamente, deverão ser feitos investimentos em marketing, branding e labeling, através da melhoria do design das embalagens dos produtos, apostando na promoção dos produtos e a sua integração em novos mercados e circuitos de comercialização. Para tal, a aposta na formação profissional em áreas como o controlo de qualidade alimentar, gestão de produção, gestão agrícola, enologia e atividades ligadas ao cultivo da vinha, manobreadores de máquinas agrícolas certificados, manutenção industrial, veterinária, produção animal deve ser um imperativo.

C3 | CLUSTER DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - As indústrias criativas são consideradas importantes para o desenvolvimento económico e social podendo contribuir para o reforço da competitividade dos territórios. A promoção de conteúdos culturais e artísticos permite o desenvolvimento de ações globais a nível local, desde que haja uma boa cobertura de comunicações. Tal facto possibilita a deslocalização de agentes e indústrias para territórios mais periféricos, sem com isso condicionar a sua competitividade. Tabuaço reúne a “atmosfera” ideal para a afirmação das indústrias culturais e criativas, dando-se destaque ao património cultural, às artes plásticas (pintura, conservação, restauro), ao audiovisual e às indústrias gráficas. Neste contexto, a aposta numa oferta formativa (profissional) direcionada a suprir as necessidades de formação neste setor deverá ser encarada como uma possível aposta estratégica do município. Importa também destacar que as competências nestas áreas podem desempenhar um importante papel na atração de investimentos e para a qualificação e ampliação das cadeias de valor.

9.1. Recomendações.

9.1.1. Principais conclusões.

A análise da relação entre a dinâmica empresarial e oferta formativa do município de Tabuaço contribuiu para um melhor conhecimento do tecido empresarial e da oferta de educação e formação deste município. Após o exame detalhado das dinâmicas empresariais recentes e do quadro geral da oferta formativa do município, pretende-se apresentar algumas linhas de orientação estratégica, bem como um conjunto de objetivos e linhas de ação para o futuro no que concerne à oferta formativa de Tabuaço. Assim, tendo por base uma metodologia de planeamento estratégico e valorizando-se as fontes de informação de cariz quantitativo (estatísticas), pretende-se contribuir para a identificação de uma oferta formativa adequada às necessidades das empresas que se localizam neste território, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam na região. A inclusão desta análise sumária mostra-se pertinente pelo facto de que o exercício de uma definição de estratégias para o futuro do concelho de Tabuaço deve assumir, de forma bem consistente, o diagnóstico da matriz socioeconómica e empresarial do concelho, as suas estruturas e tendências evolutivas, os elementos homogéneos, heterogéneos e diferenciadores.

Considerando a última década (2011-2021), o concelho de Tabuaço registou uma perda da sua população residente, num contexto em que a estrutura etária da mesma cada vez se assume mais envelhecida como a generalidade dos municípios da região. Ao nível da dinâmica económica e, refletindo alguns sinais de força, salienta-se uma estrutura populacional pouco jovem, com algum peso da população em idade ativa, uma taxa de atividade inferior à média regional, uma grande importância nas atividades dos setores primário e secundário em termos de postos de trabalho e riqueza criada, e a tendência para a diminuição do desemprego, sobretudo nos últimos anos.

As dificuldades em termos de desenvolvimento económico advêm da localização deste território na região Douro, em afastamento das áreas urbanas de Viseu e Lamego e na falta de reforço das acessibilidades. Sublinha-se também que a riqueza deste território assenta na diversidade paisagística, agrícola (vinhateira) cultural, rural e florestal. As perspetivas de

desenvolvimento passam pelo crescimento industrial/empresarial e pela crescente relevância da cultura e do turismo, em particular da vila de Tabuaço. As exigências em termos de futuro decorrem da consolidação da sociedade, do incremento da economia local, do conhecimento e da aprendizagem, que demandam novas qualificações e respostas mais diversificadas no contexto das exigências de um mercado cada vez mais competitivo. Acresce que a cadeia de valor das atividades económicas tem vindo a ser alterada, sendo os ciclos de mudança cada vez mais curtos, mas incorporando sempre novo conhecimento e tecnologia por forma a dar resposta às solicitações do mercado, antecipando o futuro, pelo que se torna decisivo inovar constantemente criando novo conhecimento que se desatualiza rapidamente.

No que diz respeito ao diagnóstico da oferta formativa e, numa referência aos elementos gerais que caracterizam a educação e a formação no município de Tabuaço, importa destacar a taxa de analfabetismo inferior à média da região Douro e do Continente e a tendência crescente para o aumento da população com níveis de escolaridade mais elevados. Todavia, há um conjunto de fraquezas a destacar, como a persistência de uma elevada percentagem de população com baixos níveis de escolaridade; uma percentagem de população residente com idades entre os 18 e os 24 anos que completou o 3.º CEB, mas que não se encontra a frequentar o sistema de ensino; uma taxa de retenção e desistência do ensino básico superior à média da região Douro e do Continente e uma taxa de transição/conclusão no ensino secundário inferior às mesmas unidades de referência.

Ao nível da oferta formativa e perspetivando-se oportunidades, sublinha-se a crescente procura de cursos profissionais por parte dos alunos, pelo que é necessário repensar, de forma articulada, a oferta de cursos profissionais, ao nível do ensino secundário. As ameaças futuras devem ser analisadas num contexto de progressiva diminuição da população em idade escolar e da saída de alunos para a frequência escolar em outros concelhos, em especial a partir da conclusão do 3.ºCEB e do Ensino Secundário. Os cenários apresentados sugerem um futuro preocupante, que já coloca presentemente imensos desafios em matéria de oferta e procura de equipamentos educativos, de adequação das redes educativas e a supressão de necessidades de docentes e não docentes. Como elemento ainda prévio ao exercício de sistematização de algumas propostas estratégicas, importa

destacar algumas das conclusões referentes aos agentes empresariais de Tabuaço. Deste universo, as empresas preveem nos próximos anos um aumento no número de trabalhadores, destacando que este aumento deverá ser efetuado recorrendo sobretudo a mão-de-obra Intermédia (Cursos Profissionais, Secundário) e Especializada (Licenciatura e CET).

As empresas elegeram um conjunto de áreas em que existe necessidade de mão-de-obra, destacando-se os Técnicos comerciais, Eletricistas, Embaladores, Secretários, Engenheiros Eletrotécnicos, Operários industriais, Mecânicos industriais, Engenheiros Mecânicos, Técnicos de automação, Operadores de máquinas, Motoristas, Funcionários de armazém, Empregados da hotelaria e restauração, Maquinistas, Serralheiros, Soldadores, Pintores, Torneiros, Fresadores, entre outros. Relativamente à formação contínua dos trabalhadores, prevista pelo Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, em que é definida a obrigatoriedade da formação contínua nas empresas, não obtivemos dados concretos sobre quantas e quais foram realizadas ações de formação contínua. Porém, genericamente, as ações realizadas foram na sua grande maioria de caráter técnico e ajustadas às necessidades das empresas, tendo abrangido áreas de formação distinta, com destaque para a Higiene e Segurança no Trabalho, mas também nas áreas de Gestão, Contabilidade e Finanças, Comercial, Liderança, Informática, Primeiros Socorros, Marketing, TIC, entre outras.

No que diz respeito às necessidades atuais e futuras, identifica-se uma maior carência de formação nas áreas da Gestão, Certificação de qualidade, Logística, Marketing, Áreas técnicas, Internacionalização, Produção, Segurança e Higiene no trabalho. A curto prazo, ou seja, nos próximos cinco anos, algumas empresas consideram a hipótese de vir a receber estagiários do Ensino Profissional, designadamente nas áreas de formação ligadas à Administração, Mecânica, Eletricidade e Automação, Logística, Construção, Marketing, Montagem, Produção, Eletrónica, Segurança Alimentar, Qualidade, Vendas e Informática.

9.3.2. Linhas de orientação estratégica.

A educação e a qualificação da população assumem um dos principais pilares de desenvolvimento de uma sociedade e uma garantia de crescimento e desenvolvimento económico. A oferta e a procura de competências estão intrinsecamente relacionadas, isto porque a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação nos sistemas educacionais proporciona determinadas competências à economia que, por sua vez conduzem à inovação, à criação de empregos e a mudanças na composição e produção setoriais e, em consequência, também na procura de novas competências (OECD, 2012).

“Investir na educação, competências e aprendizagem ao longo da vida” fez parte do conjunto dos objetivos temáticos da União Europeia para o horizonte temporal de 2014/2020, sendo uma das metas a alcançar em Portugal, em consonância com este desafio da Europa 2020, ter 40% da população jovem (30-34 anos) com formação superior. Na renovação dos objetivos, o Conselho Europeu adotou uma resolução sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030). Essa resolução estabelece uma lista de objetivos a alcançar nos próximos anos, dos quais se extraem três particularmente importantes para a estratégia de educação e do mercado de trabalho do concelho: a percentagem de adultos do grupo etário dos 25 aos 34 anos com diploma de ensino superior deverá ser de, pelo menos, 45 % (taxa em 2020: 40,3 %); a percentagem de recém-diplomados do ensino e formação profissionais a beneficiar da exposição à aprendizagem em contexto laboral durante o seu ensino e formação profissionais deverá ser de, pelo menos, 60 % até 2025; até 2025, pelo menos 47 % dos adultos na faixa etária entre os 25 e os 64 anos deverão ter participado em ações de aprendizagem nos últimos 12 meses. Em comparação com o anterior quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020), o indicador relativo às competências digitais constitui a principal novidade.

Portanto, esta ambição engloba a redução da taxa de abandono escolar, o aumento de população formada superiormente, a melhoria das técnicas e condições de aprendizagem, a adequação do ensino às necessidades do mercado de trabalho, o aumento das competências da população ativa e,

inclusivamente dos próprios professores/formadores, entre outras ações. Num momento em que se encontra em desenvolvimento a carta educativa de 2.^a geração, pretende-se criar políticas locais de educação e formação associando-as a determinadas opções de desenvolvimento. Este, por sua vez, nunca poderá ser separado dos recursos e dinâmicas existentes, ou passíveis de ser mobilizadas e desenvolvidas no território. Um dos pontos fulcrais da nova visão para a educação passa pela criação, de forma concertada – agentes educativos, empresários, outros parceiros – de uma oferta diversificada e adaptada às necessidades do concelho em termos de ensino profissional e tecnológico, a implementação de um sistema de orientação vocacional que preveja e evite situações de insucesso e de abandono do percurso escolar e formativo por parte da população jovem.

Como é evidente, hoje torna-se cada vez mais importante alcançar mecanismos de articulação entre dois tipos de mercado: o mercado da formação e o mercado de trabalho, de modo a alcançar o equilíbrio desejável entre as qualificações/competências dos trabalhadores e as necessidades do tecido empresarial. Trata-se de contribuir para a identificação de uma oferta formativa concertada e para a definição de linhas estratégicas adequadas às necessidades das empresas atuais e potenciais, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam no concelho.

Neste contexto, apresentam-se as principais propostas de estratégias de futuro (Eixos de Intervenção) para Tabuaço, em matéria de oferta formativa e desenvolvimento económico. Em concordância com a Estratégia de Competências da OCDE, bem como com os documentos de referência para o horizonte 2020/2030, destacam-se um conjunto de prioridades e respetivos objetivos estratégicos, que visam o desenvolvimento de uma política de educação e formação profissional articulada, mobilizadora e atrativa para as novas gerações, capazes de garantir o desenvolvimento e prosperidade deste território.

QUADRO 113 – PRINCIPAIS PROPOSTAS/PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA A OFERTA EDUCATIVA/FORMATIVA E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL, EM TABUAÇO.

Prioridades Estratégicas	Objetivos
Desenvolver uma estratégia de competências para Tabuaço.	<p>Adaptar os currículos ministrados e desenvolver os sistemas de ensino baseados no mercado de trabalho, nomeadamente os sistemas de ensino dual e de aprendizagem;</p> <p>Introduzir uma oferta de cursos profissionais capazes de atrair os jovens, designadamente com a introdução de componentes inovadoras e tecnológicas em domínios considerados tradicionais e de grande potencial para o concelho (agroindústria, turismo, saúde, indústria transformadora, indústria metalomecânica, indústrias culturais e criativas...)</p>
Implementação de um sistema de orientação vocacional.	<p>Melhorar a oferta e adequação das ações de educação e formação às características e necessidades da população;</p> <p>Promover ações de informação e sensibilização junto dos jovens relativamente aos desafios atuais em termos de mercado de trabalho;</p> <p>Orientar e encaminhar os jovens e adultos para as necessidades do tecido produtivo da região e do território.</p>
Plano de ação para a educação e formação contínua.	<p>Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida;</p> <p>Aumentar o nível de qualificação e de empregabilidade dos adultos ativos;</p> <p>Promover a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e a promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas;</p> <p>Adequar a formação à satisfação de necessidades de recursos humanos;</p> <p>Diagnosticar necessidades de formação e desenhar perfis de formação;</p> <p>Desenvolver atividades que promovam a divulgação e o conhecimento do meio local no que diz respeito a usos e costumes;</p>
Sistema abrangente de orientação das carreiras.	<p>Criação de mecanismos facilitadores da inserção profissional dos indivíduos recém-formados;</p> <p>Encorajar a inserção de indivíduos com qualificações de nível superior; Facilitar o acesso dos jovens menos qualificados ao mercado de trabalho;</p> <p>Promover cursos de formação profissional para os trabalhadores menos qualificados, de forma a adequá-los às exigências que vão surgindo;</p> <p>Apoiar a reconversão profissional das pessoas desempregadas ou em risco de desemprego.</p>
Promover a equidade, garantindo o acesso a uma educação de qualidade para todos e o seu sucesso.	<p>Adotar práticas e medidas de combate ao insucesso, absentismo e abandono escolar;</p> <p>Promover a igualdade de acesso a um ensino infantil, básico, secundário e profissional de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;</p>

<p>Promover a equidade, garantindo o acesso a uma educação de qualidade para todos e o seu sucesso.</p>	<p>Melhorar a qualidade e eficiência do ensino superior e profissional local, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos mais desfavorecidos;</p> <p>Promover a coesão social e a inclusão para a população com dificuldades de inserção;</p> <p>Apoiar os investimentos em infraestruturas educativas, procurando garantir a coesão territorial em matéria de equipamentos educativos.</p> <p>Continuar a apoiar os alunos que frequentam o ensino superior de forma a que os mesmos o possam concluir;</p>
<p>Articulação entre a educação, formação e o desenvolvimento económico do Concelho</p>	<p>Ajustar a oferta formativa tendo em conta as necessidades e prioridades dos setores económicos e do mercado de trabalho;</p> <p>Promover o envolvimento institucional da escola no tecido económico, social e cultural;</p>
	<p>Fomentar o empreendedorismo promovendo a capacidade empreendedora das escolas e dos seus alunos;</p> <p>Articular o envolvimento com a estrutura económica do Município;</p> <p>Valorizar os "clusters" estratégicos do concelho, promover e comercializar os produtos endógenos;</p> <p>Apoiar e fomentar a criação de startups;</p> <p>Criar condições e apoios ao desenvolvimento de novos negócios e novas empresas;</p> <p>Melhorar a pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a sua transição e reforço dos sistemas de ensino e formação profissional e da sua qualidade;</p>
<p>Articulação entre a educação, formação e o desenvolvimento económico do Concelho</p>	<p>Identificação das carências de qualificação e de formação dos setores produtivos, através de uma cultura de parceria entre os agentes locais (empresas, autarquia, escolas, associações, movimentos cívicos,...).</p>

10. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA.

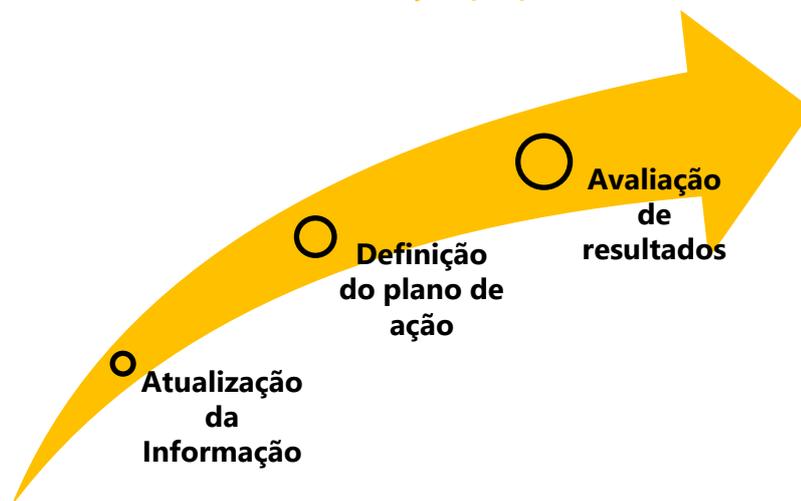
As primeiras cartas escolares eram entendidas como um documento que previa pouco mais que uma inventariação e caracterização dos estabelecimentos de ensino de um dado território, tendo como referência um determinado ano letivo, mas, com a introdução das alterações decorrentes do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, a carta educativa passou a ser entendida como um documento de planeamento estratégico

que, além de caracterizar e diagnosticar o momento atual deve também incluir projeções que permitam a aferição de tendências e necessidades futuras.

A importância do planeamento da rede escolar é indiscutível pelo que importa ressaltar que o processo de planeamento não termina com a elaboração das propostas de reorganização, pois carece de aprofundamento, revisão e atualização permanente, no sentido de adequar as propostas às diferentes dinâmicas municipais, designadamente no que se refere à evolução demográfica e socioeconómica, modificações do parque escolar e alterações legislativas (Costa e Barbosa, 2002).

A constante mudança dos fatores que intervêm na carta educativa torna-a muitas vezes desatualizada quando um novo ano letivo se inicia. Nesse sentido, a implementação de um processo de monitorização é essencial para conservar a sua atualidade durante o ciclo da sua vigência, além de permitir um acompanhamento e controlo da execução das propostas de reorganização, possibilitando a identificação de eventuais desvios face às propostas de reorganização da rede educativa efetuadas num primeiro momento.

A carta educativa deve ser assumida e reconhecida como um instrumento de planeamento estratégico, com um determinado horizonte temporal, construída com base num conjunto de pressupostos dentro os quais ressalta o princípio da flexibilidade. Tal fato pressupõe a necessidade de reajustamentos e readaptações face às alterações ocorridas, designadamente, o sistema educativo, a dinâmica urbanística, as dinâmicas sociodemográficas, os recursos financeiros, entre outros. E, nesse sentido, a implementação da carta educativa, enquanto documento prospetivo, deve integrar como etapa metodológica a função de monitorização de forma a minimizar as incertezas associadas a todo e qualquer processo de planeamento. Essa monitorização permitirá a realização de reajustamentos no momento em que se detetarem desvios nas propostas formuladas numa primeira instância, permitindo a apresentação de soluções atempadas, mais adequadas e que garantam a sustentação e pertinência das propostas. Considerada como uma etapa metodológica das cartas educativas, já que é um processo que permite um maior ajustamento das políticas educativas à rede educativa municipal, confere-lhes uma maior eficiência, mas nem sempre os municípios a integram ou concretizam.

ESQUEMA 5 – PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO (ME).

A monitorização da carta educativa deverá contemplar três fases:

- 1) a atualização de dados, após a definição de mecanismos que possibilitem, não só a sua recolha, mas também a organização e respetiva difusão pelos diferentes atores do processo educativo;
- 2) a definição de um plano de ação no qual devem estar clarificados os objetivos a atingir, as fases de execução, os recursos envolvidos e as entidades a mobilizar no decurso do processo de monitorização;
- 3) a avaliação de resultados, cujo objetivo será a apreciação, com carácter regular e periódico, do cumprimento dos objetivos definidos no plano de ação e respetiva calendarização, sugerindo-se uma avaliação anual, realizada após o início de cada ano letivo;

Considerando as etapas enunciadas no processo de monitorização da carta educativa, clarifica-se a metodologia a adotar:

- 1) **ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO**: deverá ser enviado a todos os estabelecimentos de ensino um inquérito relativo aos dados referentes ao ano letivo iniciado, o que acontecerá nos finais de Novembro de cada ano, momento em que o sistema educativo se prevê estar praticamente estabilizado. A autarquia deverá possuir uma plataforma (ex. tabela em excel) onde registrará a recolha de

dados no início de cada ano letivo, com os campos onde se proceda à identificação dos estabelecimentos de ensino, salas, população escolar, turmas, ensino especial, aproveitamento, oferta educativa, recursos humanos, associações de pais. Deverá igualmente proceder-se à recolha de dados acerca do número de alunos afetos às atividades complementares de ação educativa e do desporto escolar, alunos abrangidos pela ação social escolar e transporte escolar e dados respeitantes aos edifícios que constituem o parque escolar, sendo que este tipo de informação poderá ser adicionada à plataforma para o efeito, ou, em alternativa, poderá ser desenvolvido um questionário online que permitirá a recolha destes dados no quadro da equipa de trabalho do Projeto Educativo Local. Destacamos a importância da recolha de dados acerca da morada dos alunos, como forma de perceber as dinâmicas da população escolar, em função da oferta educativa disponível no território. Para tal deverá ser criado um questionário que considerará a totalidade das freguesias que integram este território municipal, permitindo o preenchimento do número de alunos que são provenientes de cada uma delas e, ainda, uma questão de resposta aberta que permita a inclusão do número de jovens provenientes de outros municípios. Esta tarefa deverá ser da responsabilidade da Divisão da Educação da autarquia ou, em alternativa, da equipa externa, se entretanto assim for equacionada. As informações respeitantes à dinâmica demográfica e socioeconómica, ao construído e à rede de acessibilidades deverão ser atualizadas pelos diferentes serviços da autarquia e integrados no projeto de monitorização da carta educativa. Em qualquer dos casos a equipa deverá proceder à recolha, introdução e divulgação da informação nos diferentes *layers* da plataforma utilizada pela autarquia (ou entretanto concebida) para esta finalidade. Recomenda-se a utilização de um sistema de informação, com recurso a tecnologias de informação geográfica, assumir-se-á como uma ferramenta poderosa na organização e tratamento da informação resultante do processo de recolha dos dados.

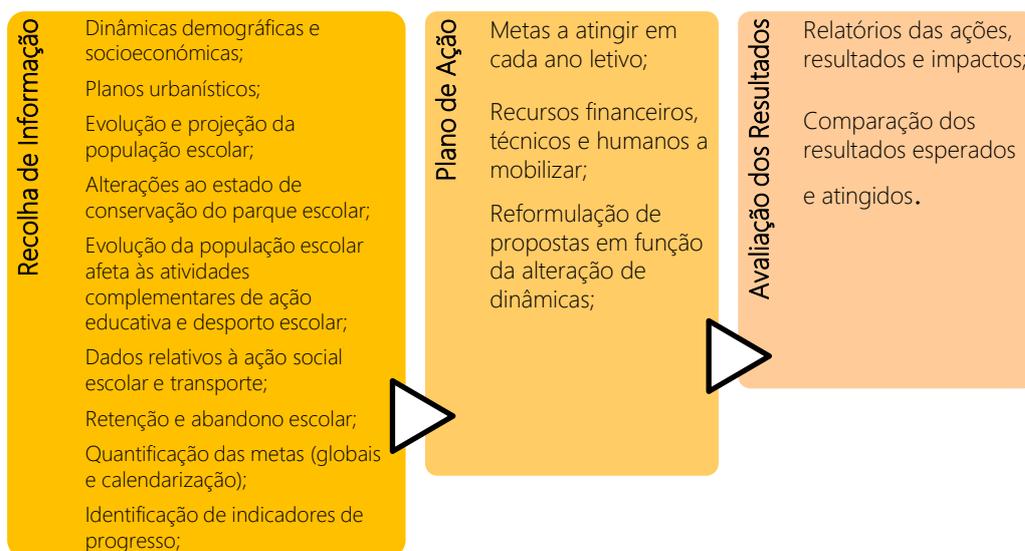
- 2) **PLANO DE AÇÃO:** com base na informação recolhida, tratada e sistematizada é elaborado um plano de atividades, para o qual se

definem objetivos, metas e estratégias a atingir em cada ano letivo, as quais, naturalmente, devem estar em consonância com as grandes linhas de orientação de carta educativa, os recursos técnicos e humanos a mobilizar, e reformulação, caso necessário, das propostas definidas. No município de Tabuaço o principal aspeto no âmbito do plano de ação diz respeito à reorganização e requalificação dos espaços educativos. Partindo do pressuposto que a autarquia pretende manter os equipamentos existentes, uma das ações previstas poderá passar pela identificação do estado de conservação dos equipamentos, em especial na eficiência energética, não existindo a necessidade de construção de novos equipamentos para fazer face às atuais taxas de ocupação. Naturalmente, esta situação transitória está diretamente relacionada com a tendência generalizada de decréscimo dos efetivos escolares, a qual terá repercussões mais acentuadas no território e, conseqüentemente na reorganização do parque escolar, a médio prazo. Numa perspetiva de complementaridade, e caso a autarquia assim o entenda, estes mesmos espaços poderão ser utilizados como espaços de interação educativa e pedagógica, com uma aposta clara em atividades extraescolares que promovam uma transformação das práticas pedagógicas, em franca associação com a oferta educativa existente, cujos reflexos de melhoria dos resultados escolares serão evidentes.

Por outro lado, e considerando a importância da formação/qualificação e aprendizagem ao longo da vida, alguns dos espaços que se tornem excedentes podem também ser vocacionados para a realização de atividades formativas nos mais diversos domínios, como seja educação para o empreendedorismo, educação para saúde, educação parental, entre outras que se considerem pertinentes, bem como ações de formação promovidas pelas entidades empresariais, justificadas pela necessidade de existir uma forte articulação entre estas e os próprios estabelecimentos de ensino. Finalmente há a considerar e definir os intervenientes neste processo, nomeadamente a Câmara Municipal de Tabuaço, o Conselho Municipal de Educação, o Agrupamento de Escolas Abel Botelho, empresas locais, associações, e outros que se pensem ser pertinentes aquando da definição das metas a executar.

3) **AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:** consiste na consideração de todos os fatores acima enunciados que devem transformar a carta educativa num documento aberto e que implica a necessidade de uma atualização e revisão constante. Torna-se necessário o desenvolvimento de relatórios que espelhem as ações, resultados e impactos do documento e que, por outro lado, efetuem uma comparação entre os resultados esperados e os atingidos, permitindo que o próprio processo de planeamento se autoavalie. Nesta etapa devem também ser identificados os fatores críticos de sucesso que permitiram, ou não, atingir os resultados definidos. É muito importante salientar o papel do Conselho Municipal de Educação, enquanto estrutura organizativa que deve contribuir e mesmo possuir uma visão integrada do sistema educativo e das especificidades locais, no sucesso das metas e posterior avaliação da sua implementação no terreno. A avaliação das políticas educativas e da reorganização da rede educativa proposta pode ser realizada no final de cada ano letivo, resultando dessa mesma avaliação um relatório de diagnóstico do sistema educativo municipal. Todavia, é recomendável que seja efetuada uma análise das tendências observadas no sistema educativo municipal, com base no inquérito anual de atualização, no decorrer da primeira reunião do Conselho Municipal de Educação de cada ano civil.

ESQUEMA 6 – ETAPAS DA FASE DA MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA (ME).



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas educativas municipais de 2ª geração enquadram-se num contexto muito distinto relativamente às que foram realizadas há mais de uma década. Naquelas, a observação dos normativos estabelecidos pela administração central que nortearam a esmagadora maioria das reorganizações de rede escolar. As presentes cartas educativas apresentam essencialmente lógicas municipais e locais, muito na sequência da visão que as equipas políticas e técnicas das autarquias adquiriram em mais de uma década de experiência. Para isto, ainda contribui largamente a capacidade de interação com os restantes atores educativos e população, num diálogo e negociação sobre possíveis encerramentos ou reorganizações funcionais dos equipamentos educativos.

Tabuaço, com os seus 5034 residentes (Censos 2021), apresenta-se como um território de baixa densidade e apresenta, em termos educativos, características muito particulares, tanto na componente da “procura”, com os seus 430 alunos que frequentam os 2 estabelecimentos de ensino (2022/23 e 2023/24) que integram a oferta educativa da rede pública. Estes valores merecem uma análise atenta no presente e exigem uma reflexão profunda sobre o que se pretende no futuro para o parque escolar do município de Tabuaço, tendo sempre presente que este território apresenta características geográficas, demográficas e socioculturais diferenciadas (e difíceis!), que refletem a sua localização no interior do país, onde a baixa densidade e a ruralidade contribuem para agravar as assimetrias. Aliás, o cotejamento do território permite distinguir, genericamente, três setores que refletem as dinâmicas sociais e históricas observadas.

Em primeiro lugar, temos a sede de concelho, em que a população residente se enquadra num estrato social médio e pontualmente médio-alto. Em segundo, o mundo rural cujas características, em comparação com a área mais urbana da sede de concelho, refletem uma quebra mais acentuada da densidade populacional e onde o modo de vida rural constitui a atividade e subsistência de inúmeros agregados familiares. E, por fim, a terceira área corresponde à parte sul do território, marcada por um posicionamento geográfico caracterizado pelas serranias, onde o isolamento é mais evidente, ao qual crescem as dificuldades de mobilidade e acessibilidade e cujas

consequências se refletem de modo bem vincado, em todas as suas vertentes das atividades diárias dos seus habitantes.

Após décadas de diferentes vicissitudes escolares no concelho, sobretudo de quebra, que provocaram dificuldades e ruturas do lado da oferta, com o esvaziamento de muitos estabelecimentos, com consequentes dificuldades de horários, processos reativos na edificação e distribuição de escolas, ausência de infraestruturas de apoio na componente extracurricular, etc., as projeções demográficas (gerais e escolares) vieram transformar a evolução que se observava.

A quebra expetável de crianças e jovens no ingresso e frequência na totalidade dos níveis de ensino entre os anos letivos 2021/2022 e 2022/2023 obriga a repensar as políticas educativas de esfera autárquica sobre o seu parque escolar, num momento em que em termos administrativos também são observadas mudanças em contexto educativo. Se dúvidas subsistissem, relembrem-se as transformações observadas na interação entre os estabelecimentos de ensino, os desafios e obstáculos colocados pelos fluxos (mobilidades) dos alunos intra e intermunicipais, bem como a análise sucinta efetuada aquando da primeira carta educativa já demonstrava a importância da reorganização do parque escolar. Compreenda-se que essa importância se manifesta quer quando as infraestruturas se tornam insuficientes e a comunidade carece e exige a construção ou ampliação de estabelecimentos, quer quando o parque escolar se torna desajustado face à diminuição de alunos, deixando subentendido que se obriga a uma reorganização da rede escolar a curto/médio prazo, com vista à criação de condições de maior igualdade de oportunidades para todas crianças e jovens do município.

A abordagem efetuada no quadro da presente reorganização da rede escolar do município de Tabuaço, reflete, em diferentes níveis, as expetativas fornecidas pelas projeções da população escolar para a próxima década, quer a nível municipal, quer a nível do agrupamento/estabelecimento de ensino e ainda nos diferentes níveis de ensino. Neste sentido, a manutenção, conservação e agregação do atual parque escolar, o estado de conservação do edificado e a taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino, ofereceu a base de análise para ponderar o conjunto das propostas conforme os níveis de ensino e de acordo com os “princípios orientadores” (eixos de intervenção) enunciados neste projeto:

- Requalificação da Escola sede do Agrupamento de Escolas Abel Botelho;
- Alargamento e melhoria das condições de salubridade e de funcionamento da cantina, contribuindo para o melhor funcionamento dos horários;
- Proceder à instalação de uma cobertura exterior que facilite o acesso dos alunos, perante a intempérie, aos diferentes blocos.
- Proceder à construção/requalificação do parque infantil e do campo de jogos;
- Aperfeiçoar o funcionamento do CAF;
- Contratar uma equipa técnica para o ensino da natação;
- Assegurar o transporte aos alunos de todos os níveis de ensino;
- Intervenção no Pavilhão desportivo em termos de eficiência energética, com a aplicação de uma cobertura;
- Renovação da frota de transportes escolares;

Assumindo como pilares as novas estratégias para a educação de Tabuaço na próxima década (Projeto Educativo Local), e quando se procura efetuar uma síntese sobre as diferentes propostas de reorganização da rede escolar assumidas nesta Carta Educativa de 2ª geração, verifica-se que estas assumem uma relativa dualidade, decorrente da anterior relação entre o parque escolar de gestão autárquica, designadamente a educação pré-escolar e 1º CEB, e o de gestão do poder central. A análise e formulação de propostas no âmbito da Educação Pré-escolar, e em particular do 1.º CEB, são aquelas que habitualmente se refletem no objetivo que este tipo de processo apresenta relativamente aos eleitos e às populações, devendo apresentar abordagens diferenciadas no quadro municipal.

No contexto da Educação Pré-Escolar, e como o recente normativo da tutela defende a disponibilização de salas da rede pública para uma

frequência universal das crianças com 4 e 5 anos, importa refletir sobre o planeamento futuro da rede no município de Tabuaço. Efetivamente, e baseando a análise na evolução do número de crianças com idade de frequentar a educação pré-escolar nas próximas décadas será expectável uma acentuada diminuição dos quantitativos escolares no concelho. Esta constatação obriga a uma ponderação sobre o facto de se proporem intervenções em equipamentos no sentido de os dotar de mais salas de atividade que, num curto espaço de tempo poderão vir a apresentar baixas taxas de ocupação. Aliás, nessa perspetiva de análise, considerando as crianças que com base nos nascimentos estariam disponíveis para integrar o ano letivo 2023/2024, bem como as projeções escolares realizadas para 2025, 2026 e 2031, verifica-se que, na atualidade, as salas afetas à educação pré-escolar da rede pública são suficientes, dado que sai reforçado pela consideração do total de crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar no ano letivo 2022/2023. Neste aspeto, apenas há a considerar a forte possibilidade de um incremento extraordinário de crianças de naturalidade e/ou nacionalidade estrangeira. Naturalmente, nesse caso, deve ser considerada a possível desativação de salas afetas ao 1º CEB e que podem vir a ser direcionadas para a Educação Pré-Escolar, caso a evolução demográfica assim o justifique. Assim, para a Educação Pré-Escolar as propostas de reorganização, na sua maioria, apontam para a manutenção dos equipamentos existentes, em que a abertura de novas salas se encontra dependente da evolução da demografia escolar.

No que se refere ao 1º CEB, não obstante o facto de em 2022/2023 se registarem menos crianças disponíveis para integrar este nível de ensino, as propostas de reorganização da rede escolar devem refletir os diferentes contextos sociodemográficos do município de Tabuaço. Neste sentido, para os territórios rurais e de baixa densidade, onde a natalidade é mais reduzida e onde a reorganização escolar fez centralizar num único estabelecimento de ensino os recursos afetos ao 1º CEB e, embora se defenda a existência de uma sala e de professor por turma, estes territórios apresentam um quadro particular que obriga a soluções de compromisso adaptadas em função das realidades diversas e, em alguns casos, com a necessidade de intervenção de toda a comunidade na concretização de projetos educativos de escola.

É importante lembrar que, de uma forma geral, a diminuição da população escolar nos próximos anos vai possibilitar e demandar uma reorganização dos espaços e do número de alunos por turma, contribuindo, deste modo, para uma clara melhoria das condições de ensino. Em termos da rede dos 2.º CEB, 3.º CEB, Ensino Secundário e Ensino Profissional, pode assumir-se que o decréscimo de alunos previsto para a próxima década poderá proporcionar igualmente uma oportunidade de reorganização dos espaços e dimensão das turmas. Dada a existência de um único agrupamento neste território, não pode haver lugar, nem necessidade de proceder ao encerramento de equipamentos concelhios. Todavia, não deixa de ser já uma situação preocupante antever que, na próxima década, o decréscimo do número de alunos poderá colocar em risco o funcionamento do Agrupamento de Escolas nos moldes de gestão atual. A quebra da taxa de ocupação será inferior a 60%, pelo que as propostas de reorganização deverão privilegiar mudanças de tipologia, de resto, tal como já tem vindo a ser implementado pela autarquia.

12. INDICES DAS ILUSTRAÇÕES E QUADROS.

ESQUEMA 1 – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO AE ABEL BOTELHO ESCOLAS - TABUAÇO	124
ESQUEMA 2 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE ABEL BOTELHO ESCOLAS - TABUAÇO	124
ESQUEMA 3 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE ABEL BOTELHO - TABUAÇO	125
ESQUEMA 4 – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EQAVET.	141
ESQUEMA 5 - PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO (ME).	254
ESQUEMA 6 - ETAPAS DA FASE DA MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA (ME).	258
FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2021.	31
FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 2001 E 2021 (N.º).	35
FIGURA 3 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÚMERO DE HABITANTES RESIDENTES ENTRE 2011 E 2021.	36
FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DOS NADOS-VIVOS ENTRE 2014-2021 (N.º).	38
FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DA NATALIDADE 2014-2021 (%).	39
FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE 2014-2021 (%).	39
FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DA TAXA SINTÉTICA DE FECUNDIDADE 2014-2021 (%).	40
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DOS NADOS-VIVOS E DOS ÓBITOS ENTRE 2014-2021 (N.º).	42
FIGURA 9 – A NATALIDADE, A MORTALIDADE E O SALDO NATURAL (N.º).	42
FIGURA 10 – A TAXA DE NATALIDADE, A TAXA DE MORTALIDADE E A TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL ENTRE 2014-2021 (‰).	43
FIGURA 11 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO (EM %) RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA POR FREGUESIA EM 2011 E 2021.	44
FIGURA 12 – POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS ENTRE 2001 E 2021.	46
FIGURA 13 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2011.	46
FIGURA 14 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2021.	47
FIGURA 15 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS 0A 14 ANOS E 65 ANOS OU MAIS ANOS ENTRE 2001 E 2021.	47
FIGURA 16 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS (%), POR FREGUESIAS, 2021.	49
FIGURA 17 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS (%), POR FREGUESIAS, 2021.	49
FIGURA 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2031 (N.º).	52
FIGURA 19 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA EM TABUAÇO, EM 2011 E 2021.	63
FIGURA 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM TABUAÇO, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM.	63
FIGURA 21 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM TABUAÇO, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM NO ANO DE 2021.	64
FIGURA 22 – POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM TABUAÇO, NOS ANOS DE 2011 E 2021.	66
FIGURA 23 – POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM TABUAÇO, FACE À POPULAÇÃO DE NATURALIDADE PORTUGUESA NOS ANOS DE 2011 E 2021.	66
FIGURA 24 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM TABUAÇO, FACE À POPULAÇÃO DE NATURALIDADE PORTUGUESA NOS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE INDIVÍDUOS).	67
FIGURA 25 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM TABUAÇO, FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA NA REGIÃO DOURO NOS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE INDIVÍDUOS).	67
FIGURA 26 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	72
FIGURA 27 – EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO MÉDIA DAS FAMÍLIAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE TABUAÇO (MÉDIA DE INDIVÍDUOS).	72
FIGURA 28 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS, COMPOSTAS POR FILHOS ATÉ AOS 25 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	73
FIGURA 29 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TABUAÇO (%).	73
FIGURA 30 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE TABUAÇO (%).	74
FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS UNIPESSOAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE TABUAÇO (N.º DE	

FAMÍLIAS).	74
FIGURA 32 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM TABUAÇO, 2021 (N.º)	80
FIGURA 33 – MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO EM TABUAÇO (N.º DE INDIVÍDUOS).	82
FIGURA 34 – POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA OU ESTUDANTE POR LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO (N.º INDIVÍDUOS).	82
FIGURA 35 – TAXA DE DESEMPREGO, POR HOMENS E MULHERES, EM TABUAÇO, ENTRE 2011 E 2021 (%).	84
FIGURA 36 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA ENTRE 2011 E 2021 (N.º).	106
FIGURA 37 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2011.	106
FIGURA 38 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2021.	107
FIGURA 39 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO EM 2021 (N.º).	107
FIGURA 40 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO EM 2021.	108
FIGURA 41 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM 2021, CPP (N.º).	110
FIGURA 42 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM 2011, CPP (N.º).	110
FIGURA 43 – PERCENTAGEM DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, POR NÍVEIS, NO CONCELHO DE TABUAÇO, NO ANO LETIVO 2022- 2023.	151
FIGURA 44 – EVOLUÇÃO ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, TOTAL, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020-2021 E 2022-2023. (N.º)	152
FIGURA 45 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR SEXO (%).	153
FIGURA 46 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023 (N.º).	154
FIGURA 47 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR SEXO (%)	155
FIGURA 48 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023 (N.º).	155
FIGURA 49 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR SEXO (%)	156
FIGURA 50 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023 (N.º).	157
FIGURA 51 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, POR SEXO (%)	158
FIGURA 52 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023 (N.º).	158
FIGURA 53 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (%).	160
FIGURA 54 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	160
FIGURA 55 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICOPROFISSIONAIS, NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, ENTRE 2020- 2023 (%).	162
FIGURA 56 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICOPROFISSIONAIS, NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, ENTRE 2020- 2023 (N.º).	162
FIGURA 57 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	165
FIGURA 58 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO PRÉ-ESCOLAR, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	165
FIGURA 59 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 1.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	166
FIGURA 60 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 2.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	166
FIGURA 61 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 3.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	167
FIGURA 62 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	167
FIGURA 63 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO PROFISSIONAL, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	169
FIGURA 64 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 1.º CEB, EM 2022/23 (%).	172
FIGURA 65 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1º CEB , EM 2022/23 (N.º).	172
FIGURA 66 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA E ESCALÃO, NO 1º CEB , EM 2022/23 (N.º).	173
FIGURA 67 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (%).	174
FIGURA 68 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).	174
FIGURA 69 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA E ESCALÃO, NO 2º CEB , EM 2022/23 (N.º).	175
FIGURA 70 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 3.ºCEB, EM 2022/23 (%).	176
FIGURA 71 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA NO 3º CEB , EM 2022/23 (N.º).	176
FIGURA 72 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA E ESCALÃO, NO 3º CEB , EM 2022/23 (N.º).	177
FIGURA 73 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO,, EM 2022/23 (%).	178
FIGURA 74 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).	178
FIGURA 75 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA E ESCALÃO, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).	179
FIGURA 76 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).	180
FIGURA 77 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA E ESCALÃO, NO ENSINO PROFISSIONAL, EM 2022/23 (N.º).	180

FIGURA 78 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA E ESCALÃO, NO ENSINO PROFISSIONAL, EM 2022/23 (N.º).	181
FIGURA 79 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, EM 2022/23 (%).	181
FIGURA 80 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR CARREIRA PÚBLICA E CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022-23 (%)	187
FIGURA 81 – RESULTADOS NA PROVA DE FINAL DE CICLO, PORTUGUÊS, 2021/22 (N.º).	225
FIGURA 82 – RESULTADOS NA PROVA DE FINAL DE CICLO, MATEMÁTICA, 2021/22 (N.º).	225
FIGURA 83 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE PORTUGUÊS, 2021/22 (N.º).	226
FIGURA 84 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE GEOGRAFIA A, 2021/22 (N.º).	226
FIGURA 85 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE GEOGRAFIA A, 2021/22 (N.º).	227
FIGURA 86 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE HISTÓRIA A, 2021/22 (N.º).	227
FIGURA 87 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE FÍSICO-QUÍMICA, 2021/22 (N.º).	228
FIGURA 88 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE FILOSOFIA, 2021/22 (N.º).	228
FIGURA 89 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE MATEMÁTICA A, 2021/22 (N.º).	229
FIGURA 90 – RESULTADOS DO EXAME NACIONAL DE MACS, 2021/22 (N.º).	229
MAPA 1 – CONCELHO E FREGUESIAS DE TABUAÇO (rndg, 2023).	23
MAPA 2 E 3 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM O ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR COMPLETO.	94
QUADRO 1 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA SUB-REGIÃO DOURO.	27
QUADRO 2 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO DOURO-SUL.	27
QUADRO 3 – TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2011- 2021) (%).	28
QUADRO 4 – CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DAS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL.	29
QUADRO 5 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021 E SUA VARIAÇÃO (N.º E %).	31
QUADRO 6 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021(N.º)	32
QUADRO 7 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS POR SEXO (N.º).	32
QUADRO 8 – ÁREA E DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS (HAB./KM ²).	34
QUADRO 9 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2011 E EM 2021(N.º).	34
QUADRO 10 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2011 E EM 2021.	35
QUADRO 11 – NADOS-VIVOS POR FREGUESIAS ENTRE 2014 E EM 2021(N.º).	38
QUADRO 12 – ÓBITOS E TAXA DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE TABUAÇO ENTRE 2014 E 2021(%o).	40
QUADRO 13 – DINÂMICA NATURAL DO CONCELHO DE TABUAÇO ENTRE 2014 E 2021.	43
QUADRO 14 – DINÂMICA NATURAL POR FREGUESIA EM 2021(N.º).	44
QUADRO 15 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA E ESTRUTURA ETÁRIA, POR FREGUESIA, EM 2021.	48
QUADRO 16 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA, POR FREGUESIA, EM 2021.	48
QUADRO 17 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA, ENTRE 2011 E 2031.	52
QUADRO 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031.	53
QUADRO 19 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA NATALIDADE, POR FREGUESIA, ENTRE 2014 E 2031.	55
QUADRO 20 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (N.º).	57
QUADRO 21 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º).	57
QUADRO 22A – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031, FACE À POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º)	58
QUADRO 22B – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031, FACE À POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º)	58
QUADRO 23 – PROPORÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031 (N.º).	58
QUADRO 24 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE TABUAÇO, COMPOSTAS POR FILHOS ATÉ AOS 25 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	75
QUADRO 25 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE TABUAÇO, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	75
QUADRO 26 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE TABUAÇO, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (%).	76
QUADRO 27 – FILHOS NOS NÚCLEOS FAMILIARES POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E TIPO DE NÚCLEO FAMILIAR, EM 2021 (N.º).	76
QUADRO 28 – ESTRUTURAS FAMILIARES E SUA COMPOSIÇÃO, POR FREGUESIA, EM 2021 (N.º).	77
QUADRO 29 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM TABUAÇO FACE AOS	

CONCELHOS LÍMITROFES (N.º).	80
QUADRO 30 – DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO RESIDENTE OU ESTUDANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2021) (MINUTOS (')).	83
QUADRO 31 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE QUE SAI E ENTRA NO CONCELHO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, EM 2021 (%)	84
QUADRO 32 – TAXA DE DESEMPREGO, POR FREGUESIA DO CONCELHO DE TABUAÇO, EM 2021 E 2011 (%).	85
QUADRO 33 – RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO RMG, RSI E SD NO CONCELHO DE TABUAÇO, EM 2021 E 2011 (%).	85
QUADRO 34 – TAXA DE ANALFABETISMO POR FREGUESIA E SEXO EM 2021 (%).	90
QUADRO 35 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE SEM NENHUM NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO POR FREGUESIA (%).	90
QUADRO 36 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 20 E 24 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO POR FREGUESIA, EM 2021 (%).	92
QUADRO 37 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 30 E 34 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO POR FREGUESIA, EM 2021 (%).	92
QUADRO 38 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O 3.º CICLO DE ENSINO BÁSICO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).	93
QUADRO 39 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).	93
QUADRO 40 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).	94
QUADRO 41 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).	94
QUADRO 42 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).	94
QUADRO 43 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).	95
QUADRO 44 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).	95
QUADRO 45 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (%).	97
QUADRO 46 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO (%).	97
QUADRO 47 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO - HOMENS (%).	98
QUADRO 48 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO - MULHERES (%).	98
QUADRO 49 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO - HOMENS (%).	99
QUADRO 50 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO - MULHERES (%).	99
QUADRO 51 – POPULAÇÃO ATIVA EM 2021 (n.º).	102
QUADRO 52 – TAXA DE ATIVIDADE EM 2021 (%).	102
QUADRO 53 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM 2021 (%).	102
QUADRO 54 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO EM 2021.	103
QUADRO 55 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, MUNICÍPIOS LÍMITROFES, 2021 (%).	108
QUADRO 56 – GANHO MÉDIO MENSAL DA POPULAÇÃO	112
QUADRO 57 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR SEXO, NOS MUNICÍPIOS LÍMITROFES, ENTRE 2011-2021	114
QUADRO 58 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO, EM 2021.	115
QUADRO 59 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA POR TIPOLOGIA NO ANO LETIVO 2022-2023.	118
QUADRO 60 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO PRÉ-ESCOLAR) NO ANO LETIVO 2022-2023.	118
QUADRO 61 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (1.º CEB) NO ANO LETIVO 2022-2023.	118
QUADRO 62 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (2.º E 3.º CEB) NO ANO LETIVO 2022-2023.	118
QUADRO 63 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO SECUNDÁRIO, REGIME GERAL E ENSINO PROFISSIONAL) NO ANO LETIVO 2022-2023.	118
QUADRO 64 – OFERTA EDUCATIVA E COMPLEMENTAR NO ANO LETIVO 2022-2023.	119
QUADRO 65 – COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS NO ANO LETIVO 2022-2023.	123
QUADRO 66 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, EM 2022-2023.	126
QUADRO 67 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.	127

QUADRO 68 – REPARTIÇÃO DAS SALAS DE AULA/ATIVIDADE DA OFERTA PÚBLICA.	142
QUADRO 69 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE TABUAÇO, NO ANO LETIVO 2022-2023.	147
QUADRO 70 – NÚMERO DE TURMAS EXISTENTES POR NÍVEL NO ANO LETIVO 2022-2023.	148
QUADRO 71 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2022-2023.	148
QUADRO 72 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2022-2023.	148
QUADRO 73 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2022-2023.	148
QUADRO 74 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2022-2023.	149
QUADRO 75 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2022-2023.	149
QUADRO 76 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2022-2023.	149
QUADRO 77 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2022-2023.	149
QUADRO 78 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2022-2023.	150
QUADRO 79 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS, NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, ENTRE 2020-2023.	150
QUADRO 80 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NOS CURSOS EM FUNCIONAMENTO NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020-2021 A 2022-2023 (N.º).	150
QUADRO 81 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020/21 E 2022/23.	152
QUADRO 82 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023.	153
QUADRO 83 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.º CEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023.	154
QUADRO 84 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.º CEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023 (N.º).	156
QUADRO 85 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.º CEB, NO CONCELHO DE TABUAÇO, ENTRE 2020-2023.	157
QUADRO 86 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2020-2023.	159
QUADRO 87 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS, NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ABEL BOTELHO, ENTRE 2020-2023.	161
QUADRO 88 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NOS CURSOS EM FUNCIONAMENTO, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020-2021 A 2022-2023.	161
QUADRO 89 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º E %).	163
QUADRO 90 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, POR NÍVEIS DE ENSINO, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	164
QUADRO 91 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, POR NÍVEIS DE ENSINO, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (%).	164
QUADRO 92 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).	171
QUADRO 93 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).	173
QUADRO 94 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.º CEB, EM 2022/23 (N.º).	175
QUADRO 95 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2022/23 (N.º).	177
QUADRO 96 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO PROFISSIONAL, EM 2022/23 (N.º).	179
QUADRO 97 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NA CARREIRA PÚBLICA, EM 2022/23 (N.º).	184
QUADRO 98 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NA CARREIRA PÚBLICA, EM 2022/23 (N.º).	185
QUADRO 99 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NA CARREIRA PÚBLICA, EM 2022/23 (N.º).	185
QUADRO 100 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NA CARREIRA PÚBLICA, EM 2022/23 (N.º).	185
QUADRO 101 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NA CARREIRA PÚBLICA, EM 2022/23 (N.º).	186
QUADRO 102 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NAS VIATURAS MUNICIPAIS, EM 2022/23 (N.º).	186
QUADRO 103 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, NAS VIATURAS MUNICIPAIS, EM 2022/23 (N.º).	187
QUADRO 104 – TAXA DE RETENÇÃO OU DESISTÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO BÁSICO GERAL, POR ANO LETIVO E ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.	232
QUADRO 105 – TAXA DE RETENÇÃO OU DESISTÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS E ENSINO PROFISSIONAL, EM TABUAÇO.	232
QUADRO 106 – PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE CONCLUEM O CICLO DE ESTUDOS, 1.º, 2.º E 3.º CEB, DENTRO DO TEMPO REGULAR, EM TABUAÇO.	233
QUADRO 107 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE,	

EM TABUAÇO.	233
QUADRO 108 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.	234
QUADRO 109 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.	238
QUADRO 110 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.	237
QUADRO 111 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.	237
QUADRO 112 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM TABUAÇO.	238
QUADRO 113 – PRINCIPAIS PROPOSTAS/PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA A OFERTA EDUCATIVA/FORMATIVA E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL, EM TABUAÇO	251

13. FONTES, BIBLIOGRAFIA GERAL E ESPECÍFICA.

FONTES

Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, Diário da República, n.º 90, I Série;
 Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, Diário da República, n.º 79, I Série;
 Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, Diário da República, n.º 12, I Série - A;
 Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril, Diário da República, n.º 82, II Série;
 Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, Diário da República, n.º 30, I Série;
 Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, Diário da República, n.º 176, I Série;
 Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, Diário da República, n.º 193, I Série - A;
 Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, Diário da República, n.º 237, I Série;
 Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro, Diário da República, n.º 222, I Série;
 Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, Diário da República, n.º 113, I Série.

Instituto Nacional de Estatística
<http://www.ine.pt>

BIBLIOGRAFIA GERAL E ESPECÍFICA

Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Ferreira, A. G. (2011/12). "Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentado." In *Cadernos de Geografia*, 30-31, pp. 305-315;

Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Paredes, L. (2013). "A territorialização da educação e a importância do ambiente na construção de um Projeto Educativo Local." *Atas da 10.ª Conferência Nacional do Ambiente*, Universidade de Aveiro.

Cordeiro, A. M. Rochette & Martins, H. A. (2013). "A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança." In *Cadernos de Geografia*, 32, pp. 339-356;

Cordeiro, A. M. Rochette (2014). "O lugar dos municípios no planeamento e gestão da rede escolar em Portugal." In M. L. Rodrigues (coord.). *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal: A Construção do Sistema Democrático de Ensino*. Coimbra: Almedina, pp. 421-444.

Cordeiro, A. M. Rochette, Martins, H. A. & Ferreira, A. G. (2014). "As cartas educativas municipais e o reordenamento da rede escolar no Centro de Portugal: das condições demográficas às decisões políticas." *In Revista Ensaio*, 22(84), pp. 581-607;

Costa, D. & Barbosa, D (2002). *A Carta Educativa como instrumento de planeamento e gestão*. GEolNoVA 5, 187-204;

ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*;

Santos, L., Cordeiro, A. M. Rochette & Alcoforado, L. (2014). "O novo paradigma do planeamento da rede educativa: do planeamento pela oferta ao planeamento pela procura." In A. M. Rochette Cordeiro, L. Alcoforado & A. G. Ferreira (coords.). *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*, Coimbra: DG-FLUC, pp. 57-67.

Santos, L., Barros, C., Gama, R. & Cordeiro, A. M. R. (2016). "Projeções da população em idade escolar e planeamento de equipamentos educativos." In Mendes, M. F., Malheiros, J., Clemente, S., Baptista, M. I., Pintassilgo, S., Ribeiro, F., Tomé, L. P. & Câmara, S. B. (orgs.). *Atas do V Congresso Português de Demografia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 185-200.

UNESCO (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, Jomtien;

Villar, M. (2007). *A Cidade Educadora. Nova perspetiva da organização e intervenção municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.